

# Histórias de Vida

do Ministério Público do Rio Grande do Sul

volume

VII



## Ministério Público e o Tribunal do Júri

Organizadores:

Alvaro Walmrath Bischoff  
Cíntia Vieira Souto  
Mauren Jardim Gomes



# **Histórias de Vida**

**do Ministério Público do Rio Grande do Sul**

**volume**  
**VII**

## **Ministério Público e o Tribunal do Júri**

**Organizadores:**

**Alvaro Walmrath Bischoff  
Cíntia Vieira Souto  
Mauren Jardim Gomes**

# MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

## **Supervisão**

Mauren Jardim Gomes  
Promotora de Justiça

## **Organização**

Alvaro Walmrath Bishchoff  
Cíntia Vieira Souto  
Mauren Jardim Gomes

## **Revisão**

Sonia Beatriz da Silva Pinto

## **Capa**

Samantha Mahfuz Timm

## **Secretaria**

João Baptista Pinto Netto  
Samantha Mahfuz Timm

## **Datilógrafa**

Gladis Pereira Machado

## **Estagiário**

José Felipe Comassetto Fernandez

*Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul : o ministério público e o tribunal do júri / organizadores Alvaro Walmrath Bischoff , Cíntia Vieira Souto , Mauren Jardim Gomes. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2010.*

*288 p. - (Histórias de vida no Ministério Público do Rio Grande do Sul ; 7)*

*I. Ministério público – Rio Grande do Sul – História biográfica. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público. II. Bischoff, Alvaro Walmrath. III. Souto, Cíntia Vieira. IV. Gomes, Mauren Jardim. V. Série.*

**ISBN 978-85-88802-17-9**

**CDU 347.963(816.5)(092)**





MINISTÉRIO  
PÚBLICO

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

***Procuradora-Geral de Justiça***  
Simone Mariano da Rocha

***Secretária-Geral***  
Ana Maria Schinestsck

***Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos***  
Afonso Armando Konzen

***Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos***  
Delmar Pacheco da Luz

***Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais***  
Luiz Carlos Ziomkowski

***Corregedor-Geral do Ministério Público***  
Armando Antônio Lotti

***Subcorregedor-Geral do Ministério Público***  
Ruben Giugno Abruzzi

***Chefe de Gabinete***  
Benhur Biancon Júnior

***Supervisora do Memorial do Ministério Público***  
Mauren Jardim Gomes



# Sumário

Apresentação da Procuradora-Geral de Justiça.....	7
<i>Simone Mariano da Rocha</i>	
Palavra da Supervisão .....	
<i>Mauren Jardim Gomes</i>	
Dez anos de história de vida: O Ministério Público e o Tribunal do Júri.....	11
<i>Cíntia Vieira Souto</i>	
<b>Entrevistas</b>	
<i>Carmen Luiza Dias de Azambuja</i> .....	35
<i>Daltro Aguiar Chaves</i> .....	57
<i>Delmar Pacheco da Luz</i> .....	77
<i>José Antônio Paganella Boschi</i> .....	113
<i>José Pedro Machado Keunecke</i> .....	137
<i>Loreno Luiz Zambonin</i> .....	173
<i>Marcelo Roberto Ribeiro</i> .....	197
<i>Oyama Francisco da Fontoura Rocha</i> .....	227
<i>Sônia Eleni Corrêa Mensch</i> .....	257
<i>Thales Nilo Trein</i> .....	275



# *Apresentação da Procuradora-Geral de Justiça*

**A** Constituição Federal de 88, ao fazer nascer o novo Estado Brasileiro, também representou a nova Certidão de Nascimento do Ministério Público brasileiro. Sem qualquer desprezo às tradições e aos valores consolidados por muitos anos, perfaz duas décadas de inigualável efervescência institucional, em que as prerrogativas e garantias constitucionais permitiram avanços sem precedentes na defesa dos direitos sociais e individuais dos cidadãos, sem jamais descurar da busca da plena efetividade na persecução criminal, missão primeira do Ministério Público, com absoluto destaque à nossa tradição e apego ao Tribunal do Júri.

A identificação Ministério Público com o Tribunal do Júri é histórica, local em que o Promotor de Justiça revelava seus conhecimentos jurídicos e, principalmente, seus dotes oratórios na tribuna, em nome e em defesa da sociedade. Atualmente, a identificação com o Tribunal do Júri, inegavelmente, ainda permanece.

Como prova de nosso foco na tutela do mais importante bem, que é a vida humana, alcançamos – pelo talento, pela garra, pelo espírito público e o pelo ideal de justiça que caracterizam os Promotores de Justiça do RS, aproveitamento de 86% dos pedidos em plenário do Tribunal do Júri, no ano de 2009.

Tribunal do Júri, em sendo uma das mais antigas instituições jurídicas de nosso País, uma vez que antecedeu em mais de dois anos à primeira Constituição do Império brasileiro, mereceu modificações legislativas ao longo de sua história, sendo hoje albergado como cláusula pétrea da Constituição Federal, como um dos direitos e garantias fundamentais. O Júri, como disse o grande Roberto Lyra, para absolver e para condenar pode ascender a sua visão da estreiteza dos textos para a realidade individual e social.

Dessa forma, honra-me fazer a apresentação desta obra que contempla 10 entrevistas com promotores e promotoras de justiça acerca de suas experiências no Plenário do Júri, simbolizando todos aqueles que atuaram no Tribunal popular, também homenageados pois, ao longo do tempo representaram o Ministério Público na persecução dos crimes dolosos contra a vida, que perturbam e comovem uma comunidade.

Parabenizo a equipe do Memorial do Ministério Público pela iniciativa da obra, uma fonte de referências e exemplos aos futuros Promotores de Justiça.

Simone Mariano da Rocha  
Procuradora-Geral de Justiça

## *Palavra da Supervisão*

**O** Memorial do Ministério Público tem a honra de apresentar a obra “O Ministério Público e o Tribunal do Júri”, dentro do Programa Histórias de Vida. Não é nova a idéia de publicar este livro, tanto que as entrevistas que o compõem vêm sendo feitas há algum tempo, buscando coletar informações e impressões sobre atuações de membros do “Parquet” em muitos crimes rumorosos.

Destina-se não apenas a prestar uma homenagem aos colegas que atuaram e atuam em uma área de atribuição do Ministério Público bastante conhecida pela população mas, também, a possibilitar a divulgação de fatos pitorescos que envolveram diversos julgamentos e as passagens de promotores por comarcas do interior e mesmo da Capital.

Embora não se trate de obra histórica, nos atrevemos a mencionar, de forma sucinta, a origem do Tribunal do Júri, salientando que a doutrina não é unânime a esse respeito. Para muitos a origem é remota, aplicada pelos povos mais primitivos em nome dos Juízos de Deus. Acabou perdendo a origem teocrática, ganhando contornos definitivos na Inglaterra, por volta de 1215.

Tratando-se de instituição milenar, atravessou os séculos passando por todos os tipos de governantes, tiranos e democratas e toda as espécies e formas de governo, sempre se apresentando como uma conquista dos cidadãos contra o exercício arbitrário do poder estatal. Não poderia sobreviver sem uma estreita ligação entre a democracia e a república, onde as liberdades cívicas são respeitadas e o indivíduo participa mais diretamente das decisões políticas do Estado.

No Brasil, o Tribunal do Júri foi criado pro lei em 18 de julho de 1822, com competência para julgar, inicialmente, os crimes de im-

prensa. Sua primeira previsão Constitucional surgiu na Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824, incluído na parte do então chamado “Do Poder Judicial” que estabeleceu em seus artigos:

“Art. 151 – O poder judicial é independente, composto de juízes e jurados, os quais terão lugar, assim no cível como no crime, nos casos e pelo modo que os códigos determinarem.”

“Art. 152 – Os jurados se pronunciam sobre o fato, e os juízes aplicam a lei.”

Assim evoluiu ao longo do tempo, ora com maior ou menor importância, para chegar aos dias de hoje com a instituição consagrada que é, competente para apreciação dos crimes dolosos contra a vida, em suas formas consumada e tentada, com uma feição garantista, eis que o julgamento é feito por cidadãos comuns e não por juízes de carreira.

Os julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri sempre despertaram o interesse da comunidade levando as pessoas, diretamente ligadas ao fato, ou não, a buscar acomodação nos julgamentos para acompanhar o embate entre acusação e defesa.

Importante salientar que a publicação de fotos e matérias relativas a crimes já julgados são meramente informativas e ilustrativas, não tendo a intenção, em nenhum momento, de denegrir a imagem de quem quer que seja. Tais documentos foram retirados de reportagens jornalísticas amplamente publicadas por ocasião dos fatos e de seus julgamentos.

Mauren Jardim Gomes,  
Promotora de Justiça  
Supervisora do Memorial do MP



# *Dez anos de história de vida: O Ministério Público e o Tribunal do Júri*

*Cintia Vieira Souto*

O Memorial do Ministério Público nasceu em agosto de 2000 como Projeto Memória. A ideia era mais antiga. Em 3 de junho de 1993, foi criada uma comissão especial para o exame de documentos de valor histórico existentes na Procuradoria-Geral de Justiça. Mas no ano 2000, com a perspectiva de restauro do antigo Forte Apache e da criação de um espaço para a preservação da memória do Ministério Público gaúcho, houve a organização de um projeto. Foram contratados dois historiadores, uma socióloga e assistentes, e foram coletadas as primeiras entrevistas. Foi estruturado o programa de história oral.

Os primeiros livros foram publicados em 2001. Com os títulos de *Rememorações para o Futuro* e *Os alicerces da construção*, a ênfase era no resgate das memórias dos membros mais antigos da Instituição. Através dos depoimentos, conhecemos o Ministério Público das décadas de 1930 e 1940. O método escolhido foi o de “histórias de vida”. Segundo a professora Loiva Otero Félix, responsável na época pelo projeto, esse método foi considerado por ser “um caminho intermediário entre o modelo tradicional de ‘entrevista fechada’, em que o entrevistado responde a um conjunto de questões elaboradas de igual forma para vários entrevistados, e o de ‘entrevista aberta’, em que as perguntas nascem ao sabor das questões narradas”<sup>1</sup>.

No primeiro volume foram publicadas 13 entrevistas de membros que ingressaram no Ministério Público entre as décadas de 1930

---

<sup>1</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Rememorações para o futuro*. Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória: Porto Alegre: 2001, p. 33-34.

e 1950<sup>2</sup>. No segundo, foram publicados mais 13 depoimentos de ingressos entre as décadas de 1950 e 1970.

O terceiro volume foi publicado em 2005. Algumas alterações foram feitas. Manteve-se o método de “histórias de vida”. Adotou-se, todavia, um viés temático. Além das perguntas a respeito das origens familiares, escolaridade, opção pela carreira jurídica e ministerial, elegeu-se um tema que norteou os depoimentos. No terceiro volume, foi a mulher no Ministério Público. Foram publicadas 16 entrevistas de mulheres ligadas à Instituição: 11 membros, duas servidoras e três esposas de membros. Um diferencial em relação aos dois primeiros volumes foi a introdução da textualização. A textualização consiste na transposição da linguagem oral para escrita, com supressão de repetições, estruturação de frases e parágrafos, sem, todavia, alterar o conteúdo da entrevista. Muitas vezes, os depoentes, antes de aprovarem as entrevistas, ao se depararem com a linguagem falada, a estranham, e tendem a suprimir passagens importantes ou enxertar textos escritos, alterando o teor do que foi narrado. A textualização evita que isso ocorra e facilita o processo de aprovação da entrevista.

O quarto volume veio em 2006. O recorte temático foi a participação dos membros do Ministério Público na Assembleia Constituinte de 1988. Foram publicadas 11 entrevistas: seis de membros do Ministério Público gaúcho; quatro de membros do Ministério Público paulista; e uma de um deputado constituinte. A importância do tema motivou uma nova publicação, em 2008, alusiva aos 20 anos da Assembleia Constituinte. Foram então publicados 11 depoimentos: sete de membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul; dois de membros do Ministério Público paulista; e dois de políticos cujas ações se relacionaram diretamente à história institucional.

Em 2009, foi publicado o sexto volume da série Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Dessa vez, o tema escolhido foi a Corregedoria-Geral, já que 2009 marcou os cinquenta anos da fundação da Corregedoria. Foram publicadas dez entrevistas, todas de ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público.

---

<sup>2</sup> A exceção foi a entrevista de Cláudio Barros Silva, então Procurador-Geral de Justiça, que ingressou no Ministério Público em 1982.

O ano de 2010 assinala os dez anos de existência do Memorial do Ministério Público. Nada mais oportuno para marcar essa data do que analisar a relação dos promotores com o Tribunal do Júri.

O Tribunal do Júri está, historicamente, relacionado à identidade profissional do Ministério Público. A figura do promotor acusando na tribuna corresponde ao imaginário popular a respeito de qual seja a função do Ministério Público. Nos últimos vinte anos, grandes mudanças ocorreram. A Constituição de 1988 trouxe ao Ministério Público um grande leque de novas atribuições com a defesa dos direitos difusos e coletivos: meio-ambiente, infância e juventude, idoso, portadores de necessidades especiais, consumidor, entre outros. Embora o júri seja hoje apenas uma das tarefas do promotor, continua sendo um importante fator de identidade.

O presente volume reproduz depoimentos de dez membros do Ministério Público gaúcho. Todos mencionam sua atuação na tribuna do júri. Alguns recordam seu trabalho em casos que marcaram a história do Rio Grande do Sul, por sua repercussão. Muitos recordam ainda o assassinato da menina Eliete Caetano Grimaldi, ocorrido em 1º de julho de 1980. Eliete, com sete anos de idade, foi assassinada por Olímpia Mena Zen, amante de Luiz Grimaldi, pai de Eliete. Olímpia, “a megera do Alto da Bronze”, como foi denominada pela imprensa, foi acusada por José Antônio Paganella Boschi, que fala a respeito em sua entrevista. Outro caso rumoroso foi o assassinato de Alex Thomas em 26 de fevereiro de 1986, na praia de Atlântida, por um grupo de jovens porto-alegrenses conhecidos como “Gangue da Matriz”. Carmen Luiza Dias de Azambuja denunciou os criminosos e Paganella Boschi os acusou no júri. Alguns anos depois, em 3 de julho de 1993, o advogado Hegel Gomes da Silveira assassinou com três tiros sua ex-namorada e aluna da Escola da Magistratura, Claudianna Fachinnetto. Foi um caso que mobilizou a opinião pública da Porto Alegre, uma vez que o réu fugiu para São Gabriel e concedeu entrevistas para jornais caracterizando o crime como um simples “incidente”. Delmar Pacheco da Luz obteve no júri a condenação de Hegel da Silveira. Ainda na década de 1990, em 31 de julho de 1996, Armando Peterlongo, em uma briga em frente à casa noturna Dado Bier, na avenida Nilo

Peçanha, assassinou a tiros Marcelo Cunha Prado. Peterlongo portava uma arma de uso restrito e dotada de munição estrangeira. As investigações foram dificultadas pelo fato do réu contar com a solidariedade dos seguranças da casa noturna, que apoiavam a sua versão dos fatos. Marcelo Roberto Ribeiro acusou Peterlongo no júri em outubro de 1998, quando foi condenado.

Há muitos outros casos polêmicos nas entrevistas. Mas o júri não compreende apenas casos polêmicos. Sônia Eleni Corrêa Mensch, a primeira mulher a atuar no Tribunal do Júri de Porto Alegre, a partir de 1998, comenta que “não gostaria de dar uma ênfase maior a nenhum (processo), porque acho que todos os processos são importantes. Na medida em que, via de regra, se perdeu uma vida, não há hierarquia de valores entre vidas. São vidas humanas e todas elas têm o mesmo valor”.

Nas entrevistas, trabalhamos com a narrativa dos fatos que ocorreram ao entrevistado. Conforme Verena Alberti, “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”<sup>3</sup>. As entrevistas são fontes históricas, exatamente como as fontes documentais. O que se ganha, então, ao ouvir os promotores falarem sobre as suas experiências? Não seria possível e talvez mais seguro escrever um livro sobre o júri a partir dos processos, das atas de sessões de julgamento, das transcrições das atuações dos promotores nos plenários? Não seria o conteúdo das entrevistas apenas uma versão dos fatos e, no caso, uma versão menos segura do que as fontes documentais? Ocorre que nas entrevistas a linguagem não traduz conhecimentos e ideias preexistentes. Os conhecimentos e ideias tornam-se realidade à medida em que se fala. “O sentido se constrói na própria narrativa: por isso se diz que ela constituiu (no sentido de produzir) racionalidades”<sup>4</sup>. Assim, uma definição adequada de narrativa seria um trabalho da linguagem para produzir racionalidades. O ganho obtido ocorre quando a narrativa vai além do caso

---

<sup>3</sup> ALBERTI, Verena. *Além das versões: possibilidade de narrativa em entrevistas de história oral*. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 77.

<sup>4</sup> *Ibidem*. p. 79.

particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade <sup>5</sup>. Percebe-se, nas entrevistas dos promotores, a presença de recorrências que Verena Alberti denomina de unidades narrativas. Unidades narrativas são “determinadas imagens e histórias que se cristalizam e se repetem toda vez que certas experiências e certos saberes são narrados” <sup>6</sup>. Elas podem se apresentar como termos e expressões inseparáveis da experiência narrada ou como histórias com começo, meio e fim narradas em meio à entrevista. A análise de unidades narrativas presentes nas entrevistas do presente volume permite uma apreensão privilegiada das questões e dilemas envolvidos na carreira de promotor, na atuação no Tribunal do júri, bem como na evolução do Ministério Público como Instituição.

Em um primeiro momento, serão destacadas as unidades narrativas relativas ao júri, tema do presente volume. Após, serão comentados outros temas que aparecem nos depoimentos.

A unidade narrativa mais recorrente nos relatos sobre o júri é a imagem do julgamento como espetáculo. Essa imagem também aparece em relatos de advogados do júri, como Evandro Lins e Silva:

“O júri exercia um fascínio muito grande sobre os advogados, porque era a vitrine do foro: o advogado se revelava ali. Veja, no dia em que havia julgamento com advogados famosos, com advogados bons expositores, a sala enchia, todo mundo ia querer assistir ao espetáculo. Porque é um espetáculo muito interessante, do júri: é um drama da vida que se resolve naquele dia, através de um debate entre as partes e, depois, no julgamento secreto dos jurados. De forma que aquilo empolgava a assistência: havia correntes, havia torcedores da acusação e torcedores da defesa, havia, muitas vezes, até apostas quanto ao resultado; havia os prognósticos também: quantos jurados iriam condenar, quantos absolver. De maneira que o júri era uma espetáculo muito interessante e sedutor <sup>7</sup>”.

---

<sup>5</sup> Utilizamos diversas ideias presentes nos textos da coletânea *Ouvir Contar*, de Verena Alberti, já citada.

<sup>6</sup> ALBERTI, Verena. *Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva*. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 110.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 95.

Essa imagem do julgamento como um espetáculo, o lócus de um drama, tão bem explicada por Evandro Lins e Silva, aparece em quase todos os depoimentos de promotores que atuaram no júri. Tal percepção não é estranha às ciências sociais. A antropóloga e advogada Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer<sup>8</sup> analisando sessões de julgamento concluiu que elas seguem “um ritual complexo, cujas sutilezas só podem ser percebidas *em ato*, havendo um caráter lúdico no confronto que se estabelece entre as partes e uma teatralidade determinante, não passível de ser contida, transmitida e registrada em palavras escritas”. Schritzmeyer considera a ritualidade, o caráter lúdico e a teatralidade como intrínsecos ao funcionamento do Júri, uma vez que lidar com a sua matéria prima – situações sociais especialmente marcadas por relações de poder e por emoções como compaixão, ódio, pena, indignação e sentimentos de pertencer ou não a um grupo – exige a força de expressões corporais e de sofisticados jogos narrativos<sup>9</sup>.

Percebe-se isso nos depoimentos. Loreno Zambonin recorda os júris em São Luís Gonzaga:

“Lá ocorrem muitos crimes, fiz muitos júris, cerca de 80 em dois anos e seis meses. Tinha uma grande desvantagem, pelo lado do promotor: os advogados de defesa eram os mais conhecidos. Eles ainda tinham o júri como um grande espetáculo, então os júris lá, realmente, eram espetáculos, eram feitos no fórum que enchia.”

Marcelo Ribeiro comenta os júris em São Borja:

“Nos dias em que havia julgamento pelo Tribunal Popular, a cidade parava. O salão do júri ficava lotado. Era uma grande atração. Em virtude disso, os advogados que se dedicavam às defesas dos réus eram bastante qualificados. Impressionaram-me Dino Lopes e Ricardo Talaia O'Donnell. (...) O envolvimento da comunidade era tal que, certa vez, antes de iniciar a acusação num julgamento, ouvi de um cidadão o seguinte: *'Vai lá Promotor, apostei no senhor hoje.'*”

---

<sup>8</sup> Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer em sua tese de doutorado *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri – ritual lúdico e teatralizado* analisou 107 sessões de julgamento em cinco tribunais paulistanos do Júri, entre 1997 e 2001. Suas principais conclusões estão no texto *Tribunal do Júri: Dramatizações da Vida através de Complexos Jogos Narrativos* In: BITTAR, Walter Barbosa. (org.) *A Criminologia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 7-35.

<sup>9</sup> *Ibidem*. p. 8.

Daltro Aguiar Chaves lembra o interesse que o júri despertava em Cachoeira do Sul, bem como o clima de disputa entre o promotor e os advogados:

“Em cidade do interior, quando o pessoal todo se interessa, eles vêm de carroça, a cavalo, apesar de que Cachoeira é uma cidade razoavelmente grande, e fizemos esse júri. Eu me lembro bem - ambos tanto o Elizeu [Torres] quanto o Nilo [Savi]- já éramos amigos e nos tornamos fraternos amigos, mas o Nilo dizia para mim: ‘Vou passar por cima de ti, tu nem vais sentir quando eu passar, vou te triturar!’. Ganhei tranquilo, foi homicídio qualificado, ganhei tranquilo. Foram oito júris, oito os condenados, o que aconteceu? O jornal de lá abriu página para mim, dois dias depois eu era reportagem de página inteira, na face do jornal.”

Outra unidade narrativa bastante presente é a do júri como prova de fogo. Os promotores, em geral, relacionam o júri-espetáculo com o momento em que se apresentam a uma comunidade e a ela provam o seu valor. Os que atuaram no interior ressaltam o desafio de, muitas vezes, no início da carreira enfrentarem advogados de defesa experientes e famosos. Delmar Pacheco da Luz resume: “No interior quando se via o promotor, se via o promotor atuando no Tribunal do Júri. Quando chegava o promotor na cidadezinha do interior, a sociedade ia conhecer o promotor quando ele fizesse o primeiro júri. Era realmente o momento em que o promotor se apresentava na comarca”.

Loreno Zambonin recorda:

“Um mês depois que assumi, recebi o processo mais badalado da região. Era de um dentista que tentou matar um médico de uma tradicional família, filho ou neto do fundador da cidade, Coronel Frantz. Havia dois hospitais e esse cunhado do doutor, por questão de família, tentou matá-lo e eu tinha que fazer esse júri. Nunca tinha feito júris na minha vida. Então imaginas o que tinha que enfrentar. (...) Peguei o processo, estudei e fiz o júri, no clube cheio de gente, uma multidão querendo ver. Eram pessoas conhecidas na cidade, um médico e o cunhado dele. Só que o advogado de defesa era famoso na região, Professor Luiz Luisi. Saí-me bem, meu pai foi assistir meu primeiro júri. O sujeito foi condenado, foi desclassificado o crime, o indivíduo

pegou uma pena, até porque tinha um laudo psiquiátrico. Foi essa a minha prova de fogo lá”.

Thales Nilo Trein nos conta o seu primeiro júri, espetáculo e prova de fogo:

“Lembramos perfeitamente do nosso primeiro Júri, na Comarca de Marau, interior do Estado. (...). Estamos no Clube Liberdade, salão repleto de gente. Todos queriam assistir ao ‘duelo’ entre ‘aquele novo promotor ali, ó, de óculos’ e um dos criminalistas mais brilhantes da região”<sup>10</sup>.

Sônia Eleni Corrêa Mensch passou por uma prova ainda mais difícil em São Borja. Foi a primeira mulher a fazer júris nessa cidade em 1992. Ela conta:

“Foi o meu grande teste. (...) Nunca teria conseguido obter a condenação de ninguém, pois era uma cidade extremamente machista, com preconceitos seriíssimos contra a mulher. Eu estava sendo a primeira promotora mulher da cidade, até então só havia promotores homens, e os advogados não conseguiam admitir a ideia de que finalmente havia uma mulher no Tribunal do Júri. Lembro de que nas primeiras sessões do júri, eles vieram para passar por cima de mim como se estivesse ali uma mera figura decorativa e que não pudesse fazer frente aos conhecimentos e, principalmente, aos argumentos deles. Verifiquei que lá pelo terceiro julgamento a situação já havia mudado.”

Uma das unidades narrativas recorrentes diz respeito à identidade do promotor relacionada a sua atuação no Tribunal do Júri. Pelo menos dois entrevistados relatam a inclinação precoce ao Tribunal do Júri. Oyama Francisco da Fontoura Rocha comenta a sua convivência, ainda na infância, com promotores, magistrados e advogados em Encruzilhada do Sul onde seu pai foi promotor e, após, advogado. “Então, vejam vocês, que começou, talvez dessa época, muito da influência para eu fazer carreira jurídica e no Ministério Público. Houve, também, um outro fato interessante, nós

---

<sup>10</sup> TREIN, Thales Nilo. *Júri: as linguagens praticadas no Plenário. A oratória, os gestos e uma nova comunicação*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1996, p. 152.



residíamos defronte ao fórum, então, quando havia aquelas sessões do júri, eu era chamado para fazer o sorteio de jurados, isto é, para tirar a cédula com o nome dos jurados da urna. Nestas oportunidades eu aproveitava e me escondia atrás da porta e ficava assistindo uma parte do júri, até eles me descobrirem e me mandarem embora.”

Marcelo Ribeiro conta que, antes de ingressar na faculdade de Direito já desejava tornar-se promotor e atuar no júri. “Desde jovem, via-me como promotor de justiça”. Essa inclinação foi reforçada ao conhecer um famoso Promotor de Justiça do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, Doutor Emerson de Lima. “Ele me estimulou muito a seguir em frente, rumo ao Ministério Público e ao Tribunal Popular”.

José Antônio Paganella Boschi também recorda que sua motivação para escolher a carreira do Ministério Público foi o exemplo de um promotor do júri, Amaro Borges Moreira.

“Na época, eu trabalhava como datilógrafo no escritório do advogado Jarbas Lima, que viria a ser, posteriormente, colega no Ministério Público. Então eu deveria ter toda a motivação para ser no futuro um advogado, mesmo porque o doutor Jarbas era (e para mim continua sendo) um dos melhores advogados que o Rio Grande do Sul tinha naquela época e, por acompanhar o seu dia-a-dia como profissional requisitado e respeitado, seu modelo servia de inspiração para qualquer pessoa que o conhecesse. Eu o admirava profundamente e não escondia também a admiração que nutria pelo doutor Amaro e pelo modo como se conduzia em Plenário. O doutor Amaro era um homem que começava um júri – e estou visualizando a imagem dele neste momento – falando baixinho com os jurados, quase não se ouvia, com o processo na mão e, dali a pouco, largava aquele processo. Ele falava duas, três horas, sem abrir o processo, contado detalhes em um ritmo cada vez mais crescente e emocionante. Parecia uma máquina passando por cima da defesa. Depois, claro, vinha o doutor Jarbas e fazia um discurso igualmente fantástico criando-se, para quem estava assistindo, a situação típica do impasse. Quem vai ganhar, quem vai ser o vitorioso?”

Aqui há um ponto importante a ser destacado. A diversificação das atribuições do Ministério Público a partir de 1988 tende a mo-

dificar os laços do promotor com o Tribunal do Júri. Nas comarcas menores, de entrância inicial, os promotores desempenham todas as funções. Mas nas comarcas de maior porte, existem promotorias especializadas, de modo que acaba ocorrendo uma divisão das atribuições. Após os primeiros anos, apenas alguns promotores atuam no júri. Assim, essa forte identidade do promotor relacionada ao tribunal do Júri esta sendo, cada vez mais, mitigada.

É o que comenta Delmar Pacheco da Luz:

“Continua tendo importância e simbolismo a atuação do promotor no júri, mas evidentemente que hoje a sociedade identifica o promotor atuando em outras áreas, nas áreas de defesa do interesse social e, muitas vezes, promotores com atuação nessas áreas podem ser mais conhecidos na comunidade do que o promotor com atuação no Tribunal do Júri diferentemente do que era antes. (...) Hoje se alguém vai em nossas maiores cidades do interior, às vezes, os promotores mais conhecidos não são os promotores de atuação na área criminal, são os de atuação na área do meio ambiente, direitos humanos em geral, enfim, todas essas áreas que hoje têm uma atuação muito forte do Ministério Público.”

Delmar aponta uma modificação bastante expressiva: o crescimento da atuação extrajudicial do Ministério Público. A Instituição que, por muitos anos, guardou certa simetria com o Poder Judiciário, após a Constituição de 1988, passa a possuir uma estrutura de promotorias sem a necessária correspondência, já que existe um investimento muito grande em termos de ajustamento de conduta, termos de cooperação, parceria com outros órgãos, atuação em rede, tudo para que se evite as medidas judiciais, mais morosas e dispendiosas. Ele relaciona esse perfil com a gestão da atual Procuradora-Geral de Justiça Simone Mariano da Rocha. “Uma coisa interessante que seguramente daqui a pouco tempo, quando se olhar para trás, se vai observar é que esta gestão da Doutora Simone Mariano da Rocha como procuradora-geral marca a primeira chefia da Instituição que não vem de atuação marcadamente processual, mas de atuação na área extraprocessual e que deu uma ênfase na chefia da Instituição para essa atuação extraprocessual.”

Outra unidade narrativa que aparece em diversas entrevistas é a reversão da situação de absolvições nas comarcas do interior.

Daltro Aguiar Chaves fala da situação na Comarca de Cachoeira, quando lá chegou:

“Cachoeira era conhecida, inclusive com referências de jornais da Capital, porque lá ninguém era condenado, todos eram absolvidos. E efetivamente lá existiam muitos advogados ótimos que funcionavam no Júri, como o Nilo Savi, e outro também excelente, o Elizeu Torres (...). E quando cheguei lá, ninguém era condenado pelo Tribunal do Júri. Queria matar, matasse e fosse julgado em Cachoeira - fez alusão um jornal - no Tribunal do Júri seria absolvido. Cheguei lá, dois ou três meses depois foram colocados em pauta simultaneamente oito julgamentos pelo Tribunal do Júri, foi um absurdo, estava acumulado, os promotores passaram a fazer oito julgamentos. Para resumir a história, nesses oito julgamentos condenei todos, todos os oito, um atrás do outro”.

Marcelo Ribeiro relata situação semelhante em Osório, quando da sua chegada: “Quando lá cheguei, soube logo que, há muito, ninguém era condenado no júri. Atuei em uns quinze julgamentos, obtendo sucesso em todos. Por isso, foi marcante minha passagem nessa comarca. A qualidade dos advogados que militavam nessa área era excelente. Destaco, dentre outros, Arli Borba, Gilberto Bassani, Dante Canani, Humberto Lauro Ramos e Anacleto Lopes Ribeiro. Impusem-me grande dificuldade para mudar o perfil absolvedor da sociedade osoriense na ocasião”.

Loreno Zambonin comenta o mesmo a respeito de São Luís Gonzaga:

“A tendência lá era do pessoal absolver, absolviavam muito facilmente. Como comecei a me entrosar na comunidade, na escolha dos jurados, comecei a recusar uns e aceitar outros identificando-lhes as tendências e, com isso, reverti bastante a situação, conseguindo muitas condenações.”

A reversão de uma situação de “ausência de justiça” refletida nas absolvições tem lugar privilegiado na memória dos promotores, pois relaciona-se diretamente com a ligação do promotor com a co-

munidade. O promotor é um estranho quando chega a uma cidade. Os advogados de defesa, em geral, são velhos conhecidos. O promotor precisa, então, ganhar a confiança da comunidade. Carmen Luiza Dias Azambuja destaca justamente isso:

“Possui um peso muito grande a confiança que a comunidade deposita no promotor, tanto que se tenta fazer realmente justiça, que se tenta restabelecer o *status quo*. (...) E aí, depois que és conhecida na comunidade pela tua atuação, eles te acompanham com a maior tranquilidade se confiam em ti. Mas aí tens que fazer um trabalho sério. Quando há prova, tu tens que pedir a condenação, quando não há, tu tens que pedir a absolvição para o promotor ter credibilidade na sua conduta. Isso é fundamental para um júri.”

Oyama Francisco Fontoura da Rocha liga a relação de confiança do promotor com a comunidade, com a postura do mesmo, exemplificada pela prática por ele adotada de pedir a absolvição do réu quando o julgava inocente ou não havia provas de culpa:

“Acredito que essa nossa postura tinha uma grande influência sobre os cidadãos e as cidadãs que compunham o corpo de jurados, porque eles depositavam incondicional confiança nos seus promotores.”

As unidades narrativas surgem e se repetem espontaneamente nos relatos. Verena Alberti afirma que elas constituem algo mais do que construções subjetivas ou versões do passado. “Elas condensam alguns dilemas correntes no campo do direito e por isso têm a ver com a própria filosofia do direito”<sup>11</sup>. Nas entrevistas do presente volume, a unidade narrativa que melhor corrobora essa afirmação é a de que o júri é mais do que a ciência jurídica. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, em sua análise antropológica do Tribunal do Júri, percebeu justamente isso:

“O exercício desse poder de construir mortes legítimas e ilegítimas – ou se quisermos, absolvições e condenações legítimas – baseia-se muito menos no uso da força e da justificação racional, e muito mais na produção de imagens, na manipulação de símbolos e na orga-

---

<sup>11</sup> ALBERTI, Verena. Op. cit., p. 110.

nização desses em um quadro cerimonial. Justamente esses recursos teatrais, culturalmente sutis e complexos, constroem a legitimidade do poder do Júri e das decisões que produz”<sup>12</sup>.

É exatamente o que Thales Nilo Trein percebeu em seu primeiro júri. Trein atuava em um caso sem maiores dificuldades: o réu assassinara a noiva com seis tiros, quatro dos quais pelas costas, chutara após o seu rosto e declarou ainda no interrogatório que, após o homicídio, fora dormir. O promotor novato iniciou de forma imparcial, citando os códigos, doutrina, jurisprudência. Cuidava para não gesticular, permanecendo estático. Percebia que os jurados ou apresentavam expressões indefinidas ou não prestavam atenção. Ao modificar a forma de agir e de falar, atuando com mais emoção, percebeu que passou a captar a atenção dos jurados e do público. Trein concluiu: “Daquele episódio, recolhemos nossa primeira lição no Júri: descobrimos na poeira da arena que o Tribunal Leigo pouco recolhe da oratória crua e da linguagem forense tradicional. Por mais didáticos que sejamos ao abordar o fato ou a adequação deste à norma legal, não entraremos jamais em sintonia com os jurados se não usarmos (intuitiva ou tecnicamente, não importa) as linguagens que preferem ouvir, que dominam e usam no cotidiano de suas vidas”<sup>13</sup>.

José Pedro Machado Keunecke relata como adquiriu essa percepção ao modificar sua forma de atuar no júri em Ijuí:

“Eu fazia um trabalho mais técnico, mais objetivo. E os réus vinham sendo absolvidos comigo. Havia advogados muito experientes lá, dentre eles, já falecidos, João Leonardo Vieira Koeller e José Pedro Carlan Martins - vulgo Jacaré - que também atuava em Cruz Alta. Eles tinham um estilo mais popular no júri, mais solto. E eu fazia um júri mais técnico, não concedia apartes. Eu sei que eles iam absolvendo os réus, e eu fazendo júri técnico, lutando, mas estritamente técnico. E, numa ocasião, o pessoal da imprensa – já havia jornal, rádio, ali eu sentia mais o peso da profissão – me cobrou, pois eu já fizera cerca de nove júris e todos os réus tinham sido absolvidos. ‘O que posso dizer é

<sup>12</sup> SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Op. cit., p. 17.

<sup>13</sup> TREIN, Thales Nilo. Op. cit. p. 154. Nessa obra, Thales Nilo Trein analisa o Tribunal do Júri do ponto de vista da linguagem: como a oratória, os gestos e até a linguagem não falada são importantes para os operadores do Direito que atuam no júri.

o seguinte: estou fazendo o máximo, me esforço ao máximo'. (...) Então mudei da noite para o dia, passando a atuar da mesma forma como eles atuavam, concedendo apartes, pedindo apartes e discutindo abertamente o processo durante todo o julgamento. As coisas mudaram e, já naquele julgamento, o réu foi condenado, nascendo ali a minha ligação com o Tribunal do Júri”.

É interessante que Keunecke afirma que foi a partir desse momento, do entendimento de que o júri era mais do que direito, que nasceu a sua ligação com o Tribunal Leigo.

Carmen Luiza Dias Azambuja ilustra de que forma o promotor, conhecendo essa realidade, trabalha para obter a condenação, quando é necessário. Ela cita um caso de um crime passional em que atuou em Sapucaia, quando um homem matou a namorada, que era prostituta, pois ela terminou o relacionamento. A moça disse ao réu que não o queria mais. Ele, transtornado, a matou. Carmen, conhecendo a realidade machista – a vítima era uma prostituta; o réu, alguém integrado na comunidade – imaginou que seria difícil obter a condenação. Ela conta:

“Aí inverti, comecei ‘Essa moça que a defesa vai dizer que era isso, que era aquilo, que era aquilo outro, teve mais honra do que ele porque ela poderia ter se aproveitado, tirado dinheiro dele, o enganando, ela teve a coragem de dizer ‘Não, não quero mais’. E ele que parecia ser um bom menino, é que agiu errado’. O réu chorando, todo o júri também. O impacto era grande, e eu tendo que defender para a comunidade ‘Olha, claro que ele está sentido, que foi um ato de egoísmo, mas ninguém mata por amor’. O advogado entrou também no jogo. O advogado, não sei se porque sentiu que eu fui levando os jurados a entenderem que esse não era o procedimento certo, que aquilo ali havia sido uma frustração dele e não uma demonstração de amor, se perdeu também, e os jurados condenaram sem nenhum privilégio, nem o da violenta emoção”.

O crime era o mesmo, os artigos do Código Penal eram os mesmos. Foi a inversão da lógica promovida pela promotora mostrando a vítima como vítima, como uma pessoa íntegra que não quis sustentar uma situação falsa. E mostrando o réu, não como um coitado que fora

enganado por uma mulher de má índole, mas como alguém egoísta, que matara por não conseguir aceitar a negativa da vítima. É uma ótima ilustração dessa unidade narrativa: o júri não é somente direito e o promotor para bem atuar no júri deve saber disso.

Marcelo Ribeiro sistematiza isso:

“Só conhecimento jurídico não basta. A argumentação no júri ultrapassa o conhecimento jurídico penal e processual penal. O jurado, por ser leigo, quando é sorteado para compor um Conselho de Sentença, é compromissado para julgar “*de acordo com sua consciência e com os ditames da Justiça*”. Então o jurado não é compromissado para julgar de acordo com a lei, doutrina e jurisprudência”.

Nas entrevistas são feitas questões semelhantes para todos os depoentes. Assim, alguns temas aparecem em quase todos os relatos. Um desses temas diz respeito às diferenças entre as comunidades em que os promotores atuaram. Essas diferenças têm reflexos no Tribunal do Júri. Delmar Pacheco da Luz em trabalho denominado “Fatores Sócio-Culturais na determinação dos Veredictos” demonstra como a origem étnica de uma comunidade afeta o número de homicídios, bem como de condenações e absolvições no Tribunal Popular. Examinado três grupos de cidades – de colonização luso-brasileira, de colonização italiana e de colonização alemã – Delmar verificou que o número de homicídios é mais alto no primeiro e mais baixo no último. Já as condenações são mais frequentes no grupo de colonização alemã e menos frequentes no grupo luso-brasileiro<sup>14</sup>. Esse é um dado importante e que corrobora a unidade narrativa “o júri é mais do que direito”. Conforme Kátia Duarte de Castro: “O Tribunal dos Jurados opera uma redução na referida dimensão ideológica, na medida em que, no julgamento por ele operado, serão as valorações do próprio grupo ao qual pertence o acusado que determinarão sua condenação ao absolvição”<sup>15</sup>. Delmar analisa:

“Primeiro se observou que nessas regiões de colonização italiana e alemã - e se procurou as cidades que são de colonização mais fechada - esses grupos foram levados para locais que ofereciam gran-

<sup>14</sup> LUZ, Delmar Pacheco. *Júri: um tribunal democrático*. Porto Alegre: Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2001, p. 69-104.

<sup>15</sup> CASTRO, Kátia Duarte de. *O Júri como instrumento de controle social*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999, p. 19.

des dificuldades, a começar pelo acesso. Os imigrantes não foram devidamente assistidos, eram mandados para lá e tinham que sobreviver em pleno século XIX. Esses grupos desenvolviam uma grande solidariedade, até pela necessidade de sobrevivência e nessas circunstâncias a perda de qualquer membro tinha um impacto muito grande.(...). É diferente dos grupos que se formaram a partir da colonização que eu chamo de luso-brasileira que é basicamente o português que foi miscigenando com o índio e que vinham cada um de um lado, se estabeleciam em um determinado lugar. (...) Eram esses andarilhos que, muitas vezes, já vinham até fugidos de problemas com a Justiça e para quem - eu brinco nas aulas - matar alguém era algo circunstancial, isso pode acontecer com qualquer um. Então o luso-brasileiro nunca teve essa reprovação ao homicídio que é muito própria das culturas alemã e italiana, além do fator religioso muito presente”.

Esse é um dos principais argumentos a favor do Tribunal do Júri: a possibilidade de levar em consideração os fatores culturais. Castro considera que a garantia do acusado ser julgado pelos seus semelhantes representa muito para o réu, “principalmente em razão de três aspectos: as particularidades dos vários grupos que compõem o Estado brasileiro; a massificação dos julgamentos, e à utilização da equidade. Verdadeiramente, nunca é demais relembrarmos as dimensões continentais do Brasil, e as inúmeras diferenças culturais existentes. Os jurados julgarão o acusado em conformidade com os padrões morais da sociedade à qual ele pertence, ou na qual cometeu o crime. Embora a lei seja a mesma para toda a União, sua aplicação, quando operada pelos leigos que constituem o conselho de sentença, adequa-se àquela comunidade específica”<sup>16</sup>.

Marcelo Ribeiro percebeu essas diferenças nas cidades em que atuou. Sobre São Borja: “Chamou-me a atenção, na oportunidade, o número de homicídios naquela cidade”. Já com respeito a Santa Cruz do Sul: “A sociedade é muito ordeira e disciplinadora, sendo, portanto, rigorosa com o criminoso, principalmente, tratando-se de crime de homicídio. É a visão de vida dos alemães e seus descendentes. Foi onde trabalhei com jurados de maior qualificação social e cultural.

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 45-46.



Eram, essencialmente, professores, médicos, engenheiros e diretores de empresas.”

Daltro Aguiar Chaves recorda o perfil da comunidade em Crissiumal: “O alemão tem uma característica: no fim de semana ele briga e nunca mata, é muito raro haver homicídio em zona colonizada por alemães. Mas eles brigam e há lesões corporais. Não me recordo bem, mas certamente predominavam delitos de pequeno potencial ofensivo.”

Sônia Eleni Corrêa Mensch também verificou diferenças nas comunidades. Sobre Crissiumal: “fui primeiro para Crissiumal que era uma comunidade muito pequena, de origem alemã, com hábitos e costumes completamente diferentes. Os crimes eram completamente diferentes do que a gente estava acostumada a ver por aqui. Havia conflitos entre vizinhança, muito poucos homicídios, muito poucos roubos e muitos crimes de menor potencial ofensivo.” E sobre São Borja: “O próprio crime na Comarca de São Borja era diferente. Existia aquele crime passional, o crime da legítima defesa da honra, que não peguei em nenhuma outra comarca.”

No mesmo sentido, José Pedro Machado Keunecke recorda Guaporé: “Guaporé foi uma passagem interessante. Normalmente os italianos, os gringos, discutem muito, brigam, mas não se matam, raramente se matam. São muito de brigar, discutir, dizer palavrão, mas raramente se matam. Então, em Guaporé, eu não fiz um júri sequer.”

Outra questão refere-se à opinião dos entrevistados a respeito ao Tribunal do Júri. Guilherme de Souza Nucci, juiz em São Paulo, em um artigo para a Folha de São Paulo em 23 de março de 2010, defende a supressão do Tribunal do Júri. O magistrado considera uma contradição exigir que um juiz togado julgue com apego a leis e códigos e permitir que o jurado julgue sem nenhum vínculo à lei. Entre outras objeções, Nucci destaca a maior possibilidade do júri ser influenciado pela pressão popular e pela mídia e a ausência de fundamentação nas decisões dos jurados, enquanto o juiz togado possui obrigação constitucional de fundamentar suas decisões<sup>17</sup>. Muitos operadores do direito

---

<sup>17</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Júri decide sem vínculo a códigos*. Folha de São Paulo, 23 de março de 2010.

concordam com Nucci. Não corresponde aos nossos objetivos discutir argumentos favoráveis e contrários aos Tribunais do Júri. Deseja-se conhecer a opinião dos depoentes.

Delmar Pacheco da Luz comenta a influência da mídia sobre o júri: “Todo o juiz sofre, de alguma maneira, influência do ambiente. É claro que o juiz técnico procura se preservar disso, mas não há como negar que, em certos casos de maior repercussão, a divulgação que acaba ganhando na mídia termina também condicionando o julgador. (...) O Tribunal do Júri inevitavelmente vai sofrer esse tipo de influência; e naqueles casos que ganham grande repercussão, é inevitável que o cidadão que será jurado sofra influência daquilo que ouve e lê. Se o júri pudesse ser isento dessas influências não seria o júri popular. Esse é o defeito que se aponta no júri, mas essa também é a virtude do júri. Quer dizer, o júri reflete o sentimento da sociedade de alguma forma. (...) Ninguém consegue ser absolutamente neutro diante de uma determinada situação. Isso hoje é uma coisa reconhecida pelos próprios magistrados.(...) . A minha experiência me diz que o júri não erra mais do que o juiz singular. “

José Antônio Paganella Boschi também discorre sobre a influência da mídia: “Para mim é inegável que a manutenção de um caso penal na mídia por semanas ou meses acaba desnudando aspectos que muitas vezes são introjetados na cabeça das pessoas sem qualquer chance de contestação. Os acusados não dispõem dos espaços que os jornais abrem à polícia e até mesmo ao Ministério Público – sem contar as inúmeras opiniões dos jornalistas e mesmo dos leitores – criando um clima propício para a formulação de certas premissas (contra ou mesmo a favor do acusado) que dificilmente poderão ser modificadas”.

Carmen Luiza Dias Azambuja compara atuação do juiz togado com a do jurado:

“Pode-se encarar de duas formas. Tecnicamente o julgamento pelo juiz togado tende a ser mais justo. Porque ele sabe separar o joio do trigo e não se deixar influenciar pela parte emocional, realmente julgar pelo que há nos autos. Agora há julgamentos que mostram que a sensibilidade da comunidade é muito grande. E isso pode reverter toda uma situação.(...). Aí se pode ver que nem sempre a instituição

do júri é inadequada, não se pode dizer que ela não seja correta, que ela não levante valores para a comunidade. Temos que conhecer muito a comunidade e, muitas vezes, saber levar os valores certos”. Carmen aqui destaca justamente a importância dos valores da comunidade que, no seu entender, são considerados pelo Tribunal do Júri.

Sônia Eleni Corrêa Mensch defende a Instituição do Júri, considerando fundamental a participação da sociedade na administração da justiça: “É certo que o juiz, o magistrado, tem condições técnicas. A decisão do júri nem sempre é técnica. Às vezes, ela é uma decisão de bom senso. O júri é a sociedade ali presente, decidindo. Defendo a instituição do júri, porque entendo que é a forma que a sociedade tem de fazer justiça, é uma forma também de partilharmos a responsabilidade de fazer justiça. (...) acredito sinceramente na Instituição”.

E Marcelo Ribeiro declara o seu apreço pelo Júri: “Sempre tive uma atração muito forte por essa instituição, em especial, por ser a mais viva expressão da democracia. Fascina-me o povo julgando livre das amarras da lei, dizendo o que quer para sua disciplina e segurança, fazendo uma criminologia sem rótulo”.

Um tema que não pode deixar de ser mencionado, já que há duas mulheres entre os depoentes, é a atuação da mulher no Tribunal do Júri. Carmen Luiza Dias de Azambuja ingressou no Ministério Público em 1982 e Sônia Eleni Corrêa Mensch, em 1990. As primeiras mulheres ingressaram na Instituição em 1976, não muito antes, portanto, de Carmen. Ela comenta que foi a primeira mulher promotora fazendo júri em Santa Rosa: “Lotou o júri. Os advogados eram quatro, só eu de promotora, um deles era prefeito ou ex-prefeito da cidade. Ganhei o júri, eu só ouvi assim de longe ‘Só podia ser uma mulher’. Tu estavas, bem calma, na tua sala, entrava uma pessoa bem simples e dizia assim: ‘O promotor tá, dona?’ Eram coisas que faziam parte, a gente sabia”.

Sônia Eleni Corrêa Mensch enfrentou preconceito em São Borja. Após um início no qual foi subestimada, passou a ser respeitada pela postura.: “Tenho para mim que São Borja foi a comarca que me moldou, que me fez ser a promotora aguerrida que sou hoje, que sei que sou, porque ou assumia essa postura de ir para o enfrentamento ou nunca teria condenado ninguém”.

Alguns anos depois, Sônia rompeu um tabu ao tornar-se a primeira mulher no tribunal do Júri de Porto Alegre. Ela conta que encontrou resistência: “Foi complicado nos primeiros tempos. Primeiro gerou uma curiosidade muito grande. Como a porta do plenário do júri é aberta, é uma sessão pública, as pessoas entravam quando eu estava atuando, olhavam, ficavam um pouco e saíam. Isso, felizmente, não durou muito tempo. Mas eu ouvia e sabia por algumas pessoas próximas que o comentário, depois que começaram a ver as minhas atuações era o de que ‘Em Porto Alegre agora havia uma promotora que fazia júri igual a um homem’. (...) Isso nunca me impressionou, isso nunca gerou nenhum tipo de conflito em plenário, embora muitas vezes, alguns advogados tentassem me intimidar dizendo ‘Ah, plenário não é lugar de mulher’. Isso tudo eu ouvi”. Um dos responsáveis por Sônia assumir uma das vagas do Júri na capital foi Marcelo Ribeiro. Ela conta em sua entrevista e ele confirma: “fui dos grandes responsáveis pela ida da primeira mulher para o Tribunal do Júri da Capital, que foi a doutora Sônia Eleni Corrêa. Sempre tive uma grande admiração pelo trabalho dessa promotora, principalmente no júri, dada sua argumentação poderosa, cultura e destemor. Na época, os promotores do júri eram designados pelo procurador-geral e não se admitia mulher. Consegui convencer o procurador-geral de que Sônia iria tornar mais forte a coluna acusatória no Júri. Não me enganei. Foi um sucesso. A Sônia foi um marco portanto. Um exemplo a ser seguido”. As reservas duraram pouco. Sônia se impôs e, depois dela, muitas mulheres já ocuparam a tribuna do Júri em Porto Alegre.

Finalmente, há que se destacar alguns fatos interessantes não relacionados ao Júri. Há muitos, mas somente alguns serão mencionados.

Em maio de 1989, Thales Nilo Trein, promotor em São Gabriel protagonizou um dos primeiros episódios de defesa do meio ambiente pelo Ministério Público no Rio Grande do Sul. Tendo recebido uma denúncia de que uma retroescavadeira estava extraindo areia em área de preservação permanente, às margens do Rio Vacacaí, e apurado que se tratava de uma ação da prefeitura, Trein prendeu em flagrante três

funcionários da prefeitura e o secretário de obras do município. Ele relata:

“Naquela época, pouco se dava importância à questão ambiental. Quando cheguei lá, acabei descobrindo que, na verdade, quem estava devastando a mata ciliar do Rio Vacacaí, matando animais e flora, era a própria Prefeitura, permitindo que grupos de areieiros e latifundiários sugassem o manancial para irrigar as suas lavouras. Ou seja, São Gabriel, por vezes, ficava sem água no verão, em alguns bairros, fruto desses fatos terríveis. Em face disso, resolvi prender em flagrante delito os funcionários da Prefeitura e o próprio Secretário de Obras. (...) Mas, por fim, o desfecho da história foi amplamente favorável ao Ministério Público, a mim e à minha família, embora algumas ameaças veladas: ‘Cuidado, doutor, o senhor não conhece São Gabriel’”.

Após, o promotor ingressou com uma ação civil pública contra a prefeitura.

Outra passagem importante diz respeito à investigação iniciada por José Pedro Machado Keunecke como Coordenador do centro de Apoio Criminal com respeito a torcidas organizadas de times de futebol após episódios de violência ocorridos em um grenal de juniores.

“Inclusive, aqui, como coordenador do Centro de Apoio, em razão de uma bagunça que houve em relação a essas torcidas organizadas de futebol, resolvi investigá-las, pedi abertura de um grande inquérito policial. Então, o jornal noticiou: ‘Promotor vai investigar torcidas’. Isso foi em novembro de 1998. (...)”

‘A séria incidência ocorrida no Grenal de juniores, quarta-feira, no Beira-Rio, não poderá mais se repetir em estádios do Rio Grande do Sul. Para evitar atitudes dessa ordem e aborrecimentos mais graves no futuro, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Brigada Militar e a Polícia Civil vão investigar amplamente a ação dos torcedores nas arquibancadas, inclusive as torcidas organizadas. O inquérito foi instaurado ontem’. Enfim, nós resolvemos fazer, divulgamos bem na imprensa para que se desse um basta a essa violência das torcidas que estava iniciando aqui no Rio Grande do Sul.”

Ainda convém mencionar, a atuação de Sônia Eleni Corrêa Mensch na Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos. Ela enfatiza,

em seu depoimento, a importância do Projeto Alquimia, que transforma máquinas caça-níqueis apreendidas pela Força-Tarefa, em computadores destinados a comunidades carentes.

“O Projeto Alquimia é uma coisa belíssima, cada máquina para mim não é uma mera máquina, tipo um joguinho qualquer, não é uma mera máquina caça-níquel que permite que o explorador ou o contraventor ganhe dinheiro fácil. Cada máquina para mim representa um pouquinho a mais de sustentabilidade do Projeto Alquimia. Quando se entrega uma sala de informática para uma comunidade carente, que não teria condições de oferecer isso àquelas crianças, àqueles adolescentes por outros meios, quando se vê a transformação da máquina caça-níquel em computador e o laboratório de informática montado, vemos o valor que tem esse trabalho que fazemos aqui. Hoje sou ferrenha, sou aguerrida da mesma forma, trabalho na apreensão, no cumprimento dos mandados da mesma forma que trabalhava no júri.”

Encerradas essas considerações, remetemos o leitor ao exame das entrevistas.

Um último ponto a ser destacado, é o caráter histórico desta publicação. Não existe nenhum intento de julgar ou reprovar os réus dos processos citados. Os fatos mencionados foram amplamente divulgados nos jornais e em outros meios de comunicação e os reproduzimos com exclusivo interesse histórico.

### **Bibliografia**

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CASTRO, Kátia Duarte de. *O Júri como instrumento de controle social*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999.

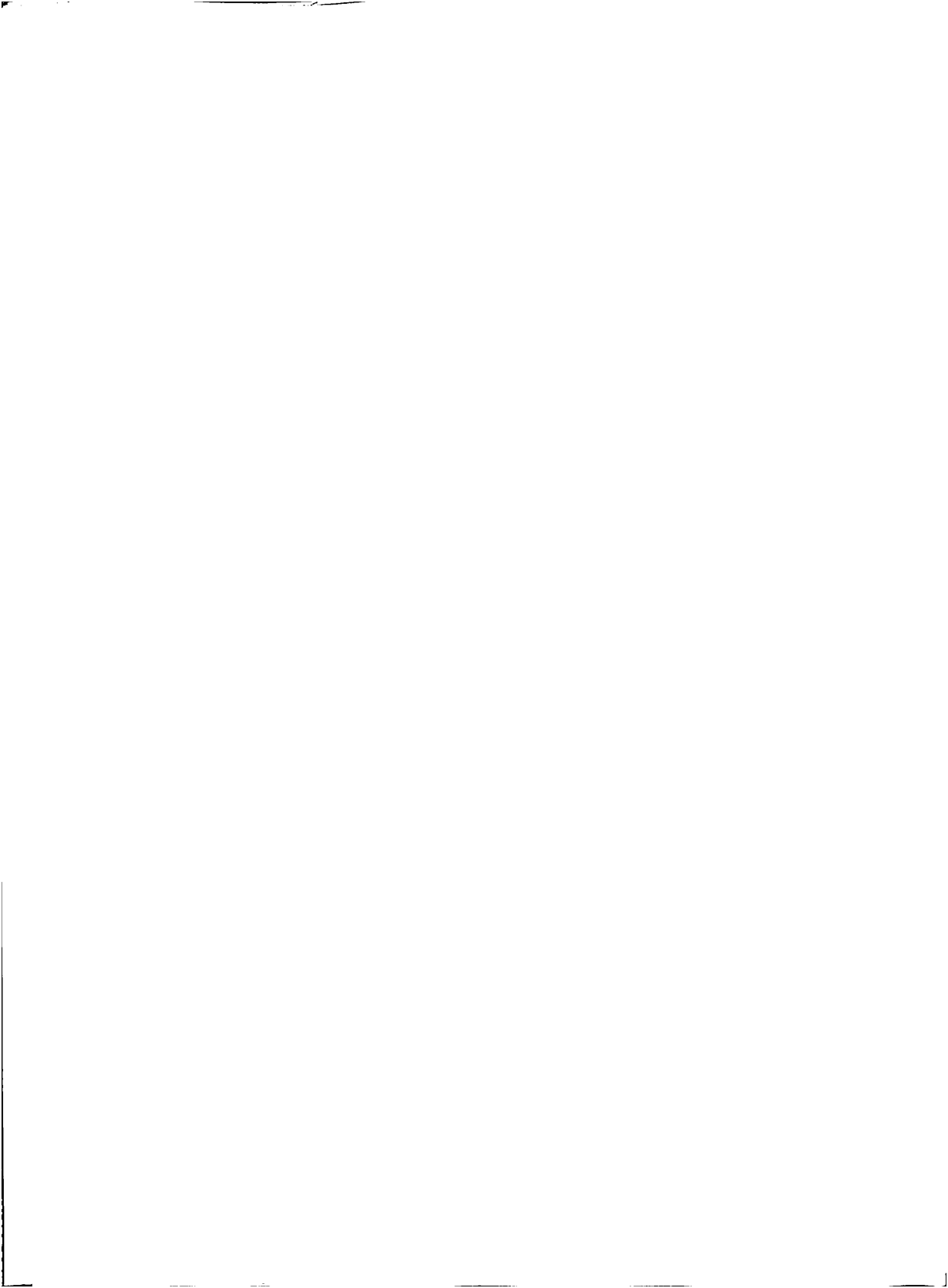
FÉLIX, Loiva Otero. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Rememorações para o futuro*. Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória: Porto Alegre: 2001.

LUZ, Delmar Pacheco. *Júri: um tribunal democrático*. Porto Alegre: Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Júri decide sem vínculo a códigos*. Folha de São Paulo, 23 de março de 2010.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Tribunal do Júri: Dramatizações da Vida através de Complexos Jogos Narrativos*. In: BITTAR, Walter Barbosa. (org.) *A Criminologia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2007.

TREIN, Thales Nilo. *Júri: as linguagens praticadas no Plenário. A oratória, os gestos e uma nova comunicação*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1996.





## *Carmen Luiza Dias de Azambuja*



*Carmen Luiza Dias de Azambuja é natural de Porto Alegre. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1982. Atuou nas comarcas de Santa Rosa, Iraí, Sobradinho, Capão da Canoa, Santo Antônio da Patrulha, Sapucaia do Sul e Porto Alegre. É mestre pela Samford University e doutora em Direito pela Unisinos. Atualmente é Procuradora de Justiça junto aos Grupos Criminais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.*

## **Carmen Luiza Dias Azambuja \***

**Memorial :** Doutora Carmen, vamos começar por suas origens familiares, local de nascimento, profissão dos seus pais.

**Entrevistada:** Sou natural de Porto Alegre. Minha mãe também é natural de Porto Alegre, mas meu pai era de Rosário do Sul. Então muito do que aprendi dos costumes do interior como, por exemplo, andar a cavalo, foi com ele. Nasci e me criei aqui em Porto Alegre. Quando passei no concurso é que fui mesmo para o interior. Então fiz todas as minhas paragens, fui a Santa Rosa, Iraí, Sobradinho, Capão, Santo Antônio, Sapucaia, Porto Alegre.

**Memorial:** Como é que foi a sua opção pela carreira jurídica, pela faculdade de Direito?

**Entrevistada:** Eu sempre quis. A minha irmã era professora, eu achava muito bonito dar aula, mas sempre quis Direito, não sei nem te explicar o porquê. Eu era muito pequena e achava bonito dar aula, gostava, tanto é que atualmente dou aula de Direito, mas sempre quis o Direito em si.

**Memorial:** O seu pai não era advogado?

**Entrevistada:** Não, o pai era economista e a mãe era dona de casa.

**Memorial:** A senhora cursou qual faculdade?

**Entrevistada:** Cursei a Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 1975 a 1979.

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 18 de setembro de 2006.

**Memorial:** E como é que era o ambiente universitário nessa época, era a época da ditadura ainda, a senhora se lembra de alguma coisa, havia alguma movimentação política?

**Entrevistada:** Eu era muito reservada, nunca fui de política, nunca me envolvi. Ia lá, estudava, ia para a biblioteca – ficava muito tempo, às vezes, na biblioteca – ia para o bar da faculdade, que era um ambiente gostoso, mas nunca ia para o diretório acadêmico, que era um cantinho separado da faculdade, parecia um mundinho à parte. Não ia porque não gostava de me envolver com isso. Acho que se cada um fizer a sua parte, não é preciso mais nada para se ter uma atuação política. Acho que é o melhor. Então cada um, muitas vezes, vai por interesse de aparecer, de reivindicar, mas esquece de cumprir o lado do seu viver.

**Memorial:** Antes do seu ingresso no Ministério Público, a senhora atuou como pretora. Como foi essa experiência?

**Entrevistada:** Sim, quando me formei, tinha apenas 22 anos, porque adiantei, fiz a faculdade não em cinco anos, mas em quatro anos e meio, e faço aniversário em dezembro. Era um período em que para ser juiz ainda precisava ter 25 anos – o que voltou – mais os anos de prática. À época, reativaram o cargo de pretor, que era o juiz temporário. Então apareceu o concurso, eu completava 23 anos em 18 de dezembro, o concurso ia até dia 19 de dezembro e a idade mínima era 23 anos. Eu me inscrevi, não tinha tido opção ainda de nenhum outro concurso, passei e comecei a minha carreira. No final da minha faculdade, comecei a trabalhar no escritório do pai. Meu pai era economista, possuía uma imobiliária, e comecei a ajudar, a fazer alguns processos até que tivesse terminado o concurso. Mas não era o que eu queria, ser advogada. Porque acho que misturar dinheiro com Direito não funciona. Tu podes ser injusta. Vais fazer o que o cliente está te pedindo, porque ele vai te pagar. Por isso, a minha opção sempre foi por um concurso, por uma carreira jurídica que não fosse de profissional liberal. Abriu a Pretoria e, logo em seguida, quando ainda era pretora

no primeiro ano, eu estava fazendo a Ajuris (Escola Superior da Magistratura), abriu concurso do Ministério Público. Fiz o concurso e, graças a Deus, ingressei na carreira que sigo desde 1982.

**Memorial:** E para o Ministério Público não havia o limite de 25 anos?

**Entrevistada:** Não, o Ministério Público era a única carreira para qual não havia nenhum limite, nem de idade nem de tempo, por isso que consegui fazer.

**Memorial:** E a senhora já pensava antes no Ministério Público ou foi em função da questão da idade?

**Entrevistada:** Foi em razão da idade. Eu achava muito bonita a carreira da Magistratura, porque, infelizmente pouco divulgam a missão do Ministério Público. Agora que o Ministério Público está conhecido. Antigamente nem era conhecida a função de promotor, há vinte e tantos anos.

**Memorial:** Ainda hoje é incrível como as pessoas desconhecem o Ministério Público.

**Entrevistada:** Imagine naquela época. Então como abriu, fiz, e foi uma opção muito interessante pelo tipo de atividade que fazemos no interior, principalmente no atendimento ao público. É lindo o que se aprende com a questão do atendimento ao público. A função do promotor junto à sociedade é a coisa que mais gratifica na nossa carreira.

**Memorial:** E como foi o seu concurso de ingresso?

**Entrevistada:** Tu perguntas se houve discriminação ou não houve?

**Memorial:** Sim.

**Entrevistada:** Ele era peleado, em termos assim bem gauchescos. Era difícil e com as restrições normais que existiam na época, porque fica estranho saber como é que a mulher vai se comportar numa profissão tão machista. Machista em termos de que a gente tem que demonstrar muita força e muita coerência.

**Memorial:** As primeiras mulheres entraram em 1976, a senhora entrou em 1982, não fazia muito tempo.

**Entrevistada:** É, não foi muito tempo depois. Tanto é que eu passei em cidades como, por exemplo, Santa Rosa, em que fui fazer um júri, e era a primeira mulher promotora fazendo júri na cidade. Lotou o júri. Os advogados eram quatro, só eu de promotora, um deles era prefeito ou ex-prefeito da cidade. Ganhei o júri, eu só ouvi assim de longe "Só podia ser uma mulher!". Tu estavas, bem calma, na tua sala, entrava uma pessoa bem simples e dizia assim: "O promotor tá, dona?" Eram coisas que faziam parte, a gente sabia.

**Memorial:** E entraram na sua turma muitas mulheres?

**Entrevistada:** Não, eu acho que éramos umas seis ou, no máximo, dez. Agora é que as moças estão mais ou menos meio a meio.

**Memorial:** É, no ano passado fiz um cálculo, no primeiro grau é meio a meio. No segundo grau, ainda há mais homens.

**Entrevistada:** É, no segundo grau, normalmente a Câmara é só de homens, agora é que está começando a modificar. Mas é uma coisa natural, é um problema cultural. Associa-se a coerência, a força, infelizmente, o trabalho do promotor é vinculado à força física, não à força moral, teres integridade na tua conduta. No entanto, depois que ficas um certo tempo, o pessoal te respeita, mesmo que não aceitem, se acomodam com a situação.

**Memorial:** Qual foi a sua primeira comarca?

**Entrevistada:** Foi Santa Rosa, designada, porque era terceira entrância naquela época, depois me classifiquei na minha primeira entrância, que foi Iraí. Depois fui para Sobradinho, Capão, Santo Antônio, Sapucaia e Porto Alegre. Em Porto Alegre fui para uma coordenadoria criminal, ajudei um tempo na Coordenadoria da Infância, quando veio o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e fui para a Fazenda Pública. Depois da Fazenda Pública vim para o Tribunal, onde estou desde 1995. Comecei no Alçada, numa câmara criminal – e continuo sempre numa câmara criminal – agora estou na Quarta Câmara Criminal, que é a dos prefeitos. A parte do Montanari é originária, e eu fico com os ex-prefeitos e os outros delitos como meio ambiente, corrupção, funcionais, uma porção de coisas, tributário também, que é o residual da Câmara, mas em nível de apelação.

**Memorial:** Voltando um pouco, lá em Santa Rosa, Iraí, essas primeiras promotorias em que a senhora atuou, quais eram as principais demandas?

**Entrevistada:** O promotor atuava muito, como até hoje no interior, em problemas de família, alimentos, separações, problemas com menores, problemas com drogas, furtos, alguma coisa de prostituição, também vinham para nós.

**Memorial:** E diferenças entre essas comarcas em termos de comunidade?

**Entrevistada:** Ah, havia sim. Por exemplo, Iraí tinha a peculiaridade de ter uma comunidade indígena. Uma vez tive que tomar uma providência em relação a um índio da comunidade de lá e aí veio o cacique conversar comigo dizendo: “A senhora passou por cima da minha autoridade, eu sou o cacique!”. Eu me desculpei, expliquei a situação, contornei e fiz o que tinha de fazer.

**Memorial:** Havia dificuldade de moradia nessas comarcas do interior, não?

**Entrevistada:** Havia muita. Quando fui pretora, tive que ficar em General Câmara, no hospital. Como eu ia sozinha para uma comarca ou alugava uma casa grande ou ficava em um hotel em que só havia homens, e aqueles que ficavam só de passagem, era meio arriscado, então fiquei no hospital. Depois, dentro do possível, eu ia e vinha, temporizava. Em Iraí foi muito bom, em Iraí e Santa Rosa fiquei em hotéis bons. O de Santa Rosa era muito tranquilo, muito gostoso, só que o custo da minha estada era muito caro. Mas em Iraí já foi mais razoável, porque era um hotel mais familiar, balneário antigo. Em Sobradinho uma senhora alemã era a dona e tomava conta, o hotel tinha sido reformado, então havia um quarto com banheiro privativo, senão, eram aqueles banheiros de fundo de corredor, comuns. Tinha só o café da manhã, eu tinha que fazer as refeições na rodoviária. São peculiaridades de cada local. Em Capão, por exemplo, havia a questão do veraneio, pois aumentam os preços na época de praia. Estavam terminando a reforma do prédio do Fórum, havia um apartamento em cima, aluguei e deu certo.

**Memorial:** A senhora estava falando das dificuldades materiais nessa época, que eram muitas.

**Entrevistada:** Sim, mas estávamos acostumados com isso. Não sei se é porque não havia outro parâmetro, sabíamos que era assim mesmo. Então agora isso aqui é um luxo!

**Memorial:** E os seus primeiros júris, a senhora fez muitos?

**Entrevistada:** Eu fiz bastante, desde o início. Em duas comarcas havia muitos júris. Sobradinho era uma comarca com muitos júris, porque era ao lado de Soledade, uma região em que há muitos homicídios. São pessoas boas, mas muito briguentas, não levam desaforo para casa, e aí saem as discussões e, se a pessoa não se controla, ocorre homicídio. Houve até um homicídio de dois filhos contra um pai, que era um homicídio bárbaro na cidade, aconteceu e eu tive que fazer o júri. Em Sapucaia, que eu era da vara do júri, cheguei a ter uma se-

mana com seis júris, segunda, quarta e sexta, dois em cada dia, um de manhã e um de tarde, eu só trocava o material. É interessante porque sou uma pessoa tímida, introvertida, mas o júri mexe muito contigo, perdes a tua temperatura, perdes a fome, porque é o teu contato com as pessoas e a tua resposta para a comunidade. Tu representas a comunidade. Chegou em Sapucaia para mim a avó de um menino que foi assassinado e era arrimo de família, cuidava da avó e de todo mundo. Ela veio, entrou e perguntou “Doutora, eu preciso contratar advogado?”, eu disse “Não obrigatoriamente, a minha missão é fazer o júri, eu já li o processo — e não era eu quem tinha feito a instrução do processo, peguei o processo pronto para júri, eu disse — não há prova de que o crime foi cometido, de que seu neto não havia feito nada, que ele não poderia ter sido assassinado dessa forma. Se a senhora quiser, a senhora tem direito”. Daí ela olhou para mim e disse “Confio na senhora”. Quando eu fui fazer o júri, ela estava lá sentadinha. Possui um peso muito grande a confiança que a comunidade deposita no promotor, tanto que se tenta fazer realmente justiça, que se tenta restabelecer o *status quo*. Então, nesse aspecto, o júri é muito estressante, porque ele mexe todo o tempo com o promotor, saía exaurida pela dedicação exclusiva naquele momento, pelo estresse, pela tensão. Porque tudo pode mudar. Eu já tive júri em que uma lâmpada desligando mudou o resultado. São coisas em que a atenção tem que estar presa: até um suspiro do jurado. Não podes perderes o momento certo de captar o interesse, a atenção deles ou o motivo por que tu estás defendendo uma coisa ou outra. Nesse sentido, ele é muito interessante pela resposta que se tem também. E aí, depois que és conhecida na comunidade pela tua atuação, os jurados te acompanham com a maior tranquilidade, se confiam em ti. Mas aí tens que fazer um trabalho sério. Quando há prova, tens que pedir a condenação; quando não há, tu tens que pedir a absolvição para o promotor ter credibilidade na sua conduta. Isso é fundamental para um júri.

**Memorial:** E a senhora, pela sua experiência, acredita que a instituição do júri é uma instituição válida ou o julgamento por um juiz togado seria mais adequado?



**Entrevistada:** Pode-se encarar de duas formas. Tecnicamente o julgamento pelo juiz togado tende a ser mais justo. Porque ele sabe separar o joio do trigo e não se deixar influenciar pela parte emocional: realmente julgar pelo que há nos autos. Agora há julgamentos que mostram que a sensibilidade da comunidade é muito grande. E isso pode reverter toda uma situação. Eu tive um caso em Sapucaia que eu não sabia se ia dar certo, até nem acreditava que desse em uma condenação. Era um crime passional. Vocês sabem que um crime passional é difícilimo. Um homem matou uma namorada que era prostituta. Ele era encantado por ela, e ela teve a coragem de dizer para ele que não o queria mais. Ele ficou desnortado, chamou-a e a matou. Houve a primeira condenação, ficou oito anos em grau de recurso e aí baixou do Tribunal para um novo júri. Veio para mim, eu pensei “Crime passional, cidade grande, seria difícil, sabendo-se da nossa cultura e de todo o histórico da vítima”.

**Memorial:** O acusado estava preso ou estava solto?

**Entrevistada:** Estava solto. Quando o processo veio para eu fazer o júri, pensei “Seja o que Deus quiser! Eu vou fazer o meu trabalho. Eu não posso, perante a comunidade, sustentar uma coisa errada que é homicídio pela honra ou homicídio privilegiado, qualquer coisa nesse sentido porque ele matou, porque ele não aguentou que a moça o tivesse deixado”. Aí inverti, comecei “Essa moça que a defesa vai dizer que era isso, que era aquilo, que era aquilo outro, teve mais honra do que ele porque ela poderia ter se aproveitado, tirado dinheiro dele, o enganando, ela teve a coragem de dizer ‘Não, não quero mais’. E ele que parecia ser um bom menino, é que agiu errado”. O réu chorando, todo o júri também. O impacto era grande, e eu tendo que defender para a comunidade “Olha, claro que ele está sentido, que foi um ato de egoísmo, mas ninguém mata por amor”. O advogado entrou também no jogo. O advogado, não sei se porque sentiu que eu fui levando os jurados a entenderem que esse não era o procedimento certo, que aquilo ali havia sido uma frustração dele e não uma demonstração de amor, se perdeu também, e os jurados con-

denaram sem nenhum privilégio, nem o da violenta emoção. Depois de oito anos que estava no Tribunal, veio para um novo julgamento. Então vocês imaginem a distância que havia e eles poderiam pensar “A coitada já está morta e o réu está refazendo a vida”. O próprio réu estava chorando e os jurados o condenaram sem nenhum privilégio. Aí se pode ver que nem sempre a instituição do júri é inadequada, não se pode dizer que ela não seja correta, que ela não levante valores para a comunidade. Temos que conhecer muito a comunidade e, muitas vezes, saber levar os valores certos. E, graças a Deus, a comunidade aceitou porque eu temia que ficasse um parâmetro errado. E vai de boca em boca. Dizem assim “Então eu posso fazer!”. Um recurso de uma decisão do júri é difícil ser revertido no mérito, é difícil provar que eles foram incorretos, eles têm opções, eles têm direito a fazer essas opções.

**Memorial:** A senhora disse que o primeiro julgamento foi anulado pelo Tribunal? E a senhora não se lembra qual foi o motivo, qual a alegação?

**Entrevistada:** Foi anulado. Deve ter sido isso, porque era crime passional, não me lembro, faz muito tempo, mas se não me engano era por isso. Porque era crime passional então o Tribunal deu uma outra oportunidade para que o Tribunal do Júri revisse e ficou oito anos do primeiro julgamento para o segundo.

**Memorial:** Eu perguntei porque é difícil a anulação do veredito do júri, não é muito frequente.

**Entrevistada:** A própria orientação do Tribunal em julgamento técnico era para acolher um crime passional como crime escusável. Com isso dá-se a chance de que isso pudesse ser considerado como legítima defesa da honra que estava muito em moda naquela época. Ainda está, mas menos. Antigamente era muito mais fácil alegar e o advogado conseguir isso.

**Memorial:** Ainda está ?

**Entrevistada:** Ah, sempre há. Sempre há. Mas como é que estão as nossas músicas *funk*? Como é que fica a mulher? Não tem muita diferença. Na hora parece que todo mundo tem o mesmo direito, mas culturalmente ainda há esse tipo de desconsideração. Podem ver pelo teor das músicas.

**Memorial:** A senhora esteve em Capão da Canoa em 1985, 1986. Nesse período houve aquele crime da gangue da Praça da Matriz, a senhora teve contato com esse caso?

**Entrevistada:** A denúncia foi comigo.

**Memorial:** E como é que foi?

**Entrevistada:** A denúncia foi comigo. A delegacia agiu muito bem, em 15 dias eu tinha o inquérito e estava oferecendo a denúncia. Um caso em que o próprio legista, à época o diretor do Instituto Médico Legal, ligou para me dizer “Doutora, se a senhora precisar de alguma declaração eu faço, porque em toda a minha vida – era uma pessoa, eu acho, que com mais de 20 anos de carreira – eu nunca vi nada parecido. Com a voadora, eles estouraram os dois pulmões do menino, do Alex Thomas”. Foi impressionante. Ofereci denúncia, estava marcado o interrogatório, mas, nesse meio tempo, fui para Santo Antônio.

**Memorial:** O crime gerou uma comoção muito grande na época. Tanto que as pessoas até hoje ainda lembram da gangue dos matricizes, principalmente do Alex Thomas. A senhora tem lembrança dessa repercussão grande?

**Entrevistada:** Sim, muitas vezes, as notícias estavam no jornal, e eu nem sabia. Porque eu estava fazendo o processo e, às vezes, no jornal já havia mais informações. A data do interrogatório estava no jornal e eu não tinha sido intimada ainda. Mas a delegacia funcionou muito bem. Foi feita em 15 dias a prova toda e aí houve a denúncia. Eles agiram da seguinte maneira: a menina

e o menino estavam andando de um lado e o pessoal da gangue da Matriz estava andando no outro. Eles começaram a brincar com a menina, foram atrás dos dois. O Alex ficou um pouquinho para trás, protegendo-a, falou com eles. Eles não se contentaram e o pegaram. O menino não fez nada, todos os depoimentos confirmavam isso. E esse golpe fatal foi dado depois de ele apanhar. Foi o último antes de eles irem embora. Um deles deu o golpe fatal da voadora que estourou os dois pulmões do menino, causando-lhe a morte. Houve a denúncia. Era um crime que tinha qualificadoras, o concurso de agentes, o motivo fútil e tudo. Depois que eu saí, houve um aditamento e o Tribunal ficou com a denúncia antiga e não com o aditamento. Como o aditamento é tecnicamente uma peça posterior, em razão disso, ficou homicídio simples e não qualificado. Por isso que a pena deles restou abrandada, porque ficou homicídio simples e não qualificado como era o inicial.

**Memorial:** Esse grupo dos matrizeiros era de jovens de classe média alta, havia filhos de deputados, não é?

**Entrevistada:** Eram de classe alta mesmo, sobrinho de governador à época, tinha filho de deputado, tinha filho de escritor. A violência não tem classe social. Ela se generaliza pela falta de valores. E como eram meninos altamente treinados e talvez altamente acobertados em razão de seu nível social, ninguém dava muita importância para as maldades que faziam. Foram crianças que não receberam limites. Então o que aconteceu foi que, na hora em que usaram todo o seu poder em razão da força, da condição física e da impunidade, cometeram homicídio.

**Memorial:** Acho que eles lutavam artes marciais.

**Entrevistada:** Totalmente, eram meninos enormes, trabalhados, com musculatura e tudo para isso, há muito tempo. Porque eles bateram só para mostrar a força física – além do nome – que eles cultivavam. Senão não se dá um golpe certo e mortal.

**Memorial:** A senhora lembra das penas que eles receberam?

**Entrevistada:** Foi por volta de seis anos. Havia um com problemas mentais que ficou em atendimento, era o filho de um escritor.

**Memorial:** Sapucaia do Sul foi a sua última comarca do interior antes de vir para Porto Alegre? E como é que foi a sua atuação no primeiro grau em Porto Alegre?

**Entrevistada:** Fui para a coordenadoria criminal que é o que atualmente se chama de promotorias especializadas. Nós recebíamos todos os processos de corrupção, de policiais envolvidos em delitos graves ou delitos graves que não eram apurados normalmente por intervenção dos interessados. Desses processos eram obtidas as informações para nós na coordenadoria criminal e nós dávamos andamento. Vocês devem lembrar daquela batida que foi dada pelo Doutor Sérgio Fortes – eu estava lá naquela época – nos Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANs) porque estavam vendendo carteiras e foram feitas apreensões. Era este o tipo de trabalho que nós fazíamos, preparávamos toda a investigação até o oferecimento de denúncia ou algumas medidas cautelares para a proteção das pessoas que se sentiam acuadas muitas vezes, pois queriam fazer reclamação contra alguém e, pelo tipo de pessoa, não conseguiam levar adiante a reclamação. Era muito interessante, eu acho que a promotoria especializada criminal deve seguir, mais ou menos, o mesmo estilo.

Então entrou em vigor o ECA e me pediram para fazer parte de um grupo, era a Doutora. Maria Regina Fay de Azambuja, que agora é ouvidora, e mais dois colegas. Nós éramos em quatro fazendo esse tipo de trabalho de estabelecimento do que seria o trabalho da promotoria no ECA. Nós ficamos um tempo fazendo uma espécie de plantão na FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Depois saí dali para a Fazenda Pública, que também é um trabalho muito importante. Há vinculação direta com os erros do Estado, Estado – cidadão, cidadão – Estado. Então é um ponto crucial da intervenção do Ministério Público como fiscal da lei. Havia muito serviço, como há até hoje.

A gente sabe que, infelizmente, o Estado é o nosso maior cliente nos processos. E há os direitos fundamentais que são muito debatidos.

**Memorial:** Qual foi, do seu ponto de vista, o impacto da Constituição de 1988 para o trabalho do promotor?

**Entrevistada:** A linha do promotor sempre foi a mesma. O promotor sempre foi protetor da sociedade. Desde 1985 temos a ação civil pública e sempre tivemos mandado de segurança. Tínhamos toda uma defesa também do cidadão quando ele não tinha dinheiro, tanto é que é por isso que a Defensoria agora briga tanto por espaço. O promotor sempre supriu no interior essa deficiência. Numa atividade de dia a dia não havia diferença. Agora numa atividade procedimental há, porque a Constituição assegurou muito mais possibilidades de efetividade do nosso papel em termos procedimentais, em termos de efetivar e delinear espaços. Ampliou muito em termos de dar efetividade aos espaços que, na prática, tínhamos, exercíamos, mas de uma maneira mais sutil, não tão diretamente quanto agora. Mas ainda é uma conquista de dia a dia, porque há a questão investigativa para que se tenha prova, para que se fortaleça, se estruture o procedimento, para que enfrentemos as questões graves que existem, de descumprimento da própria Constituição. Todos os dias vemos isso. Por exemplo, a questão da saúde. Estou fazendo um caso de crime de concussão, de médico e de hospitais que cobram de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS. Sabemos que isso é o dia-a-dia, mas ainda há a reticência de condenar médico por crime. O problema não é brigar com o médico. Os médicos, no lugar de usarem o Ministério Público para brigar com a pessoa certa, entrar com uma ação civil pública, uma medida para o Estado dar condições de efetividade de pagamento e de condições de trabalho, eles invertem e jogam o problema para o coitado do paciente que já vai para o SUS porque não tem condições financeiras. Então é aí que começam as confusões. Infelizmente, ainda estamos Tateando em termos de efetividade. Mas acho que já estamos ganhando espaço

**Memorial:** Isso cria dificuldades para o Ministério Público? Já que quem deveria fazer esse trabalho é a Polícia, que muitas vezes não tem condições?

**Entrevistada:** Acho que essa escusa não é válida, pois podemos trabalhar junto com eles. E temos uma infra-estrutura bem diferente de antes, então já podemos ter uma vinculação maior e pessoal especializado para isso. Por exemplo, a coordenadoria que é atual procuradoria especializada criminal, já tem um corpo de pessoas que poderia fazer isso. E há uma outra alternativa, usar a produção antecipada de prova no crime. O que significa produção antecipada de prova no crime? Tudo o que a gente precisa, pode pedir via judicial. Não é necessário esperar a boa vontade de ninguém. Se essa prova é obtida, a materialidade e a autoria estão demonstradas, então é muito difícil depois não se obter um resultado positivo em um processo. Então há meios, mas julgo que estamos engatinhando nisso, estamos ganhando a estrutura, agora temos que começar a fazer a união de forças e aprender a investigar. Porque, no Brasil, nós não somos treinados para isso. A polícia tem um pequeno treinamento de investigação. Ela é treinada para correr atrás do ladrão, prendê-lo, apreender as coisas e pronto. Isso ela sabe fazer. Agora se ela quer pegar um estelionatário, um crime de colarinho branco, um problema de interceptação, um crime via internet, aí ela já não sabe fazer, ela já não tem pessoal para isso.

**Memorial:** Eu julgo que o crime do colarinho branco é um dos grande desafios do Ministério Público: efetivar condenações, até para dar exemplo para os outros segmentos sociais.

**Entrevistada:** Exatamente. Mas as condenações ainda têm sido difíceis. Na Câmara temos muitos casos de corrupção, de concussão, de meio ambiente, de crime tributário. Esses crimes correspondem à alta criminalidade em termos de qualificação da pessoa, já que não é uma pessoa simples que está cometendo, é uma pessoa que tem uma certa identidade, um certo nível social. Mas já tem se conseguido. Então quando vejo o volume de serviço subir, penso “Bom, é um resulta-

do positivo”. Não estamos no mero furto, roubo, lesões, crimes sexuais que acontecem muito. Há câmaras que chegam a estar sobrecarregadas em razão disso. Mas quando vejo subir o volume na Câmara desses tipos de delitos de colarinho branco fico positivamente satisfeita porque, ao menos, estão aparecendo. Porque, infelizmente, sabemos que existem. E se estão aparecendo é um sinal de que a sociedade com um todo já está exigindo.

**Memorial:** A quarta câmara também julga os prefeitos?

**Entrevistada:** Sim. O Tribunal de Contas faz o aponte do problema e a procuradoria dos prefeitos examina e oferece a denúncia. A câmara é uma câmara híbrida, ela julga os prefeitos em grau originário. O que significa isso? Significa que eles serão julgados ali e a câmara julga também esse tipo de processo em grau de recurso, revisando uma condenação ou uma absolvição já existentes. Os ex-prefeitos também vão para nós.

**Memorial:** A senhora é procuradora desde 1995. A senhora sente uma grande diferença entre o trabalho como promotora e como procuradora?

**Entrevistada:** Sim, é um trabalho bem diferente. O trabalho do promotor é um trabalho agitado, direto, sem possibilidade de estabelecer horário, porque não és dona do teu horário, porque tens audiência, tens atendimento, tens a carga dos teus processos, tens júris para fazer, então não tens controle do teu tempo. E tens uma atividade mais ativa, porque é uma atividade direta. E atividade do procurador é uma atividade bem mais calma nesse sentido, porque tens a sessão, afora isso não tens prazo pré-estabelecido, exceto o cumprimento dos teus processos. Então, consegues fazer um horário para ti, consegues te organizar em termos pessoais e isso é muito bom. Chegar a procuradoria melhora a qualidade de vida porque então comesças a ter maior flexibilidade de horário, podes dizer “Agora eu vou fazer tal coisa!” senão te dizem assim “Doutora, audiência” e tens que ir, sair correndo. Claro



que no teu dia da sessão comesças o trabalho e não sabes a que horas vais sair, não tem horário para terminar. Em nível de trabalho tens a revisão do processo, então consegues sentir em que se está errando, o que pode ser feito para conseguir efetividade. O trabalho te dá um outro ponto de vista. Quando estás lá no primeiro grau, tens que fazer andar a coisa, tens que dar uma resposta, e aqui consegues olhar de fora. Aqui podes ver como é que o trabalho poderia ter sido feito melhor. O que está faltando entre nós, eu acho, é o *feedback* para o promotor. Às vezes, o promotor fica distanciado do procurador e o procurador distanciado do promotor. Eu acho que é isso que está faltando, essa maior integração. O promotor está lá na linha de frente, mas, às vezes, não tem a maturidade ou tem a pressa de responder e, às vezes, não se apercebe de certos detalhes técnicos que o prejudicam, então acaba reclamando do procurador. E essa missão do procurador de estar vendo de fora nos dá a liberdade ou a tranquilidade de sermos bem mais técnicos e de notarmos para onde está indo a jurisprudência, o que está acontecendo; tentar tomar atitudes, recorrer muitas vezes em grau de recurso especial, quando notamos que está havendo problema, principalmente nos processos da câmara que nenhuma outra câmara tem, como esses de funcionários públicos, de meio ambiente. Sou sozinha na parte recursal da câmara, o Doutor Montanari fica só com os prefeitos. Muitas vezes, se eu sinto que há alguma coisa que eu teria que definir institucionalmente em termos de ver o que os colegas estão pedindo e querendo, tenho que tentar ajudá-los de alguma maneira porque é justo o que eles estão pedindo. Por exemplo, poluição sonora, que a câmara tem entendimento que não é crime, e é crime, então se deve recorrer em recurso especial. Tributário, parcelamento, a câmara está entendendo que extingue o crime, eu entendo que desde que não tenha sido pago todo o parcelamento não extingue o crime, então se deve recorrer também. Nesses aspectos fazer esse tipo de ponte entre o que precisamos para o primeiro grau continuar o trabalho e que se vê que ainda não está assimilado por algum motivo, por interpretação ou por alguma falha, fazer esse tipo de ponte entre o primeiro grau e a efetividade. Mas é bem mais tranquilo do que a promotoria, apesar de a promotoria ter aquela alegria que eu disse a vocês, que ninguém supera, que é o contato direto com a comunidade.

**Memorial:** Falando um pouquinho dessa questão das mulheres no Ministério Público, atualmente há 50% de mulheres no primeiro grau e 30% no segundo grau. Como é que a senhora vê a ausência, ou a pequena participação das mulheres, na administração superior?

**Entrevistada:** Isso realmente é uma questão cultural. Tu imaginas, em termos de história, mudar de seis promotoras como era lá no início, para 30% no segundo grau, considerando que não faz muito tempo que as mulheres subiram para procuradoras, é muito pouco tempo. E na administração também, se não conseguimos nem em termos de participação política, com tantos anos de República, não dá para querer de uma hora para outra conseguir. Mas sei que tenho colegas que gostam muito da área administrativa e, um dia desses, uma delas vai chegar lá. É só uma questão de tempo. E de confiança, porque as coisas vão se mesclando tanto, tanto que vai chegar um momento que não vai ter como impedir. O mesmo ocorreu com o ingresso das mulheres. O nosso ingresso não saiu porque abriram os portões. Houve uma necessidade, por uma questão eventual, em razão disso abriu-se um precedente, e o precedente abriu o portão e aí veio todo mundo. Isso é o bonito do concurso público. E não esqueçamos que já tivemos corregedora.

**Memorial:** Eu julgo que também as mulheres, às vezes, não se candidatam.

**Entrevistada:** Também há esse ponto: também é uma questão de maturidade. Acho que tem que estar todo mundo maduro para não causar um estresse sem necessidade. Porque imaginas, a maioria sendo homem, chega uma mulher para comandar, por mais preparados que estejamos, sempre vai dar diferença. Pode ter um que diz “Por mulher eu não sou mandado”. Então é uma questão de maturidade. É uma questão em que temos que estar maduros, porque senão a pessoa é capaz de sofrer tanto, de se incomodar tanto, que algo que deveria ser positivo pode tornar-se negativo. Eu acho que é até salutar ir assim aos poucos, as pessoas amadurecendo, estando mais prontas para

aceitarem melhor. Pois mesmo não querendo, vão conviver melhor com isso. Eu não enxergo como uma questão de discriminação, porque discriminação é da pessoa, não é da instituição. Então se as pessoas estiverem maduras, a instituição vai estar madura. Porque quem discrimina não é a instituição. Então é só uma questão de tempo e de maturidade.

**Memorial:** E no momento atual, quais as questões institucionais que a senhora acha que são importantes serem debatidas dentro do Ministério Público?

**Entrevistada:** A questão investigativa. Eu que trabalho no crime considero fundamental nos prepararmos para isso, porque estamos lidando com coisas muito sérias, muito graves, gente graúda envolvida nos crimes mais graves. Se queremos realmente que a comunidade acredite no trabalho, temos que nos preparar melhor para isso, para não sermos surpreendidos com decisões absolutórias por falta de prova, uma desculpa ou outra. Isso considero fundamental. Segundo, entrarmos com mais ações civis públicas. Entramos muito pouco, creio que não estamos, como comunidade, como Ministério Público, prontos para usarmos toda a força que a ação civil pública tem. Ação civil pública no ECA, implementação da saúde, implementação do direito dos idosos, uma porção de coisas que são direitos fundamentais podemos implementar via ação civil pública. Isso é o que faz a mudança total, porque não se está pedindo por uma pessoa, se está pedindo por toda uma comunidade e com isso atinge políticas públicas. Para isso temos que nos preparar. Preparando a parte investigativa, nos preparando melhor para montarmos essas ações para elas, realmente, serem bem sucedidas. O próprio judiciário também deve estar preparado para não fugir da responsabilidade, sair por uma tangente técnica, porque aí mexemos em políticas públicas e é tudo que o Ministério Público, pela Constituição de 1988, tem obrigação de fazer. Porque, se ele quiser atuar pontualmente, ele não vai conseguir. Porque fica difícil atuar em cada caso pontualmente, fica a tua semente, mas a repercussão para a comunidade ainda se faz de uma forma muito lenta. E com ações civis

públicas mudando as políticas públicas se consegue e aí se tem a comunidade a favor. E a questão educativa que podemos também fomentar indiretamente, noções de cidadania, de comportamento, intervenções para explicações de coisas em políticas como se está fazendo “Não fume, não beba álcool”. O Ministério Público se envolvendo com esse tipo de educação, orientação, explicando o porquê, questão do combate às drogas, isso é fundamental. Na área criminal que mais me afeta, o que mais sinto falta é nos prepararmos na parte de investigação, para podermos ajudar a polícia, talvez, ou fazermos o nosso papel independentemente da polícia. A Constituição nos deu essa garantia. Os advogados ficam furiosos com essa garantia que temos de podermos fazer a investigação paralela, porque aí quebramos um antigo caminho deles de obstaculizarem a Polícia. Se entramos ao lado, fazendo a nossa investigação e conseguimos a prova, eles ficam enlouquecidos. Sempre falam que é prova ilícita. E não é, porque a Constituição nos dá a possibilidade de fazermos concorrentemente: isto é, não no lugar da polícia, mas concorrentemente - a nossa investigação. E isso é só o que precisamos para fazer a denúncia, não precisamos mais nada. E é isso que eles não gostam. Com frequência, lá na câmara eles alegam “Ah, essa prova é ilícita!”. E não é.

**Memorial:** Os desembargadores não têm aceito então essa tese dos advogados que a prova é ilícita. Porque essa questão chegou ao Supremo também, não é?

**Entrevistada:** Chegou e o Supremo não disse que é ilícita porque está lá no artigo 129 da Constituição que temos esse poder concorrente, não excludente, mas concorrente.

**Memorial:** A senhora fez mestrado, fez pós-graduação?

**Entrevistada:** Eu fiz um curso nos Estados Unidos. Logo depois de formada, recebi uma bolsa em razão da minha graduação, fui para lá. Por vários anos enquanto eu saía de férias em julho, fiz cursos na universidade de San Diego, fiz depois o mestrado nos Estados

Unidos, no Alabama, e também fiz cursos na Inglaterra. Agora estou terminando o doutorado na Unisinos.

**Memorial:** E a senhora leciona onde?

**Entrevistada:** Eu dei aula muito tempo na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e agora eu dou aula na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Memorial:** E como é a sua experiência junto à academia?

**Entrevistada:** Eu gosto muito, adoro estudar. Adoro dar aula, adoro a troca. Isso renova muito porque te obrigas a estudar, te obrigas a estar atualizada e isso te ajuda em tudo. É um motor, sempre está te impulsionando e acaba ajudando também para o teu serviço. Não ficas parada, sempre estás pensando nas coisas. Quando vem o problema, fica mais fácil resolver porque já estás trabalhando, tu não te acomodas. Isso é fundamental. Tanto é que quando eu lecionava na Ulbra, lecionava Processo Civil, que eu adoro, que é a minha área do mestrado, e Constitucional. Quando eu trabalho, trabalho no direito criminal. Eu uno as coisas. Estou lecionando agora Direito Comercial na UFRGS. Daqui a pouco achas que não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas estudas uma coisa aqui e isso te ajuda a esclarecer outra mais adiante e já aplicas. Eu fico muito preocupada porque, às vezes, os alunos ficam muito bitolados, escolhem uma área porque não gostam da outra e perdem toda a perspectiva. Lêem a bibliografia como se fosse uma cartilha e não mudam uma vírgula, não têm abertura para olhar para o lado e daqui a pouco eles são surpreendidos. Os próprios advogados, às vezes, são surpreendidos num processo por esquecerem como as coisas andam nas outras áreas, perdendo a perspectiva do todo e isso prejudica muito. O aluno gosta muito de decorar, só quer saber o que vai cair na prova. Tenho notado, na parte societária, que os manuais não andam muito bons, e o aluno vai lá no manual achando que aquilo ali é certo, tenta decorar e não entende. Isso pode causar um problema criminal. E a minha preocupação é essa, porque lido muito

com o resultado, a consequência, que é o crime. Então fico muito preocupada porque uma bobagem pode acarretar um crime, um crime de tributação, um crime médico, etc. “Dois aninhos de cadeia”, não é pouco! Estraga a vida de uma pessoa. São dois anos, se cometeres um outro fato, não vais ter liberdade nenhuma, a pessoa não percebe a gravidade das consequências. Denúnciação caluniosa, por exemplo, dá dois anos, por isso que a câmara, às vezes, é até benevolente. E, às vezes, a pessoa vai lá, enfurecida, ou orientada, e diz “Ah vai lá e denuncia Fulano de Tal” para conseguir devolução de um bem, por exemplo. Aí fica difícil, não é, porque são apenamentos muito altos, às vezes, por bobagens que a pessoa faz, se ela não estiver bem orientada.

**Memorial:** Na Escola do Ministério Público a senhora já lecionou?

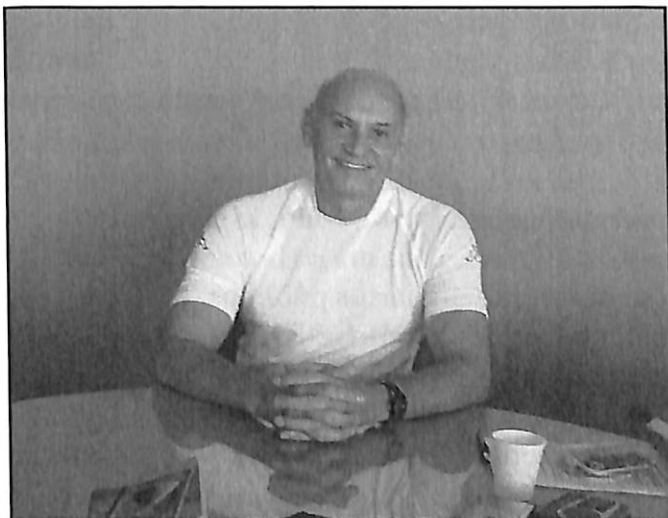
**Entrevistada:** Eu já lecionei na Ajuris, na Escola do Ministério Público, na Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Amatra - em cursos de especialização. Porque, quando fiz o mestrado, havia muito poucos mestres, aí percorri esse Rio Grande, fui para Lageado, Bento Gonçalves, Vacaria. As especializações são em fins de semana, então o pessoal estava precisando de mestres para começar os cursos. Eu obtive o meu título em 1993, era muito pouca gente que fazia mestrado.

**Memorial:** Doutora Carmen, há mais algo que a senhora gostaria de deixar registrado para nós?

**Entrevistada:** O que eu lembrava, acho até que falei demais, coisas que foram importantes, interessantes para mim eu mencionei. Principalmente a vida do interior, na qual, apesar das dificuldades, se aprende muito. Aprende-se a conhecer mais as pessoas pelo contato direto com elas. Essa é a única falha que tem a tarefa do procurador, mas em compensação te dá a tranquilidade de tu escolheres o que vais fazer. Antes eu não podia, porque nunca sobrava tempo.

**Memorial:** Era isso então. Muito obrigada pela sua atenção.

## *Daltro Aguiar Chaves*



*Daltro Aguiar Chaves é natural de Catuípe. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingresou no Ministério Público em 1974. Atuou nas comarcas de Crissiumal, São Francisco de Paula, Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1994. Aposentou-se em 1998.*

## Daltro Aguiar Chaves\*

**Memorial:** Dr. Daltro, sobre as suas origens familiares, o senhor é natural de Santo Ângelo?

**Entrevistado:** Catuípe, que na época era distrito de Santo Ângelo.

**Memorial:** Qual era a profissão de seus pais?

**Entrevistado:** Funcionários públicos. Minha mãe, professora, e, meu pai, funcionário público da CORSAN (Companhia Rio-grandense de Saneamento).

**Memorial:** E como foi a sua opção pelo Direito, houve alguma influência?

**Entrevistado:** Sim, várias. Inicialmente um tio meu era juiz, Rui Rosado de Aguiar, e posteriormente um primo foi promotor, Rui Rosado de Aguiar Júnior, que foi também desembargador e ministro do Superior Tribunal de Justiça. Claro que no início ambos influenciaram para o lado do Direito, e o Direito sempre foi muito sedutor na família.

**Memorial:** E como foi a sua opção pela carreira do Ministério Público, foi na época da faculdade ou foi posterior?

**Entrevistado:** Na verdade eu nem pensava no Ministério Público, nem sabia direito em que se constituía o Ministério Público. Em um determinado momento, em razão desse primo Rui Rosado de

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 6 de março de 2008.



Aguiar Júnior, que na família era muito badalado, pensei: “Deve ser algo bom”, motivo pelo qual considerei: “Vou fazer esse concurso”.

**Memorial:** Isso foi na época da faculdade?

**Entrevistado:** Não. Fiz toda a faculdade para advogar, queria advogar, achava que advogar seria ótimo, excelente. Mas cheguei à conclusão que não tinha condições de advogar porque não sabia cobrar e porque não gostei do sistema da atividade advocatícia. Como tinha que fazer alguma coisa, surgiu a ideia de prestar concurso para o Ministério Público, por força de toda a aura que cercava esse meu primo.

**Memorial:** Que faculdade o senhor cursou?

**Entrevistado:** A Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Memorial:** O senhor então veio para Porto Alegre?

**Entrevistado:** Vim, vim de Santo Ângelo para Porto Alegre para estudar.

**Memorial:** Isso foi em que ano mais ou menos?

**Entrevistado:** 1966.

**Memorial:** Era a fase do governo militar. Como era a faculdade nesse período? O senhor tinha atuação política?

**Entrevistado:** Não, não tinha nenhuma atuação política. Tive atuação política em Santo Ângelo, na União dos Estudantes, onde escrevi uma peça que foi premiada em evento nacional pela União Nacional dos Estudantes Secundários - uma peça política, essencialmente política. Mas quando vim para Porto Alegre, tinha que estudar, trabalhava de dia e estudava à noite, tinha dois empregos, não me sobrava tempo para nada, por isso nunca tive atuação política.

**Memorial:** Onde o senhor trabalhava na época?

**Entrevistado:** Eu trabalhava na Consultoria Geral do Estado, hoje Procuradoria, na área de família e trabalhava no escritório de advocacia do Doutor Marcos Melzer.

**Memorial:** Como foi o seu concurso para o Ministério Público?

**Entrevistado:** Rodei no primeiro e passei no segundo.

**Memorial:** O que o senhor lembra? Os candidatos normalmente sofrem bastante na prova de tribuna.

**Entrevistado:** Na tribuna eu não sei, eu fui tranquilo. Lembrome que caiu co-autoria que eu sabia razoavelmente e desenvolvi mais ou menos.

**Memorial:** O senhor fez concurso só para o Ministério Público, não fez para a Magistratura?

**Entrevistado:** Só para o Ministério Público, juiz nem pensar!

**Memorial:** Sua primeira comarca pelos nossos registros foi Crissiumal entre 1974 e 1976?

**Entrevistado:** Isso.

**Memorial:** Quais eram as demandas principais nessa cidade, como é que era a comunidade?

**Entrevistado:** Era uma comunidade de colonização alemã, uma cidadezinha bem pequena, muito especial, muito bonita. Não tinha muito trabalho, mas logo que cheguei lá, tive que substituir em Três de Maio, aí aumentou desmesuradamente meu trabalho. Mas fiquei um ano e meio, acho, em Crissiumal e foi tudo normal, tudo tranquilo.

Naquela época o Ministério Público não tinha essa estrutura de hoje, ficávamos praticamente isolados, íamos com uns alfarrábios, as cópias de trabalhos, denúncias, razões, contra-razões, libelos, etc., mas ficávamos isolados. Usávamos um cartão para telefonar, só que em Crissiumal se levava dois ou três dias para conseguir uma ligação para Porto Alegre, era muito difícil em termos de comunicação, mas ótima cidade.

**Memorial:** E do seu primeiro júri, o senhor se lembra?

**Entrevistado:** Ah, não me lembro! Lembro do primeiro réu condenado por um acidente de trânsito, um fato que ocorreu numa cidade próxima de Crissiumal, Três Passos, onde estava substituindo. Foi um acidente de trânsito numa saída de carnaval. Disso me lembro bem porque foi o primeiro júri, saiu no jornal, o Mendes Ribeiro na época era jornalista, fez uma matéria. O fato ocorreu na saída de um baile de carnaval, um homem bêbado atropelou três meninas e um rapaz bem jovem, estagiário do Banco do Brasil, que veio a falecer. Eu denunciei por dolo eventual por causa da embriaguez. Ele foi condenado pelo Tribunal do Júri.

**Memorial:** Interessante. E o senhor fez muitos júris em Crissiumal e Três de Maio?

**Entrevistado:** Não, em Crissiumal muito poucos, em um ano e meio que estive lá acredito que fiz dois júris, fiz dois em Três Passos, na época eu substituía Três Passos, mas não fiz nenhum em Três de Maio.

**Memorial:** E quais eram as principais demandas jurídicas, os tipos de crimes?

**Entrevistado:** O alemão tem uma característica: no fim de semana ele briga e nunca mata, é muito raro haver homicídio em zona colonizada por alemães. Mas eles brigam e há lesões corporais. Não

me recordo bem, mas certamente predominavam delitos de pequeno potencial ofensivo.

**Memorial:** Sua segunda comarca foi São Francisco de Paula entre 1976 e 1978. Houve uma mudança grande, ou não?

**Entrevistado:** Não, nada. A única coisa que mudou é que era serra. Na época havia muita substituição, frequentemente substituía Canela, Gramado e Nova Petrópolis. Em São Francisco de Paula o que alterou é que havia menos trabalho do que em Crissiumal e era uma segunda entrância (como era denominada na época), nem poderia ser, mas era.

**Memorial:** O senhor lembra de algum caso importante lá?

**Entrevistado:** Eu me lembro de um caso, uma denúncia que ofereci contra um ex-prefeito, contra o filho dele que era secretário do município, e contra o secretário da Fazenda por improbidade administrativa. Eu me recordo que em um mês eles receberam 45 diárias, o que é absolutamente impossível. Lá na região foi um processo muito rumoroso, recebi ameaças e até uma visita de um ex-colega no sentido de rever a minha posição, mas os denunciei e o processo andou. Quando saí de lá, o processo estava em segundo grau, haviam sido condenados em primeiro grau e a defesa apelou.

**Memorial:** O senhor recebeu ameaças como, por cartas, veladas?

**Entrevistado:** Veladas, chegaram e disseram: “Doutor, estão dizendo na cidade que o senhor vai descer morro abaixo rolando que nem um barril”. Eu disse: “É meio difícil porque eu sou magro, não sou gordinho para rolar como um barril”, coisas assim.

**Memorial:** Depois o senhor foi para Cachoeira do Sul, sua terceira comarca. Como foi?

**Entrevistado:** Cachoeira, profissionalmente, foi excelente, várias passagens, principalmente no Tribunal do Júri. Cachoeira era conhecida, inclusive com referências de jornais da Capital, porque lá ninguém era condenado, todos eram absolvidos. E efetivamente lá existiam muitos advogados ótimos que funcionavam no Júri, como o Nilo Savi, e outro também excelente, o Elizeu Torres, posteriormente foi desembargador pelo quinto constitucional. Na época ele era advogado em Cachoeira, o Elizeu. E quando cheguei lá, ninguém era condenado pelo Tribunal do Júri. Queria matar, matasse e fosse julgado em Cachoeira - fez alusão um jornal - no Tribunal do Júri seria absolvido. Cheguei lá, dois ou três meses depois foram colocados em pauta simultaneamente oito julgamentos pelo Tribunal do Júri, foi um absurdo, estava acumulado, os promotores passaram a fazer oito julgamentos. Para resumir a história, nesses oito julgamentos condenei todos, todos os oito, um atrás do outro. Após o segundo ou terceiro júri, a dupla de defensores Nilo Savi e Elizeu Torres foi me procurar e pedir para transferir o júri para o último dia, eu sabia que era uma estratégia deles no sentido de, fazendo sete júris, é quase um júri atrás do outro, eu estar cansado. Mas sempre tive uma boa resistência. “Não tem problema, vamos fazer no último dia”, concordei. Aí fiz o primeiro, condenei, fiz o segundo, condenei, e assim sucessivamente condenando, o último julgamento era um júri já badalado, então foi uma apoteose. Em cidade do interior, quando o pessoal todo se interessa, eles vêm de carroça, a cavalo, apesar de que Cachoeira é uma cidade razoavelmente grande, e fizemos esse júri. Eu me lembro bem - ambos tanto o Elizeu quanto o Nilo - já éramos amigos e nos tornamos fraternos amigos, mas o Nilo dizia para mim: “Vou passar por cima de ti, tu nem vais sentir quando eu passar, vou te triturar!”. Ganhei tranquilo, foi homicídio qualificado, ganhei tranquilo. Foram oito júris, oito os condenados, o que aconteceu? O jornal de lá abriu página para mim, dois dias depois eu era reportagem de página inteira, na face do jornal. E aí fui fazendo júri, eu sempre gostei do júri. Cachoeira foi a cidade, exceto Porto Alegre, onde mais fiz júris.

**Memorial:** A sua chegada lá mudou o perfil de impunidade.

**Entrevistado:** Inclusive havia um médico que - eu não vou dar nomes - há 30 anos o pai fora assassinado e ele prometeu vingança. Ele continuou a vida dele, estudou medicina em Porto Alegre, se formou e retornou para Cachoeira. O assassino já estava solto, já era um senhor. O que ele fez? Começou a planejar o assassinato. Segundo o pessoal de lá, ele esperou eu sair da comarca, e logo depois, na rua principal, ele se encontrou com o assassino do pai. Mudou de calçada, o sujeito olhou para ele, ele puxou o revólver e o matou em plena rua. O fato mais interessante é que esse julgamento foi desaforado, e o Tribunal designou Porto Alegre, e eu já estava no Tribunal do Júri em Porto Alegre.

**Memorial:** Que azar! Isso é que é azar!

**Entrevistado:** Eu já estava no Tribunal do Júri, aconteceu de eu não saber quando seria colocado em julgamento, entrei em férias e foi colocado em pauta, ele foi julgado por um colega meu. É uma história interessante. Diziam que ele era uma pessoa extremamente inteligente, mas um tanto maquiavélico. Quando da morte do pai, ainda jovem, estava fazendo vestibular, prometeu se vingar. Veja bem, e quando matou, ele já era médico há tempo. E é um médico até de reconhecida fama. Ele planejou tudo.

**Memorial:** Em Porto Alegre ele foi condenado ou foi absolvido?

**Entrevistado:** Se não me engano, ele foi absolvido.

**Memorial:** O senhor lembra de algum outro caso marcante em Cachoeira?

**Entrevistado:** Sabe que eu tenho tantos júris memoráveis, histórias do júri eu tenho fantásticas, fatos pitorescos, inusitados que ocorreram, mas outro júri em Cachoeira eu não lembro.

**Memorial:** O senhor tem essas reportagens de jornal, o senhor guardou isso?

**Entrevistado:** Eu peguei em Porto Alegre a época memorável, o apogeu, a época áurea do júri, em que inclusive os jornais, tanto a Zero Hora quanto o Correio do Povo tinham setoristas do júri. Eles iam todos os dias ao Tribunal do Júri. Eu nunca dei a mínima, até que um dia fui visitar o Paganella Boschi, era amigo na época, no Júri. Cheguei e ele tinha uma mesa com vidro, e vários recortes embaixo. Eu disse: "Oh, tu os guardaste!" Ele disse: "Tu tens que guardar, tens que guardar! Onde é que se viu!". O Boschi me deu a idéia e comecei a guardar. Perdi muito, mas guardei um monte, um monte, tenho vários.

**Memorial:** E essas histórias o senhor escreveu alguma coisa?

**Entrevistado:** Escrevi, há histórias!

**Memorial:** O senhor publicou algum livro?

**Entrevistado:** Sou meio megalomaniaco, infelizmente eu sou. Quando começo a fazer alguma coisa, perco a noção de tamanho. Escrevi o sobre o Tribunal do Júri, só que quando estava em quatrocentos e sessenta e poucas páginas, parei. Mas escrevi essas histórias, tenho aqui umas 20, 30 histórias do Tribunal do Júri, são histórias peculiares, por exemplo: num determinado júri era julgado um indivíduo que tinha matado o amante da esposa já que ele surpreendeu ambos tendo relações sexuais na própria casa. Aí chegou e matou - não matou ela, que ficou apenas ferida, não morreu, mas o sujeito que estava com ela morreu. No julgamento a defesa era patrocinada por uma advogada muito conhecida no local, uma advogada homossexual, flagrantemente homossexual pela postura, pela roupa, pelos gestos, mas era um terror, era muito boa, era ótima de júri. Durante o julgamento, nesses casos em que o marido mata a mulher, o que pretende a defesa? A defesa geralmente sustenta a legítima defesa da honra, é de praxe, a acusação procura refutar dizendo que desonrado não é aquele que é

traído, desonrado é quem trai. Estava nisso e a advogada pedia aparte, então em determinado momento ela disse: “Doutor promotor, mais um aparte, o senhor está falando que não existe defesa da honra, mas o que o senhor faria se chegasse em casa e encontrasse (e deu o nome da esposa do promotor) na sua cama com outro homem?” Aquilo criou um certo *frisson*. Após alguns segundos, o promotor respondeu: “Olha, doutora, não sei o que faria, talvez fizesse o mesmo que a senhora faria se chegasse em casa e encontrasse a sua mulher com outra mulher na sua cama!”. A advogada ficou possessa, pegou as coisas dela e foi embora do plenário. O conselho de sentença foi dissolvido. Dessas histórias eu tenho inúmeras sobre todos os aspectos do júri.

**Memorial:** O senhor as escreveu e chegou publicá-las?

**Entrevistado:** Não. Eu ia publicar, estou para publicar, mas como disse, além de megalomaniaco - porque vou escrevendo, escrevendo, quero escrever mais - há outras tantas que não escrevi ainda.

**Memorial:** Em 1982, o senhor veio para Porto Alegre.

**Entrevistado:** Sim, em 1982.

**Memorial:** Veio direto para a Vara do Júri?

**Entrevistado:** Não, fui para a Primeira Vara Criminal, depois fui para a Vara de Falência e logo estava no Tribunal do Júri.

**Memorial:** E quanto tempo o senhor ficou no Tribunal do Júri?

**Entrevistado:** Acho que uns 12 ou 13 anos, não tenho certeza, mas foi por mais de uma década.

**Memorial:** O senhor atuou no caso Daudt, não é?

**Entrevistado:** Sim.



**Memorial:** Como foi isso, o senhor pode falar um pouco sobre esse caso?

**Entrevistado:** Tenho tanta coisa, tenho tanta matéria. Uma dessas pastas é só sobre o *caso Daudt*. Inclusive escrevi um livrinho sobre esse caso, foi o mais vendido na Feira do Livro. O fato foi de um deputado acusado de ter matado outro deputado. Então houve estremecimentos de todos os lados, sob todos os aspectos. A polícia fez um excelente trabalho investigativo, eu entendo que reuniu provas praticamente irrefutáveis no que diz respeito à autoria. Os autos foram remetidos a juízo e distribuídos para o Tribunal do Júri, por óbvio. Eu recebi esse inquérito e o examinei durante 15 dias, período em que ocorreu de tudo, movimentação até do governador. Dexheimer - o acusado, indiciado e que eu estava denunciando - era deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - , o governador era o Pedro Simon, do mesmo partido, e havia entrevistas todo o dia, até de São Paulo vieram jornais, eu sempre dizia “Tenho que formar meu convencimento, se tiver que denunciar, denuncio, sem problema nenhum”. E ofereci a denúncia, o juiz declinou da competência entendendo que se tratava de deputado estadual que tinha foro privilegiado, esse foi o enfoque de toda discussão, não recebeu a denúncia e remeteu os autos para o segundo grau. Recorri da decisão, pleiteando que o segundo grau entendesse que a competência era do Tribunal do Júri e, claro, como eu disse, o enfoque era todo em torno do foro privilegiado. No segundo grau, não me lembro a câmara, mas diziam “Ah, vais tomar três a zero”. Ao contrário, foi dois a um, o voto vencido foi do Desembargador Décio Herpen que entendeu que o deputado não tinha foro privilegiado, os outros dois entenderam que ele tinha e, portanto, foi remetido para o Pleno, perante o qual ele foi julgado. Mas, foi um processo extremamente badalado.

**Memorial:** Quanto tempo o senhor atuou nesse caso?

**Entrevistado:** Só atuei no início, mas foi algo tão trepidante que deu para reunir, como eu disse a vocês, uma pasta inteira com as notícias e idas e vindas e boatos que os jornais publicavam.

**Memorial:** O senhor sofreu alguma pressão velada?

**Entrevistado:** Também, não propriamente velada, mas eu recebi.

**Memorial:** Na época o procurador-geral era o doutor Paulo Olímpio, não é?

**Entrevistado:** Não, era o Sanfelice. Certa ocasião recebi a visita muito cordial de dois colegas que eu prezo e respeito muito, eles foram me visitar, mas assim, sabe como é essa situação. Disse a eles que o procurador-geral tinha plena liberdade de me afastar e eu aceitaria, não daria entrevistas, simplesmente aceitaria, mas enquanto estivesse comigo eu denunciaria ou não, dependendo do meu convencimento. Não seria por influência de ninguém, mais ou menos eu disse isso, agora deixando claro que, se o procurador-geral entendesse, poderia tranquilamente designar um outro promotor e me afastar. Ainda bem que não fui afastado e a Instituição saiu fortalecida, o que foi muito bom.

**Memorial:** O senhor disse que se convenceu da autoria do crime.

**Entrevistado:** Sem dúvida! Por uma série de circunstâncias, são inúmeras, nem sei se daria para enumerá-las aqui. Ocorreu o seguinte: José Antônio Daudt e Dexheimer, ambos tinham os gabinetes próximos um do outro na Assembleia Legislativa. No gabinete do Dexheimer trabalhava a esposa dele, a Vera Dexheimer. A Vera Dexheimer se encantou com o Daudt. Eu conversei uma vez com o Daudt e ele me pareceu uma personalidade cativante. E a Vera começou a assediar o Daudt, há no processo inúmeras provas, inclusive no depoimento dela ela disse que estava encantada com o Daudt. O Daudt era reconhecidamente homossexual. Teria havido um atrito muito sério entre o casal, muito sério. O Dexheimer é de Erechim e o pessoal do interior tem um conceito muito forte de honra, principalmente em relação à esposa. Esse teria sido o motivo que levou o Dexheimer a ficar de espera numa noite fria, gélida, na frente do edifício do Daudt. Quando ele

chegou, desfechou tiros de espingarda com chumbo como estabeleceu a perícia. O Dexheimer é caçador e tinha inúmeras armas de caça. E exatamente na hora em que ocorreu o crime, ele saíra da sua casa para comprar cigarros no posto. Ele morava na Casemiro de Abreu e há aquele posto do Figueroa. Ele afirmou que teria ido comprar cigarros no posto, mas no posto ninguém se lembrava, e ele era uma figura inconfundível, ninguém se lembrava dele. Ele saiu de casa e ficou 15 ou 20 minutos na rua, ou mais, meia hora, tempo mais que suficiente para ir lá aguardar, sabendo a hora em que o Daudt chegava, matá-lo e voltar para casa. O mais interessante é que uns dias depois, quando já tinha contratado o Lya Pires, um advogado que trabalhava com o Lya Pires, um dia antes de o Dexheimer prestar depoimento na polícia – e a polícia estava de campana 24 horas por dia na casa do Dexheimer –, esse advogado assessor do Lya Pires pegou o Dexheimer e fez todo o trajeto que no dia seguinte ele disse à polícia que fizera quando saíra de casa na noite do crime. Ele disse assim “Fui ao posto e depois resolvi dar uma volta para ver um terreno que eu tinha lá não-sei-onde”. Ele ficou fora muito tempo, tinha que ter um álibi, só que foram conferir todo o trajeto dele no dia anterior do seu depoimento na polícia, e na polícia ele disse que fizera esse trajeto na noite do crime. E tantas outras evidências.

**Memorial:** A mulher do Dexheimer confirmou que estaria apaixonada pelo Daudt?

**Entrevistado:** Nas entrelinhas ela deu a entender que realmente estava encantada pelo Daudt.

**Memorial:** Saindo um pouco do caso Daudt, em Porto Alegre houve algum outro júri que o marcou?

**Entrevistado:** Em Porto Alegre, houve vários júris, deixem-me ver se lembro de algum. Um deles foi o de um coronel da Aeronáutica. O caso foi o seguinte: num determinado dia próximo ao meio-dia no bairro Cristal, uma mulher chegou com seu pai de carro e estacionou

num terreno que ficava ao lado do edifício onde ela morava. Quando ela estava saindo do automóvel, chegou um sujeito e perguntou: “Tu és a Fulana de Tal?”, “Sou”. O indivíduo atirou nela e no pai. O pai não morreu, ela veio a falecer. No trabalho da investigação policial, desde logo se desconfiou do marido dela que era coronel da Aeronáutica. Mas o marido morava no Rio de Janeiro e quando houve o crime, ele estava lá no Rio de Janeiro. A polícia fez a investigação. O desenhista da polícia fez o retrato falado do assassino através do pai dela que não morreu. Foi publicado na Zero Hora e não apareceu ninguém que o identificasse. Um dos familiares dela resolveu mandar para o Rio de Janeiro a cópia da página da Zero Hora onde estava o retrato falado do assassino. Mandou para um familiar no Rio de Janeiro. Num determinado dia esse familiar leu num jornal do Rio a seguinte notícia “Fulano de Tal mata sua companheira”, e estava a fotografia do assassino ao lado. Ele pegou o retrato falado que a família tinha enviado para ele, comparou com a foto e achou o indivíduo do retrato falado muito parecido com o que matou a companheira. A família no Rio procurou um advogado e o advogado também percebeu a semelhança. O Tribunal do Rio informou que o criminoso seria interrogado na semana seguinte. O advogado resolveu falar com o Juiz. Foi e mostrou o inquérito “Esse aqui é um recorte de jornal de um crime que ocorreu no Rio Grande do Sul e esse aqui é o Fulano de Tal, que será interrogado na semana que vem”. O Juiz disse que veria o que poderia ser feito. O Juiz interrogou-o sobre o crime que ele cometera lá, matando a companheira. Quando terminou, o Juiz disse: “Bem, agora me fale do crime no Rio Grande do Sul”. E o criminoso contou que fora contratado pelo coronel, que antes de ele vir para Porto Alegre cometer o crime, esteve aqui com o coronel, o qual o orientou como deveria proceder. Ele retornou ao Rio, o coronel pagou as passagens, ele veio novamente a Porto Alegre e assassinou a esposa do coronel. Muito bem, eu denunciei os dois, esse processo foi inusitado. Fiz o júri do coronel e o condenei. A pena foi alta, de 14 anos de reclusão. Apelei e o Tribunal aumentou, se não me engano, para 16 ou 17 anos. Ele negou após haver confessado no Rio de Janeiro, dizendo que nunca viera ao Rio Grande do Sul, mas havia algo que na réplica tirei qualquer dúvida de que ele não tivesse par-

ticipado, apesar de sua retratação. Vejam, quando ele foi interrogado pela primeira vez no Rio de Janeiro, ele disse: “Eu fui até lá e entrei por um portãozinho que havia na garagem onde ela estacionou o carro”. Muito bem, fui no local do crime, tirei fotos, e havia de fato um portãozinho. Juntei as fotografias ao processo e sustentei na réplica: “Tanto ele esteve aqui, que quando interrogado pela primeira vez no Rio, ele declarou que na garagem onde a vítima entrou para estacionar o carro havia um portãozinho, olha aqui o portão!”, mostrei a foto. Ele foi condenado e confirmado no segundo grau. Mais um detalhe, esse sujeito do retrato falado era jardineiro da mãe do coronel no Rio de Janeiro. Ele o conhecia, mas alegava que nunca o tinha visto. Mas, o mais inusitado desse júri foi o seguinte: nesse júri havia um defensor e havia um senhor baixo, de cabelos brancos. Durante o julgamento, eu bati na Aeronáutica do tempo da ditadura, pois descobri que o coronel acusado fazia parte do serviço de informações, então disse que ele era *originário de uma época de chumbo, navegavam nos subterrâneos da ilegalidade*, pensavam que podiam tudo, tanto é que ele fez isso pensando que sairia impune. Isso não só em relação a Aeronáutica, mas também bati no Exército, na Marinha. Foi uma época que denegriu o Brasil, que não havia legalidade. Bati e bati mesmo. Um mês depois recebi um ofício do procurador-geral dizendo que recebera um ofício do comandante do quinto Comando Aéreo Regional da Aeronáutica (COMAR), afirmando que eu tinha tecido considerações desairosas à Aeronáutica. Respondi ao procurador-geral dizendo que as considerações desairosas foram em relação à época da ditadura e que se tivesse que dizê-las novamente, confirmaria tudo o que dissera. E se encerrou o assunto. Depois descobri que o senhor baixo, de cabelos brancos, na época era oficial reformado da Aeronáutica e foi quem deu as informações ao comandante. Posteriormente conheci minha segunda esposa - que hoje é Promotora de Justiça, Giselle Soares, na época não era - e comecei a namorá-la-, eu já estava separado havia uns sete, oito anos. Pois o senhor que estava lá era o pai da minha mulher, hoje meu sogro! Na época ele não queria nem me ver! Brigava com ela, dizia que eu só queria uma coisa com ela e nada mais, que eu era um ordinário, que eu era isso, que eu era aquilo... E já estou casado há vinte anos. Mas vejam a coincidência desse júri.

**Memorial:** E qual foi o motivo desse crime, patrimonial?

**Entrevistado:** Patrimonial, eles estavam brigando por causa dos filhos. Fui ao Foro de Família da Tristeza, porque o Cristal pertencia à Tristeza, e encontrei inúmeras provas que poderiam servir no processo crime contra o coronel, coisas escabrosas. Na época em que era casado com a vítima, naquela intimidade de homem e mulher, ele tirou fotos dela nua, tomando banho. O que ele fez com essas fotos? Colocou-as debaixo da porta de um dos juízes que era encarregado do processo cível.

**Memorial:** Naquela época não existia internet.

**Entrevistado:** Senão seria bem fácil. Apesar de ser possível fazer o rastreamento. Mas ele era meio pervertido. Consegui a sua coleção de fotos de extrema perversão. Disso aí tirei certidões e juntei tudo no processo naquele júri. Ele foi condenado e o motivo foi que queria se eximir do pagamento da pensão.

**Memorial:** E o executor do crime?

**Entrevistado:** Muito tempo depois, um ano e meio depois, ele foi conduzido do Rio de Janeiro, o autor, para ser julgado e foi absolvido. Não fui eu que fiz o júri, eu estava em férias na época, um colega meu fez o júri e ele foi absolvido.

Eu tive outro júri muito difícil, com um acontecimento inusitado. Um estudante de medicina matou outro estudante de medicina e *desovou* o corpo na subida para Nova Petrópolis. O interessante nesse crime é que ambos eram judeus, ambos pertenciam à comunidade judaica. E em razão dos familiares, houve momentos em que pensei: “Olha, encerrou, eu não quero mais conversar com ninguém!”. Porque os familiares do réu contrataram um advogado também judeu. Durante o julgamento, na sala do Tribunal, sentaram-se de um lado a família do réu e do outro lado os familiares da vítima. A sala estava cheia. O réu foi condenado. Eu estava sentado no fundo e presenciei uma hilária e

inusitada cena, eles começaram a se ofender e daí um pouco começou uma guerra de cusparada. O juiz e eu começamos a rir, porque eram todos eles um cuspiando no outro, acho que devem ter ficado uns três minutos largando cusparadas um no outro. Depois tiveram que fazer uma limpeza no corredor. Isso aí foi a coisa mais inusitada desse júri.

**Memorial:** E qual era o motivo desse crime?

**Entrevistado:** Namorada. A menina era namorada do réu, e a vítima ganhou a garota, e o réu não se conformou, a prova era contundente. Na noite do crime, ele foi visto pegando a vítima, colocando no carro e ele deu azar, na mesma noite um caminhoneiro de cima do caminhão olhou, viu algo, foi olhar viu o corpo. Na mesma noite ele levou a caminhonete para um posto do Bom Fim e mandou fazer uma lavagem geral, à meia-noite e meia.

**Memorial:** São histórias muito interessantes.

**Entrevistado:** Tem outra que ocorreu no hospital da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Um veterinário foi julgado pelo Tribunal do Júri pela morte de um médico. Esse veterinário era do interior, se não me engano de perto de São Luís Gonzaga. O médico, um jovem, era de Uruguaiana, e eles eram amigos. O médico frequentava a casa do veterinário, que era casado e tinha uma filha de uns 18 anos. Segundo a versão do veterinário, o médico começou a dar em cima da esposa e da filha dele. Um dia ele apanhou uma pistola de oito, nove tiros, foi até a PUC onde o médico trabalhava. Encontrou-o quando ele saía do elevador e descarregou a pistola. O médico tinha tiro para tudo quanto era lado, inclusive nas nádegas, com certeza ele ia caindo e o outro atirando. Ele matou o médico no corredor do hospital da PUC. Mas durante a investigação, o delegado era o Ben Hur Marchiori, meu amigo, foram levantadas provas de que quem estava dando em cima não era o médico, eram as mulheres, tanto a mãe quanto a filha. O médico não queria nada com elas. Apareceram testemunhas de que o médico dizia: “Não aguento mais, ele é meu amigo e a mulher dele

e a filha não me largam! Esses dias houve uma janta na casa dele, eu ia saindo e a mulher me atacou no corredor, ele estava saindo, quase nos surpreende, não vou mais lá!”. Só que elas, ao contrário, não sei se por causa da rejeição, começaram a falar para o veterinário que era ele, o médico, que estava dano em cima delas. No julgamento, vieram cinco ônibus de Uruguaiana. Foi condenado e queria cumprir a pena na cidade dele, mas terminou no Presídio Central.

**Memorial:** O senhor presenciou todas as mudanças que houve no Ministério Público na década de 1980. Como foi essa modificação tanto material quanto de atribuições no Ministério Público?

**Entrevistado:** Eu senti foi uma constante evolução desde o meu ingresso até o momento em que me aposentei. O Ministério Público evoluiu de uma forma rápida, eficiente e eficaz, criando departamentos, ganhando notoriedade nacional, e se firmando pelo seu trabalho. E se temia no início que não tivesse possibilidade de dar uma resposta a todo aquele leque que a Constituição de 1988 abriu. Mas, ao contrário, hoje o Ministério Público é uma instituição, sem dúvida nenhuma, extremamente prestigiada e extremamente confiável, o Ministério Público, a Polícia Federal (até pouco tempo os Correios), são instituições de absoluta confiança.

**Memorial:** O senhor se aposentou como procurador de justiça?

**Entrevistado:** Como procurador de justiça.

**Memorial:** Como foi a mudança do trabalho de promotor para o de procurador de justiça?

**Entrevistado:** Péssimo! Um horror!

**Memorial:** O senhor trabalhava no Tribunal em qual Câmara?

**Entrevistado:** Na Terceira Câmara Criminal. O procurador é um *parecerista*. Os juízes não dão a mínima. Pode até ter alguma in-



fluência na medida em que se trabalha direito, aí eles começam a trabalhar dentro da tua esteira. Mas ao mesmo tempo é frustrante. Eles utilizam o teu trabalho para refazer os votos, para decidir, mas não é uma atividade que satisfaz.

**Memorial:** Quanto tempo o senhor ficou como procurador?

**Entrevistado:** Uns três ou cinco anos, não me lembro, não posso te dizer, mas acredito que mais ou menos isso.

**Memorial:** Como o senhor vê a sua carreira no Ministério Público?

**Entrevistado:** Eu acho que tudo na vida é um ciclo. Nunca tirei licença prêmio, comecei a trabalhar cedo. Quando eu estava para completar 30 anos de serviço, me aposentei. O Ministério Público, profissionalmente, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Mas o Ministério Público não se constitui na minha razão de vida, tive e tenho outros interesses. Inclusive estar viajando é muito bom. Tenho viajado muito. É a melhor época da vida, *ter o domínio das horas*.

**Memorial:** O senhor teve alguma atuação junto à Associação do Ministério Público?

**Entrevistado:** Bem, no início eu fui um dos diretores da Associação. Logo que cheguei, o Rochinha era presidente, ele faleceu prematuramente. Eu fui diretor, fiquei um ano e pouco e saí.

**Memorial:** E junto à Escola, o senhor já lecionou?

**Entrevistado:** Sim. Na época eu lecionava muito, na PUC fui professor durante 13 anos, lecionei no Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), lecionei no ciclo dos advogados, lecionei na Escola. Lecionei quase 30 anos, sempre gostei de lecionar, mas também acho que tudo tem seu momento, eu não tinha mais objetivos para lecionar. Na época

minha mulher tinha passado para o Ministério Público e foi designada para Tramandaí. Na PUC eu lecionava nas segundas, quartas e sextas de noite, então eu ia morar aqui e ela morar lá, eu já estava me aposentando. Então saí da PUC e comecei a diminuir. Mas lecionei na Escola do Ministério Público praticamente desde a fundação.

**Memorial:** O senhor não chegou a exercer a advocacia depois que se aposentou?

**Entrevistado:** Não. Até comecei, mas não segui.

**Memorial:** Há mais algum ponto que o senhor gostaria de deixar registrado?

**Entrevistado:** Não.

**Memorial:** Então, agradecemos a sua contribuição para o Memorial do Ministério Público.

## *Delmar Pacheco da Luz*



*Delmar Pacheco da Luz é natural de Esmeralda. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1986. Atuou nas comarcas de Tapejara, Sarandi, Ijuí, Canoas e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1990. Atuou junto à 6ª Câmara Cível, 2ª e 8ª Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Atualmente é Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no Ministério Público do Rio Grande do Sul.*

## Delmar Pacheco da Luz\*

**Memorial:** Doutor Delmar, por que a sua opção pela faculdade de Direito?

**Entrevistado:** Olha, é interessante, não sei dizer exatamente o porquê. Na verdade, desde estudante do secundário, sempre pensei na faculdade de Direito. Tenho uma certa tradição familiar de opção pela faculdade de Direito, e, quer dizer, a advocacia era uma espécie, assim, de opção única, desde o início. Naquela época se fazia a opção, na verdade, antes do segundo grau, quando se escolhia entre o curso clássico e o científico. Uma coisa muito importante na minha história, é ter feito o primário no grupo escolar de Esmeralda. É a minha cidade de origem, onde fui colega no Grupo Escolar do hoje Desembargador José Antônio Paganella Boschi, que viria a ser o presidente da Associação do Ministério Público de 1986 a 1988. Isso foi decisivo para a minha opção, mais tarde, pelo concurso para o Ministério Público. Aí, a partir do curso ginásial da época, eu já optara pelo Direito, uma vez que vim, depois, a cursar o clássico aqui no Colégio Rosário. Fiz Direito na Pontifícia Universidade Católica – PUC - e concluí em 1972. Voltei para minha região, advoguei até 1986, quando ingressei no Ministério Público.

**Memorial:** E por que a opção pelo Ministério Público?

**Entrevistado:** Na verdade, a advocacia é uma coisa interessante, porque ela não confere nunca ao profissional uma certa estabilidade, e, chegou um momento na minha vida, com os filhos na faixa de oito a dez anos, em que pensei em fazer um concurso e escolher uma carreira que oferecesse estabilidade. Aí entra a figura do Boschi, que era promotor. Nós nos formamos na mesma época, só que ele ingressou imediatamente no Ministério Público, e eu fui advogar - primeiro

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 2000.

em Lagoa Vermelha, nos dois primeiros anos, em 1973 e 1974, e, a partir de 1974, com o escritório sediado em Vacaria. Como sempre nos encontrávamos nas festas, nas ocasiões especiais em Esmeralda - meus pais moram lá e os pais do Boschi também - ele sempre insistia comigo que, como eu gostava da área de processo penal e de direito penal, devia fazer concurso para o Ministério Público. Tanto que, quando resolvi fazer o concurso, foi para o Ministério Público, e a primeira pessoa que eu procurei para dizer "Olha, resolvi fazer concurso, agora, eu quero uma orientação de como me preparar" foi exatamente o Boschi. Por isso que sempre digo que ele é o meu padrinho no ingresso no Ministério Público. Não ingressei como a maioria do pessoal, especialmente hoje que ingressa muito jovem, já ingressei com 36 anos. Então, já não era alguém recém-saído da faculdade. Na verdade, me formei com 23 anos, já tinha advogado 13 ou 14 anos .

**Memorial:** E então começou o exercício como promotor.

**Entrevistado:** Como promotor em Tapejara.

**Memorial:** Como foi essa vivência como promotor, nesses quatro anos, em Tapejara.

**Entrevistado:** Quatro anos em Tapejara, Sarandi e, posteriormente, em Ijuí. Sem dúvida nenhuma, a primeira promotoria é aquela que marca mais, por eu estar chegando numa comunidade que eu escolhi. Nas minhas promoções, escolhi sempre cidades que não conhecia, não tinha nenhum tipo de vínculo. Recusei, quando tive oportunidade de voltar para minha região, Vacaria ou Lagoa Vermelha. Sempre recusei essa opção, porque advoguei nessas comarcas, tinha relações familiares e de amizade com os advogados. Optei, assim, por ir para um lugar onde fosse desconhecido. Na época, a opção por Tapejara ocorreu em função de que o colega Alécio Lovato era promotor em Vacaria, e ele era natural de Tapejara, e, quando eu estava para escolher para onde eu iria, para fazer a minha opção, ele me disse "vamos a Tapejara, vamos conhecer a minha cidade". Na época, com estrada

de chão e tudo, mas gostei muito. Cidadezinha isolada, porque fica cerca de uns trinta quilômetros da BR 285 que liga Lagoa Vermelha a Passo Fundo, entrando à direita. Uma cidadezinha em que as coisas que lá aconteciam eram ligadas à vida da cidade, não havia essa influência externa de cidade de beira de estrada. Foi uma experiência maravilhosa. Cheguei lá, já acompanhado do Lovato, fui apresentado a pessoas que, depois, se transformaram em grandes amigos. Foi um lugar muito bom para iniciar a carreira. Uma comarca que não tinha acúmulo de trabalho, trabalho moderado, que dava, para quem estava começando, fazer um trabalho cuidadoso e aprender. Embora eu tenha advogado todo esse tempo, quando você vai para o Ministério Público, começa tudo de novo, é outra forma de olhar as coisas. Mas foi muito importante, pois era uma cidadezinha tranquila. Trabalhei lá com a juíza Doutora Maria Isabel Pereira da Costa que até hoje é minha grande amiga.

**Memorial:** Que tipo de processo havia nessa comunidade?

**Entrevistado:** Na verdade, dentro da área criminal, era uma zona de poucos crimes violentos, pequenos furtos, estelionatos, coisa pequena. Bom para a gente ir aprendendo a trabalhar. Essas cidadezinhas do interior, especialmente essas cidades que não estão à margem das estradas, têm uma vida muito pacata, muito tranquila, se vive sem preocupação maior com segurança.

**Memorial:** De Tapejara o senhor foi para Sarandi?

**Entrevistado:** Sarandi que já é uma cidade à beira da Estrada da Produção. Uma cidade maior, uma indústria se localizava ali, no entroncamento da estrada que vai para Ronda Alta, Nonoai, Rondinha, Santa Catarina. Cidade bem mais movimentada, na época. Quando comecei, a comarca de Sarandi abrangia quatro municípios: Sarandi, Rondinha, Três Palmeiras, Ronda Alta. Na época, estava em eferescência o movimento dos sem-terra. Existia uma espécie de estado paralelo no qual nem os oficiais de justiça conseguiam entrar. Uma

situação que valeu uma experiência interessante. Era uma comarca mais movimentada. Quando faltava um mês, ou menos de um mês, para que eu fosse assumir lá, incendiaram o foro, e isso foi um acontecimento extraordinário, porque, quando cheguei, não havia nenhum processo. Fomos restaurar os processos mais importantes e se fez um belo trabalho, pois o foro começou praticamente do zero. Era juiz, na época, o Doutor Sílvio Luís Algarve, um dos juízes mais brilhantes, eu tenho certeza, da magistratura do Rio Grande do Sul, com quem eu tenho uma amizade que ainda se mantém. Hoje ele é juiz em Passo Fundo, recusa promoção para Porto Alegre. De Sarandi fui para Ijuí, uma cidade bem maior.

**Memorial:** Como é que foi enfrentar essa situação lá em Sarandi de ter que começar tudo, localizar esses processos? Como é que se coloca a figura do promotor numa situação como essa? Gerava conflitos internos na comarca?

**Entrevistado:** Essa queima do foro criou uma situação interessante. O que se fez em termos de restauração dos processos, foi, na prática, começar processos novos a partir das cópias dos inquéritos que havia nas delegacias, oferecendo denúncia. Só que, como se estava numa situação emergencial, evidentemente, se foi buscar os casos mais graves. Isso fez com que o trabalho no foro fosse muito ágil. Nesse período, as audiências eram marcadas, porque o número de processos era pequeno, não havia aquelas coisas antigas que se arrastavam. As partes tomavam a iniciativa de restaurar. Era uma justiça que conseguia responder, com muita presteza, às demandas tanto na área criminal como na cível. Inclusive o Judiciário, na época, mandou para lá uma pretora, hoje juíza, a Doutora Rosane Bordasch. Então, os processos tinham as audiências marcadas com muita prioridade. Os dois magistrados, o Doutor Sílvio e a pretora, eram excelentes, muito trabalhadores. Os processos eram julgados realmente com presteza. Apesar do episódio, a resposta foi muito boa para a comunidade, criou-se um clima de muita confiança no sistema. E a promotoria atendia àquelas demandas. Sarandi era uma cidade que

tinha passado por um processo, com falência de empresas, do frigorífico, e que tinha problemas nesta área de pessoas desassistidas. A prefeitura era pobre também em razão dessas crises. Era um frigorífico grande que tinha um grande contingente de empregados. Na hora que houve a falência dessa empresa, a cidade sofreu um baque terrível, um nível de desemprego alto e os problemas daí decorrentes. Evidentemente que o município teve uma perda muito grande de arrecadação. Foi um período bem difícil para a comunidade. Mas era um povo extremamente acolhedor com algumas figuras ótimas. Foi o prefeito de Sarandi, o João Carlos Scheibe, uma dessas figuras maravilhosas. Ele já tinha sido prefeito anteriormente, era amigo do Boschi, que foi promotor em Sarandi. Havia ocorrido um episódio, muito grave, envolvendo o colega que havia me antecedido como titular na promotoria. Esse colega sofreu um acidente em que faleceu ele, a mulher e os três filhos: o colega Bicca. Esse colega vinha de Erechim, onde moravam os familiares dele, tinha ido ao sepultamento de uma pessoa amiga e, na noite, ele vinha retornando e sofreu um acidente, bateu o automóvel em um caminhão morrendo ele, a mulher e os três filhos. Atribuía-se esse fato a um atentado, teria sido uma morte encomendada, porque, pela atuação dele, em alguns processos, especialmente um que envolvia falsificação de carteiras de motorista e que tinha como réus, inclusive policiais. Na verdade, essas suspeitas nunca se confirmaram. Ao contrário, tenho convicção de que foi realmente uma tragédia. Se aquela pessoa quisesse provocar uma colisão com o automóvel dele, não haveria como imaginar, era um dia de semana, não era um dia em que ele normalmente via- jasse, ele viajou excepcionalmente em razão do falecimento dessa pessoa amiga, retornou tarde da noite, não tinha como saber que ali vinha o promotor. E, na época, o Sílvio Algarve já era juiz, muito amigo do Bicca, e acompanhou tudo. Na verdade, foi uma tragédia, mas isso tinha marcado, e, até para a gente, quando chega, vem com um certo cuidado, com relação especialmente aos familiares. Sarandi foi um outro lugar maravilhoso, porque os meus filhos se integraram de forma absoluta. O meu filho Marcos com um bando de guris e a Marília com um grupo de meninas pela cidade.



**Memorial:** E com esses casos que ele estava levantando, que estavam sendo focos de atrito, o que aconteceu?

**Entrevistado:** Esse processo estava em grau de recurso aqui no tribunal. Foi um dos poucos que não queimou. E esses policiais envolvidos já haviam sido condenados. Foi uma fatalidade, sem dúvida. O incêndio, de acordo com a perícia, foi criminoso, jogaram gasolina pela janela, e depois botaram fogo. E o incêndio teria iniciado pela parte do foro onde se localizava o cartório eleitoral. Então a coisa tinha que ver com alguma irregularidade de política. Mas, na realidade, também isso não se apurou, o que se apurou é que realmente o incêndio foi criminoso. Mas, esse processo, que seria o causador, estava em grau de recurso aqui no tribunal.

**Memorial:** O senhor ficou quanto tempo em Sarandi?

**Entrevistado:** Fiquei em Tapejara de agosto de 1986 a junho do ano seguinte, aí fui para Sarandi e fiquei até o fim de 1988. Eu já estava promovido para Ijuí, mas havia a eleição municipal e o procurador-geral da época, Doutor Paulo Olímpio Gomes de Souza, que era de Sarandi, pediu que eu ficasse até o final do ano, pois ali havia quatro municípios e a eleição era muito disputada. Havia Ronda Alta, que tradicionalmente era conturbada. Na época, foi eleito o primeiro prefeito do Estado do Partido dos Trabalhadores que foi o Saul Barbosa, que, posteriormente, seria candidato novamente. Parece que ele concorreu a deputado estadual, mas não se elegeu. Então, fiquei para fazer essa eleição a qual foi muito tranquila. O juiz era o Tasso Dellabary, grande magistrado, fizemos uma eleição sem maiores problemas. Depois das eleições, no final do ano, fui para Ijuí. Lá era diferente, uma cidade maior. Éramos inicialmente dois, depois, três colegas nas promotorias. Lá já era um trabalho diferente daquele das pequenas cidades.

**Memorial:** Deixou de ser um promotor sozinho para ser um promotor de equipe.

**Entrevistado:** Era o colega Ricardo Valdez e, depois, a colega Sônia Frantz. Ficamos em três promotores, o trabalho era dividido. Já havia com quem conversar. Em Ijuí, não fiquei um ano, e, ao final desse ano, fiz uma remoção para Canoas, mas já na expectativa da promoção para Porto Alegre. Acho que fiquei em Canoas uns dois meses, ou três, e fui promovido para Porto Alegre. Lá em Ijuí o que me marcou foi a oportunidade de lecionar na faculdade de Direito. No segundo semestre do ano, passei a lecionar na faculdade de Direito, levado pelo colega Carlos Alegretti que era professor de processo penal, me levou e me apresentou para a direção da faculdade, indicando-me para assumir uma das turmas que ele tinha à noite. Ele vinha de Santo Ângelo para dar aula. O início da minha experiência no magistério foi na Unijuí, por sinal uma universidade que tem um trabalho importante para toda aquela região. Vim para Porto Alegre promovido. Foi um pacote de promoções, saíram dez promoções. Dessas dez, oito eram cargos de promotor substituto, dois já vinham classificados, e eu vim classificado para a promotoria do foro distrital do Sarandi. Só que não cheguei a assumir lá. Na época continuava procurador-geral o Doutor Paulo Olímpio Gomes de Souza e ele me convidou para vir para o Tribunal do Júri da Capital. Passei a integrar a equipe do júri da Capital, durante sete anos, só saindo dali quando assumi a presidência da associação, gozando da possibilidade de afastamento para dedicação exclusiva à entidade de classe.

**Memorial:** Mas, antes disso, o senhor já havia exercido a vice-presidência da Associação?

**Entrevistado:** Fui vice-presidente, pela primeira vez, de 1990 a 1992, na presidência do colega Paulo Emílio. Fui vice-presidente junto com o Paulo Tonet Camargo e o Juarez Vitorino Gonçalves. Nós éramos os vice-presidentes nessa gestão 90/92. E, posteriormente, integrei a diretoria do Paulo Tonet Camargo na gestão 92/94. Na época tivemos a revisão constitucional, quando se fez um trabalho na expectativa de que realmente essa revisão pudesse ocorrer com profundidade. Se fez um trabalho de acompanhamento junto ao Congresso

Nacional. O próprio Tonet Camargo fazia isso pessoalmente, mas, muitas vezes, eu, que era o assessor direto, o acompanhei a Brasília em um trabalho feito especialmente junto ao relator, o qual era o então deputado Néelson Jobim. Se fez um longo trabalho de acompanhamento, mas, posteriormente, a revisão terminou atingindo pontos muito pequenos, não houve aquela dimensão que tínhamos. O Ministério Público havia ganho, na Constituição de 1988, todas aquelas atribuições e, naturalmente, nesse período de cinco anos, estava começando a se estruturar para poder atendê-las. Evidentemente que aquele Ministério Público anterior a 1988 tinha sérias deficiências de ordem material e de pessoal de apoio. Começava, na época, essa estruturação. Então, havia um grande temor em relação ao que pudesse acontecer com a Instituição, que se pudesse regredir, perdendo espaço. Porque, nesse período, o Ministério Público não havia conseguido responder à toda expectativa existente. No entanto, foi feito um trabalho político, mostrando aos congressistas que o Ministério Público vinha se equipando e vinha procurando responder, mas que não tinha ainda, naquele momento, a estrutura necessária. Por isso era preciso preservar o Ministério Público e dar mais condições para que, com o tempo, respondesse a todas aquelas expectativas. Acho que, nesses doze anos, agora, que nós vamos comemorar da Constituinte, houve realmente essa evolução institucional. Na verdade, esse marco de 1988 assinala a mudança de perfil, um novo papel estabelecido na Constituição. Mas isso não acontece de um momento para o outro, existia a necessidade de preparar os próprios integrantes da carreira. Havia membros com muitos anos na carreira, que vinham de um perfil antigo e que tinham dificuldades para, em pouco tempo, ampliar esse leque de atribuições e passar a exercer funções que não eram as tradicionais. Na verdade, essa transição fez-se, também, com relação, especialmente, a esses colegas mais antigos que, em uma posição mais ou menos natural, continuavam fazendo aquilo que já faziam antes e não tinham muita disposição para novas atribuições. No entanto, foi uma época muito rica em termos de trabalho institucional e associativo junto a esses colegas para mostrar a necessidade de assumir novos papéis. Então trabalhou-se muito.

**Memorial:** Como é que isso era feito? Reuniões, palestras? Que tipo de mobilização havia para essas discussões?

**Entrevistado:** Eram feitas muitas reuniões de núcleo. Embora pertencêssemos ao núcleo de Palmeira, frequentávamos muito o núcleo de Passo Fundo, que era um núcleo muito ativo e mobilizado. Realizavam-se encontros, seminários. Não havia mês que não se tivesse um encontro realmente consistente, com colegas que falavam sobre essas novas áreas de atribuição, criando um clima muito positivo, com o qual o pessoal novo se empolgava muito. Mesmo o pessoal mais antigo na carreira, passou a enxergar a necessidade de deixar as atribuições tradicionais e ir, aos poucos, atuando nas áreas novas. Esses dias eu estava lendo uma entrevista do colega Hugo Mazzilli, que é uma das grandes cabeças do Ministério Público brasileiro, e ele destacava uma coisa importante: há, na história do Ministério Público brasileiro, um momento que foi considerado, marcante, antecedendo a Constituinte, que é o Congresso de Curitiba e a célebre Carta de Curitiba, na qual, pela primeira vez, se desenhava o que seria a pretensão do Ministério Público em termos constitucionais. E disse o Mazzilli que, surpreendentemente, dois anos depois, temos um capítulo na Constituição superior àquilo que era a pretensão inicial. A Carta de Curitiba estabeleceu aquilo que o Ministério Público pretendia, em termos de Constituinte, e, nesses dois anos, houve uma evolução tão rápida que, em 1988, resultou em um Ministério Público com atribuições mais amplas do que aquelas que ele próprio pretendia dois anos antes. E aí entra o papel, na Constituinte, do deputado e colega Ibsen Pinheiro, por três razões: a primeira, pelo engajamento institucional. O Ibsen, embora só tenha vindo exercer a função, na carreira, posteriormente, era um colega extremamente cioso das questões institucionais, sempre vestiu a camiseta e era o porta-voz da instituição no Congresso Nacional. A segunda razão a força política dele era ligada ao Deputado Ulisses Guimarães que viria a presidir a Assembléia Nacional Constituinte. A terceira razão a capacidade extraordinária do colega Ibsen Pinheiro como articulador político, mas, especialmente, a capacidade dele para redigir um texto, uma regra, um artigo da Constituição. Ele

era realmente um colega com uma aptidão extraordinária nesse particular. Ele conseguiu negociar, ao longo da Constituinte, alguns pontos que pareciam, na época, inatingíveis. As pessoas que trabalharam, que acompanharam a constituinte de todos os Estados brasileiros dizem isto: que, às vezes, o pessoal da Confederação Nacional, nem tinha uma pretensão tão grande, e chegavam para ele com uma idéia, e ele levava essa idéia mais adiante do que inicialmente era a própria pretensão da classe. E fazia isso com uma rara habilidade no Congresso. E esse perfil constitucional de 1988 veio antes que o Ministério Público estivesse aparelhado para exercer essas atribuições. Por isso é que houve esse período inicial de preparação da Instituição para aquilo que, de repente, foi além do que era a própria pretensão da Carta de Curitiba. Esse momento trouxe preocupação em relação à revisão de 1993, porque o medo era esse – talvez nós não tivéssemos respondido à expectativa da sociedade e pudesse haver uma reversão. No entanto superou-se, com muito trabalho político, especialmente no caso do Tonet Camargo, que era presidente e acompanhou isso mais de perto. Mas, a partir daí, se viveu um momento de relativa tranquilidade no âmbito nacional até que o Ministério Público começou, com a sua atuação, a incomodar. E, aos poucos, apareceu uma proposta de emenda constitucional tentando alterar o perfil da Instituição; propostas legislativas tentando, de alguma forma, fragilizar a Instituição, e veio o momento da reforma do Judiciário. A reforma do Judiciário começou com as atenções voltadas exclusivamente para o poder Judiciário. Tanto que os primeiros relatores, os pareceres iniciais, não tratavam, em nenhum momento, do Ministério Público. Numa certa ocasião, estávamos em uma reunião e foi anunciado que o relator havia dito que não iria interferir no Ministério Público. Isso até foi comemorado por alguns colegas, e a nossa posição, do Rio Grande do Sul, era sempre no sentido de que se houvesse alterações no capítulo do Ministério Público, houvesse junto com Judiciário. Não achávamos estrategicamente bom que se fizesse a reforma do Judiciário e, depois, ficasse o Ministério Público para ser objeto de reforma isoladamente. Porque toda luta pelo tratamento paritário do Judiciário e Ministério Público recomendava isso. Lembro-me, na época, de uma reunião conjunta

que envolvia a Confederação Nacional e o Colégio dos Procuradores, o Cláudio Barros Silva, que ainda não era o procurador-geral, mas sim subprocurador, na gestão do colega Sérgio Porto. Estávamos presentes e a nossa posição foi a de que não era estrategicamente bom o Ministério Público ficar fora da reforma do Judiciário. O ideal era que o capítulo do Ministério Público fosse objeto da mesma emenda constitucional que tratava do Judiciário. E, quando houve a troca dos relatores, e finalmente o Ministério Público foi incluído, passamos a fazer um trabalho no sentido de defender a Instituição dos ataques daqueles que poderiam contribuir para sua fragilização. O texto que foi aprovado nos dois turnos da Câmara e que agora está tramitando no Senado, fortalece mais a Instituição em relação a 1988. Se esse texto for, afinal, confirmado pelo Senado Federal, teremos um perfil do Ministério Público ainda mais avançado do que na Constituição de 1988. Graças ao estabelecimento desse tratamento paritário com a magistratura, não apenas em relação a garantias, mas também a aspectos de organização da carreira e na questão remuneratória. E aqui o destaque nesse trabalho da Câmara para um colega que, na época da Constituinte, foi o presidente da Confederação Nacional, o hoje deputado Antônio Fleury Filho, procurador de justiça aposentado do Estado de São Paulo. Ele cumpriu essa tarefa na reforma do Judiciário e do Ministério Público. Tenho a sensação de que ele cumpriu o papel que o Ibsen cumpriu na Constituinte. Conseguiu trabalhar e levar a instituição a fortalecer-se do ponto de vista da autonomia, das carreiras e da segurança de seus membros. Julgo que saímos dessa reforma ainda mais fortes.

**Memorial:** Doutor Delmar, que aspectos enfatizar desse novo perfil do Ministério Público? Quando o senhor mencionou a questão da segurança dos membros, é porque eles se tornaram mais visíveis?

**Entrevistado:** Este é o aspecto fundamental. Na medida em que o Ministério Público, pelos seus membros, começou a interferir em algumas coisas, naturalmente, isso despertou o desconforto de determinadas áreas, e este desconforto poderia levar a uma redução das funções institucionais. No entanto, se conseguiu, nesse momento, am-

pliar essas funções, porque o papel da Instituição ficou cada vez mais reforçado. O Ministério Público tem um papel *sui generis*, porque ele é uma parte do Estado, como diz o colega Sérgio Porto. Ele exerce uma parcela da soberania do Estado. Embora não tenha, evidentemente, a preocupação de ser um poder do Estado, os poderes são os tradicionais, mas ele exerce uma parcela desse poder soberano do Estado, e a peculiaridade é que o grande demandado do Ministério Público, nas questões de cidadania, é o próprio Estado. Quer dizer, quando o Ministério Público vai cobrar o cumprimento desses direitos inscritos na Constituição, quem é o grande devedor de saúde, educação e segurança? É o próprio Estado. Então, o Ministério Público tem uma relação meio complicada com o Poder Executivo. O Ministério Público está, o tempo inteiro, só cobrando. Na verdade, o perfil constitucional dá ao Ministério Público essa representação para cobrar em nome da sociedade. E, justamente quando começa a fazer isso, o Executivo se sente, de alguma forma, acuado pela atuação do Ministério Público, que, ao mesmo tempo, cobra a prestação de saúde devida, cobra a prestação de educação devida, cobra a prestação de segurança devida e, com isso, a relação não fica, às vezes, muito amistosa. O Poder Executivo gostaria de poder fazer as suas opções políticas sem nenhum tipo de cobrança e de fiscalização. Então, além do papel de fiscalização, há esse papel da cobrança das políticas públicas, porque o Ministério Público é o órgão do Estado cuja destinação é ficar ao lado da sociedade. É interessante quando começamos a acompanhar a atuação dos colegas das diversas áreas. Por exemplo, os colegas encarregados da defesa do consumidor passam a atuar com mais veemência em determinadas situações e isso cria desconforto na iniciativa privada, no próprio poder público, porque ele cobrará coisas que estão na lei e que não estão sendo cumpridas. Evidentemente que o Ministério Público não tem a pretensão de ditar as políticas públicas, mas de cobrar aqueles compromissos da lei. Então, neste particular, o papel do Ministério Público é singular na organização do Estado, porque ele é o Estado, mas a ligação dele tem que ser com a sociedade. Ele estará lá, em nome desta sociedade. E não vai chegar o momento em que não vai haver o que cobrar, sempre haverá o que cobrar. Porque, se hoje se atende algumas coisas míni-

mas, em termos, por exemplo, de garantias do consumidor, na medida em que se for evoluindo e que se passar a atender mais, também vai se exigir mais. A evolução da sociedade faz-se assim. Hoje você cobra um mínimo em termos de educação. Se esse mínimo for atendido, o que vai acontecer? A sociedade vai passar a querer mais, é assim que a humanidade evolui. Não tenho dúvida quando alguém diz “Vai chegar o momento em que o Ministério Público não vai ter o que fazer”. Não vai chegar esse momento, porque a sociedade vai ter sempre demandas. Até porque, historicamente, ela evolui. Dizia o Raul Pilla em uma passagem de um voto lá na emenda constitucional de 1949, que criava o Parlamentarismo, que vista de longe, do alto, a história da humanidade registra uma permanente evolução. Embora, circunstancialmente, possa haver um ou outro desvio, ao longo do tempo, o caminho é a evolução, e, nesse caminho, a sociedade passa a cobrar cada vez mais. No momento em que um direito for garantido, vamos querer mais. Então, acho que o Ministério Público sempre terá um papel.

**Memorial:** Quais são as grandes questões que têm sido discutidas dentro da Associação do Ministério Público nessa fase de efervescência e redefinição de perfil?

**Entrevistado:** É exatamente de se fazer do Ministério Público este organismo do Estado que ouve a sociedade e que vai buscar, através de meios, às vezes, coercitivos na justiça, o cumprimento daqueles direitos assegurados na Constituição. O Ministério Público, ao longo desse tempo, assumiu essa identidade e essa visibilidade, com uma política que eu considero correta, que é a política das sedes próprias das promotorias. As pessoas devem saber que ali está alguém que representa uma instituição que tem um compromisso com as demandas sociais. E, ao mesmo tempo, o Ministério Público tem um papel histórico na questão criminal e, a partir da Constituição de 1988, com a legitimação privativa para mover a ação penal. O Ministério Público, também, não pode se descuidar dessa parte. Talvez, em um primeiro momento pós-1988, tenha-se dado uma ênfase maior a áreas não penais, o que se justificava pelo momento histórico. Mas, posteriormente,



fez-se necessário retomar essa questão do papel histórico do Ministério Público na área criminal que, sem dúvida nenhuma, está hoje entre as preocupações sociais mais prementes. A segurança talvez seja uma das primeiras preocupações em qualquer pesquisa que se faça. Acho que temos de registrar o papel de alguns colegas que têm participação importante na história do Ministério Público brasileiro porque estiveram, permanentemente, vinculados a essa evolução institucional. Eu citaria alguns colegas como o Doutor Lauro Pereira Guimarães, o Doutor Augusto Borges Berthier, o Doutor Paulo Olímpio Gomes de Souza, o Doutor José Antônio Paganella Boschi, Doutor Marco Aurélio Moreira de Oliveira, um dos criadores da CAEMP (Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público), a primeira entidade nacional. Há uma particularidade no Ministério Público do ponto de vista da evolução institucional: esse trabalho legislativo, em geral, e o constituinte, em particular, foram realizados sempre pelas entidades de classe, pelas associações e pela Confederação Nacional. E essas pessoas dirão também quem trabalhou ampliando essas possibilidades. São pessoas que fazem parte da história, não apenas do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas do Ministério Público brasileiro.

**Memorial:** Doutor Delmar, o senhor teve, também, uma atuação importante como docente, inclusive como coordenador da área de processo penal. Já participou de congressos na área. Fale sobre a situação do crime, no Brasil, da ótica de quem possui toda essa experiência profissional?

**Entrevistado:** Eu sempre fui vinculado especialmente a área processual penal. Vim para a Escola Superior do Ministério Público por convite do então diretor Adalberto Pasqualotto, meu colega na faculdade de Direito, com quem tínhamos uma relação de amizade de longa data. Estamos todo esse tempo trabalhando nessa área na Escola. A Escola do Ministério Público tem tido sempre uma preocupação muito grande para que o promotor, diante dessa ampliação de atribuições, não descuide a questão do processo criminal, que é a sua atribuição histórica. E, nesse particular, em um momento como o que estamos

vivendo, no qual há uma demanda por segurança e por tranquilidade na população, o combate à criminalidade precisa ser a prioridade. E, também aqui, o Ministério Público pela Escola, pela Associação, tem trabalhado nas questões relativas às reformas da legislação processual penal e penal. Nesse momento, a Associação tem uma comissão que está trabalhando na reforma processual penal. Nós deveremos levar as nossas idéias para uma reunião da Confederação Nacional para, posteriormente, se tomar uma posição que seja do Ministério Público brasileiro. Devemos ter presente que o nosso Código de Processo Penal é de 1941, quando o tipo de criminalidade era diverso da de hoje. Com o chamado crime organizado, essa área assume outra feição. Há necessidade de que o Ministério Público se estruture de forma diversa, com equipes trabalhando em áreas específicas, não mais o trabalho isolado que se fazia no combate ao crime convencional, quando havia uma atuação inicial da Polícia, passava esse material de investigação para o Ministério Público e daí se desencadeava um processo criminal. Hoje não se pode mais trabalhar dessa forma, quando a criminalidade trabalha com outros mecanismos. O próprio perfil do promotor criminal, um sujeito que trabalhava sozinho, e a célebre frase “O promotor era um homem só”, hoje, é substituído pela figura dos promotores e promotoras trabalhando em equipe. Os promotores devem se adequar à imposição do trabalho em equipe. Há necessidade de um trabalho com estratégias, com planejamento, não é mais aquele trabalho puro e simples de receber um inquérito e trabalhar. Hoje se está enfrentando as organizações criminosas, e não apenas de grande porte. A organização criminosa é uma gangue de recém-saídos da minoridade que passam a atuar em conjunto, fazendo arrastão. Isso já é uma forma de organização criminosa. Na época em que eu estava na faculdade, fim da década de 1960, início da década de 1970, se observava uma evolução negativa da criminalidade, desaparecendo a figura do delinquente contra o patrimônio que era o batedor de carteira que andava nos bondes, que era um sujeito que agia com extrema habilidade, que tinha a preocupação de não cometer violência, porque a violência desencadeava uma repressão muito mais rigorosa. Ele era um delinquente que era um artista em termos de habilidade. Esse tipo de crime

foi substituído pelo assalto à mão armada, pela violência contra a pessoa, e, aos poucos, essa criminalidade ganhou uma dimensão que não imaginávamos há vinte ou trinta anos atrás. Hoje as quadrilhas estão eliminando pessoas, disputando o controle de territórios, com uso de armas pesadas, quer dizer, uma criminalidade para a qual o nosso sistema não estava preparado. Há a necessidade de adequar a legislação para enfrentar isso. Nos países do primeiro mundo, existem as chamadas forças-tarefa encarregadas, exatamente, do combate ao crime organizado. Lá uma nova estrutura legislativa permite que os órgãos de segurança enfrentem o crime organizado com meios técnicos. Em uma visita que fizemos a convite do Ministério da Justiça dos Estados Unidos, em um dos seminários, um dos procuradores federais americanos - na época, encarregado do combate à máfia, especialmente em Nova Iorque - dizia que não existe o combate ao crime organizado sem três aspectos: a escuta eletrônica, a infiltração de agentes dentro das quadrilhas para descobrir como elas funcionam e um programa efetivo de proteção à testemunha. Os Estados Unidos admitem, por exemplo, que se possibilite fazer escuta ambiental, em um lugar onde ocorrem reuniões de delinquentes organizados, e isso é feito com autorização legislativa. A infiltração é admitida. Aliás, usam muito a infiltração nas quadrilhas como forma de descobrir o *modus operandi*. Nós temos algumas coisas que embaraçam a área de defesa de direitos humanos. Estamos em uma fase, a meu ver, primária de defesa dos direitos humanos, quando só existe preocupação com a defesa do cidadão, individualmente. Não há preocupação com a defesa do cidadão enquanto integrante do grupo social. A verdade é que a nossa legislação, nesse particular, é atrasadíssima. O melhor programa de proteção a vítimas e testemunhas é o dos Estados Unidos, porque há uma coisa muito importante para um programa desse tipo: as condições de financiar essa proteção. De qualquer maneira, estamos passando por essa transição em que os órgãos de defesa da sociedade, desde os órgãos propriamente da segurança pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário precisam se adequar e se estruturar não mais para enfrentar o criminoso que comete um homicídio no bar da esquina, em uma briga, com presença de algumas testemunhas. Hoje ele precisa enfrentar o emis-

sário da quadrilha que, com todas as cautelas, vai eliminar um suposto desafeto. Se nós não evoluirmos, não vamos ampliar os mecanismos de defesa da sociedade, vendo que, antes de tudo, os direitos humanos têm que ser os direitos coletivos e não individuais. A prioridade tem que ser a defesa do coletivo e não somente a do individual. O individual deve ser a garantia do cidadão contra os eventuais abusos, mas não uma ditadura da liberdade do cidadão em prejuízo do grupo social. Acho que, nesse particular, ainda estamos um passo atrás do que se vê, principalmente, nos países mais adiantados os quais, pela evolução da criminalidade, se viram obrigados a lançar mão de determinados aparelhamentos técnicos para enfrentar uma criminalidade cada vez mais aparelhada. Considero que, em termos da história institucional, o que se poderia, mais ou menos, recordar é essa evolução, especialmente para que os mais jovens saibam que, há quinze anos atrás, íamos para uma promotoria em que, em muitos casos, cada um tinha que levar a sua máquina de escrever, porque lá não havia.

**Memorial:** Antes não existia nem promotoria, existia um lugar, no foro, gentilmente cedido.

**Entrevistado:** Os jovens colegas devem ver que hoje já temos melhores condições e que, por isso, a resposta tem que ser melhor do que aquela que se dava, quando as condições eram de maior dificuldade. Considero que a Instituição evoluiu muito do ponto de vista das atribuições, do aparelhamento material e de pessoal. Certamente ainda não atingiu o ideal, há muita coisa para ser feita, mas é preciso reconhecer que já se caminhou bastante. Não tenho dúvida de que, entre as instituições do Estado, foi a que mais evoluiu nos últimos tempos. Devemos continuar com esta consciência de que a função do Ministério Público nunca foi, e não pode ser, uma função burocrática. A função do Ministério Público, até pela característica de ser um órgão agente – ele toma iniciativas, propõe medidas – não é compatível com a burocratização da função. Sei que aqui sempre precisa um pouco de “camiseta” a mais, de dedicação a mais, faz parte da carreira do Ministério Público essa capacidade de se doar um pouco além de simples-

mente cumprir a função – foi assim que o Ministério Público cresceu e é assim que vai continuar crescendo. Precisamos, e esse é o papel da Escola, também, criar nos jovens que estão ingressando esta consciência “Vocês não estão vindo para uma instituição definitivamente acabada e nem estão vindo para um lugar onde vão cumprir uma função burocrática. Aqui, sempre, a Instituição vai cobrar de vocês mais do que simplesmente cumprir o seu papel de forma acomodada, aqui é preciso um pouco mais de dedicação, sempre vai ser preciso essa disposição, essa garra para fazer as coisas”. Não dá para imaginar – e é isto que está no texto da reforma do Judiciário e do Ministério Público – , “Nós temos o mesmo *status* do Judiciário, agora nós vamos ter o comportamento do Judiciário”. Ocorre que o comportamento do Judiciário institucionalmente e funcionalmente é diferente: a jurisdição é inerte, ela aguarda a demanda, apresentada pelo cidadão ou pelo Ministério Público. O Ministério Público é órgão agente, por isso ele não pode ficar nessa posição acomodada. O bom promotor é aquele que está sempre atrás de algumas coisas, porque não vai chegar o tempo em que não haja o que se buscar, sempre teremos o que buscar. Porque creio que o nosso Estado tem sido um dos Estados em que a Instituição está na ponta, um dos Estados que tem uma atuação de vanguarda e que está sempre demandando no cumprimento de suas funções, até porque, pela consciência política, pelo desenvolvimento do Estado, pela tradição. De alguma forma, nós gaúchos não dispensamos essa capacidade de estar sempre buscando esse aperfeiçoamento. Então julgo que, neste particular, vivemos um bom momento, e continuaremos vivendo, desde que nós não nos acomodemos. Aqui não há lugar para acomodado, para cumpridor de tarefas, aqui é preciso ter capacidade de doação.

## Delmar Pacheco da Luz \*

**Memorial:** Inicialmente agradecemos a sua disponibilidade em nos atender. Iniciaremos com algumas perguntas genéricas sobre o Tribunal do Júri. Por ocasião do julgamento do casal Nardoni em março, Guilherme Nucci, juiz de São Paulo, escreveu um artigo na Folha de São Paulo criticando a Instituição do Júri dizendo que, no judiciário brasileiro, o juiz togado é imparcial, independente, não é tão influenciável pela mídia quanto é o juiz leigo. Ele diz que o juiz leigo é influenciado pelo sensacionalismo, não conhece a lei e os pré-julgamentos são mais fáceis de ocorrer. O juiz togado decide com base nas provas dos autos e os leigos julgam conforme a sua convicção íntima. O que o senhor acha a respeito disso?

**Entrevistado:** Todo o juiz sofre, de alguma maneira, influência do ambiente. É claro que o juiz técnico procura se preservar disso, mas não há como negar que, em certos casos de maior repercussão, a divulgação que acaba ganhando na mídia termina também condicionando o julgador. Às vezes até para o juiz mostrar independência, ele decide contra aquilo que as aparências indicariam. Quanto ao julgamento de mérito, o julgamento popular não tem como fugir disso. O Tribunal do Júri inevitavelmente vai sofrer esse tipo de influência; e naqueles casos que ganham grande repercussão, é inevitável que o cidadão que será jurado sofra influência daquilo que ouve e lê. Se o júri pudesse ser isento dessas influências não seria o júri popular. Esse é o defeito que se aponta no júri, mas essa também é a virtude do júri. Quer dizer, o júri reflete o sentimento da sociedade de alguma forma. Quando o jurado assume o compromisso, ele nem é exortado pelo juiz a julgar de acordo com a lei, com a jurisprudência e com a doutrina. Ele é exortado a julgar de acordo com “as vossas consciências e os ditames da justiça”. É o que diz o dispositivo do Código de Processo Penal. Ou seja, é para ele julgar de acordo com aquele sentimento de justo que o

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 8 de junho de 2010.

cidadão tem, é para ele julgar de acordo com o grau de reprovação, ou não, da conduta que a sociedade tem e que ele jurado está representando ali. Na verdade o jurado não tem como fugir dessa influência. Se você critica o júri por isso, então você é contra a própria existência do Tribunal do Júri porque não há júri sem essa característica. Ou você admite o júri popular - e o júri popular inevitavelmente vai ter essa influência - ou então você diz que não pode haver júri popular, todos os casos têm que ser julgados por um juiz togado em tese neutro, isento; na prática, todo o cidadão quando julga leva a sua carga cultural, filosófica e religiosa. Ninguém consegue ser absolutamente neutro diante de uma determinada situação. Isso hoje é uma coisa reconhecida pelos próprios magistrados. Apesar disso - embora o sensacionalismo possa acabar influenciando em casos bem pontuais que tenham destaque na mídia - na imensa maioria dos casos, não acontece. A minha experiência me diz que o júri não erra mais do que o juiz singular.

**Memorial:** Ainda nessa linha um pouco crítica em relação ao júri, Vítor Nunes Leal - que foi ministro do STF - na obra “O Coronelismo, Enxada e Voto” diz, referindo-se ao período do Estado Novo, que muitas vezes o júri era um local no qual o capanga do coronel podia ser absolvido, enfim até porque a decisão, naquela época, do júri não era soberana, o próprio Tribunal poderia mudá-la e condenar ou absolver e determinar a pena. Recentemente, em um julgamento em São Paulo, alguns acusados de terem feito ataques contra a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros foram absolvidos, e o promotor disse que acreditava que foram absolvidos porque os jurados ficaram com medo de represálias. O senhor poderia comentar esse tema?

**Entrevistado:** Eu ouvi de colegas, principalmente de estados do Nordeste, dizer que no Interior onde existe ainda aquele coronelismo marcado pela violência, ainda os réus podem ser absolvidos por força desse temor. Acho que, na maior parte do Brasil hoje, o julgador não é mais movido por isso, embora nós tenhamos um outro tipo de violência, das quadrilhas, do crime organizado que ainda pode infundir temor. Mas no meu período de atuação no júri aqui de Porto Alegre,

não tenho registro de manifestação de temor por parte dos jurados. Os jurados normalmente revelaram tranquilidade para julgar. Até porque, principalmente nas cidades maiores, os jurados não se sentem ameaçados. Claro que o saudoso ministro Nunes Leal é da época de um Brasil bem marcado pelo coronelismo, na década de 1930, algo que não dá para comparar com o Brasil de hoje. Talvez ele retratasse aquele período e o Brasil rural da época.

**Memorial:** Analisando a história do Ministério Público, percebe-se que o promotor de justiça sempre foi muito identificado com o júri. Recentemente nos anos 80, o Ministério Público começa a ampliar bastante as suas atribuições. O senhor acha que ainda há essa identificação entre o promotor e o Tribunal do Júri?

**Entrevistado:** Já não mais como foi, porque a atuação do Ministério Público era basicamente na área criminal e dentro dessa área a visibilidade da atuação do promotor se dava no Tribunal do Júri. No interior quando se via o promotor, se via o promotor atuando no Tribunal do Júri. Quando chegava o promotor na cidadezinha do interior, a sociedade ia conhecer o promotor quando ele fizesse o primeiro júri. Era realmente o momento em que o promotor se apresentava na comarca. Hoje a atuação do Ministério Público está diversificada. Continua tendo importância e simbolismo a atuação do promotor no júri, mas evidentemente que hoje a sociedade identifica o promotor atuando em outras áreas, nas áreas de defesa do interesse social e, muitas vezes, promotores com atuação nessas áreas podem ser mais conhecidos na comunidade do que o promotor com atuação no Tribunal do Júri diferentemente do que era antes. Se o promotor não atuasse no júri, ele não seria conhecido. Esse é o Ministério Público a partir dos últimos 30 anos e acentuadamente nos últimos 10 anos em que essa atuação em áreas do interesse social ganhou visibilidade. Hoje se alguém vai em nossas maiores cidades do interior, às vezes, os promotores mais conhecidos não são os promotores de atuação na área criminal, são os de atuação na área do meio ambiente, direitos humanos em geral, enfim, todas essas áreas que hoje têm uma atuação muito forte do Ministério



Público. É um Ministério Público com uma atuação extrajudicial muito marcada. Uma coisa interessante que seguramente daqui a pouco tempo, quando se olhar para trás, se vai observar é que esta gestão da Doutora Simone Mariano da Rocha como procuradora-geral marca a primeira chefia da Instituição que não vem de atuação marcadamente processual, mas de atuação na área extraprocessual e que deu uma ênfase na chefia da Instituição para essa atuação extraprocessual. Sem dúvida nenhuma essa é a marca do Ministério Público pós-Constituição de 1988, que já começa deixando de guardar aquela simetria com o Judiciário para ter uma estrutura de promotorias que não está necessariamente vinculada a um órgão do Judiciário, que vai estabelecer esta atuação em rede, em parceria com outros órgãos, termos de cooperação, de parceria e não necessariamente vai ingressar com medidas judiciais.

Inclusive esses termos de cooperação que conduzem à solução de problemas sem que se tenha necessariamente que estar na condição de autor ou de investigador contra alguém. É uma decorrência da mudança do perfil do Ministério Público trazido pela Constituição e que é um caminho inexorável do ponto de vista da atuação do futuro. Por exemplo, na área criminal o Ministério Público continuará sendo titular da ação penal, mas nessas outras áreas está se abrindo um campo imenso de atuação.

**Memorial:** Voltando ao júri, em sua obra “Júri um tribunal democrático” o senhor faz um estudo bastante interessante em relação aos homicídios, condenações e absolvições em relação à determinada região do Estado, em relação à determinada formação cultural. Se eu concluí corretamente da leitura, aquelas regiões que foram colonizadas por portugueses, açorianos ou indígenas têm mais tolerância ao homicídio do que aquelas colonizadas por alemães e italianos. E as condenações são maiores nessas regiões coloniais, em cidades teoricamente do mesmo tamanho, do mesmo número de habitantes e desenvolvimento. O senhor pode comentar um pouco esses aspectos desse seu trabalho?

**Entrevistado:** É um trabalho que não tem a pretensão de ser

uma coisa científica, senão mais uma observação de uma realidade ao longo do tempo. Na condição de promotor, vivendo em regiões distintas do Estado, observamos que há uma diferença de comportamento na sociedade e fizemos um levantamento quantitativo para ver se isso corresponde àquela observação feita. A conclusão a que chegamos é de que realmente há uma diferença cultural no enfoque da questão do homicídio. Primeiro se observou que nessas regiões de colonização italiana e alemã - e se procurou as cidades que são de colonização mais fechada - esses grupos foram levados para locais que ofereciam grandes dificuldades, a começar pelo acesso. Os imigrantes não foram devidamente assistidos, eram mandados para lá e tinham que sobreviver em pleno século XIX. Esses grupos desenvolviam uma grande solidariedade, até pela necessidade de sobrevivência e nessas circunstâncias a perda de qualquer membro tinha um impacto muito grande. Então havia uma reprovação muito grande da violência praticada. Normalmente, como esses grupos eram fechados e restritos, a violência contra qualquer um despertava uma grande reação. É diferente dos grupos que se formaram a partir da colonização que eu chamo de luso-brasileira que é basicamente o português que foi miscigenando com o índio e que vinham cada um de um lado, se estabeleciam em um determinado lugar. Um primeiro se estabelecia e a partir daí outros apareciam, agregavam-se ao grupo mas não tinham origem comum. Na maioria dos casos eram pessoas que já vinham de andanças pelo Rio Grande do Sul e pelo Sul do Brasil sempre conflagrados, gente remanescente dessas nossas guerras com os vizinhos do Prata. Eram esses andarilhos que, muitas vezes, já vinham até fugidos de problemas com a Justiça e para quem - eu brinco nas aulas - matar alguém era algo circunstancial, isso pode acontecer com qualquer um. Então o luso-brasileiro nunca teve essa reprovação ao homicídio que é muito própria das culturas alemã e italiana, além do fator religioso muito presente. A religião católica, principalmente, nas colônias italianas; nas colônias alemãs em algumas a religião católica, em outras a evangélico-luterana. Mas sempre com forte influência religiosa e com uma reprovação muito intensa ao homicídio. Entre os nativos há muito pouca influência religiosa e vindo dessas escaramuças de fronteira, tendo passado por guerras, para eles matar alguém não é exatamente uma coisa reprovável, até

porque isso era uma questão de sobrevivência.

**Memorial:** Achei também interessante que o senhor conseguiu identificar elementos da própria cultura, por exemplo, alguns versos “Se me pisa no pala, o meu revólver fala”, já incorporado ao imaginário gaúcho.

**Entrevistado:** É, faz parte. Essas coisas são incorporadas, as pessoas e os críticos dizem “Não, esse gaúcho só existe no imaginário”, como se isso fosse pouco. O existir no imaginário é muito significativo quando se trata da cultura de um povo. Significa que esse povo incorporou essa figura e isso dita comportamentos. Essa coisa do gaúcho cantar a valentia é um dado importante do comportamento que é incentivado. Desde que o “piazinho” nasce, é incentivado - como dizem os outros versos - “a não ter medo, ter coragem”. Isso vai se refletir depois nas condições em que ele vive, na necessidade de portar arma. É evidente que o acesso à arma facilita muito a prática do homicídio. É claro que se uma briga se dá no bar onde beberam, se ninguém estiver armado, o estrago final será pequeno. Agora, como acontece, ou pelo menos acontecia como regra em que a imensa maioria estava armada, é claro que o resultado final pode ser desastroso. Isso é uma outra característica que sempre foi muito da cultura local, o porte de arma. O gaúcho campeiro não andava sem arma. Eu me lembro do meu avô, um homem velho, mais de 70 anos, nunca vi ele dar um tiro de revólver, mas andava sempre na fazenda com o revólver na cintura. Não me lembro de vê-lo sem o revólver na cintura, o revólver fazia parte da indumentária. Assim como ele vestia as bombachas e calçava as botas, o revólver estava na cintura e nunca vi ele tirar aquele revólver do coltre para nada, mas andava armado. Era algo cultural, e isso naturalmente facilitava que em qualquer episódio houvesse índice elevado de homicídios. Levando em conta esses aspectos, quando chegava no júri, não havia entre os jurados alguém que não tivesse um amigo, um parente que não houvesse respondido um processo por homicídio ou tentativa. Isso já produzia uma tolerância que se refletia nos resultados no júri.

**Memorial:** O senhor considera que, com a difusão das informações e com a instantaneidade essas diferenças culturais entre as regi-

ões tendem a se reduzir?

**Entrevistado:** Ah, não tenho dúvida! Hoje as pessoas portam muito menos armas. Essas campanhas contra as armas, as próprias circunstâncias, as pessoas já vinham de qualquer maneira diminuindo o porte de armas. Mas aquela história do imaginário, no plebiscito das armas o Rio Grande saiu com 90% contra a proibição, porque culturalmente isso está arraigado. Mas hoje se vê muito menos armas, efetivamente a cultura e essa evolução social tendem a reduzir aqueles crimes que eram admitidos. A história do crime do marido traído, a legítima defesa da honra comuns na década de 1930, 1940, até 1950 vai desaparecendo. Aquele crime por qualquer troca de palavras mais ásperas em que se admitia e justificava uma reação violenta não ocorre mais nos moldes de antes. Hoje - conversamos com os colegas da Vara do Júri - nos casos que vão a júri, aparece mais a disputa pelo controle da área de distribuição de drogas do que aquelas tradicionais brigas de bar ou brigas de vizinhos.

**Memorial:** O senhor atuou de 1990 até 1997 no Tribunal do Júri em Porto Alegre. Gostaria que o senhor relatasse a sua experiência, o tipo de criminalidade que o senhor encontrou em relação ao interior e se o senhor poderia afirmar se as condenações eram mais frequentes na Capital do que no Interior.

**Entrevistado:** Na época Porto Alegre já se ressentia do índice maior de violência do que o Interior. Claro que não chegava aos índices de hoje, mas o índice de condenações era mais elevado. É verdade que os crimes envolvendo disputas ou brigas de quadrilhas, disputas por pontos de drogas eram uma coisa ainda incipiente em Porto Alegre, a maioria dos crimes ocorria por brigas ocasionais. Mas já começava a aparecer a disputa entre quadrilhas. Os jurados de Porto Alegre já sentiam que a Capital era mais violenta que o Interior e os índices de condenação já eram mais elevados do que no Interior. Normalmente quando, de alguma forma, nos processos apareciam essas disputas de quadrilha, os jurados eram rigorosos nos julgamentos. O Conselho de Sentença era muito preparado, com pessoas de excelente nível, isso

fazia com que o trabalho deles sempre fosse muito tranquilo, eram raros os casos de decisões surpreendentes. Não que não houvesse absolvições, sempre houve, mas as absolvições ocorriam naqueles casos em que havia uma prova que autorizava a absolvição.

**Memorial:** Nesse período trabalhavam também no júri o Doutor Claudio Brito e o Doutor Daltro Aguiar Chaves. Como era o trabalho dos promotores no júri?

**Entrevistado:** Trabalharam nessa época Paulo Tonet Camargo, hoje vice-presidente da RBS, Cláudio Brito, Daltro Aguiar Chaves, Marcelo Ribeiro, Thales Nilo Trein, José Pinheiro Machado Keuneke, João Carlos Durant Bergman, Roberto Bandeira, esses são os que me lembro agora.

**Memorial:** Havia troca de experiências, de informações?

**Entrevistado:** As turmas eram muito boas. Costumavam conversar muito sobre os processos. Às vezes havia um processo desses réus mais assíduos, o outro colega já fizera um júri, então íamos atrás de informações. Sempre se conversava muito, se assistia ao júri dos outros colegas. Era uma experiência muito interessante porque ali se trabalhava em equipe pelo seguinte: as audiências eram feitas em dias certos. Se o colega tivesse algo a ser observado, ele passava aos outros. No processo normalmente funcionava assim: os inquéritos eram distribuídos e aquele que oferecia a denúncia se tornava o promotor daquele processo. Ele fazia todas as manifestações escritas e depois manifestava interesse em fazer o plenário, ou não. Se não tivesse interesse especial, os processos eram distribuídos para não coincidir de cair no plenário na mesma semana: um promotor com, em dias seguidos, dois processos e o outro sem nenhum processo naquela semana em plenário. Houve um período em que éramos quatro promotores, cada um tinha o seu dia da semana e cada um fazia uma sexta-feira por mês. Quando estava completo o quadro, não havendo ninguém em férias, funcionava assim. Se eventualmente houvesse um processo que o

colega desejasse fazer o plenário, ajeitávamos a pauta. Mas, na imensa maioria dos processos, todos faziam todos. Quem fazia o plenário ficava com o eventual recurso porque havia estudado todo o processo e dali para frente ficava com a manifestação escrita, mas até ali quem fazia as manifestações escritas era o promotor da denúncia. Já na capa, por exemplo, vinha escrito primeiro juizado, terceiro promotor, então, quando vinha para manifestação escrita no cartório, já ia para o escaninho do terceiro promotor. Funcionava. Foi um período muito bom, uma parceria maravilhosa. Trabalhamos com vários juízes, mas quem trabalhou mais tempo foi o hoje desembargador Aramis Nassif e o Carlos Raphael dos Santos Júnior.

**Memorial:** Um dos casos de maior repercussão em que o senhor atuou foi o do Hegel, procurador do município. O senhor poderia falar de alguns aspectos gerais de que o senhor lembra sobre o caso?

**Entrevistado:** Esse caso teve uma especial repercussão porque eram réu e vítima bacharéis em direito, tinham vindo do Interior, cursavam a escola da Ajuris (Escola Superior da Magistratura) e estavam se preparando para fazer concurso para a magistratura. Provavelmente a vítima, ao que se sabe, desejava fazer concurso para magistratura. Além disso havia um aspecto de crime passionai. A moça fez um grande esforço para vir a Porto Alegre fazer a escola da Ajuris. Aqui eles se conheceram no curso e acabaram estabelecendo um relacionamento que pouco durou. Ela, na época, tinha 24 e ele tinha 27 anos. Ele era procurador do município, não concursado, contratado, ela morava num pensionato com as amigas. Em seguida ela quis romper o relacionamento, mas ele não se conformou com o rompimento. Procurou por ela, encontraram-se e foram até o apartamento dele onde ele terminou por matá-la com três tiros.

**Memorial:** Pareceu até algo premeditado, pois ele estava fazendo chimarrão, a água fervia, enfim, um ambiente que parecia amistoso.

**Entrevistado:** É, eles estavam conversando, ela estava vestida,

sentada no sofá da sala, ele foi fazer um chimarrão, aí ele retornou, atirou, ela ficou caída ali. Ele saiu, fechou a porta do apartamento, deixou um rádio ligado e foi para o Interior. Fugiu para o Interior. As colegas do pensionato deram pela falta dela, avisaram os familiares que começaram a procurá-la. Cientes desse relacionamento, sabiam que ela almoçaria com ele, acabaram indo procurá-la no apartamento. O colega da Promotoria do Júri, Paulo Tonet Camargo, acompanhou a Polícia. Chegaram ao local, o apartamento estava chaveado, os vizinhos confirmaram que a luz estava acesa e o rádio estava ligado. Por insistência do Paulo Tonet Camargo, terminaram arrombando a porta e se depararam com a moça morta no sofá, caída. Ela caiu para o lado, com três tiros no rosto. O rapaz fugiu para o Interior onde moravam, na época, os seus familiares. A partir daí a polícia foi procurá-lo, acabou encontrando e ele confessou a morte.

**Memorial:** O que chama a atenção é que em Santiago para onde ele fugiu, ele deu entrevistas para o Correio do Povo aparentando até uma certa tranquilidade com relação ao fato ocorrido.

**Entrevistado:** É, revendo os jornais da época, ele falou “Não agora, logo que isso passar, vou voltar”.

**Memorial:** “Inclusive queria fazer concurso para o Ministério Público”, ele menciona numa entrevista.

**Entrevistado:** É, como se fosse uma coisa banal o que acontecera. Não me recordo bem, deve-se verificar no processo, se ele teve a prisão preventiva decretada quando foi oferecida a denúncia. Então ele respondeu ao processo preso, foi pronunciado, confessou a autoria, homicídio qualificado. Não me recordo se houve recurso da pronúncia.

**Memorial:** Acho que houve recurso, acho que chegou ao Supremo. Esse recurso dele é em relação à pronúncia.

**Entrevistado:** Houve o ingresso de um *habeas corpus* no Tri-

bunal, que confirmou a pronúncia e esse *habeas* acabou por não ser conhecido porque foi impetrado contra a sentença e não contra o acórdão. O acórdão manteve a pronúncia inclusive quanto às qualificatorias e ele foi a julgamento.

**Memorial:** Foi rápido, em um ano praticamente ele foi para o júri.

**Entrevistado:** É, com recurso e tudo. O fato ocorreu em três de junho de 1994. Em 23 de junho do ano seguinte ocorreu o julgamento no júri. Foi um julgamento interessante. Tem que se fazer aqui uma homenagem à defensora que atuou no plenário, a Doutora Ana Maria Becon Saraiva. Uma advogada de Santiago que fez um trabalho brilhante no plenário, com umas teses, eu diria, inovadoras para não dizer estranhas, mas que produziram um efeito interessante. Sugeriam que ele estaria abalado pela recusa da vítima em continuar o namoro. Eu me lembro que após a primeira parte - porque ele era confesso, não havia nesse aspecto nenhuma discussão -, ela tentou sair pela irresponsabilidade criminal dele com base em que teria sido descontrole emocional, ele teria se sentido agredido pela recusa. Mas isso foi muito bem apresentado no plenário. Foi arrolado pela defesa um psiquiatra que deu todo um depoimento que depois iria servir de base para a sustentação da tese da defesa. Havia muitos colegas assistindo ao júri e ao final do trabalho da defesa, todos estavam impressionados, inclusive, preocupados com o resultado desse trabalho da defesa. Entre eles estavam o colega Marcelo Ribeiro e o colega Cláudio Brito que eram da Vara do Júri. Chamei os dois, entramos no gabinete e preparamos uma réplica a seis mãos, conversando sobre quais os argumentos que, ao sentir deles - eu tinha minhas anotações -, podiam ter impressionado mais os jurados para que eu pudesse na réplica responder. Fizemos uma relação e preparamos um esquema de uma réplica, aí voltei com o objetivo de desmontar aquela impressão muito boa causada pela defesa. A Doutora Ana Maria é uma advogada muito competente, aliás, o Paulo Tonet Camargo tinha sido promotor em Santiago e havia me alertado que ela era excelente advogada de júri. Todos os colegas que



passaram por Santiago fazem esse elogio a Doutora. Ana Maria.

**Memorial:** Mas nesse caso ela não conseguiu impedir a condenação.

**Entrevistado:** Não. O Conselho de Sentença condenou, a maioria foi tranquila. Realmente é de se registrar, esse era um daqueles casos indefensáveis e ela conseguiu produzir uma defesa interessante, embora sem chegar ao resultado. Com depoimentos o júri foi terminar quase na manhã do outro dia. Houve recurso, foi mantida a condenação. Alguns anos depois fui a Santiago e o rapaz havia obtido transferência para lá, estava cumprindo a pena já com progressão, prestando serviço.

**Memorial:** Mas foi um caso interessante. Os jornais deram bastante espaço tanto para o crime quanto para o julgamento.

**Entrevistado:** É, esse caso envolvia dois jovens com uma perspectiva de vida e que tinham tudo para ter uma história diferente. Além disso havia esse componente do crime passionai do qual a imprensa gosta muito. Há casos célebres de crimes passionais. Há “Os Grandes Julgamentos do Júri”, uma série que foi publicada e depois republicada, são julgamentos do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro então capital da República. Eu lembro que o meu colega de apartamento na época em que nós estudávamos, o Doutor João Carlos Bossler, hoje advogado do Deprec (Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais), sempre gostou muito de direito penal e tinha essa coleção. Havia o crime do tenente Bandeira, o crime da Aida Curi, aqueles processos do Rio de Janeiro nos quais atuavam grandes advogados. Era uma série de livros, hoje são encontrados só em sebos. Basicamente eram crimes com esse toque passionai. A imprensa gosta disso. Já li em algum lugar que a divulgação desses fatos produz o efeito que sempre se atribui à divulgação do suicídio. A divulgação desses fatos, principalmente quando apresentados com um caráter meio heroico, com um toque de romance, acaba fazendo com que alguém acredite que essa é uma solução romântica. O caso tinha esse lado do romance e toda essa

situação, toda essa expectativa em relação à vítima e ao réu que eram jovens e tinham uma carreira pela frente. Tudo isso fez com que, na época, ganhasse repercussão.

**Memorial:** Doutor, o senhor gostaria de relatar um pouco da sua experiência na sub-Procuradoria para Assuntos Administrativos?

**Entrevistado:** Essa é uma experiência bem interessante para quem está se encaminhando para o fim da carreira. É uma visão interessante da Instituição. Para que a Instituição possa fazer tudo aquilo que sonhamos, queremos e precisamos é necessária toda uma estrutura e um respaldo material que no fim recai na Subadministrativa. As dificuldades que se tem para fornecer essa estrutura, a luta permanente neste momento em que se prega o Estado mínimo, o Estado que arrecade o mínimo. Na verdade os empresários quando precisam, querem um Estado máximo. Quando vem a crise, o Estado precisa ter condições de socorrer a todos, não deixar quebrar ninguém, mas eles querem um Estado que arrecade o mínimo e que sempre forneça o melhor serviço e é difícil. A disputa pelos recursos públicos, que nós somos basicamente - O Ministério Público, a Assembleia, o Tribunal de Contas, a Defensoria - prestadores de serviço. O Executivo, parte é prestadora de serviço e parte é construtor de obras, então essa parte de construtor de obras do Estado quer dinheiro para mostrar, precisa mostrar as obras, precisa construir. É uma luta permanente por um bolo que está ali para ser dividido entre todos. Para aumentar a fatia de um, diminui a de outro. O rateio do orçamento é uma negociação muito difícil. O Executivo tem 90% desse bolo, o peso do Executivo é imenso diante dos demais que têm que brigar por uma fatia pequena, mas qualquer parcela para nós, é importante. Porque aquilo que para o Executivo é quase uma migalha, para nós significa podermos construir mais uma, duas promotorias. Nesse trabalho para o reaparelhamento, pudemos fazer muito rápido, mas agora, já nos últimos anos tem sido mais difícil. É uma luta complicada, mas o Ministério Público e o Judiciário têm feito. A impressão que temos é a de que estamos sabendo administrar com muito realismo, tivemos um período em que foi possível crescer, crescemos enquanto deu e agora estamos tentando fazer os

nossos recursos renderem. Não é mais possível crescer, nós temos limite de gasto com pessoal, estamos nesse limite, agora dependemos de que a arrecadação do Estado também cresça, e a nossa participação no bolo agora só vai poder aumentar na medida em que houver o aumento da arrecadação a chamada Receita Corrente Líquida. A impressão é que o Estado saiu daquela fase de conformismo. Esse último governo mudou um pouco o discurso, partiu para um discurso mais pró-ativo de buscar situações que possam melhorar a arrecadação. O momento do país foi bom, isso o Estado naturalmente acompanha. Acho que a administração tem buscado fazer uma gestão aparelhando as promotorias para ter condições de identificação e controle de custo de cada promotoria porque só assim você vai ter condições de controlar gastos. Na verdade o Ministério Público nunca teve grandes ralos, sempre teve uma administração enxuta, cuidadosa. Temos, na verdade, que controlar pequenas coisas. Para isso estamos trabalhando na regionalização, com um projeto que pretende identificar o custo de cada promotoria. Cada uma deve fazer o seu controle de gasto de luz, de material com o controle de pequenas despesas para que no final possa representar alguma coisa significativa. Não há como dizer que existe uma área na qual as coisas estão fora de controle. O Ministério Público sempre foi muito controlado nas suas despesas. As sucessivas administrações sempre foram muito cautelosas. O Ministério Público cresceu porque precisava crescer e sempre fez isso com muita responsabilidade.

**Memorial:** Está ótimo, doutor. O senhor quer deixar mais alguma coisa registrada?

**Entrevistado:** Gostaria de dizer que a experiência na administração é gratificante sob esse aspecto de vivenciar uma realidade com a qual quem atua no processo não se preocupa, mas que é importante para que quem atua na atividade-fim tenha tranquilidade para continuar trabalhando. Está sendo uma experiência gratificante sob esse aspecto que é indispensável para que o promotor e o procurador possam trabalhar com tranquilidade.

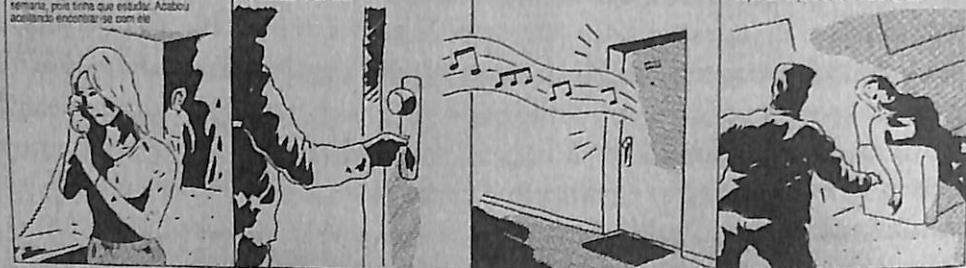
## COMO FOI

As colegas do plantão notaram que Claudiana estava nervosa, ao telefone, para o namorado que não sabia com ele no fim de semana, pois tinha que estudar. Acabou acalorada e entrou-se com ele.

Os vizinhos de apartamento de Hegel escutaram dois estampos, por volta das 13h do quinta-feira. Ouviram barulho de chave no apartamento do advogado e passos apressados no corredor.

O aparelho de som no apartamento do advogado ficou ligado durante os dois dias e as duas noites seguintes, em alto volume.

As colegas de Claudiana comunicaram na sexta-feira o seu desaparecimento à polícia e suspeitaram que ela estivesse com o namorado. O apartamento foi arrombado e o corpo da moça estava no sofá da sala.



CRIME PASSIONAL

## Advogada confessa que matou a namorada

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 07 de junho de 1993.

PORTO ALEGRE

## Advogada assassinada a tiros

□ O corpo de Claudiana Inês foi encontrado no apartamento do namorado, o procurador do Município Hengel Marcos da Silva

O corpo da advogada Claudiana Inês Fachineto, 24 anos, foi encontrado na madrugada de sábado por policiais da 1ª Delegacia de Polícia no apartamento 132 do edifício da Rua General Câmara 395, centro de Porto Alegre. Claudiana estava sentada no sofá da sala, com duas perfurações próximas à temporária direita, provocadas por tiros de uma arma de calibre ainda não identificado pela Polícia. O aparta-

desde quinta-feira e a polícia até agora não sabe onde localizá-lo.

O apartamento foi arrombado por uma decisão da Justiça, depois que as colegas da pensão onde a advogada morava, na rua Anita Garibaldi próximo à Carlos Gomes, denunciaram o seu desaparecimento na 8ª DP e indicaram a possibilidade de ela ser encontrada no apartamento de Hengel. Ao mesmo tempo, os vizinhos de Hengel procuraram a 1ª DP para relatar alguns fatos estranhos.

O primeiro desses fatos aconteceu por volta das 13h de quinta-feira, quando uma boa parte do prédio ouviu o barulho de dois estampos. "Foi um som muito parecido

com tiros", lembrou o vizinho mais próximo de Hengel, José Umberto Menezes Souza, que naquele momento almoçava com a esposa. Em seguida, Souza ouviu a porta sendo chaveada e alguém saindo rapidamente pelo corredor. "Não escutamos nenhuma discussão ou briga", diz Souza. Também chamou a atenção o rádio ligado numa emissora FM de música popular jovem, o que fugia um pouco ao gosto do advogado, mais interessado nos clássicos. Um dos amigos de Claudiana que depôs ontem na 1ª DP lembrou que a advogada não estava mais interessada no namoro com Hengel, mas ele ainda insistia

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 07 de junho de 1993.

# Namoro de um mês termina em morte

O advogado Hegel Marcos da Silveira, 27 anos, matou no dia 3 de junho sua ex-namorada e também advogada Claudiana Fachineto, 24, com três tiros. Ambos começaram o namoro em março passado, mas no mês seguinte ela acabou o relacionamento, pois queria ser apenas sua amiga. No dia do crime Hegel ligou para o pensionato onde Claudiana morava e a convidou para almoçar. Por volta das 13h os vizinhos de Hegel, que mora na Rua General Câmara, ouviram o barulho dos tiros.

A advogada, quando saía, sempre informava o local em que estaria e o horário de retorno. Suas colegas de pensionato estranha-

ram o desaparecimento e comunicaram o fato à 8ª Delegacia de Polícia. Informaram também o endereço de Hegel, pois a última notícia sobre a vítima era justamente o seu almoço com o ex-namorado. Com ordem judicial, os policiais arrombaram o apartamento de Hegel na madrugada do dia 5. Claudiana foi encontrada morta sobre o sofá, o rádio estava ligado no volume máximo e uma chaleira havia derretido no fogão, que ainda permanecia com um bico aceso.

Hegel fugiu para Santiago e se isolou na fazenda de um parente. No dia 5 de junho confessou o assassinato para a polícia local, mas não foi preso, pois ele tem

domicílio fixo, bons antecedentes e já havia passado o prazo do flagrante. O advogado não justificou o crime, mas a causa mais aparente é a sua inconformidade com o fato de Claudiana ter acabado o namoro.

Nas últimas eleições municipais Hegel concorreu a vice-prefeito de Santiago pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No dia 9 de junho, a Comissão Executiva do PT de Porto Alegre decidiu suspender sumariamente a filiação do advogado. Ele trabalhava na Procuradoria Municipal de Porto Alegre e cursava a Escola Superior de Magistratura junto com Claudiana. (Banco de Dados/ZH)

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 18 de junho de 1994.

- 42 -

VERSÃO DE PORTO ALEGRE DO JORNAL ZERO HORA

ZERO HORA

## POLÍCIA

JUDICIÁRIO

# Júri condena advogado que matou namorada

Hegel Gomes da Silveira deverá cumprir uma pena de 17 anos e seis meses de prisão. O julgamento durou 17 horas

HUMBERTO TREZZI

Após 17 horas de julgamento, o advogado Hegel Gomes da Silveira, 28 anos, foi condenado, às 16h45min deste sábado, a 17 anos e seis meses de prisão pelo assassinato de sua namorada e também advogada Claudiana Fachineto, 24 anos. A sentença foi proferida pelo juiz Aramis Saraiva e realizada no auditório da 2ª Vara do Júri do Fórum de Porto Alegre.

O julgamento despertou grande interesse por causa da proteção social dos envolvidos. Hegel era procurador da Prefeitura de Porto Alegre e Claudiana estudava para ser juíza. No dia 3 de junho de 1993 ele acabou com o namoro e a vida da namorada. Os motivos permanecem nebulosos, mesmo depois do julgamento.

Quando se apresentou à polícia, confessando o crime, Hegel negou-se a falar sobre os motivos. Meses mais tarde, já cumprindo prisão preventiva no Presídio Central de Porto Alegre, ele depôs em juízo e declarou ter assassinado Claudiana porque ela lhe deu um tapa no rosto durante uma violenta discussão.

A tese de agressão praticada por Claudiana foi sustentada até o início dos debates no julgamento pela advogada de Hegel, Ana Saraiva. "É possível que meu cliente tenha se imaginado agredido", disse, no entanto, que o riso sofrera forte pressão psicológica por parte da vítima. A tese foi sustentada com o depoimento do psicanalista Alfredo Jerusalinsky.



Julgamento: Hegel Gomes da Silveira foi defendido no auditório da 2ª Vara do Júri do Fórum da Capital pelo advogado Ana Saraiva

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 19 de junho de 1994.



## *José Antônio Paganella Boschi*



*José Antônio Paganella Boschi é natural de Vacaria. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1974. Atuou nas comarcas de Espumoso, Taquari, Sarandi, Erechim, Gravataí, Canoas e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1988. Em novembro de 1994 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada; e, em 1998, tomou posse no cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Atualmente exerce a advocacia.*

**Memorial:** Tendo em vista o julgamento, há alguns meses, do caso Nardoni em São Paulo, o juiz Guilherme de Souza Nucci publicou um artigo na Folha de São Paulo tecendo críticas ao Tribunal do Júri, entre elas de que os juízes de fato não conhecem o direito, são influenciados pela mídia e pela comoção social, bem como suas decisões não são fundamentadas. Como o senhor se posiciona em relação a isso?

**Entrevistado** – A discussão sobre o Júri sempre foi maniqueísta. Há os que o amam e os que o odeiam. É difícil encontrar alguém com disposição para conciliar essas posições. De um lado existem os que dizem que o júri é um espetáculo, é uma maravilha, que deve continuar existindo e, de outro lado, os que o condenam e para isso usam todos os argumentos de ordem técnica e também de ordem política. A pergunta que visa a saber se o Júri se deixa ou não influenciar pela mídia é válida. Considero que ela poderia ser endereçada não só ao Júri mas também às demais instituições públicas e aos juízes togados ou tribunais se podem ser, ou não, influenciados pela mídia. A pergunta é, portanto, relevante, comporta ampliação e a resposta a ela não dispensa reflexão aprofundada e responsável. Eu tenho pensado particularmente muito sobre esse assunto que, pela sua relevância, tem também sido objeto de pesquisas e de trabalhos na área acadêmica e científica. Ainda ontem li um excelente texto escrito pelo juiz federal, Doutor Artur César de Sousa, cujo título é “Análise da inter-relação entre o subsistema midiático e o subsistema do Direito Penal e do Processo Penal” e que está aqui na minha mesa, como vocês podem ver. Nesse texto, o autor fez uma abordagem séria e profunda sobre o problema e apontou os efeitos da influência por ele admitida da mídia na esfera do Judiciário de um modo geral e, portanto, não só no Júri, como é possível inferir. Ele sustentou que “... os meios de comunicação em massa

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 6 de julho de 2010.



além de informar – o que seria o seu papel preponderante – realizam igualmente o julgamento paralelo dos fatos criminais e da própria atuação do Poder Judiciário. Ingerência intra-sistêmica, valorativa, e que pode conduzir uma adequação a perspectiva funcionalista consequencial mediante o direcionamento do Poder Judiciário no sentido de realizar uma atuação institucional de acordo com a hermenêutica estabelecida pela *mass media*". Ainda de acordo com as conclusões do magistrado, "Essa ingerência intersistêmica pode colocar em risco a legitimação democrática do Poder Judiciário e igualmente o princípio democrático do processo justo com todas as garantias". Enfim, o autor desenvolve uma linha de argumentação bastante interessante que, embora não sendo original, constitui, sob perspectiva teórica, a retomada do tema que vem sendo trabalhado em nível mundial e que também permite ver, não raro, a intensidade do choque entre os interesses juridicamente protegidos: de um lado, os interesses da mídia em informar os fatos da vida e, de outro, o direito dos cidadãos de serem informados sobre a realidade local, nacional ou mundial. Para mim é inegável que a manutenção de um caso penal na mídia por semanas ou meses acaba desnudando aspectos que muitas vezes são introjetados na cabeça das pessoas sem qualquer chance de contestação. Os acusados não dispõem dos espaços que os jornais abrem à polícia e até mesmo ao Ministério Público – sem contar as inúmeras opiniões dos jornalistas e mesmo dos leitores – criando um clima propício para a formulação de certas premissas (contra ou mesmo a favor do acusado) que dificilmente poderão ser modificadas. Na opinião pública brasileira a impressão foi de que o casal Nardoni havia mesmo matado a criança e a jogado pela janela sem que – ao menos para mim – fossem oportunizadas em detalhes equivalentes as informações sobre as teses apresentadas pela defesa para tentar demonstrar o contrário... No que tange ao Tribunal do Júri há outros aspectos que influem fortemente na formulação dos veredictos pelos Jurados, dentre eles, a relação hoje existente entre os assassinatos e o tráfico de drogas e, de outro lado, os níveis insuportáveis de violência e de criminalidade. Nesse ambiente, os Jurados, na minha avaliação, tendem a supor que o acusado é culpado e que caberá à defesa demonstrar a inocência, invertendo,

sem perceberem, por força dos fatos e da realidade da vida que vivemos, o paradigma constitucional de que é ao acusador que incumbe demonstrar a culpa. Décadas atrás, o advogado de defesa era visto, no Júri, como o “mocinho” e esse estereótipo construído pelo cinema na reconstrução da história do velho oeste americano, era retratado também na literatura, bastando ler o livro “A Fogueira das Vaidades”, escrito pelo jornalista americano Tom Wolf ou o livro “A Defesa Não Pára”, escrito por Lee Bailey, famoso advogado americano com larga experiência no Júri. Hoje é diferente, é o contrário, o promotor é quem entra no Júri em vantagem, como arauto na luta desesperada contra a violência e a criminalidade, contra a desordem, a corrupção, contra o estado de coisas que faz parte do cotidiano dos brasileiros, que não têm mais segurança nem mesmo dentro da própria casa. Em suma, as coisas mudaram e é impossível negar que as variáveis externas influenciam na formulação dos veredictos pelos Jurados. Eles, aliás, não tem mesmo o dever de ficar atrelados ao que está apenas dentro dos autos, haja vista o princípio que rege os julgamentos pelo Júri que é o da íntima convicção. Os Jurados não estão obrigados a motivar suas decisões – sendo essa a maior crítica ao Júri – e não raro se utilizam de informações que só eles conhecem para decidir pela absolvição ou pela condenação.

**Memorial:** O senhor já foi promotor, desembargador e agora atua como advogado. Como é essa perspectiva de quem já atuou e conhece o processo penal por todas as perspectivas?

**Entrevistado:** O fato de ter sido promotor e de ter estado também no Judiciário me ajuda muito a exercer o meu trabalho como advogado. Não que eu tenha mais facilidades no foro ou no Tribunal nas relações com as pessoas, bem pelo contrário, porque os juízes, os promotores ou os servidores da justiça, com redobrada razão, se protegem contra o risco de serem injustamente acusados quando, nas situações específicas, precisarem agir de um ou de outro modo. Então, quanto maior for a distância pessoal no dia-a-dia profissional – sem prejuízo é óbvio da proximidade ínsita ao relacionamento social – melhor será

para o funcionamento das instituições para que juízes, promotores e advogados, estes em nome dos superiores interesses do seu cliente, possam atuar com independência profissional. Há alguns dias o Ministro Celso de Mello, em julgamento no STF, registrou a importância desse atuar independente do advogado, por ser isso inestimável à liberdade. “Qualquer que seja a instância de poder perante o qual atue, incumbe, ao advogado, neutralizar os abusos, fazer cessar o arbítrio, exigir respeito ao ordenamento jurídico e velar pela integridade das garantias – legais e constitucionais – outorgadas àquele que lhe confiou a proteção de sua liberdade e de seus direitos”. Agora, voltando à pergunta: as experiências anteriores ajudam no exercício profissional? É claro que sim, desde que o profissional tenha tido boas experiências... Se consideramos que os juízes e promotores atuam por décadas examinando processos versando sob os mais diferentes fatos esse detalhe por si só já permite ver que eles terão a seu dispor ótimos *insights* para formularem as postulações de seus clientes perante os juízes e os tribunais. Mas, é claro, a experiência, sozinha, não resolve nada. Não é suficiente dizer: fui promotor ou juiz por trinta anos e, portanto, estou capacitado a ser um bom advogado. É preciso estudar, manter-se atualizado, procurar um mestrado, doutorado, enfim, ampliar os conhecimentos porque o mundo de hoje é extremamente exigente, cambiante, com paradigmas sendo o tempo todo substituídos outros. Estou há quarenta anos na área criminal e devo dizer com sinceridade que são tantas e tão variáveis as decisões jurisprudenciais e tão intensas as modificações legais – pois a hiperinflação da legislação no Brasil é inquestionável – que rigorosamente, em muitos casos, gasta-se um bom tempo para encontrar a solução jurídica reclamada para o caso.

**Memorial:** Como o senhor mencionou, a história e a literatura mostram uma forte relação entre o promotor e o Tribunal do Júri. O senhor acha que essa relação ainda se mantém, mesmo considerando as novas atribuições e funções do Ministério Público?

**Entrevistado:** Sim, na minha concepção, a instituição do MP sempre esteve intimamente relacionada ao Tribunal do Júri.

O que me motivou a ser promotor, por exemplo, foi o exemplo de dedicação e de trabalho na Vara do Júri de Vacaria do então promotor Amaro Borges Moreira. Na época, eu trabalhava como datilógrafo no escritório do advogado Jarbas Lima, que viria a ser, posteriormente, colega no Ministério Público. Então eu deveria ter toda a motivação para ser no futuro um advogado, mesmo porque o doutor Jarbas era (e para mim continua sendo) um dos melhores advogados que o Rio grande do Sul tinha naquela época e, por acompanhar o seu dia-dia como profissional requisitado e respeitado, seu modelo servia de inspiração para qualquer pessoa que o conhecesse. Eu o admirava profundamente e não escondia também a admiração que nutria pelo doutor Amaro e pelo modo como se conduzia em Plenário. O doutor Amaro era um homem que começava um Júri – e estou visualizando a imagem dele neste momento – falando baixinho com os jurados, quase não se ouvia, com o processo na mão e, dali a pouco, largava aquele processo. Ele falava duas, três horas, sem abrir o processo, contado detalhes em um ritmo cada vez mais crescente e emocionante. Parecia uma máquina passando por cima da defesa. Depois, claro, vinha o doutor Jarbas e fazia um discurso igualmente fantástico criando-se, para quem estava assistindo, a situação típica do impasse. Quem vai ganhar, quem vai ser o vitorioso? Os Julgamentos de Plenário com a participação do doutor Jarbas e do promotor Amaro eram extraordinariamente empolgantes. Pena que não havia naquela época as facilidades técnicas que existem hoje. Deveriam ter sido filmados para serem exibidos nas aulas de prática processual nas faculdades de direito, pois nesses julgamentos ambos exercitavam seus papéis com extrema independência e respeito mútuo. A Justiça ganhava sempre. A imagem do promotor continua atrelada à do Júri ainda hoje, mas é inegável que a Instituição que ele representa mudou muito. Houve uma extraordinária ampliação de espaços, de poderes, em favor da defesa de outros interesses sociais, igualmente relevantes, que já eram pensados naquela época. Um dos grandes nomes que propiciou a reformatação da Instituição do Ministério Público foi Mauro Capelletti, professor de direito na Europa, que fez um conferência em Porto Alegre a convite da Associação do Ministério Público – no período em que tive a honra

de ser o presidente. Capeletti foi o homem que forneceu a base teórica para o novo Ministério Público em uma conferência realizada na Assembléia Legislativa e que seria a base de um livro posteriormente escrito e conhecido mundialmente sob o título “Acesso a Justiça”. Foi quando se começou falar em direitos difusos, não de um indivíduo, mas da sociedade, bem como em dotar-se ao MP a legitimidade para protegê-los.

**Memorial:** Como promotor, o senhor atuou em casos de grande repercussão. Um deles foi no assassinato da menina Eliete Grimaldi. Como foi esse processo?

**Entrevistado:** Gostaria de, em primeiro lugar, falar do respeito que devo ter pela Dona Olímpia que foi condenada, cumpriu pena e pagou sua dívida. Em uma ocasião, encontrei-a em um *shopping*. Ela me abordou, perguntando-me se lembrava dela. Respondi que não, então ela disse: Sou a dona Olímpia. Conversei um pouco com ela, que já estava em liberdade condicional e fui tratado por ela também com muito respeito. Ela é uma pessoa que merece por isso o respeito de todos, porque cumpriu toda a sua pena e vive hoje em estado de absoluta regularidade e legalidade, protegida pelas leis do país, não tem mais dívidas com a sociedade. Isso não impede, é claro, que falemos sobre o caso pela perspectiva meramente histórica. Afinal, é preciso que se registrem os fatos da história. Foi Francis Fukuyama quem disse que hoje não mais registramos os acontecimentos, que vivemos o “fim da história”, porque somos atropelados pelos fatos da vida. Esse processo causou muito impacto no Rio Grande do Sul e isso pode ser constatado pelo espaço que o Papa ganhou na mídia gaúcha ao visitar o nosso Estado. No dia do julgamento o principal jornal do Estado em manchete de primeira página anunciava o julgamento e, em letras miúdas, ao pé da página, dizia “Papa amanhã em Porto Alegre”. Ou seja, o chefe da igreja católica vinha ao Brasil e a notícia da visita ocupava na mídia espaço menor que o reservado para o julgamento da dona Olímpia. Nesse julgamento utilizou-se uma nova técnica de trabalho. Pela primeira vez (ao que me recordo) as provas foram exibidas em

Plenário do Júri em telões instalados pela Televisão Gaúcha, a pedido da Promotoria. Trouxeram equipamentos enormes (hoje é tudo miniaturizado) e rodaram fitas de vídeo com entrevistas e mais entrevistas sobre o caso e também as dadas em épocas distintas pela acusada. Isso chamou muito a atenção, não se imaginava que fosse possível no júri fazer todo aquele trabalho. Então, isso despertou também a atenção da opinião pública. Quem fala muito, ainda hoje, sobre esse julgamento é o jornalista e ex-promotor Cláudio Brito. Ele estava lá acompanhando tudo e com o seu faro jornalístico também e me reportava o tempo todo os acontecimentos fora do ambiente do Plenário. O Brito me contou dias depois do julgamento que, no amanhecer do dia seguinte, ao início do julgamento, ainda havia pessoas em uma extensa fila, sentadas em cadeiras ou banquinhos, aguardando o momento para poderem ingressar no recinto... Foi realmente um julgamento marcante. Já referi outras vezes que esse julgamento propiciou lições profissionais e de vida. Uma semana antes do julgamento, a defesa, comandada pelo combativo advogado Wilson Ogata, vinha todos os dias dizendo pelos jornais que iria fazer a acusação pedir a absolvição da acusada. Esse aspecto foi muito interessante do ponto de vista técnico de quem trabalha no Júri, porque dá até para construir uma regra: nunca abrir a boca e guardar os segredos.

**Memorial:** Isso dizia respeito, segundo se noticiou, ao exame cadavérico?

**Entrevistado:** Sim. O desaparecimento da vítima do colégio - uma menina com seis ou sete anos de idade - havia ocorrido no dia 1º de julho. A acusada havia sido detida, se não me falha a memória, no dia 03, e como o cadáver só fora encontrado no dia 5 do mesmo mês... Quando os peritos fizeram o exame, escreveram no laudo que o cadáver era de uma criança e que apresentava flacidez muscular. Quando li isso no laudo, fiz um risco em torno da palavra flacidez porque como essa palavra indicava morte recente (até doze horas) imaginei que havia sido feita por equívoco, pois, como disse, se o desaparecimento da vítima ocorrera no dia 1º, a acusada havia sido presa no dia 3 e o

cadáver havia sido encontrado no dia 5, o laudo deveria ter feito alusão à rigidez e não à flacidez cadavérica... De tanto a defesa dizer que a acusação iria pedir a absolvição em plenário por negativa da autoria, comecei a procurar nos autos as razões que levavam o doutor Ogata a adotar essa ousada conduta. Aí me dei conta que poderia ser esse detalhe da flacidez cadavérica mencionada no laudo e então me preocupei em esclarecer isso até descobrir, depois de fazer uma pesquisa na biblioteca da faculdade de medicina, o quanto, apoiado no senso comum, eu estava enganado. A flacidez muscular permanece até a 12ª hora após a morte e é seguida por um período de tempo equivalente de rigidez, até voltar, pela evaporação do ácido láctico, à flacidez... Então, estava mesmo certo o laudo pericial e ele era a prova de que, pelo retorno da flacidez, a morte era antiga e não recente como pretendia fazer crer em plenário o doutor Ogata. A descaracterização dessa tese no plenário do Júri deixou a defesa muito fragilizada, tendo sido a acusada condenada por unanimidade.

Eu escapei por um triz do constrangimento que a defesa causaria ao promotor em plenário. E escapei porque esse posicionamento da defesa foi anunciado repetidamente nos jornais ao longo de uma semana. Foi um dos primeiros julgamentos que fiz ao chegar promovido a Porto Alegre e assumir uma das promotorias do Tribunal do Júri da Capital.

**Memorial:** Foi um crime que teve muito impacto pelo fato de a vítima ser uma criança. Parece que nos dias de hoje os casos de violência contra crianças são mais frequentes, mas na época não eram tão frequentes.

**Entrevistado:** É correto. E nesse caso havia ainda outro componente que mexia com as pessoas, a vingança pelo fim do relacionamento amoroso. Então, voltamos à questão que te inspirou ao pautar comigo esta entrevista: teria o júri nesse caso sido influenciado pela mídia? Eu não tenho dúvida que a reiteração das notícias foi importante na consolidação do sentimento condenatório, tanto quanto no caso Nardoni. Ao se sentarem no espaço reservado ao Conselho de

Sentença, os jurados já conheciam o caso em mínimos detalhes e de certo modo já sabiam o que iriam fazer, sem estarem fechados, é claro, para a possibilidade de decidirem em sentido oposto. Então, diria que a mídia acaba reforçando, atizando as pessoas em relação ao caso, e, assim, anulando um pouco aquele sentimento de que é preciso esperar para ver como de fato as coisas aconteceram, que é preciso aguardar o debate entre a acusação e a defesa no dia do julgamento. Ela não muda os fatos acontecidos, é claro, mas quer queiramos ou não, com a manutenção do caso na ordem do dia, ela contribui para a manutenção do clima de passionalidade que muitas vezes toma conta das pessoas e as acompanha até o dia da decisão que esperam seja de fato a única a ser proferida.

**Memorial:** No caso da Olímpia, pelo que pudemos perceber do processo, ela queria sequestrar a menina para pedir dinheiro para o ex-amante que a sustentava.

**Entrevistado:** Ele decidiu romper a relação para reorganizar a própria vida.

**Memorial:** A idéia dela era sequestrar a menina para obter atenção do amante ou o crime já foi premeditado?

**Entrevistado:** A linha acusatória foi bem específica: mostrar aos jurados que houve premeditação. As entrevistas reproduzidas em plenário graças aos equipamentos instalados pela TV Gaúcha permitiram identificar diferentes personagens em momentos diferentes. Num vídeo a acusada mostrava uma aparência física, noutro, pela forma de se vestir, de camuflar o cabelo, etc., mostrava outra aparência e assim por diante, a permitir a firme suposição de que ela havia mesmo se preparado para se passar por pessoa da família da menina para poder retirá-la do colégio e matá-la. Como todos no colégio sabiam quem eram os pais da vítima, é certo que não a entregariam a qualquer pessoa, salvo induzidos em erro. Na medida em que a acusação comprovou isso, pode afirmar que fato havia sido planejado. Aquilo não foi então



uma coisa, digamos, momentânea, tipicamente passional, ocasional, como se fosse efeito de uma explosão de cólera, de ira, de um amor descontrolado. A tese foi essa, de que havia sido tudo muito bem pensado, planejado e executado com objetivo muito claro: matar o amante deixando-o ao mesmo tempo vivo com as lembranças permanentes da tragédia para a qual seria supostamente a causa! É a pior morte que existe. Acho que foi isso que ela quis fazer. Não há nada pior no mundo para um pai ou uma mãe que viver o resto de seus dias associando a tragédia familiar às suas frustrações amorosas e pessoais.

**Memorial:** Outro caso em que o senhor atuou foi o do Alex Thomas. O senhor já era procurador de justiça e foi designado para atuar naquele processo.

**Entrevistado:** O procurador-geral era o Doutor Luiz Felipe de Azevedo Gomes. Eu recém havia sido promovido a procurador de justiça e ele me chamou e me disse que me designaria para atuar no caso. Entendeu que deveria recair sobre mim a escolha, por isso estava me designando. Até ponderei que seria atitude arriscada porque não se conhecia, no Brasil, a experiência de um procurador ser designado para um Júri e ainda porque havia uma promotora em exercício na comarca de Capão da Canoa. Ele me disse no entanto que ela seria promovida em seguida e que era exatamente por isso que ele estava cuidando para não deixar a promotoria sem um representante. Como o caso havia impactado a sociedade e vinha merecendo a atenção diária na mídia, seria preciso que alguém fosse designado para não ocorrer solução de continuidade na comarca. Lembro-me que até fiz um estudo na época para verificar se era possível um procurador atuar no Júri. Achei que esse seria um dos primeiros fundamentos que a defesa apresentaria, mas, curiosamente, não o foi. Os advogados viram, e eu também me convenci, que não havia nenhum impedimento, hajam vista os princípios da unidade e da indivisibilidade da Instituição. É ela quem atua e não as pessoas físicas de seus representantes, embora seja certo que, atualmente, cada agente é classificado e não pode ser afastado de ofício da comarca ou vara para a qual foi nomeado, promovido

ou removido. Na época, o procurador-geral podia designar quem ele quisesse para atuar nos processos. A lei permitia que ele avocasse a si qualquer processo e designasse um promotor ou procurador para atuar. Aliás, os procuradores de justiça não tinham classificação nas câmaras do Tribunal. Eles eram designados semanalmente pela Procuradoria para funcionarem nas sessões. Então não houve nenhum problema. A designação foi muito trabalhosa porque, além dos meus afazeres em Porto Alegre, eu tinha que me movimentar frequentemente para Capão da Canoa para audiências e tinha que me manifestar o tempo todo nos autos por causa dos reiterados pedidos e também dos recursos ajuizados pelas defesas tituladas por advogados muitíssimo experientes.

**Memorial:** Além da violência contra a vítima, o que chamou a atenção no processo foi a condição social dos envolvidos, de classe média alta.

**Entrevistado:** Isso chamou a atenção das pessoas pelo seguinte aspecto: pensava-se que fatos dessa ordem aconteciam só nas camadas mais pobres da população e que pessoas estudadas, com capacidade econômica e de consumo, etc., seriam incapazes de cometê-los. Então foi isso que chocou a sociedade. Todos diziam “Como é que esses garotos, filhos de gente de bem, com ótima representação social, política e econômica no Rio Grande do Sul, foram fazer uma coisa dessas?” As pessoas, de um modo geral, ficaram preocupadas com os próprios filhos. Foi assim aquela coisa meio psiquiátrica de identificação e de projeção dos próprios problemas que todos os membros de uma família têm, bem diferentemente das variáveis que influíram no acompanhamento do processo e do julgamento pelas pessoas. É por isso que cada caso é um caso. Nesse processo ocorreram dois julgamentos, no primeiro dois réus foram julgados e, no segundo, foram os outros três. Pedi a absolvição de um deles, o Daniel, filho do falecido escritor Paulo Hecker, porque me convenci de que ele não tinha tido participação e era inocente.

**Memorial:** O senhor até já mencionou em outra entrevista para o Memorial que os advogados de defesa criticaram sua atitude de pedir

a absolvição de um dos acusados como uma forma de tentar negociar com os jurados. Pedir a absolvição de um para obter a condenação dos demais.

**Entrevistado:** No segundo júri foi muito interessante. Lembrome que o doutor Rovílio Breda, um extraordinário advogado, um dos mais competentes que conheci e com quem atuei no Júri, foi muito duro para comigo. Ele me acusou o tempo todo de estar fazendo um jogo por pedir, na mesma sessão, a condenação de dois réus e a absolvição de outro. Ele ficou muito tempo falando para os jurados, denunciando minha atitude. Sempre achei que quanto mais ele comprometia a sua defesa, porque quando da réplica, pude explicar para as pessoas, com intuito didático, a singularidade do papel do Ministério Público, que deve atuar, segundo ensinava Calamandrei, ao mesmo tempo com a combatividade própria dos advogados e a serenidade dos magistrados. Mostrei que o pedido de absolvição era exigência da Justiça e nada mais. Fiz isso convencido de que estava agindo corretamente e não tenho razões para me arrependeu. Agora, a grande vitória da defesa nesse processo foi alcançada antes do julgamento ao conseguirem, em recurso contra a pronúncia, retirar a qualificadora da surpresa. Os acusados foram a julgamento por homicídio simples e não por homicídio qualificado, de modo que escaparam, com a condenação, das pesadas sanções próprias e específicas do homicídio qualificado. Isso foi, no meu modo de ver, a grande vitória da defesa, ou seja, reduzir os riscos das penas elevadas porque havia no ar, durante a formação do processo, uma expectativa geral de condenação.

**Memorial:** Vimos até uma entrevista com um dos familiares da vítima em que critica o fato de a pena, na opinião dela, ter sido baixa. O senhor considerou a dosagem da pena adequada?

**Entrevistado:** Inclusive eu não apelei, foram penas justas, considerando-se que o julgamento foi realizado dentro dos limites legais do homicídio simples. Então as penas seriam aquelas que eu, se fosse o juiz do caso, aplicaria para os rapazes. Por isso não recorri, devendo também

registrar que, em momento algum, recebi qualquer pressão para fazê-lo. E mesmo de nada adiantaria porque, enfim, é da competência exclusiva do Ministério Público definir pela interposição ou não de apelação destinada à elevação das penas impostas. O doutor Ney Arruda, que foi assistente do Ministério Público nesse caso, foi extremamente competente no seu trabalho e durante o processo e o julgamento exercitou o seu papel com qualidade e zelo. Nem mesmo ele me encaminhou qualquer manifestação no sentido de apelar. As penas foram estabelecidas em torno de oito anos de reclusão, e falar nessa quantidade de pena, mesmo que se consiga a progressão, é muito simples para quem está aqui fora, mas não é nada fácil para quem tem que ficar dentro de penitenciárias como as nossas, que, ao longo das décadas foram se transformando para se converterem em verdadeiras sucursais do inferno. O tempo dentro de uma prisão é bem diferente do que corre fora da prisão. É outra a realidade, o dia lá não é de 24 horas, mas de 72, quem sabe de 100 horas, pois o dia dentro da prisão demora muito mais a passar. Essa expectativa das pessoas em prol das penas elevadíssimas não leva em conta esse aspecto e também porque os níveis de violência e de criminalidade são muito elevados, elas querem enfim que os presos sejam mesmo tratados a pão e água. As pessoas têm razão de querer o rigor punitivo contra os criminosos. Elas não conhecem o interior das prisões, não são formadas em direito, não detém experiência nesse campo e, portanto, reagem dentro dos padrões gerais. Todavia, nós que somos juristas, humanistas, temos, no entanto, o dever de alertar para esses aspectos, porque, se o Estado não consegue melhorar as pessoas com as penas, também não tem o direito de torná-las piores do que já eram apenas para satisfazer as expectativas dos outros.

**Memorial:** A respeito da progressão de regime, encontramos uma reportagem do ano de 1993 sobre o caso Alex Thomas que mostrava o problema da indenização cível desse caso, e a reportagem dizia que os integrantes da Gangue da Matriz já estavam soltos.

**Entrevistado:** A idéia da progressão está fundada na seguinte premissa: que a pessoa tenha a perspectiva de um prêmio para que ela,

na busca desse prêmio, tenha um bom comportamento, não infrinja o regulamento dos presídios, cumpra as tarefas que lhe são designadas. Cumprindo tudo isso, recebe um prêmio: volta de forma progressiva para o mundo livre. Dentro de uma perspectiva puramente teórica, com o cumprimento da pena, o condenado volta a ser um cidadão “reeducado”, socialmente reintegrado. Só sob a perspectiva teórica, é claro, porque, no ponto de vista prático, essa idéia finalística de pena é falsa. Então, premiar o condenado pelo esforço, pela dedicação, pela decisão em se ajustar a um cumprimento de execução de pena é um ótimo caminho, muito embora as enormes deficiências de vagas nos regimes semi-aberto e aberto. Tenho defendido, há anos, em aulas, palestras, cursos, etc., a idéia de execução penal em mundo livre, sem a desconexão com a família, com o emprego, etc., mediante a valorização das penas alternativas. Não só das que conhecemos (serviços à comunidade ou limitação de fim de semana). O confinamento na própria casa é adotado em outros países e poderia ser também adotado no Brasil. Tudo o que for feito para evitar a contaminação das pessoas com o cárcere tem meu apoio porque potencializa a reintegração e reduz os níveis da reincidência. A meu sentir, a prisão deveria ser reservada para os casos revestidos de significativa gravidade e com maiores rigores para a concessão de benefícios executórios. Não podemos continuar apostando na prisionalização como solução para todos os nossos problemas relacionados à segurança pública, que é mais um problema de política e menos de polícia. Em 1990 tínhamos 190 mil presos no Brasil, hoje a população carcerária está em torno de 500 mil, o que confirma a falsidade da tese de que no Brasil há impunidade. A cada mês – e são dados oficiais – entram nove mil e saem seis mil presos nas penitenciárias do país. São três mil vagas que precisariam ser abertas todos os meses. Então as cadeias ficam cada vez mais inchadas e o terror aumenta ainda mais. Não há como se pensar em conter violência e criminalidade com um sistema que as alimenta. Quando vemos que o crime é planejado e executado de dentro para fora das cadeias, não precisamos dizer mais nada para justificarmos a falência do atual modelo e reclamarmos a adoção de um novo paradigma nesse campo.

**Memorial:** Por que o senhor se convenceu da inocência desse réu no caso Alex?

**Entrevistado:** Porque os próprios meninos que deram os depoimentos não caracterizaram a conduta dele como de alguém com participação efetiva no episódio. Havia informação nos autos de que, quando a vítima fora atingida com uma voadora, para cair ao solo e morrer em seguida, o Daniel havia permanecido dentro do carro tripulado pelo grupo.

Eu disse no julgamento, para pedir a absolvição, que ele estava no lugar errado, com as pessoas erradas. Em suma, ele nada havia feito de concreto, e não se pode responsabilizar alguém em coautoria simplesmente por estar junto de outrem. Não fosse assim, todas as pessoas estariam em perigo, correndo o risco de serem processadas e condenadas por causa de atos ilegais cometidos por terceiros. Foi por isso que pedi a absolvição e fui duramente criticado em Plenário.

**Memorial:** E sobre o homicídio na cidade de Sarandi ?

**Entrevistado:** De fato, atuei em outro processo, no interior do Estado, envolvendo uma moça muito bonita, que tinha sido *miss* da cidade. Ela havia eliminado a vida de um jovem dentista com um tiro de revólver, por causa de desentendimento na relação amorosa. O casal era muito bem quisto, tinha excelente posicionamento social e, numa noite qualquer, ao chegar em casa e abrir a porta, foi recebido à bala, morrendo em seguida. Isso causou um impacto muito grande naquela comunidade. No dia do julgamento a cidade inteira parou. O comércio fez uma espécie de feriado e muita gente correu para assistir ao julgamento, realizado no salão do clube local. Lembro-me que as janelas estavam todas abertas e do lado de fora havia uma multidão, ninguém falava, as pessoas não conversavam, em absoluto respeito e demonstrando o máximo interesse com as cenas judiciárias. Nesse processo a acusação pretendia provar - e conseguiu provar - a tese de que a ré havia adquirido previamente uma arma (ao invés de se utilizar do revólver da vítima guardado por esta na própria casa) para cometer o

crime. Isso indicava intensa premeditação. Essa linha argumentativa não era conhecida e sequer imaginada pelas pessoas ou pelo advogado de defesa, tendo sido desenvolvida em plenário, no dia do julgamento, com base num detalhe aparentemente insignificante, qual seja, o da descrição do projétil feita pelos peritos nos laudos e da referência de que havia sido expedido por uma arma calibre 38, *longo*. Como a arma apreendida nos autos era um revólver cano *curto*, a acusação, com base na perícia, sustentou a premeditação e com isso a ré acabou condenada por sete votos a zero. Depois desse julgamento, fui promovido para a cidade de Erechim e fiquei sabendo que o Tribunal mandou a ré a novo Júri, tendo ela sido novamente condenada, por homicídio culposo, no entanto. Nunca mais vi essa moça e espero que esteja bem e em paz.

**Memorial:** Pela sua experiência no Tribunal do Júri como promotor, é possível estabelecer algumas regras de atuação?

**Entrevistado:** Depois que saí da Vara do Júri, era constantemente convidado para palestras em faculdades, hoje não mais, mas na época era bastante frequente. Os alunos das faculdades gostavam muito que eu falasse sobre o modo como devem as partes se comportar no Plenário e logo fui percebendo que isso era bastante interessante para todos, porque era o meu elo com o auditório. Pediam que eu explicasse como é que se prepara uma acusação. Lembro-me que certa ocasião participei, em Caxias do Sul, de painel sobre esse tema, ao lado do advogado Márcio Thomas Bastos, que seria depois o Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique. O doutor Márcio palestrou sobre a arte de preparar a defesa. E, na sequência, o desembargador aposentado Saulo Brum Leal falou sobre os quesitos e o modo de prepará-los – porque naquela época, ao contrário de hoje, eram tantos os quesitos que à complexidade do Plenário somava-se a complexidade do questionário! Eu dizia aos meus alunos, e a todos os que pediam que falasse sobre a técnica acusatória, que um bom trabalho não dispensava o conhecimento dos autos, em detalhes, que o promotor nunca deveria subestimar a defesa por mais preparado que estivesse e por mais fácil que a causa aparentasse ser. Lembrava a todos que no Júri ninguém

ganha no grito, que tanto a promotoria quanto a defesa devem ser cometidas nos apartes, que é preciso guardar segredo porque falar antecipadamente é, às vezes, perder a causa, enfim, regras deontológicas, de comportamento, de dever ser que ajudam muito ao profissional do direito a fazer bem o seu trabalho. Eu usava isso como rotina. Eram diretivas que eu adotava para facilitar a exposição das dezenas de detalhes propostos pelo caso. Isso ajudava na construção e execução do discurso, embora nunca eliminasse a tensão. Fiz muitos júris e mesmo no último júri entrei em Plenário tenso e nervoso e mesmo procurando ser rigoroso para comigo mesmo nunca deixei de ter medo de cometer excessos e de fazer injustiças. Estou em paz com a minha consciência, felizmente, porque sempre que volto o meu pensamento para o passado e reconstruo as experiências de vida, consigo ver que ao menos dolosamente nada fiz que pudesse ensejar arrependimento, a não ser os muitos erros involuntários que obviamente atribuo aos limites da minha condição humana.

**Memorial:** Agradecemos pela sua atenção para com o Memorial.



## Caso Alex Thomás



*Autos do processo criminal.*

### Jovem foi massacrado e morto em Atlântida

Mauro Mattos/ZH



**Alex Thomas**

Alex Thomas, 16 anos, era filho de um industrial de Lajeado. Foi morto por cerca de sete rapazes quando defendia garota de 13 anos.

**PAGINA 43**

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1986.*

**ASSASSINATO  
EM ATLÂNTIDA**



**ALEX THOMAS**  
1969 - 1986



LEONIL LUIZ  
O CARTEIRO EXAMINADO  
NO CENTRO ESTÁ  
O DETETIVE  
GABRIEL FIGUEIREDO  
RECONSTITUINDO O  
MOMENTO DO  
HOMICÍDIO DO  
QUARTO SETOR  
DO AVENIDA  
PARAGUARI

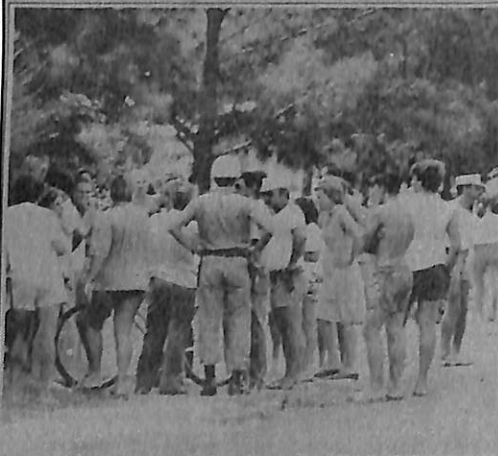
# Matadores de Alex estão identificados

*Jornal Zero Hora,  
Porto Alegre,  
28 de fevereiro de 1986.*

**ASSASSINATO  
EM ATLÂNTIDA**



**ALEX THOMAS**  
1969 - 1986



As pessoas demonstraram sua revolta durante o levantamento técnico

# Roubos e agressões da Gang da Matriz

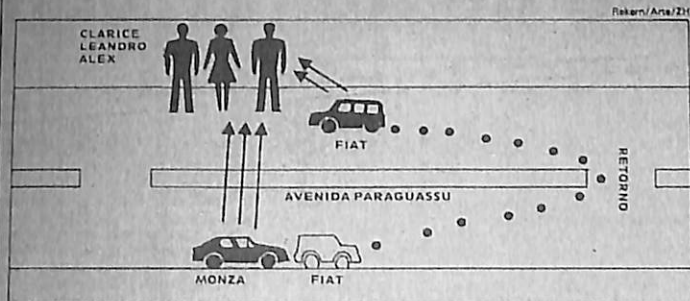
Para os veranistas, o castigo ao grupo deve ser exemplar

*Jornal Zero Hora,  
Porto Alegre,  
04 de março de 1986.*

## ASSASSINATO EM ATLÂNTIDA



ALEX THOMAS  
1969 — 1986



Os três amigos caminham na avenida e ouvem os gritos vindos do Fiat



O carro faz o retorno e Bolívar dá um soco em Alex. O pessoal desce do Monza. Zé do Brinco dá um golpe...



... em Alex com o cabo da vassoura, que quebra. Apesar dos golpes Alex corre. Mas é alcançado pelo golpe de Cid

# A reconstituição do massacre de Alex

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 05 de março de 1986.


# Caso Olímpia

## ZERO HORA

ANO XVII - Quinta-feira, 03.7.80 - N° 5305

**PORTO ALEGRE - 15,00**

Foi  
esta  
mulher  
que  
seqüestrou  
a menina



Polícia está sem pistas.  
Este retrato falado pode  
ajudar. PÁGINAS 26/27

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 03 de junho de 1980.*

**POLÍCIA**  
**Pai denuncia:**  
**Menor seqüestrada no  
interior do colégio**

de MARIO ROTTA e SERGIO MOTA E SILVA (Texto) e JORGE MENDES (Fotos)



Desde o final da tarde de ontem, que os policiais da Seção de Desaparecimento da Delegacia de Homicídios se encontravam às voltas com uma misteriosa ausência de seqüestro, formulada pelo pai da vítima, o comerciante Luiz Grimaldi, ocorrido na manhã de ontem, no interior do Grupo Escolar Faísia Soares e envolvendo a menor Eliete Castano Grimaldi, de seis anos.

Segundo informações prestadas pela professora da menina, Virgínia Nunes de Castro, aos policiais que, de imediato começaram a investigar o caso, uma rouber branca, morena, aparentemente 20 anos, prescreu-a, por volta das 6h da manhã, dizendo que o avô da garota havia falecido e que seu pai a haviam mandado à escola para levar a criança para casa. Sem desconfiar de nada, a professora tratou de liberar a aluna que, até o final da noite, ainda não havia sido localizada. Ao ser levada da escola, Eliete vestia uma calça de brim azul e um blusão branco.

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 02 de julho de 1980.*

# SEQÜESTRADORES MATAM A MENINA

## ATENÇÃO

1. PAGTO. 96 DIAS  
PAGUE 1 LEVE 2

2. PAGTO. 96 DIAS

3. PAGTO. 96 DIAS

4. PAGTO. 96 DIAS

5. PAGTO. 96 DIAS

6. PAGTO. 96 DIAS

A menina Eliete Grimaldi, seqüestrada terça-feira no Grupo Escolar Paula Soares, foi encontrada morta num matão do bairro Sarandi. O corpo foi localizado ontem, com sinais de que a morte ocorreu há dois ou três dias. Toda a polícia está mobilizada para tentar a identificação e captura dos assassinos.



Eliete Grimaldi, a seqüestrada.

# Zero Hora

ANO XVII - Domingo, 06.7.80 - Nº 5383

PORTO ALEGRE - 15,00

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 06 de julho de 1980.

## A golpes de estatueta e de martelo de cozinha

# SEQÜESTRADORA REVELA COMO MATOU ELIETE

A seqüestradora confessou os detalhes do assassinato da menina Eliete depois que esta foi retirada do Colegido. Em casa, a seqüestradora Olimpia Zen foi tomada, segundo seu depoimento, de uma fúria incontrolável e começou a bater na menina primeiro com uma estatueta e, depois, quando Eliete já estava sem sentidos, com um martelo de cozinha. Escondeu o cadáver e foi preparar o almoço para os filhos. As confissões de Olimpia e outros detalhes do crime nas PÁGS. 23 a 28

# Zero Hora

ANO XVII - Quarta-feira, 9.7.80 - Nº 5401

PORTO ALEGRE - 15,00



Polícia mostra as armas do crime: a estatueta de gesso e o martelo de bater bife

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 09 de julho de 1980.



## *José Pedro Machado Keunecke*



*José Pedro Machado Keunecke é natural de Porto Alegre. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1977. Atuou nas comarcas de São Vicente do Sul, Guaporé, Ijuí, Santa Maria e Porto Alegre. Atualmente é Procurador de Justiça junto à 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.*

**Memorial:** Gostaríamos que o senhor nos falasse sobre as suas origens familiares, sua trajetória escolar e, depois, a sua opção pela faculdade de Direito.

**Entrevistado:** Venho de uma família grande, pai, mãe e oito irmãos. Meu pai e minha mãe eram funcionários públicos do Estado, trabalhavam na Secretaria da Saúde. Nasci na Rua Gonçalves Dias, na casa que era da minha avó, depois morei na Rua Barão do Triunfo e, posteriormente, na Rua Visconde do Herval, nas proximidades da Avenida Getúlio Vargas, tudo no bairro Menino Deus. Ali ocorreram os momentos marcantes da minha infância e da minha juventude, porque nessa casa eu morei praticamente 20 anos, tendo saído de lá para casar. Estudei no Colégio Presidente Roosevelt, o primário; depois, o ginásio, no Colégio Nossa Senhora das Dores; depois estudei no Colégio Júlio de Castilhos onde pretendia fazer o clássico; e, depois, então, resolvi cursar Direito. Aliás, eu pretendia ser sociólogo, mas desisti e fiz Direito na PUC onde me formei em 1974. Logo após a minha formatura, eu já trabalhava na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, fiz concurso para inspetor do Ministério do Trabalho, era um concurso nacional. Fui aprovado e assumi no Ministério do Trabalho em 1975. Depois, ainda em 1975, fiz concurso para o Ministério Público e, naquele momento, tive muito azar, porque eu estava muito bem preparado e acabei não logrando êxito, não passando em Português, sendo reprovado na redação, que era a primeira prova eliminatória. Fiquei muito frustrado na época. Mas, logo em seguida, abriu outro concurso, no qual logrei aprovação. Sou da turma do 24º concurso do Ministério Público, realizado em 1976. Iniciei minha carreira como promotor em São Vicente do Sul e lá eu assumi em fevereiro de 1977.

**Memorial:** E como é que foi essa experiência? O senhor nunca havia ido para o interior?

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 23 de abril de 2002 e em 27 de outubro de 2010.



**Entrevistado:** E tampouco havia estado num ambiente forense. Eu não tive oportunidade de fazer estágios porque trabalhava. Quando o jovem chega a ser promotor ou juiz, ele já tem um convívio com o ambiente forense, com os processos. Eu não tinha esse convívio, porque eu trabalhava em outro setor, seja na Junta Comercial, seja no Ministério do Trabalho. Eu não tinha tempo de frequentar o fórum. Então o meu primeiro contato efetivo com o ambiente forense foi quando assumi em São Vicente do Sul.

**Memorial:** Mas não existia um período de preparação na Corregedoria?

**Entrevistado:** Muito curto. Naquela época era diferente. Recebíamos uma orientação e íamos embora para o Interior. Hoje é um período bem maior de estágio. Naquela época, não havia isso. Éramos nomeados, tomávamos posse e íamos para o Interior. Com uma ou outra orientação, mas não estágio. E tinha que aprender por si, o que aconteceu comigo. Não tinha hábito de pedir auxílio para Porto Alegre, telefonar para a corregedoria. Fui fazendo por mim as coisas.

Eu lembro que, no início, havia uma certa dificuldade, um certo temor, tínhamos receio de errar, que é muito comum. Mas, depois, fui me habituando e não tive grandes dificuldades. Nessa cidade, nessa comarca de primeira entrância, permaneci por mais de três anos. Um fato interessante é que, quando cheguei, natural de Porto Alegre, nunca havia morado no interior. Era uma cidade pequena, cidade da campanha, eu me assustei com aquilo, estranhei realmente. Eu e minha mulher tínhamos duas meninas pequenas, tomamos um choque no início, porque eram completamente diferentes os hábitos, os costumes. Mas eu me adaptei em seguida, fiz grandes amizades, tenho afilhados lá, meus filhos são afilhados de pessoas de lá. Até hoje eu mantenho contato, amigos que eu deixei, como, por exemplo, o escrivão judicial da comarca, na época, Ivar Luzzatto, pessoa que recebe como poucos em sua casa e faz um galetto e um churrasco como ninguém. Lamentavelmente tenho ido a São Vicente para enterrar os amigos.

O meu primeiro júri não foi em São Vicente, foi em Cacequi, que é uma cidade próxima, na qual eu substituí. E, realmente, aquele júri foi cercado de grande expectativa, porque fiquei nervoso, preocupado dias antes, estudando, não dormindo à noite, naquela angústia. Era um crime simples, uma tentativa de homicídio em que um sujeito num baile, no clube de Cacequi, havia dado um tiro num desafeto cujo punho foi atravessado pela bala desferida e o sujeito foi acusado de tentativa de homicídio. E esse foi o meu primeiro julgamento. Mas o fato interessante para mim é que aquele meu receio, aquela expectativa toda, aquele nervosismo terminou exatamente no momento em que eu comecei a falar. Fiz o julgamento, falei durante duas horas - que era o meu tempo, depois teria mais, se quisesse - e usei trinta minutos de réplica. A impressão que eu tive é de que estava fazendo, não o primeiro, mas o vigésimo, o trigésimo júri. Me senti muito em casa. Fiz o júri tranquilo, sem problemas, discutia com o advogado. O advogado era o Ilo Vicente Carvalho, que hoje tem uma filha que é promotora. Foi desclassificado, os jurados disseram que não era tentativa de homicídio e sim lesão corporal. Mas, logo depois, fiz um júri em São Vicente do Sul. O que chama a atenção nesse julgamento é que o réu era acusado de ter entrado num caminhão, aquelas tombadeiras, e dirigido a tombadeira contra um barracão imenso em São Vicente. Havia uma empresa construindo uma estrada que ligava São Vicente a São Pedro do Sul. Vinha de Santa Maria. Essa firma, se não me engano o nome era Triângulo, estava pagando os salários atrasados, e esse funcionário ficou indignado porque não recebia há algum tempo. Ele foi cobrar o salário e, como não tinham dinheiro para pagar, subiu numa tombadeira, jogou-a contra esse barracão dentro do qual havia várias pessoas trabalhando. Deu uma ré, derrubou o barracão e saiu. Foi acusado de tentativa de homicídio. Na ocasião que o rapaz foi a júri, me convenci que não era tentativa de homicídio, na verdade ele queria cometer um crime de dano, queria quebrar, estragar o barracão, não aconteceu nada com ninguém. E sobre isso foi que eu discorri no Tribunal do Júri. A minha tese foi crime de dano e não tentativa homicídio. Pedi aos jurados que desclassificassem, o que ocorreu. Por sinal, já havia decaído das possíveis vítimas o direito de queixa. E o sujeito praticamente saiu

livre do julgamento. Nunca vou esquecer que, quando o juiz Rui Portanova, leu o veredicto, o réu saiu correndo, estava sentado, se abraçou em mim chorando. Na verdade, eu que fiz a defesa dele, o defensor só concordou comigo. Foi a comarca que mais me marcou, porque é uma cidade pequena, é uma cidade típica da campanha do Rio Grande do Sul. Lembro-me que, quando saí de São Vicente do Sul, fizeram uma homenagem e, depois disso, nunca mais aceitei homenagem quando saí das outras cidades. Havia sido promovido para segunda entrância e ia para a cidade de Guaporé de mudança. A mudança já estava indo e eu ia atrás com a família. E, nessa festa, tinha umas 400 ou 500 pessoas no salão paroquial, na praça central da cidade. As pessoas me abraçavam depois do discurso e choravam, choravam muito: “Mas não vai embora. O senhor não pode ir”. E aquilo me marcou tanto que, no outro dia, quando fui embora para Guaporé, no meu carro, com a minha família, não dei uma palavra até chegar lá, e eram 500 km de São Vicente. Porque a sensação que eu tinha era que eu estava indo para a China, para um mundo desconhecido. Isso eu acho interessante porque quando cheguei em São Vicente, a impressão que eu tinha era que estava chegando num mundo desconhecido, e, quando fui embora, três anos depois, me senti órfão. Ao invés de sair feliz da cidade – afinal estava sendo promovido, ia para uma cidade que ficava bem mais próxima de Porto Alegre, onde tinha toda a minha família - saí com vontade de ficar. Então assumi um compromisso comigo de nunca mais aceitar nenhuma homenagem nas cidades onde viesse a trabalhar. Então isso me marcou muito.

A minha chegada em São Vicente foi muito interessante. Quando cheguei, o juiz disse: “O senhor tenha bondade de sentar aqui”. Eu sentei ao lado dele, estava para iniciar uma audiência. Essa audiência tratava de um caso, talvez o caso mais grave que eu tenha visto. Esse crime foi noticiado no jornal *The New York Times*. Ocorreu com um brigadiano chamado Adão Vilnei Teixeira. Era um homem pacato, morava em São Vicente, tinha uma família grande, cinco ou seis filhos, casado. Ele carneava porcos para as pessoas. Todo mundo sabia disso. Era um sujeito extremamente forte. Esse homem, um dia, estava em casa com a família e começou a discutir com a mulher, o que não era

comum. De repente, começou a espancá-la. Como eu disse era um sujeito muito forte. Valendo-se de um pedaço de pau, bateu nela, matando-a. Os filhos pequenos estavam todos em volta gritando e chorando. Depois de matar a mulher, ele matou um a um os filhos a pauladas. Por último, matou um recém-nascido, que estava dormindo no bercinho, deferindo-lhe uma facada. Finalmente, incendiou a casa e desapareceu. Só um filho não morreu, porque estava fora, se não me engano era o mais velho. Quando descobriram, o encontraram na beira de um banhado. Então, naquele dia, ele seria interrogado sobre aqueles crimes todos. Pedi um exame de insanidade mental, quando há dúvida sobre a sanidade mental do réu, se pede o exame, artigo 149 do Código de Processo Penal. Pedi esse exame e ele veio a Porto Alegre, onde ficou um tempo considerável. Quando remeteram o laudo, a conclusão era de que o réu era completamente insano, não tinha condições de entender o caráter criminoso dos fatos que tinha praticado, nem se determinar de acordo. Então, ao cabo do processo, ele foi absolvido e lhe foi aplicada uma medida de segurança que ele veio a cumprir no manicômio judiciário em Porto Alegre. O que me marcou nesse episódio do Adão Vilnei Teixeira é que, numa ocasião - depois que ele fez os exames em Porto Alegre e voltou para São Vicente do Sul, ele ficava fechado numa cela, porque o pessoal tinha medo dele -, eu estava em casa, à noite, e o diretor do presídio me procurou, dizendo que o Adão queria falar comigo lá no presídio. Fui lá, entrei na cela dele e fechei a porta. Era um homem completamente desequilibrado. O diretor do presídio falou: “Mas o promotor está louco! Como é que vai entrar com ele nesta cela”. Eu disse: “Não, deixa que eu vou conversar com ele.” E fechei a porta. E aí um fato marcante na minha vida, porque esse Adão era um sujeito imenso, forte. Ele me disse chorando: “Doutor, eu pedi para o senhor vir aqui, sabe por que, doutor?” “Por que Adão? O que tu queres?” “Eu quero voltar para lá onde eu estava.” Ele queria voltar para o Instituto Psiquiátrico Forense, ele queria voltar para o manicômio! Isso aí foi a maior demonstração da insanidade dele para mim. Ele estava ali no presídio, e o presídio de São Vicente era um presídio pequeno, tinha um ambiente praticamente familiar, poucos presos. Os presos ficavam à vontade. Mesmo ele fechado na cela, era uma cela

que tinha janela, arejada. Depois foi aplicada a medida de segurança e ele ficou longo tempo no manicômio judiciário aqui em Porto Alegre. Isso já faz mais de 30 anos.

**Memorial:** Depois então o senhor foi para Guaporé?

**Entrevistado:** Fui para Guaporé em 1980 e fiquei até início de 1981. E Guaporé foi uma passagem interessante. Normalmente os italianos, os gringos, discutem muito, brigam, mas não se matam, raramente se matam. São muito de brigar, discutir, dizer palavrão, mas raramente se matam. Então, em Guaporé, eu não fiz um júri sequer.

**Memorial:** Em um ano?

**Entrevistado:** Em um ano, não fiz um júri sequer. Fui fazer júri quando estava em Guaporé na cidade em Marau, em substituição. Em Marau, fiz dois júris; em Guaporé, nenhum. Atendia muita gente no fórum, aquele atendimento de partes. Em São Vicente também atendia muita gente, mas, em Guaporé, muita gente e muita discussão, muita ladainha, bate-boca de vizinhos, essas coisas assim. E sabe que o interessante é que, às vezes, não se entendia o que eles falavam. Normalmente vinha a pessoa reclamar, a mulher reclamar do marido, chamava o marido, e eles ficavam batendo boca na minha frente, mas eu não entendia o que eles falavam. Falavam, às vezes, num dialeto. Incrível isso. Às vezes tinha que chamar a funcionária do fórum, de origem italiana, para me traduzir o que estavam falando na minha frente. Tanto que em Guaporé, por causa disso, há um fato extremamente pitoresco que ocorreu comigo, vale a pena contar. É que eu estava no Fórum e veio uma senhora de origem italiana com duas filhas mocinhas. Quis falar comigo, mandei entrar no meu gabinete, sentaram e eu perguntei qual era a reclamação que ela tinha a fazer. “Ah, é com o meu marido.” Disse: “Mas o que há com seu marido?”. “O senhor nem sabe, o meu marido é viajante, viaja muito e, fica assim 15 dias fora, uma semana, às vezes um mês, ele é muito bem empregado, não falta nada na minha casa, vivemos muito bem, mas ele tem um hábito horrível,

quando volta para casa, não aguento mais .” “Mas o que é?” “Ele faz striptease na frente das minhas filhas.” Eu disse: “O quê?!” “Sim, ele faz striptease na frente das moças. As gurias são mocinhas já. Eu não aguento mais isso. Não sei o que eu vou fazer”. Disse: “Mas que barbaridade! É verdade?”, perguntei para as gurias. Elas: “Sim, é verdade. Ele faz striptease na nossa frente”. “Mas que horror isso, o sujeito é um tarado! Vamos fazer o seguinte, dona. Eu vou mandar uma cartinha para ele, a senhora me dá o nome dele, a senhora vai entregar logo que ele chegar. A senhora diga para ele vir aqui, está aqui a carta.”. Ela me disse o dia que ele voltava e eu marquei para um dia depois. Dito e feito. No dia marcado, veio essa senhora, as duas filhas e o marido. O marido entrou na sala, um sujeito bem-apegoado, muito educado, de terno. Estranhei, mas há gente para tudo. “O senhor tenha a bondade, sente-se. Estão aqui a sua senhora e suas filhas. E há uma denúncia gravíssima contra o senhor feita por elas. É uma coisa muito grave.” “Mas o que houve?”, disse o homem. “Eu não fiz nada.” “Sua esposa veio aqui na semana passada, alguns dias atrás, e me disse que o senhor reiteradamente, não foi a primeira vez, faz sempre isso, quando volta de suas viagens de trabalho, chega em casa e faz striptease na frente das suas filhas. Isso é um absurdo!” “Doutor, só tem o seguinte: é que o senhor não conhece, vamos dizer assim, o nosso vocabulário. O senhor sabe o que quer dizer a striptease de que ela está falando? Não pense que é tirar roupa. Ela está dizendo que eu discuto com ela na frente das filhas. Striptease, para eles aqui - ela é de origem italiana - quer dizer discutir. Não é aquilo que o senhor está pensando, tirar roupa.” Eu disse: “É isso, dona?” “É.” “Mas, espera aí. A senhora me faz perder todo esse tempo porque seu marido discute com a senhora?! Isso é uma coisa normal entre casais”. Isso foi o pitoresco da história e eu fiquei sem saber o que dizer. É um vocabulário bem diferente do nosso. Essa expressão striptease, para o pessoal da colônia italiana tinha outra conotação. Em Guaporé também fiz grandes amigos, como Walter Paludo, Aidos Moser, já falecidos e Ruy Schultz, que era proprietário da estação rodoviária.

Depois de Guaporé, fui para Ijuí. Lá fiquei durante um ano também e era diferente. É uma cidade bem maior que Guaporé. Comar-

ca de terceira entrância. Denunciei o prefeito da cidade em razão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que foi feita na Câmara dos Vereadores. Depois me desentendi com o mesmo. Em Ijuí, tive problemas com a polícia, inclusive, denunciei policiais por abuso de autoridade. Eu tenho aqui, recebi da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na época, um documento que diz: “Senhor Promotor, dirijo-me a Vossa Excelência...”, isso é de 4 de julho de 1981, “... para comunicar-lhe que esta Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, atendendo requerimento do Vereador Marcos Klassmann...”, já falecido, inclusive, “... um voto de solidariedade com sua pessoa pela manifestação oficial, denunciando caso de tortura na delegacia de polícia de Ijuí. Associando-me pessoalmente a manifestações solidárias aprovadas, apresento a Vossa Excelência minha consideração. Cleon Guatemozin, Presidente”. Este documento eu recebi em Ijuí, depois que eu denunciei esses abusos que ocorriam dentro da própria delegacia de polícia da cidade .

Em Ijuí comecei a fazer mais júris, fazia muitos, pois era sozinho em uma comarca de porte, e tive de mudar algumas características do meu trabalho. Eu fazia um trabalho mais técnico, mais objetivo. E os réus vinham sendo absolvidos comigo. Havia advogados muito experientes lá, dentre eles, já falecidos, João Leonardo Vieira Koeller e José Pedro Carlan Martins - vulgo Jacaré - que também atuava em Cruz Alta. Eles tinham um estilo mais popular no júri, mais solto. E eu fazia um júri mais técnico, não concedia apartes. Eu sei que eles iam absolvendo os réus, e eu fazendo júri técnico, lutando, mas estritamente técnico. E, numa ocasião, o pessoal da imprensa – já havia jornal, rádio, ali eu sentia mais o peso da profissão – me cobrou, pois eu já fizera cerca de nove júris e todos os réus tinham sido absolvidos. “O que posso dizer é o seguinte: estou fazendo o máximo, me esforço ao máximo”. Na véspera de um júri bateu na minha residência o pai da vítima, juntamente com um advogado perguntando se o doutor Tupinambá não poderia fazer aquele júri - Tupinambá Pinto de Azevedo era o colega que eu tinha sucedido em Ijuí e que por lá havia deixado muita fama - então eu respondi que não era possível, pois agora o promotor de Justiça de Ijuí era eu, mas disse a eles que isso iria mudar. Então mudei da noite para o

dia, passando a atuar da mesma forma como eles atuavam, concedendo apartes, pedindo apartes e discutindo abertamente o processo durante todo o julgamento. As coisas mudaram e, já naquele julgamento, o réu foi condenado, nascendo ali a minha ligação com o Tribunal do Júri. No outro dia, após o julgamento, num sábado pela manhã, retornou à minha residência o pai da vítima e alguns familiares, os quais foram me agradecer o trabalho realizado e aquela condenação. Porém, o pai da vítima trazia uma galinha viva na mão e queria que eu aceitasse a galinha como agradecimento, ao que eu retrucava que não poderia aceitar, pois já era pago pelo Estado para realizar o meu serviço. Mas o homem insistia, até que um conhecido que estava conversando comigo resolveu a questão, dizendo que a galinha iria para o seu galinheiro e que dali a alguns dias nos iríamos saboreá-la.

Os réus começaram a ser condenados. Fiz, dois julgamentos que marcaram em Ijuí. Um jornal publicou: “Autores do crime de Itaí condenados a 39 anos e oito meses prisão”. “Grande parte da assistência acreditava na absolvição dos réus por falta de provas o que, no entanto, não aconteceu graças ao excelente trabalho da acusação”. Aqui eu já havia mudado o jeito de trabalhar e começou a dar certo. Esse julgamento foi em 1981, os réus haviam praticado esse crime 11 anos antes e estavam foragidos. Foram presos no Mato Grosso, trazidos para Ijuí e julgados. Eram três, dois irmãos e um terceiro, foram condenados a 39 anos e 8 meses de prisão. O primeiro deles pegou 12 anos e oito meses e os outros dois, 12 anos. Eu me lembro que os réus foram vestidos de gaúchos, inclusive, para o júri, pilchados, achando que seriam absolvidos. Quem os defendeu, na ocasião, foi o advogado muito conceituado em Cruz Alta e aqui em Porto Alegre também, o Doutor Luis Luisi, já falecido. Mas havia vários defensores. Os réus eram pessoas bem-aquinhoadas. Assistiu o júri e estava na sala secreta, pois era juiz em Panambi, o hoje desembargador e titular da 5ª Câmara Criminal, na qual atuo, Hamilton Bueno de Carvalho.

Os réus eram acusados de ter matado um empregado e o corpo desapareceu. Reapareceu depois, boiando. Eles amarraram numa pedra o corpo, que submergiu, mas, depois com o tempo, desprendeuse e veio à tona. Foi um crime rumoroso. O julgamento começou, eu me



lembro, às 13 horas de uma sexta-feira e terminou quase às quatro horas da manhã de sábado. Outro júri muito importante foi o de um réu acusado de matar a mulher. Também lotou o salão do júri em Ijuí. Era também um homem de posses. E o interessante é que, no dia do julgamento, os filhos do casal vieram prestar depoimento a favor do pai, quando antes, no decorrer do processo, eles tinham se colocado contra ele. Aquilo poderia ter alterado o curso do julgamento. Mas ele foi condenado a oito anos de prisão. Eu já atuava, nesses dois julgamentos, de forma diferente. Certa feita, encontrei no salão do Júri em Porto Alegre o Doutor João Koeller, durante um júri muito debatido que realizei com o doutor João Olímpio de Souza Filho - certamente um dos melhores advogados de júri do Brasil - e, para a minha surpresa, o doutor Koeller ficou impressionado com aquela disputa ferrenha. Daí me veio a mente que aquele homem é que me ensinara a trabalhar no júri. Percebi que o júri não é um monólogo. O júri é um procedimento aberto. São debates orais, às vezes, acalorados, mas onde há o confronto, o choque de idéias e, nesse choque, nesse confronto de idéias, vem a discussão e vai muito da astúcia, da perspicácia, da presença de espírito das partes, seja do advogado, seja do promotor. Isso tudo tem influência. Às vezes, por causa de uma palavra, o réu pode ser condenado ou absolvido. Isso aconteceu comigo num júri em Santa Maria, com o doutor Elvio Jobim, um dos maiores tribunos do júri que teve o Rio grande do Sul, já falecido, pai do Ministro Nelson Jobim e do Desembargador Walter Jobim Neto. Certa altura, durante um julgamento, eu afirmei categoricamente que não constava dos autos qualquer informação de que o farol do carro do réu teria sido quebrado e desafiei o doutor Elvio para que provasse isso nos autos, já na tréplica, foi quando o velho e brilhante advogado começou a manusear o processo e, ao cabo de vários minutos, mostrou um documento que efetivamente relatava a quebra do farol. Evidentemente que o réu foi absolvido e, ali, aprendi que jamais se deveria desafiar alguém no júri.

E, outra coisa, no Tribunal do Júri estamos sempre aprendendo, nunca se sabe tudo.

Em Ijuí, deixei amigos como Severino Alberto Protti, Alceu Hickembick, José Carlos Hickembick e Solano Sander, todos advogados.

**Memorial:** Então o senhor foi para para Santa Maria?

**Entrevistado:** Em Santa Maria trabalhei de 1982 até 1986, quatro anos, e praticamente me dediquei ao Tribunal do Júri. Lá sedentei mais a minha atuação, fiz inúmeros julgamentos.

**Memorial:** Em Santa Maria já havia outros promotores, não?

**Entrevistado:** Sim, eram vários promotores, mais antigos, mais experientes, como Cândido Leal, Otomar Zilles, Angélico Aldori da Rocha, Walter Mendes Mucha e Luís Felipe Lenz, este uma figura fantástica, o qual, por justiça, há algum tempo atrás recebeu a Comenda Dirceu Pinto. É o mérito do mérito. Dediquei-me quase que exclusivamente ao Tribunal do Júri. Fiquei um tempo na 3ª Vara Criminal que trabalhava com presídio. Depois me removi para a 1ª Vara Criminal que trabalhava especificamente com Tribunal do Júri. Foi importante depois para a minha carreira aqui em Porto Alegre. Há fatos pitorescos e interessantes em Santa Maria. Em 1985, constou o seguinte no jornal: “Uma reunião do júri com algumas coisas inéditas está acontecendo no Fórum local. Numa das sessões, inconformado com as acusações feitas ao Delegado Luiz Cordenuzi, o promotor José Pedro Keunecke requereu ouvida da autoridade policial durante o julgamento que foi deferido pela juíza Elba Bastos, depois de ouvir o conselho de jurados. Nunca isso havia acontecido e a participação do delegado de polícia foi decisiva para esclarecimento dos fatos. Com essas atitudes corajosas e decisivas, Keunecke e Elba marcam definitivamente suas presenças na Comarca de Santa Maria”. Realmente foi interessante, porque o advogado estava a desancar em cima do delegado que havia feito o inquérito e, inclusive, segundo o advogado, esse o delegado teria surrado uma testemunha. Mas nós conhecíamos o delegado, sabíamos que era um homem probo, frequentava a sociedade, uma família respeitável. Eu conhecia o delegado pessoalmente, não era sujeito de bater em ninguém. Eu disse: “Vamos ouvir o delegado, vamos chamá-lo”. Ele veio, prestou depoimento, esclareceu tudo, e o réu acabou sendo condenado. Só que o advogado recorreu

ao Tribunal, alegando que houve prova nova, foi ouvido no plenário, durante o julgamento. O julgamento foi interrompido para ouvir uma testemunha que não estava arrolada. E o Tribunal de Justiça entendeu que eu tinha razão, que era possível, e o julgamento foi confirmado. O Tribunal confirmou a decisão. Outro fato interessante: “Ministério Público denuncia parteira”. É de 6 de junho de 1985, ”O procedimento do Promotor Keunecke denunciando a parteira é um fato incomum em São Maria, onde o aborto feito na clandestinidade ocorre há muitos anos, conforme registrado nos próprios anais da polícia, sem contudo, e principalmente, pela falta de prova, serem responsabilizados os criminosos”. Depois eu vou intensificar essa atuação em Porto Alegre, tanto que em Porto Alegre fiz inúmeros julgamentos por crimes de aborto. Em Santa Maria, não cheguei a fazer o júri, mas praticamente fiz tudo, denunciei, trabalhei em todo o processo daquela jornalista que foi assassinada, Sílvia Konorat, que era jornalista da RBS TV de lá. Fiz a denúncia, requeri a prisão do autor do homicídio, a instrução, mas não fiz o julgamento, já havia sido promovido. No tempo em que officiei na 3ª Vara, que trabalhava com o presídio, investiguei casos de torturas praticadas em Santa Maria. A notícia do Correio do Povo, de Porto Alegre, de 6 de julho de 1983 diz o seguinte: “Santa Maria – a Superintendência dos Serviços Penitenciários investigou as denúncias de torturas no presídio regional em Santa Maria. O operário Fulano de Tal foi espancado sexta-feira última por três agentes penitenciários. Logo que tomou conhecimento do caso, a citada promotoria de execuções criminais, José Pedro Keunecke, dirigiu-se ao presídio regional onde constatou a veracidade das denúncias. Além de conversar com os presos espancados, o promotor ouviu os detentos que presenciaram a agressão. Ontem ele entrou em contato com a Superintendência dos Serviços Penitenciários de Porto Alegre e prometeu tomar medidas de caráter administrativo. Keunecke garantiu que vai acompanhar pessoalmente esse inquérito porque se trata de falta gravíssima cometida por agente penitenciário”. Eu me preocupava muito com isso, com possíveis agressões ao preso dentro do presídio, como já havia acontecido em Ijuí também. Em Santa Maria, eu fiz mais de cem julgamentos no Tribunal do Júri. Quando fui para a 1ª Vara, eu fazia os júris sozi-

no. Às vezes, eu fazia júri segunda, terça, quarta e quinta, que hoje para mim seria um absurdo, mas eu fazia isso. Não possuía nem cópia do processo. Esta nota é interessante. Aqui diz assim: “Em quase treze horas de júri, três réus condenados. Júri prossegue hoje”. O promotor era eu, José Pedro. Era outro réu, mesma reunião. Mas aprendi muito mais. Imagina só. Foi uma experiência riquíssima para mim. Lá trabalhava com grandes advogados, Doutor Elvino Jobim, Luis Menna Barreto Pelegrini, Antônio Carlos Machado, também já falecidos. Então essa foi minha passagem em Santa Maria nesses quatro anos que lá estive. Um fato do qual me orgulho é que, antes de sair de Santa Maria, recebi uma homenagem que me marcou muito também. Da Câmara de Vereadores. Consta assim: “Câmara homenageará promotor. Parte do Grande Expediente da próxima segunda-feira, 31, será dedicado à homenagem ao Promotor Público José Pedro Keunecke, segundo requerimento do vereador Arnaldo Souza, aprovado por unanimidade pelo plenário. Keunecke está sendo homenageado pelos quatro anos de serviços prestados à 1ª Vara Criminal da Comarca e por sua recente promoção e transferência para Porto Alegre. A sessão terá presença de inúmeras autoridades judiciárias, entre juízes, promotores, pretores e serventuários da Justiça local”. Está aqui, saiu publicado, no sábado e domingo, dia 29 de março de 1986, quando saí de Santa Maria. E isso me marcou muito, porque fui informado, na ocasião, que era o primeiro caso, até então, em que a Câmara de Vereadores teria feito uma homenagem no seu Grande Expediente a um promotor de justiça que esteve em Santa Maria e tivesse saído de lá.

**Memorial:** O senhor nunca sentiu resistências da sociedade em relação ao Ministério Público?

**Entrevistado:** Não, sempre tive apoio da comunidade em todos os lugares onde estive. Porque há também o seguinte, isso tenho que dizer, não tem como negar, eu nunca escondi as minhas cores políticas, o meu posicionamento político, desde São Vicente do Sul, e por isso, talvez, às vezes, tenha havido alguma resistência. Porque, desde o primeiro momento, eu já dizia para as pessoas que sempre tive uma

simpatia muito grande e sempre acompanhei ideologicamente o Governador Leonel Brizola, desde guri, desde jovem, desde estudante. Então nas cidades onde ia e quando eu fui promotor em São Vicente do Sul não havia anistia, nós estávamos ainda no período do regime militar, as pessoas logo queriam saber qual era o posicionamento do promotor. Talvez a maioria das pessoas não revelassem isso e eu, por ser muito jovem, quem sabe até inexperiente, não escondia, revelava. De imediato, já dizia: “Eu sou brizolista”. E tinha muita gente que não gostava. Os adversários do Leonel Brizola não gostavam. Tanto que tenho um episódio interessante, uma brincadeira de um grande amigo meu de São Vicente, que era da antiga Arena, mas muito amigo meu. Meu filho, Leonel, nasceu justamente no dia do aniversário do golpe militar, dia 31 de março de 1979. E esse amigo, sabendo da data, mandou um telegrama me parabenizando pelo nascimento do guri e salientando que ele estava muito mais feliz porque o guri havia nascido no dia 31 de março. E eu mandei uma resposta agradecendo, dizendo que ele nasceu no dia 31 de março, mas que o nome era Leonel. Sempre tive essa posição, nunca neguei, em nenhum lugar que estive, em todas as comarcas pelas quais passei, a minha preferência política. Fui muito gremista também. Nunca neguei minhas preferências clubísticas nem políticas. Preferi assim, porque ninguém me incomodava. Tinha esse aspecto também, já digo o que eu sou, o que eu penso, sou brizolista, sou gremista. Só que, às vezes, encontrava alguma resistência, às vezes até antipatias, o que é natural. Tanto que, falando em gremista, havia um advogado em Santa Maria, muito amigo meu, Beduíno, já falecido, e nós fomos assistir a decisão da Libertadores da América de 1983, entre Grêmio e o Peñarol em Montevideú, juntamente com o distribuidor do fórum, Augusto César Marcon. E o colunista do jornal A Razão, que era nosso amigo, Antônio Carlos Machado, publicou a nossa ida a Montevideú. E eu nem me lembrava disso, estava mexendo nas coisas outro dia e encontrei. Mas o que chama atenção aqui é que dizia assim: “Montevideú foi para Keuncke e Beduíno o primeiro estágio de uma grande viagem que os levará a Tóquio, em dezembro, quando estarão assistindo aquilo que parecia um sonho distante, mas que aos poucos se torna uma palpável realidade, qual seja a de ver

o Grêmio Porto-Alegrense conquistar a grande taça de campeão do mundo interclubes”. E realmente isso aconteceu.

**Memorial:** Os senhores foram a Tóquio?

**Entrevistado:** O Grêmio, em 1983, acabou sendo campeão mundial interclubes. Lá em Tóquio, eu não fui. Eu fui em 1995 a Tóquio, quando o Grêmio perdeu. Em 1983, o Grêmio foi e ganhou do Hamburgo da Alemanha e, em 1995, o Grêmio foi, e eu fui, e ele perdeu para o Ajax de Amsterdã, nos pênaltis. Então é isso. E muitas passagens também pitorescas em Santa Maria, na própria Ijuí, em São Vicente, em Guaporé, enfim. Mas ali sedimentei, isso que é importante, a minha atividade no Tribunal do Júri. Vindo depois para Porto Alegre, no início de 1986, entre abril e maio, fiquei um período numa vara aqui da Tristeza, a 1ª Vara criminal. E depois, em julho ou agosto de 1986, vim para o Tribunal do Júri, para a 1ª Vara, designado pelo então procurador-geral Paulo Olímpio Gomes de Souza, onde fiquei por 12 anos. Ali encontrei promotores de justiça que faziam parte de uma verdadeira plêiade, seja pela competência, seja pela experiência, como Luís Alfredo Paim, Luís Alberto Rocha, já falecido, Edison Magalhães, Daltro Aguiar Chaves, José Antônio Paganella Boschi, Nilo Marques, já falecido, Tassel Selistre e Marcelo Ribeiro. Encontrei também eminentes juízes como Saulo Brum Leal, Alcindo Gomes Bittencourt, José Guimarães Ribeiro, Gaspar Marques Batista, Elba Bastos, Elaine Macedo e Mário Rocha Lopes Filho. Fiz centenas e centenas de julgamentos. Os casos mais diferentes, mais distintos, mais diversos. Se perguntares: quantos júris fizestes? Centenas, centenas, eu acredito que eu tenha feito em torno de mil júris em toda a minha carreira.

**Memorial:** E essa foi uma opção sua?

**Entrevistado:** Sim, fui convidado pelo Paulo Olímpio e lá fiquei. Foi opção, porque fiquei 12 anos. Poderia ter saído, aceitado promoção, mas fiquei. E lá fiz inúmeros julgamentos, tudo que é tipo de coisa ocorreu comigo. Entre tantos julgamentos marcantes, há um

caso *sui generis*, inédito. Isso aqui é interessantíssimo: “Promotor convence réu a confessar atentado. Ao final do julgamento, o réu pode sair livre do Tribunal”. Isso aqui foi um crime que ocorreu no viaduto, que chamam viaduto da Marli, na verdade viaduto Dom Pedro Primeiro, na Praia de Belas, perto do Marinha do Brasil. Esse fato foi o seguinte: um cidadão foi visitar um amigo, ou um familiar, no Hospital Mãe de Deus, saiu do hospital à direita, em direção à zona sul. Parou naquela sinaleira que tem embaixo do viaduto e estava fechado o sinal. Atrás dele veio um carro que parou e o sujeito começou a buzinar, buzinar, buzinar para que ele andasse; o sinal estava fechado, ele não andava. Até que abriu e, quando ele andou, o sujeito que estava atrás, no outro carro, parou ao lado dele e deu tiros em direção ao carro, mas nenhum pegou. As balas, na verdade, foram para cima, bateram no teto do viaduto nem tocaram no carro dele. Só que atrás desse carro em que o motorista dava tiros, havia outro carro e o cidadão anotou as placas do que atirou. Então, quando ele saiu correndo depois dos tiros, o outro que estava no carro se assustou, estava com a família, parou, o que estava atrás disse: “Olha aqui, cidadão, não vi quem atirou em direção ao seu carro, mas eu anotei a placa dele. Está aqui”. Esse cidadão, de posse, da placa, foi à polícia e a polícia rapidamente chegou ao proprietário do carro e foram atrás do sujeito. E encontraram num rapaz. Ele disse “Não, não fui eu”. “Mas está aqui a sua placa, o seu nome, fecha com o carro”. “Mas não sou eu e lhe digo por quê. Porque eu, nesse dia... - foi um domingo à tardinha - ... domingo de manhã, fui a Antônio Prado na festa de aniversário da minha avó e fiquei até o final da tarde, eu e a minha noiva. Na volta eu jantei na casa de uns amigos meus em Caxias do Sul e saí daquela cidade às dez da noite. Portanto, não sou eu”. Esse fato ocorreu à tardinha, oito horas da noite, aqui em Porto Alegre, ali por maio, junho. Então 20 horas já era noite. “O senhor tem como provar?” Aí vieram testemunhas de que ele estava no aniversário da avó, uns três ou quatro casais de amigos dele, que ele teria jantado na casa de um casal amigo em Caxias e saiu de lá às dez horas da noite. E assim nós fomos para o julgamento, o Tribunal de Júri, na época, era no Palácio da Justiça, na Praça da Matriz.

**Memorial:** Ele tinha viajado com o carro?

**Entrevistado:** Com o carro dele. Ele alegava que não era ele, que pegaram a placa errada, ou era de outro, ou era placa falsa, enfim. E fomos para o julgamento. E começou a discussão. O advogado dele era Flávio Bocorny, muito educado, muito camarada, bom advogado. E aí ficou aquele impasse no júri. Ele com o álibi e, no dia do júri, as testemunhas vieram de Caxias e prestaram depoimento dizendo que ele tinha jantado na casa deles lá, às nove horas da noite, e saiu às dez horas. Mas eu não engolia aquilo. Não sei por que, eu tinha certeza que era ele, que ele estava mentindo e que ele fez aquelas pessoas mentirem para salvá-lo. E, antes de terminar o julgamento, num dos intervalos, perguntei ao advogado: “O senhor permite que eu fale com o seu cliente?” “Doutor Keunecke, fique à vontade, pode falar.” “Então tudo bem. Olha, eu vou perguntar para ele uma coisa séria.” “Pergunte à vontade para ele, não há o que esconder.” E fui falar com o rapaz. Na verdade, não era nenhum marginal, foi um ato trespoucado. A gente via que era de boa família, não era marginal, bandido, nada. Não devia ter feito. Eu fui, falei com ele: “Olha aqui, Fulano, o negócio é o seguinte: se tu resolveres contar a verdade aqui...”, estava lá na plateia inclusive a vítima, se me lembro era um arquiteto, até hoje ainda eu o encontro nos jogos do Grêmio.

**Memorial:** E a vítima não o reconheceu?

**Entrevistado:** Não, ninguém viu, só a placa do carro. “... e aí se tu resolveres contar a verdade, eu te garanto o seguinte, eu falo com o juiz e ele te aplica uma pena, tu és primário, tem bons antecedentes, pode reduzir a tentativa, reduz no máximo, ou até o teu advogado, de repente, desclassifica. Mas, se for tentativa, eu te garanto que a redução vai ser no máximo, vou falar com o juiz, fica em dois anos, tu recebes a suspensão condicional da pena... - o chamado *sursis* ... e tu vais ser liberado aqui. Pelo menos para resgatar essa verdade, não vais enganar ninguém, jurados, as pessoas e, tenho certeza, que a vítima vai ficar satisfeita também. Eu vou falar com o juiz e depois te dou uma



resposta.” Falei com o juiz, que era o Gaspar Marques Batista, até hoje meu amigo, “Gaspar, a situação é esta”. “Olha, isto aí, se ele confessar realmente eu faço isso, eu reduzo a pena no máximo. Ele é primário, tem bons antecedentes, nada desfavorável a ele. Fica em dois anos e ele recebe suspensão condicional da pena.” Voltei para o rapaz e disse: “Eu te garanto, eu falei com o juiz, ele te garante essa pena, mas tem que contar a história verdadeira”. E ele: “Eu topo”. Comuniquei ao juiz e nós reabrimos o julgamento, e ele prestou um novo interrogatório, no final do júri praticamente, contando toda a história como aconteceu, a verdadeira história. Depois disso, reabrimos o júri e fui direto para a réplica. Nunca me esqueço, expliquei aos jurados que realmente tinham que considerar que, ao menos, ele teve o altruísmo, no final, de contar a verdade, mesmo com o meu chamamento, mas não importa, ele podia se negar, ele restabeleceu toda a verdade dos fatos. Os jurados entenderam como eu entendia, ele foi responsabilizado por tentativa de homicídio, com redução máxima, a pena ficou em dois anos, recebeu o *sursis* e saiu livre do julgamento. Mas, na verdade, o mais importante daquilo, é que foi restabelecida a verdade dos fatos. A própria vítima saiu satisfeita. Ele saiu com a consciência tranquila no sentido de que revelou a verdade. E, evidentemente, não requisitei a instauração de inquérito contra as testemunhas, eram todas pessoas de bem, as quais tentaram salvá-lo. No direito americano isso é comum acontecer. Então foi um dos primeiros momentos em que o promotor, eu, negocieei, na verdade, com ele a confissão por uma pena reduzida, com a possibilidade dele ficar em liberdade, contando o fato em pleno Tribunal do Júri. Então esse é um fato inédito, interessante e que me marcou muito como promotor de justiça aqui em Porto Alegre. O júri ocorreu em 18 de maio de 1988, em Porto Alegre. É um fato marcante na minha carreira no Tribunal do Júri. Registre-se que a lei 9909 de 1995 veio introduzir tais negociações no âmbito do direito criminal.

Fiz inúmeros júris, como disse. Há outro, até então foi o julgamento mais longo da história de Porto Alegre, segundo o jornal. “Promotor pede a condenação dos quatro réus”. Esse julgamento ocorreu quando um coronel da Brigada foi condenado por matar um caseiro, aqui na Tristeza. O julgamento foi em 1990, o fato, em 1989. O júri

começou sexta-feira, às oito e meia da manhã, e terminou só no sábado à noite, lá pelas nove, dez horas da noite. Em torno de 36 horas, se não me engano. Até tenho a notícia. Os jurados tiveram que dormir no Hotel Everest e as testemunhas também. Então, diz no jornal: “Júri mais longo da história da cidade foi interrompido pelo madrugada para descanso, reiniciando pela manhã”.

**Memorial:** E ele foi condenado?

**Entrevistado:** Foi condenado. A esposa e os filhos foram absolvidos e ele foi condenado a 12 anos de reclusão. Na defesa atuaram os advogados João Olímpio de Souza Filho, Edson Brozoza, Lúcio Constantino os quais fizeram um grande trabalho.

Há um julgamento que marcou muito aqui em Porto Alegre, que ocorreu também em 1990, foi com o advogado Oswaldo de Lia Pires, famoso, todo mundo conhece. E todo mundo dizia que o Oswaldo de Lia Pires não perdia júri. O caso envolveu um fazendeiro, que era acusado de ter matado a amante num hotel em Porto Alegre. E foi um julgamento marcante também, encheu de gente. O Tribunal do Júri aqui na Praça da Matriz ficou lotado. Veio ele e sua equipe. Fiz o julgamento, e talvez aquele tenha sido o melhor júri que eu tenha feito na minha vida, justamente porque, vamos dizer assim, eu me preparei bem para enfrentá-lo. Até porque não poderia ser de outra forma. Mas o fundamental é que, na hora do júri, eu estava super tranquilo. despreocupado, enfrentei todas as questões que ele levantou no julgamento, e o réu acabou sendo condenado por seis votos a um. Ele negava a autoria do crime e o defensor, Oswaldo de Lia Pires, também, veementemente, negava. E ali foi a grande discussão do júri: foi ele, não foi ele. Tinha uma série de elementos que permeavam isso em volta do fato. Ele negava que tinha sido amante da mulher. Segundo a prova, ele era realmente amante dessa mulher. E foi um julgamento também longo, começou de manhã cedo, foi terminar às dez, onze da noite. E ele acabou sendo condenado. Inclusive, logo depois, talvez um mês, ele fez aquele grande julgamento, do caso José Antônio Daudt, em que ele defendeu o deputado Dexheimer. Eu me lembro que no julga-

mento, utilizei uma régua de um metro, de madeira, que comprei na Livraria do Globo, na véspera do júri. A regua, para mim, foi decisiva porque com ela consegui demonstrar aos jurados que seria impossível a mulher ter praticado suicídio em relação ao orifício de entrada do projétil. Essa régua me acompanha até hoje.

Outro júri interessante, ainda na Praça da Matriz, foi o de uma mulher de origem espanhola, acusada de matar o futuro genro. Ela teria arquitetado o crime, mandando a filha encontrar o pai na Rua da Praia e convidando o rapaz para almoçar. Serviu o almoço e, quando o futuro genro levava a comida à boca com o garfo, ela chegou por traz dele e desferiu-lhe um tiro na nuca, matando-o na hora. O levantamento fotográfico mostrava exatamente esse cenário. Tratava-se de uma mulher de meia idade, porém conservada. Assim observava-se nas audiências de instrução do feito. No dia do júri, com o plenário lotado, observei a chegada de uma velhinha, de cabelos brancos, toda de preto, a qual sentou-se no lugar destinado aos réus, o que me chamou extremamente a atenção, pela transformação que ela sofrera. Durante o julgamento, lembro que fiz uma acusação ferrenha, o que gerou verdadeiros ataques de choro na ré, passando aquela reação dela a dificultar o trabalho da promotoria. Foi quando então solicitei ao magistrado Garpar Batista que tomasse uma atitude em relação ao que estava acontecendo. O Gaspar interrompeu o julgamento e chamou a mim e o João Olímpio, advogado da ré, para uma reunião em seu gabinete. Chamou também o corpo médico do tribunal e eles disseram que a única forma de contê-la seria ministrando remédios para que se acalmasse, o que foi feito. Reiniciado o julgamento, a ré começou a dormir na cadeira, o que fez com que fosse novamente interrompido o júri, trazido um sofá, para que ela ficasse deitada, o que efetivamente ocorreu. Diante daquela cena inusitada, evidentemente que os jurados condoídos, resolveram responsabilizá-la pelo excesso culposo. Claro que o Tribunal disse que a decisão era contra a prova dos autos, submetendo-a a novo julgamento. Aprazada nova data, diante do mesmo cenário, lá veio de novo aquela velhinha, de cabelos brancos. Tudo seria novamente igual. Comecei a pensar antes de iniciar a minha manifestação no que eu poderia fazer, foi quando me veio um lampejo.

Quando o Gaspar me deu a palavra, peguei uma cadeira e sentei junto aos jurados, bem na frente deles e convidei o João Olímpio, para que, se quisesse, sentasse ao meu lado para fiscalizar o meu trabalho. Con-tei aos jurados sobre os acontecimentos do julgamento anterior e falei baixo o suficiente para que ouvissem. Com isso, a ré não ouvia o que eu falava, o que foi um santo remédio, resultando- a condenada, como devia, por homicídio qualificado.

Outro júri pitoresco foi um que realizei com o Antônio Prestes do Nascimento, advogado militante no júri de Porto Alegre até hoje, muito perspicaz, também na Praça da Matriz. Tratava-se de um réu, policial civil, que, em circunstâncias nebulosas, teria praticado um homicídio na avenida Independência, nas proximidades do colégio Rosário. Era um processo antigo. Quando o Saulo Brum Leal, juiz de direito, deu a palavra ao Prestes, este me consultou se eu concordava que ele juntasse, naquele momento, algumas fotos que ele havia tirado no local do crime, iguais às do processo as quais estavam meio apaga-das. Eu retruquei dizendo a ele que não haveria problema algum, des-de que ele também concordasse que eu juntasse uma foto que eu trazia dentro da minha pasta, mostrando-a para ele com a frente virada para mim. Ao que prestes respondeu que deixaríamos assim como estava, desistindo de juntar as novas fotos. Findo o julgamento, o réu conde-nado, Prestes veio rapidamente em minha direção e pediu para ver a foto que eu iria juntar e, eu, prontamente, entreguei-a. Na verdade, tratava-se de uma fotografia tirada em Buenos Aires, num restaurante, onde estava eu, com um cigarro na boca, o Francisco Pires de Bem, procurador de justiça já aposentado, e o Zé Maria, figura magnífica, já falecido, que por muitos anos frequentou a Associação do Ministério Público, no futebol das terças feiras.

Já no fórum novo, num júri também com o Prestes, num crime passional, onde o marido praticou homicídio contra o amante de sua mulher. Durante o julgamento, o Prestes apresentou uma maquete do local do crime, retratando ruas calçadas, iluminadas e prédios moder-nos. Observei que os jurados ficaram impressionados com tudo aquilo e comecei a temer que o réu viesse a ser absolvido. Antes de iniciar a réplica, pensei no que eu poderia fazer para modificar aquela imagem.

Estava no meu gabinete e, ao olhar para a rua, observei que a noite chegava, era frio, chuviscava, era inverno, cenário e hora praticamente idênticos ao do dia do crime. Reiniciados os trabalhos, pedi para a doutora Elba Bastos, juíza de direito, que consultasse os jurados se não teriam interesse em comparecer no local do crime, ao que eles responderam positivamente. Requisitadas as viaturas, fomos todos à cena do homicídio. Lá chegando, os jurados constataram que o lugar era completamente escuro, os prédios não eram novos, as ruas não eram calçadas. Ao retornarmos para o tribunal do júri, iniciada a réplica, ponderei que o Conselho de Sentença já estava suficientemente esclarecido a respeito dos fatos, encerrando por ali. Claro que o Prestes, na tréplica, tentou de todas as formas convencer os jurados, porém o réu resultou condenado.

Outro fato interessante é que, certa feita, no ano de 1994, também no fórum novo, marcado um julgamento, eu me encontrava com as pernas enfaixadas, convalescendo de uma operação de varizes. Ponderei à doutora Elba sobre a transferência daquele júri, porém, ela muito ciosa, argumentou que o processo já estava pronto para julgamento há um certo tempo, sugerindo que eu passasse para algum colega fazer aquele júri. Como era um processo de vários volumes, com vários réus, não queria estar transferindo a obrigação para outro colega, ao que respondi à magistrada, que eu faria o júri. O julgamento foi realizado, iniciou-se cedo da manhã e encerrou-se pela madrugada. Atuei no plenário, sentado, com as pernas para cima.

**Memorial:** Podemos conversar agora sobre a questão do aborto?

**Entrevistado:** Fiz assim inúmeros júris, não tenho presente quantos. Mas fiz inúmeros julgamentos por crimes de aborto. Aqui em Porto Alegre, praticamente, era eu quem os fazia.

**Memorial:** E as denúncias?

**Entrevistado:** Vinha tudo via Polícia. Quando a Polícia desmanchava esses pseudoconsultórios e clínicas, faziam o inquérito e

instauravam o processo. Normalmente quem fazia os julgamentos era eu. E fiz julgamentos marcantes. Nunca me esqueço, por exemplo, que fiz o júri de um médico da Câmara de Vereadores, se não me engano, que fazia muitos abortos, da enfermeira que o ajudava. Eu fiz júris de vários médicos, vários médicos eu responsabilizei. E acho que, naquela época, isso começou a ceder.

**Memorial:** Quando foi isso?

**Entrevistado:** Foi de 1986, quando cheguei, até 1998, período que estive no júri. Fiz em torno de 50 julgamentos, ou mais. Praticamente em todos consegui responsabilizar os réus. E isso aí, interessante, é bom relatar, dos júris que eu fazia era o que mais me tocava. Eu ficava encanizado, o termo era esse, com aquilo. Numa revolta muito grande, porque, na verdade esses abortos não têm nada que ver com questão ideológica, se é contra ou a favor. Eu sempre dizia: “Aí não está em julgamento isso aí”. Mas na verdade eles faziam aborto de mulheres de três meses de barriga, quatro meses, cinco meses, seis meses, oito meses. Já vi fazer aborto com oito meses de barriga!

**Memorial:** Era um parto.

**Entrevistado:** Era um parto. Entendem? Eram coisas gravíssimas. Matavam as mulheres. Era um horror o que acontecia. As pessoas podem pensar como é esse negócio de aborto. Não era questão ideológica, tanto que eu não me valia disso quando ia fazer o julgamento. Nunca me vali disso. Examinava caso a caso. E isso realmente foi cedendo. Eu me dedicava ao máximo. Eu ia à exaustão, mas conseguia. Em 99% dos casos, eu conseguia as condenações dessas pessoas. Claro que tudo com prova. Não podia condenar ninguém sem prova.

**Memorial:** Já que estamos nesse período, final de 1980, começo de 1990, o senhor poderia comentar a sua atuação na Associação como vice-presidente?

**Entrevistado:** Bem, isso é interessante. Aqui, só voltando em 1985, quando fui receber o título de cidadão vicentino lá de São Vicente do Sul. Cheguei em São Vicente em 1980 e, sete anos depois, a Câmara de Vereadores me outorgou o título de cidadão vicentino. Nessa época também já com atividade associativa. Há um período em Santa Maria em que fui o coordenador do núcleo da Associação.

Na Associação de Porto Alegre é interessante porque, durante o período do José Antônio Paganella Boschi - ele foi presidente, ele antecedeu ao Voltaire - eu frequentava muito a Associação e principalmente lá fora, final da década de 1980, quando eu cheguei a Porto Alegre, 1986, 1987, 1988, 1989 o pessoal jogava futebol lá na sede campestre. E normalmente, depois do jogo de futebol, se reunia, jantava, comia um churrasco com alguns colegas. E quando comecei a frequentar, fometei aquilo lá: “Vamos incrementar isso aqui”. Não sei de quem foi a ideia, a rigor, nós começamos a montar o seguinte: cada terça-feira, a reunião sempre era terça-feira à noite, dois ou três vão dar um churrasco. E aquilo pegou e cada vez foi aumentando mais, juntou mais gente. Um levava um amigo que, quando ia, comia, já ia para pedra, como nós chamávamos. E aquilo foi aumentando e nós chegamos a ter, nas terças-feiras, setenta, oitenta, até cem pessoas. Frequentavam o churrasco promotores, procuradores, juízes, desembargadores e amigos. Uma ocasião, o Sandro Dorival Marques Pires levou uma escola de samba. De outra feita, o colega Daltro, de Bento Gonçalves, levou uma orquestra para tocar durante o churrasco. Nunca me esqueço. Aqueles foram grandes momentos de confraternização dos colegas naquele período em que convivi na Associação. E ali aconteceu algo interessante. Nós começamos a excursionar, como eu digo, o pessoal do futebol, jogamos em Livramento, duas vezes. E numa dessas, em Livramento, numa volta, eu disse: “Vem cá, tchê, quem sabe nós vamos jogar no exterior?” “Mas tu estás louco!” “Deixa comigo.” E quando retornamos a Porto Alegre, resolvi telefonar para o Ministério Público argentino em Buenos Aires. O presidente da Associação era o Boschi e eu telefonei, com autorização dele evidentemente, para Buenos Aires. Descobri no guia telefônico a sede da promotoria em Buenos Aires. Lá eles chamam *fiscales letrados*. Falei com um promotor de lá e eu me

lembro que nós conversamos: “Somos de Porto Alegre, promotores do Rio Grande do Sul, colegas de vocês. Nós gostaríamos de fazer uma viagem para aí” . E falei em troca de ideias jurídicas, mas, na verdade, nós queríamos jogar futebol mesmo. “Sim, sim”, o cara se interessou, mas não ficou muito entusiasmado com a coisa. “Ah, sim, pois não.” E a conversa foi até que eu disse para ele: “Mas nós gostaríamos também de jogar futebol”, *futbol*. Aí o cara vibrou do outro lado da linha: “É o que nosotros queremos”. Conversei mais de uma hora com ele sobre futebol, porque eles queriam muito era jogar futebol, o mesmo que nós queríamos. E marcamos a ida e fomos a Buenos Aires, fomos com dois ônibus. Fiz um contato com uma empresa de turismo, a Duquetur Turismo, nunca vou esquecer. Era do senhor Brasil Milidui. Foram dois ônibus, cheios de colegas, evidentemente, junto com as mulheres, até filhos levaram. Foi uma viagem fantástica. Coincidiu com o feriado de *Corpus Christi*. Saímos depois do almoço e chegamos em Buenos Aires no outro dia pela manhã, em torno de 24 horas de viagem. Mas foi fantástico, o pessoal conversando no ônibus, contando piadas, um ambiente de confraternização muito grande. Nós chegamos em Buenos Aires, fomos para o hotel, um hotel imenso lá, e fomos recebidos no mesmo dia, à tarde, na procuradoria nacional, porque, na verdade, eles eram promotores federais. E nós fomos recebidos na procuradoria da república. Fomos recebidos com um grande coquetel. Estava lá o Procurador-Geral da República Argentina, o nome dele, me lembro até hoje, era Edegardo. Fizeram discurso, e nós fomos pegos de surpresa com aquilo. Nós pensamos que íamos só conversar um pouquinho. Uma festa, fizeram para nós. Nós fomos com um grupo. E eu nunca me esqueço que pedi para o Paulo Olímpio Gomes de Souza, nosso colega, que fizesse a saudação em nosso nome, o Paulo Olímpio fez uma saudação muito bonita em espanhol e eles gostaram. E aí nós selamos aquele encontro em clima de confraternização, de alegria, trocando ideias. E, no outro dia, nós jogamos futebol com eles. No sábado, nós jogamos no Monumental de Nuñez, o campo do River Plate. Claro que não no campo principal, no campo suplementar. No final do jogo, eles nos entregaram uma taça. O Procurador-Geral da República estava lá prestigiando o evento.



**Memorial:** E quem ganhou o jogo?

**Entrevistado:** Eles ganharam. Nós saímos ganhando e depois eles viraram o jogo e ganharam. As duas vezes que nós fomos, eles ganharam. Então foi marcante esse passeio. Inclusive, na volta, um dos ônibus quebrou o pára-brisa, na saída de Buenos Aires. Tivemos que vir sem o pára-brisa até Porto Alegre. E era frio, era inverno. Nos deram uma enorme de uma taça, está exposta até hoje lá na sede. Algo marcante para nós. Em 1989 retornamos na mesma época. Nesse primeiro jogo, inclusive, nesta primeira vez em 1988, até rádio tinha no campo, realizando entrevistas. E na segunda vez, nós fomos em 1989, foi noticiado até no jornal *La Nacion*, de Buenos Aires. Na edição de 20 de maio de 1989 foi registrada nossa ida a Buenos Aires: “*Todos los fiscales federales del Estado do Rio Grande do Sul del Brasil*, chegaram a Buenos Aires para uma reunião sobre temas comuns às suas funções com os representantes do Ministério Público de nosso país... - da Argentina, Buenos Aires - ...possivelmente tenham chegado a coincidir em numerosos pontos respectivos de temas jurídicos, porém não se sabe o que sucederá hoje *en la cancha de Ferro Carril Oeste*, quando ambos os grupos se enfrentam em um *cotejo de fútbol*. O encontro se iniciará às 11 e de lado de *los acusadores argentinos estarán os mais jovens* e algum arriesgado, *algo mayor*, porém seguros de lá vigência de sua antiga *gambeta*” “Porém... - dizem eles no jornal - ... se impõe uma pergunta: se os fiscais se enfrentam, quem será o juiz que poderá sancioná-los, ainda que seja com tiro indireto?”. Eram promotores, quem será o juiz? Isso foi noticiado nessa segunda vez no *La Nacion* de Buenos Aires, Argentina. Tenho até hoje guardado como recordação.

**Memorial:** Isso foi no período em que o senhor estava na vice-presidência?

**Entrevistado:** Na segunda vez em que eu era vice-presidente, nós fomos com três ônibus lotados. E havia uma peculiaridade que, na época, o peso estava muito favorável para nós, tanto em 1988 como

1989. Em 1988 mais ainda, mas 1989 era ainda muito favorável para nós. E digo o seguinte: não se falava em dólar. A nossa moeda, que era o cruzeiro, fazia frente para o peso. Era bem favorável o câmbio para nós. As coisas estavam muito baratas para nós.

Essa é minha história na Associação, frequentei a Associação ininterruptamente pelo menos por cinco anos. Gostava muito. Mas acontece, se vai deixando de ir, vai para outros lados, acaba tomando outros rumos. Mas foi uma época espetacular aquela em que convivi na Associação do Ministério Público. Principalmente na sede campestre com o futebol, com as reuniões e com os churrascos que organizávamos lá. A turma era maravilhosa. Realmente foi marcante aquele período

Depois, em 1997, recebi, com muito orgulho e muita honra, a comenda da Associação do Ministério Público. Recebi esta comenda que a Associação outorga anualmente a alguns promotores e figuras importantes do meio jurídico rio-grandense e brasileiro, que é a Comenda Dirceu Pinto. Então fui recebê-la lá em Canela, no Hotel Continental. O colega Roberto Bandeira Pereira, na época sub-procurador para assuntos administrativo me entregou a comenda. E aqui está o texto: “A segunda edição da Comenda Dirceu Pinto ocorreu durante a Semana do Ministério Público em Canela. Este ano, a Associação selecionou quatro nomes entre os que mais contribuíram para o engrandecimento da nossa instituição. Foram escolhidos os colegas José Pedro Keunecke, que atua junto a 1ª Vara do Júri da Capital, o deputado federal Jarbas Lima e o ex-procurador-geral da República, Aristides Junqueira, além do presidente do Tribunal de Justiça Adroaldo Furtado Fabrício”. Então, essas quatro pessoas e eu recebemos, numa cerimônia muito bonita, a Comenda Dirceu Pinto da Associação do Ministério Público.

Isso para mim foi um orgulho muito grande, ter sido escolhido pela minha associação de classe para ser um dos ganhadores da Comenda Dirceu Pinto, que foi um grande promotor de justiça. Tens conhecimento disto? Gaúcho, se notabilizou pela sua atuação nos direitos humanos e assim por diante. Então, para mim, eu guardo com muito carinho essa Comenda lá em casa. Até porque fui o primeiro promotor na ativa a recebê-la.

Posteriormente, em 14 de dezembro de 2005, no Palácio do Ministério Público - Forte Apache -, também com muita honra, recebi a Comenda do Ministério Público.

Fiquei 12 anos no Tribunal do Júri, acabei aceitando promoção em razão de um convite que o então procurador-geral, Sérgio Gilberto Porto, me fez para que assumisse o Centro de Apoio Criminal. No início, relutei um pouco, mas acabei aceitando. Os próprios colegas me incentivaram - meus amigos Roberto Bandeira Pereira, Carlos Otaviano Brenner de Moraes e Juan Carlos Duran - para que eu aceitasse o convite e viesse. Então assumi o Centro de Apoio Criminal e fui promovido a procurador. No Centro de Apoio, procurei fazer alguma coisa, inovar. Sempre fui um sujeito muito inquieto. Inclusive, aqui, como coordenador do Centro de Apoio, em razão de uma bagunça que houve em relação a essas torcidas organizadas de futebol, resolvi investigá-las, pedi abertura de um grande inquérito policial. Então, o jornal noticiou: "Promotor vai investigar torcidas". Isso foi em novembro de 1998.

**Memorial:** Isso em função da atuação dessas torcidas?

**Entrevistado:** É. Consta aqui: "A séria incidência ocorrida no Grenal de juniores, quarta-feira, no Beira-Rio, não poderá mais se repetir em estádios do Rio Grande do Sul. Para evitar atitudes dessa ordem e aborrecimentos mais graves no futuro, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Brigada Militar e a Polícia Civil vão investigar amplamente a ação dos torcedores nas arquibancadas, inclusive as torcidas organizadas. O inquérito foi instaurado ontem". Enfim, nós resolvemos fazer, divulgamos bem na imprensa para que se desse um basta a essa violência das torcidas que estava iniciando aqui no Rio Grande do Sul.

Falando em torcidas, há um outro júri também que eu fiz muito importante. Foi aquele em que torcedores atiraram uma bomba num ônibus, em frente ao Barranco, foi muito divulgado na imprensa, lesionaram gravemente dois meninos nos olhos. Trabalhei em todo aquele processo, do início ao fim. Ao menos do início até o julgamento do primeiro, daquele que atirou a bomba, um delin-

quente que pertencia à torcida Mancha Verde do Palmeiras que tinha vindo a Porto Alegre para ensinar os outros. Ele que bolou tudo aquilo. E, naquela noite, quando um ônibus de torcedores do Grêmio tinha saído de um jogo do Grêmio pela Libertadores da América - Grêmio e Sporting Cristal, no Estádio Olímpico - e passava pelo Barranco, atiraram essa bomba, um coquetel caseiro dentro do ônibus. Aquilo foi um pavor, o ônibus cheio de gente, e esses dois meninos sofreram lesões graves nos olhos. Imediatamente tomei providências, inclusive pedi que todas as pessoas que estavam no ônibus comparecessem para prestar depoimento, para solidificar, sedimentar aquele inquérito. Fizemos uma prova muito forte. Lembro-me que o primeiro a ser julgado foi esse de apelido Chininha ou China. Foi condenado a 14 anos de prisão. E eu fiz o júri. O advogado recorreu e o Tribunal até reduziu a pena para em torno sete anos e seis meses, ou coisa parecida. Foi um trabalho de fôlego que fiz no sentido de parar com isso aí. Esse julgamento foi marcante na minha carreira como promotor de justiça em Porto Alegre. Mas aí, então, na coordenadoria do Centro de Apoio Criminal, procurei diversificar a atuação, ter contato com os colegas e não ficar sentado no gabinete, procurei ter uma atuação mais dinâmica, não sei se consegui. Fiquei ali em torno de um ano.

Depois eu, como procurador, fiz parte do Conselho Superior do Ministério Público.

**Memorial:** Essa atuação no Conselho já é bem diversa dessa experiência que o senhor estava tendo até agora. Não sei se o senhor poderia falar alguma coisa?

**Entrevistado:** É muito desgastante, porque importa em punir colegas até. Mas é uma experiência válida. Também fiz parte do Órgão Especial do Colégio de Procuradores. No Conselho, eu fui eleito, aqui eu fui eleito, tudo é através do sufrágio universal, do voto.

**Memorial:** O senhor atuou em alguma auditoria da Justiça Militar?

**Entrevistado:** Ah, na Justiça Militar, exatamente. Uma experiência muito boa. Atuei concomitantemente com o Tribunal do Júri na Justiça Militar. Não sei se era a segunda ou a primeira auditoria. Fiz inúmeros julgamentos, mais de 50, foi interessante a minha passagem por lá. É semelhante a um júri. Em princípio são debates orais. Eu trabalhei de 1995 até 1997. Havia até homicídios praticados por policiais militares. Mas eu participei de inúmeros julgamentos, os casos mais pitorescos, mais diversos, mais distintos, mas interessantes e que marcaram muito também a minha passagem.

**Memorial:** Qual o crime de maior incidência?

**Entrevistado:** A maioria eram lesões corporais. Um dia fiquei muito indignado com o que correu em Caxias onde os brigadianos deram um cascudos nuns guris. Vinha um caminhão cheio de maçãs e o guri junto com um outro furtaram algumas maçãs e saíram correndo. Os brigadianos viram aquilo, deram uns tiros para cima, os guris caíram no chão e eles pegaram os guris deram uns cascudos e ainda os levaram a empresa proprietária das maçãs para pedir desculpas aos diretores por terem furtado as maçãs do caminhão. E aí foi um escândalo. Eu sei que foi instaurado um IPM contra os brigadianos e eles foram processados por terem abusado, enfim. E, naquele julgamento, fiquei indignado com aquela situação, porque era com uns gurizinhos pequeninhos que fizeram aquilo, não havia necessidade nenhuma. Foi um julgamento que eu me lembro bem, eu guardo na lembrança, que o próprio juiz-auditor, Doutor Roberto Leal Kelleter, brilhante juiz militar, também ficou indignado com os soldados, com aquela ação deles. Depois que ele proferiu a sentença, disse: “Mas vocês, uns barbados, eles uns gurizinhos. Tem que fazer com gente grande, homem como eu, não sair dando cascudos nos guris por causa de três, quatro maçãs”. Aquele julgamento me chamou a atenção, tenho na memória. Tem um outro julgamento que fiz em Porto Alegre, ia me esquecendo, fiz quatro julgamentos. Foi aquele famoso motim que houve no presídio central, até o falecido José Antônio Daudt queria ser trocado por uns presos. O grande mentor era o Carioca. Havia quatro, cinco presos

de porte, perigosos, como o Alemão Frida, e o Carioca era o grande líder do tráfico de drogas em Porto Alegre. Nós fizemos quatro julgamentos aqui. E o interessante é que esses julgamentos começavam às oito e meia da manhã de sexta e terminavam ao meio-dia de sábado. O Juiz Gaspar Marques Batista decidiu que cada dia seria julgado um. Seriam julgados separadamente. Mas os debates iam até meia-noite, ou seja, o julgamento começava às oito e meia da manhã de sexta, meia-noite encerravam os debates. À meia-noite nós íamos para a sala secreta para o juiz formular os quesitos, eram mais de 400 quesitos. Eram muitas vítimas, tinha vítima de sequestro, de cárcere privado, enfim, muitas mulheres. Então os jurados ficavam, na sala secreta, da meia-noite até o meio-dia, só respondendo os quesitos. Claro que se fazia intervalos, mas sempre respondendo quesitos. Foram os quatro julgamentos assim. E os quatro foram condenados e, eu me lembro, que, no julgamento do Carioca, houve um rumor que o pessoal ligado a ele iria tentar tirá-lo dali. O Tribunal ficou todo cercado por brigadianos, inclusive, com cães. Incrível aquilo, houve um aparato bárbaro de segurança. E o júri do Carioca transcorreu na maior normalidade do mundo. Por precaução, por prevenção se tomou aquela atitude, Brigada militar e Polícia Civil. Mas foram quatro julgamentos de grande repercussão no Rio Grande do Sul. Em razão desses julgamentos recebi, no dia 23 de novembro de 1989, a seguinte menção: “Senhor Promotor: Comunico-lhe que, em sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 14 de novembro de 1989 pelo presidente, Doutor Paulo Olímpio Gomes de Souza, foi proposto registro em ata do excelente trabalho desenvolvido por Vossa Excelência perante o Tribunal do Júri desta Capital, quando foram julgados e condenados quatro amotinados da rebelião ocorrida em julho de 1987, no presídio central. Proposição aprovada por unanimidade pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público. Sérgio Risso, promotor-secretário.

**Memorial:** O senhor poderia falar sobre a sua designação para integrar uma comissão criada pelo Governo do Estado para indenizar os ex-presos políticos do Rio Grande do Sul?

**Entrevistado:** Eu estava no júri ainda, no final de 1997. Fui designado pelo procurador-geral, Sérgio Gilberto Porto, para integrar uma comissão criada pelo Governo do Estado que indenizaria os presos políticos do Rio Grande do Sul. Foi instaurada a comissão, em 22 de janeiro de 1998: “Instalada comissão que indenizará torturados”. Fui integrante, representando o Ministério Público. Essa comissão era para se encerrar no ano de 1998, mas se prolongou. Foram em torno de 1500 processos. Posteriormente, o Estado reabriu o prazo para as indenizações.

**Memorial:** Há mais algo que o senhor queira deixar registrado?

**Entrevistado:** Sim, pois trata-se de um fato importante, em 8 de setembro de 2010 completei 40 anos de serviço público, ininterrupto, tendo iniciado em 8 de setembro de 1970 na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, passando pelo Ministério do Trabalho e, enfim, no Ministério Público, fazendo parte da turma do ano de 1976. Me chama a atenção que quando cheguei na junta comercial havia um funcionário antigo, chamado Euclides Braga Sobrinho, já falecido, era o chefe do protocolo e era uma das pessoas que praticamente mandava na junta comercial. Lembro bem que o seu Braga, como era conhecido, se vangloriava de naqueles dias ter completado 40 anos de Junta. E eu, bem jovem, achava aquilo quase que inalcançável. Justamente agora, em data recente, também completei 40 anos de serviço público, sem contar as licenças-prêmio. Lembro que o Braga tinha um auxiliar chamado Wilson, conhecido por Baixinho, também já falecido, sendo que o Braga era muito gremista e o Baixinho muito colorado. Na verdade, o Braga ficava atrás do balcão discutindo, conversando, atendendo as partes, enquanto que o Baixinho, com diversos carimbos passava a tarde carimbando centenas e centenas de processos. Quando o Inter ganhava, lembro que o Baixinho dava umas risadas por baixo, para que o Braga não visse. Diariamente eles almoçavam numa churrascaria que ficava em diagonal ao Palácio do Comércio, Churrascaria Urca, a qual já não existe mais. Recentemente, depois de muitos e muitos anos, voltei a Junta Comercial para tratar, na condição de Conselheiro do

Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, juntamente com outros conselheiros do clube, a respeito da Grêmio Empreendimentos, sendo que não havia mais nenhum funcionário do meu tempo. Porém, ao entardecer, já na rua, defronte ao Palácio do Comércio tive a impressão de ter visto o Braga e Baixinho dando risadas.

ZERO HORA

POLÍCIA

Domingo, 18 de março de 1990

## Promotor pede a condenação dos 4 réus

Acusação sustenta que toda a família participou do crime. O caseiro teria sido amarrado e morto a paucas e tiro

Proseguiu na manhã de ontem, no Tribunal do Juri de Porto Alegre, o julgamento do coronel PM Rui Fagundes Loureiro, 70, sua mulher, a professora Cyrcy Clecy da Silveira Loureiro, 66, e os dois filhos do casal, o capitão-dentista Rui da Silveira Loureiro, 34, e Marcelo da Silveira Loureiro, 22. Durante três horas, das 9h25min às 12h25min de ontem, o promotor José Pedro Machado Keunecke pediu a condenação dos quatro pelo assassinato do caseiro da família, Gládimir Silveira Pereira, 29, no dia 22 de abril do ano passado.

Keunecke discorreu longamente sobre as provas constantes dos autos do processo, rebatendo um a um os fatos levantados pela defesa, que tentou provar que o coronel agiu em legítima defesa e que os demais membros da família, com exceção do coronel, não tiveram participação no episódio. O promotor, ao contrário, entendeu que ficou provado, através

espancamento e com um tiro, com a participação de toda a família.

A previsão é que a sentença seja proferida somente na noite de sábado. À tarde, depois de um intervalo para o almoço, os advogados da defesa, Edson Brozoza e João Olimpio Gomes de Souza — o outro defensor da família. Lúcio de Constantino, trabalhou apenas na pesquisa jurídica sobre o caso — também tiveram três

horas para tentar converter os jurados da inocência dos réus. Depois disso, o promotor Keunecke e o assistente de acusação, Ricardo Cunha Martins, dispõem de uma hora para a réplica e, em seguida, os defensores têm direito à tréplica por igual tempo. Só após o magistrado que preside a sessão, Gaspar Marques Batista, formula os quesitos e o Conselho de Sentença reúne-se para deliberar sobre o veredicto.

Foto: Agê Moura/79



Acusação: o jurista Keunecke pede a condenação dos quatro réus por homicídio qualificado

Anúncios Fúnebres



Descoberta de Matzeiva

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 18 de março de 1990.





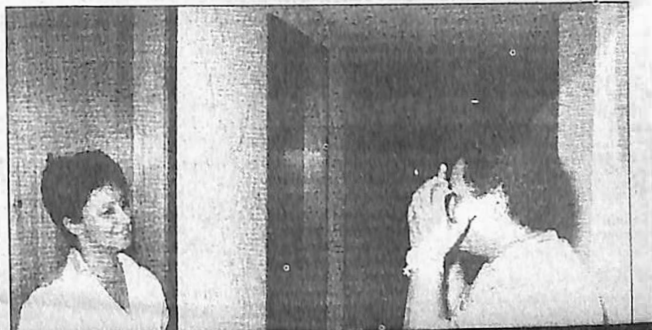
# POLÍCIA

## FAMÍLIA EM JULGAMENTO

# Jurados e duas testemunhas dormem no hotel custodiados

□ O júri mais longo da história da cidade foi interrompido na madrugada, para descanso, e reiniciado pela manhã

Após 17 horas e 15 minutos de julgamento da família Loureiro, o juiz Gaspar Marques Batista, que preside os trabalhos, suspendeu a sessão, reiniciando-a às 8h de ontem. O último depoimento da noite foi da cirurgiã dentista Sônia Loureiro, esposa do capitão PM Rui da Silveira Loureiro, 38, acusado juntamente com seu pai, o coronel reformado da BM, Rui Fernandes Loureiro, 70; a mãe, Cyroce Clecy da Silveira Loureiro, 66; e do irmão mais novo, Marcelo da Silveira Loureiro, 22, da mor-



*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 18 de março de 1990.*

## Ministério Público denuncia parteira

José Pedro Machado Keunecke, Promotor Público da 1ª Vara Criminal, ofereceu denúncia contra Zoraide Gonçalves Carvalho, 41 anos, parteira, anal-fabeta, residente na continuação da rua Marquês do Her- val, por prática de aborto seguido de morte.

Zoraide foi denunciada por ter, em julho de 1984, em sua residência, mediante o recebimento da importância de Cr\$ 40 mil, utilizado instrumento perfurante, introduzindo-o no útero da doméstica Lorena Carvalho, produzindo-lhe uma perfuração uterina traumática, ocasionando-lhe hemorragia inter-

na, interrompendo-lhe a gravidez e provocando-lhe a morte.

Ao mesmo tempo o Ministério Público requereu a Polícia Civil a instauração de inquérito para apurar as circunstâncias de outro fato semelhante, a morte de Jesus Maria Carvalho, irmã de Lorena, ocorrida no ano de 1982, por abortamento infectado incompleto, tendo a mesma ré como autora.

### OCRIME

Levada por sua amiga Jane Terezinha Carvalho, em fins de julho de 1984: Lorena Carvalho deu entrada no Pronto Socorro do Hospital

de Caridade Astrogildo de Azevedo, vindo a falecer ao receber o primeiro socorro, episódio comunicado as autoridades policiais através do plantonista e acadêmico do Curso de Medicina, Mário Lúcio Machado.

O 1º Distrito Policial instaurou inquérito competente e passou a ouvir as testemunhas arroladas, tendo elas prestado informações de que Lorena havia procurado a parteira Zoraide, a mesma que havia anos antes tratado de sua falecida irmã, Jesus Maria.

Durante a fase de interrogatório, Zoraide negou em cartório a prática do delito,



Promotor Keunecke

dizendo desconhecer tanto as testemunhas como a vítima, colocando que nunca foi parteira, nem agiu na clandestinidade, na prática de abortos, acrescentando que na época em que Lorena faleceu ela se encontrava em Porto Alegre.

No entanto, pelos dados e provas colhidas, o Delegado Luiz Eliton Cordenuzzi indiciou a acusada, conforme

os autos remetidos para a Justiça.

O procedimento do Promotor Keunecke, denunciando a parteira é um fato incomum em Santa Maria, onde o aborto feito na clandestinidade ocorre há muitos anos, conforme é registrado nos próprios anais da polícia, sem contudo, principalmente pela falta de provas, serem responsabilizados os criminosos.

*Jornal A Razão, Santa Maria, 06 de junho de 1985.*

# Promotor convence réu a confessar o atentado

Ao final do julgamento, o réu pôde sair livre do Tribunal

Ao final de um julgamento, ontem à tarde, no Tribunal do Júri de Porto Alegre, o promotor José Pedro Machado Keuneck conseguiu convencer o réu Vicente Zanon, um indutório de 27 anos, a confessar o crime a ele atribuído e que há três anos vinha negando. O acusado terminou sendo condenado a dois anos de reclusão, mas com direito a "sursis", saindo em liberdade do Tribunal.

O incidente que motivou o júri ocorreu às 21h de 17 de março de 1985, na esquina das ruas José de Alencar com Padre Cacique, no Bairro Menino Deus, quando dois automóveis colidiram. Os motoristas se envolveram

Foto: Flávia B. Lopes / ZH



O promotor José Pedro (à esquerda) foi convincente e o juiz Marques Batista (no centro) deu o veredito  
*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 18 de maio de 1988.*

**Ação conquista  
o pagamento do  
adicional  
do segundo  
período de férias**

**PÁGINA 6**

**Entrega da  
Comenda  
Dirceu Pinto**

**PÁGINA 6**

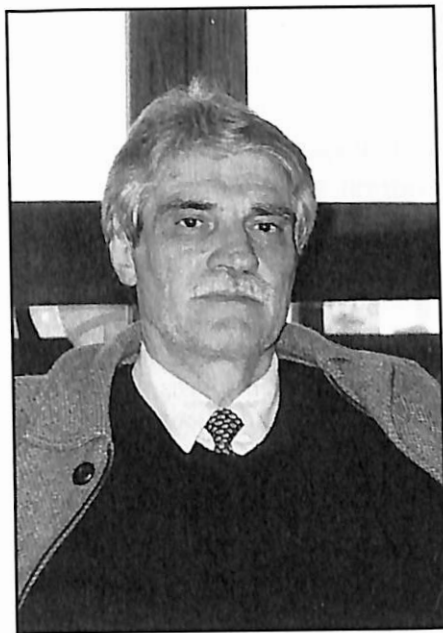
**Notícias dos  
Núcleos**

**PÁGINA 3**



*José Pedro Keunecke recebendo a Comenda Dirceu Pinto  
Réplica, Informativo da AMPRS, nº 55, agosto de 1997.*

## *Loreno Luiz Zambonin*



*Loreno Luiz Zambonin é natural de Sananduva. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1971. Atuou nas comarcas de Cerro Largo, Guaporé, Lagoa Vermelha, São Luiz Gonzaga e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1987. Aposentou-se em 1988.*

## Loreno Luiz Zambonin \*

**Memorial :** Doutor Loreno, onde o senhor nasceu?

**Entrevistado:** Eu nasci em uma pequena cidade chamada Sananduva, em 20 de junho de 1940.

**Memorial :** O senhor viveu muito tempo na sua cidade natal?

**Entrevistado:** Na cidade eu vivi praticamente até os 18 anos. Saí de Sananduva e vim, com a nossa família, para Canoas. Vim diretamente do Ginásio Cristo Redentor, de Getúlio Vargas, onde eu era interno.

**Memorial :** O senhor estudou ainda no modelo de colégio interno?

**Entrevistado:** Fui interno durante quatro anos, jogava futebol e o clube me pagava o internato. Os times eram o Tabajara Futebol Clube e o Guaíba que acabaram unificados. Depois que saí de lá em 1959, ficou o Taguá, onde jogava o pai do goleiro atual do São Paulo, Rogério Ceni.

**Memorial :** O pai dele jogou com o senhor ?

**Entrevistado:** Jogou comigo no Guaíba, era goleiro também e tinha um irmão chamado Vilmar Ceni. Eles estudavam em Getúlio Vargas, pois eram de, parece, Erebango. Também estudava lá o Odacir Klein, que foi meu colega de ginásio, de formatura. Estudei junto com ele lá nesse ginásio, interno durante quatro anos.

**Memorial:** Depois a família veio morar em Canoas?

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio grande do Sulem 28 de julho de 2004.

**Entrevistado:** A família veio morar em Canoas, nós éramos uma família muito numerosa, oito irmãos e três irmãs. Viemos para cá porque na minha cidade não havia lugar para trabalhar, estudar, então meu pai, que era carpinteiro, resolveu vir para Canoas onde já estava o meu irmão. Cheguei na cidade com o ginásio concluído. Fui servir na Base Aérea de Canoas, em 1959, e fiquei quatro anos lá, estudando. Fiz de propósito, não é que eu não gostasse de militares, mas nós não tínhamos condições. Estudei lá até me formar no segundo grau e entrar na faculdade. Fiquei quatro anos na Aeronáutica. Quando entrei na faculdade de Direito, terminou o meu tempo e pedi exoneração. Ingressei na UFRGS em 1963. Na ocasião fiz dois vestibulares, Economia e Direito, passei nos dois, mas optei pelo Direito. No segundo grau fiz Contabilidade, mas tinha um bom conhecimento, porque o ginásio antigamente tinha 15 ou 16 matérias: inglês, francês, latim, geografia, história, trabalhos manuais, pintura, literatura, então tinha uma boa base, principalmente com o latim e gostava muito de ler. Fiz vestibular ainda quando constava latim no vestibular. Fiz o curso de Contabilidade no Colégio Protásio Alves que chegou a ser aqui no Arquivo Público e posteriormente foi para onde está hoje, em frente à Zero Hora.

**Memorial:** O senhor se formou em 1968, nós sabemos que recentemente o senhor concorreu a vereador. Nos anos 60, o senhor militava em movimentos políticos?

**Entrevistado:** Nunca militei politicamente. Essa participação recente foi a única e a última participação que tive.

**Memorial:** Nós vamos chegar lá. Falemos da sua percepção da política na década de 1960.

**Entrevistado:** Inclusive quando estava no quartel, em 1961, fui um dos participantes da legalidade. Eu era cabo da aeronáutica, da Infantaria. Os sargentos se reuniram com os cabos e tomaram posição para que os aviões da Força Aérea não decolassem. Nessa ocasião, o

Oswaldo França Júnior, tenente e piloto na Base Aérea, recém-chegado de Minas Gerais, que depois foi cassado, estava lá. Inclusive o França Júnior é autor daquela minissérie, Carga Pesada. Depois, ele foi anistiado, voltou para ativa, continuou a escrever, foi para Cuba, voltou e no ano passado faleceu num acidente de trânsito. O Jango foi empossado com a condição da modificação do regime para parlamentarismo. A minha participação na Revolução foi essa: eu era cabo, combatente de uma fração de pelotão, eram dez homens, pegamos nas armas e ficamos rondando a pista, depois o Exército veio, tomou conta e não houve mais nenhum problema.

**Memorial:** E por que o Direito?

**Entrevistado:** Eu sempre digo que o Direito foi uma contingência. A minha mãe queria que eu fosse médico, porque o irmão dela mais velho, que era médico, estava bem de vida no aspecto econômico, e eu até me interessei, mas chegando em Porto Alegre achei mais pertinente fazer Economia, porque tinha feito o curso de Contabilidade. Na realidade eu queria ser jornalista, desde pequeno eu recortava coisas. Eu acho até que, remotamente, houve o seguinte: como estudei no Pro-tásio Alves, tinha um professor de Direito que transmitia muito bem a matéria. Esses rudimentos de direito me chamaram a atenção para a carreira. Quando comecei o Direito, tinha colegas que estavam estudando para o concurso de Delegado de Polícia, entre eles José Antonio Leão de Medeiros, o filho do Poti Medeiros, e o Marco Aurélio Reis.

**Memorial:** Estavam se preparando para o concurso de delegado?

**Entrevistado:** É, já estavam na escola. Mas, como eu jogava futebol de salão, me inscrevi na escola de Polícia para fazer o curso. Naquela ocasião recém tinha sido criada a escola como instituição. Antes os delegados de Polícia eram nomeados. Então eu fiz a escola, porque ali eles pagavam cinquenta por cento da bolsa, fiz o concurso e passei. Logo que saí da Base Aérea, pedi exoneração. No dia seguinte eu fui trabalhar na Antártica Paulista, na rua Conde de Porto Alegre.

Fui designado para o departamento pessoal. Eram mais ou menos 300 operários e aprendi muito facilmente o mecanismo do setor, tendo ficado lá um ano. Aí o meu chefe saiu, e eu achava que como eu tinha conhecimento tinha que ser designado como chefe do setor pessoal, mas fui chamado para outro setor. Resolvi pedir demissão e fui trabalhar no Hoechst do Brasil aqui na Garibaldi, também no setor pessoal. Quando estava lá trabalhando, resolvi fazer concurso para Delegado de Polícia porque achava que ganhava pouco. Cursei a escola de Polícia e me tornei delegado. Fui designado para Espumoso. Cheguei lá em janeiro de 1966. Tive que suspender por um ano a faculdade aqui em Porto Alegre, pois só havia vaga para delegado nas comarcas do interior. Espumoso era uma comarca muito difícil, porque tinha sido desmembrada de Soledade e a barragem estava sendo construída, então havia muitos crimes, a média era de 40 por ano.

**Memorial:** Em função das pessoas irem para a construção da barragem?

**Entrevistado:** Sim. Fui para lá com 27 anos, com vontade de trabalhar. O pessoal esperava um delegado mais velho. Trabalhei durante um ano na cidade. A primeira coisa que fiz, como está sendo feito hoje, é o desarmamento. Quais são as causas da violência? Arma, faca e outros tipos de armamento. Na barragem, principalmente, fiz um trabalho de prevenção junto com um comandante da Brigada Militar. Fazia revistas, apreendia armas, nesse meio tempo nós fizemos uma apreensão de quase 500 armas. Resultado disso é que de 37 a 40 mortes por ano, só houve duas mortes. Em vista disso recebi uma portaria considerando-me o melhor delegado de polícia da 5ª Região, sediada em Cruz Alta. Porém, faltava o último ano do curso de Direito. Eu vim por intermédio do José Antônio Medeiros. Eu disse ao pai do Medeiros, que teria de me exonerar para poder vir para Porto Alegre terminar meu curso de Direito. O secretário de segurança era o Ibar Ilha Moreira. Vim até Porto Alegre e falei com o Ibar Ilha Moreira que conseguiu a minha transferência para Viamão como delegado de polícia. Lá fiquei de 1967 até 1971, quando fiz o concurso para o Mi-

nistério Público. É interessante porque até devo uma certa gratidão a uma funcionária da Promotoria, a Lúcia Kopenick. Nós estudamos inglês juntos e ela me falou do concurso na Instituição. A minha mãe era muito preocupada porque eu era delegado de polícia, ela sempre me falava dos perigos em relação ao meu trabalho. Eu dizia para ela que logo que pudesse sairia desse cargo. Fiz o concurso em 1970, passei e fui designado para Cerro Largo. Um mês antes de eu assumir a comarca, minha mãe faleceu, ela não pode constatar que eu não mais corria perigo. Assumi a promotoria e comecei uma nova fase da vida.

**Memorial:** A opção pelo Ministério Público foi por alguma identidade, além dessa questão que o senhor estava colocando de que a carreira de delegado era transitória? Como era visto o promotor naquele momento, como era visto o Ministério Público?

**Entrevistado:** O Doutor Lauro Pereira Guimarães revolucionou a Instituição, ele deu um *status* para o Ministério Público que foi consolidado pelas pessoas que vieram depois. Penso que ele foi um marco no Ministério Público do Rio Grande do Sul porque ele era procurador-geral no tempo do governador Euclides Triches. A minha turma é subsequente a de 1965. Houve um lapso temporal de cinco anos entre o meu concurso e o anterior que valorizou o cargo. O Doutor Lauro assumiu e a primeira coisa que ele fez – nunca havia ocorrido isso – foi estabelecer que os novos promotores tomariam posse na presença do governador Euclides Triches. O Doutor Lauro era do partido do Triches. Então a primeira e a segunda turma foram tomar posse no Palácio. A imprensa publicou, tenho os recortes até hoje com o nome dos promotores. Logo após, o Ministério Público começou a dotar as promotorias de material, porque não havia material. Eu e o hoje desembargador Tupinambá Pinto de Azevedo, na época promotor, que havia sido designado para Ijuí, uma comarca de segunda entrância, nós compramos uma máquina de escrever marca Triunf Gabriela 25, que tenho até hoje e ainda escrevo com ela. Compramos a máquina e cada um foi para a sua comarca. Cheguei em Cerro Largo em outubro



de 1971. O promotor anterior tinha sido o falecido Rochinha, Luís Alberto Rocha, um excelente colega e profissional.

**Memorial:** Em Cerro Largo, o senhor já falou das condições materiais. Como eram as relações com os demais poderes instituídos, como a comunidade via o promotor, quais eram as principais demandas?

**Entrevistado:** Eu acho que o promotor começou a ser visto como uma instituição que começou a adquirir importância. Em Cerro Largo já haviam atuado o Cícero Severo Cidade, depois, o Doutor Rocha. Antes do Cícero, parece, que houve um problema lá com promotor, não sei ao certo.

**Memorial:** A comunidade o reconhecia como autoridade?

**Entrevistado:** Reconhecia até porque a comunidade era essencialmente alemã, e os alemães normalmente reconhecem muito a autoridade, mas sempre há as exceções. Cheguei lá e o Ministério Público tinha uma boa aceitação da comunidade, em razão do promotor já mencionado. Cerro Largo era uma comarca que abrangia cinco termos, todos de alemães, eram Roque Gonzales, Guarani das Missões, São Paulo das Missões e Porto Xavier. Mas era uma comarca na qual o pessoal respeitava o juiz e o promotor. Pude me valer das pastas que o Rochinha tinha deixado muito bem organizadas. Há um fato interessante: quando cheguei lá havia uma escritã que tinha o apelido de Marula, era muito antiga lá. A jurisdição abrangia Guarani das Missões que era só de poloneses, e tínhamos que determinar dois ou três dias da semana para atender partes, porque naquela ocasião o promotor fazia muitas coisas, ações trabalhistas, cálculos, homologações, família. Havia uma rádio onde anunciei os meus dias de atendimento e como eram cinco comarcas, e Guarani das Missões era muito numerosa, havia muitos casos de brigas de família, era muito tumultuado. Até há uma linha chamada Linha Harmonia e por contraste do nome era onde ocorriam mais problemas. Nos dias marcados encheu-se a

sala de espera de gente, eu tinha experiência como delegado de polícia e atendia como tal, então resolvi tudo com certa presteza e ela ficou impressionada como eu tinha atendido tantos casos tão rapidamente. E foi tudo normal. Mas ali houve um pequeno incidente. O alemão tinha muito preconceito com gente de cor e fiquei sabendo, porque fiz amizade com médicos - eu sempre tive esse cuidado como promotor de ter amizades fora do mundo jurídico -, que eles me chamavam de negro, que eu era considerado negro, "Promotor negro o que veio fazer aqui?!". O que aconteceu foi o seguinte: eu tenho um irmão que é parecido comigo, ele é mais novo, e ele me acompanhava em tudo. Ele foi me visitar e ele era muito namorado também. Eu aluguei uma casa em frente a um hotel, eu fazia as refeições em uma espécie de pensão chamada Pensão das Irmãs. E uma noite um motorista de taxi - que depois eu soube que era um dos que me chamava de negro - estava lá no clube o qual estava aberto, eram duas horas da madrugada, verão, lá é muito calor e meu irmão estava lá, de repente fui lá no clube e pedi para o ecônomo "Olha, já são duas horas, tem muito barulho aqui, vamos encerrar isso aí". Todo mundo prontamente encerrou "Está bem, doutor, não tem problema". Só que esse cidadão teria dito "O que quer esse negro aqui!", pegou o táxi e passou em frente a minha casa, ida e volta, umas duas ou três vezes. Saí no portão para ver quem era e vi que era esse motorista, aí peguei um facão e esperei, o cara não voltou mais. Eu e meu irmão entramos. O Doutor Rui Nedel, que foi deputado depois, disse: "Mas esse indivíduo faz esse tipo de coisa com todo mundo." Desmereceu o rapaz. Aí fui ao juiz no dia seguinte e pedi que fizesse uma portaria por perturbação do sossego e direção perigosa em via pública, expliquei para o juiz Heidel porque naquele tempo o promotor não podia denunciar as portarias, pois era contravenção. Peguei o nome do cidadão completo e o juiz fez a portaria e dois dias depois o taxista era citado para responder ao processo. Aí respondeu ao processo por perturbação do sossego e direção perigosa, havia testemunhas e ele foi processado, foi condenado, nem sei se recorreu, foi a lição que lhe dei. Nunca mais ele se meteu com ninguém, eu acho. Fiquei lá dois anos. Outro fato interessante é o seguinte: no segundo mês em que eu estava respondendo por uma comarca de primeira, eu

fui designado para responder por uma comarca de terceira, que era São Luiz Gonzaga, onde eu ia uma ou duas vezes por semana só para fazer júri, porque o promotor de lá estava na cidade há uns 25 anos, não queria sair, estava meio doente, então eu fiquei durante os dois anos em que estive na comarca de primeira entrância, respondendo por São Luiz Gonzaga.

**Memorial:** Em Cerro Largo?

**Entrevistado:** Em Cerro Largo, na divisa, uns 40 km. Tinha mais trabalho em São Luiz Gonzaga. Lá havia três termos: Santo Antônio da Missões, Caibaté e São Nicolau.

**Memorial:** E o júri, qual a sua interpretação? Porque antes das transformações constitucionais em 1988, o júri e o promotor eram muito associados, não?

**Entrevistado:** Um mês depois que assumi, recebi o processo mais badalado da região. Era de um dentista que tentou matar um médico de uma tradicional família, filho ou neto do fundador da cidade, Coronel Frantz. Havia dois hospitais e esse cunhado do doutor, por questão de família, tentou matá-lo e eu tinha que fazer esse júri. Nunca tinha feito júris na minha vida. Então imaginas o que tinha que enfrentar.

**Memorial -** Isso foi em Cerro Largo logo de chegada?

**Entrevistado:** Um mês depois que cheguei. Peguei o processo, estudei e fiz o júri, no clube cheio de gente, uma multidão querendo ver. Eram pessoas conhecidas na cidade, um médico e o cunhado dele. Só que o advogado de defesa era famoso na região, Professor Luiz Luisi. Saí-me bem, meu pai foi assistir meu primeiro júri. O sujeito foi condenado, foi desclassificado o crime, o indivíduo pegou uma pena, até porque tinha um laudo psiquiátrico. Foi essa a minha prova de fogo lá. Como a região era muito calma, sobretudo em relação a homicí-

diós, fiz mais dois ou três júris em Cerro Largo. Em compensação em São Luiz Gonzaga havia muitos júris.

**Memorial:** Por que é terra de gente que briga muito?

**Entrevistado:** É, em São Luiz Gonzaga fiz muito júris até porque na minha terceira entrância, voltei a São Luiz Gonzaga. Dizia-se, erroneamente, que o júri era a vitrine do promotor. Hoje já não se pode dizer isso, porque o promotor tem outras atividades que têm mais relevância que o próprio júri. Quando cheguei a Porto Alegre havia duas varas para as quais o procurador-geral indicava, que não eram de escolha do promotor, eram a vara do Júri e a vara da Fazenda Pública. E o procurador-geral escolhia aqueles que tinham mais tendência para o júri. Quando cheguei em Porto Alegre, fui designado para a vara da Fazenda Pública, tendo ficado lá oito anos. Não sei se esse critério continua válido hoje. Em Cerro Largo, eles tinham um espírito de italiano. Naquele tempo foi fundado um jornal “A folha da Produção”, da empresa Grisolia de São Luiz Gonzaga e fui convocado a escrever uma coluna sobre cultura.

**Memorial :** O senhor sempre gostou de escrever?

**Entrevistado:** Vou contar um fato interessante, como era terra de alemão, então a minha coluna denominava-se “Pingos nos Jotas”. Tinha um comerciante muito gozador que pronunciava com acentuado sotaque de alemão o nome da coluna. Depois saí do jornal e a coluna terminou.

**Memorial:** E a coluna era sobre o quê?

**Entrevistado:** A coluna era sobre assuntos gerais, sobre fatos jocosos, assuntos sérios, poesia, pensamentos, caricaturas. Depois saí de lá promovido por merecimento, fui designado para a segunda entrância. Lá fiz grandes amigos, que conservo até hoje. Em meu lugar assumiu o colega Bartholomeu Lied.

**Memorial:** O senhor foi promovido para Guaporé?

**Entrevistado:** Eu fui para Guaporé, cheguei lá e não consegui uma casa.

**Memorial:** Era uma dificuldade a moradia no interior, não é?

**Entrevistado:** E não gostei da cidade que era muito longe e fiquei lá, acho que um mês, um mês e pouco, até a comida me fez mal, não me adaptei.

**Memorial:** Guaporé é terra de italianos não é?

**Entrevistado:** É terra de italianos. Havia um prefeito que era médico, Néelson Barros. Ele era meio garotão, acho que não ia me acertar com ele. Mas lá estava o Doutor Eugênio Tedesco e ficamos amigos. Fui embora porque não consegui casa. E realmente a única casa que eu encontrei lá custava a metade dos meus vencimentos. Sei que não gostei. Tirei férias e depois fui para Lagoa Vermelha que, por sinal, era perto do município de Sananduva, onde nasci. Escolhi Lagoa Vermelha porque estava com um plano de escrever um livro sobre a minha terra, Sananduva, perto dos meus parentes e perto das fontes que eu queria pesquisar e realmente cheguei lá, assumi, o pessoal era ótimo, foi muito bom. Então ali escrevi o meu livro, uma monografia sobre a história de Sananduva e esse livro foi editado em 1975. Um ano depois ele obteve o prêmio Gerdau de história. A Gerdau, não sei se tu sabes, a cada ano destina uma verba para premiar monografias. E o meu livro de monografia foi um dos primeiros escritos sobre municípios. Depois houve uma enxurrada de monografias sobre municípios. Havia antes poucas monografias sobre municípios, inclusive, um dos pioneiros foi um promotor, Doutor Lauro F. Thomé. Ele escreveu um livro sobre Encantado, foi um dos primeiros agentes do Ministério Público a escrever sobre história. O curso de Direito bem feito abre um leque de conhecimentos, de compreensão das pessoas e da sociedade.

**Memorial:** Para poder atuar tem que conhecer as características étnicas, sociais, culturais da comunidade.

**Entrevistado:** Um advogado que não lê, um promotor que não lê, um juiz que não lê, que não goste de ler é melhor que escolha uma outra área. Porque o Direito é muito do dever ser. Um médico estuda o esqueleto humano, estuda a fisiologia humana que é a mesma aqui na Itália e na França. O Direito não, o Direito tem as suas peculiaridades. Dependendo da profissão temos que ter um método, mas o promotor e o juiz têm que ter conhecimento.

**Memorial - E como foi o seu trabalho em Lagoa Vermelha?**

**Entrevistado:** Era uma cidade de segunda entrância e tinha como termo Ibiraiaras. Não havia muito crime, mas no meu tempo aconteceram três homicídios e tinha quatro ou cinco processos em andamento, fiz oito júris em Lagoa Vermelha e, por coincidência ou não, todos os oito réus foram condenados. Não gosto de falar, de dar discurso, mas enfrento sempre, não há problema, então sempre me desempenhei bem. Houve um júri em que um fazendeiro matou um carpinteiro. O fazendeiro era dono de uma grande propriedade, tinha dinheiro e o assassinato se deu porque o carpinteiro discutiu com o fazendeiro por causa de um serviço. Como meu pai é carpinteiro, me botei no lugar do carpinteiro e fiz um júri bonito. O advogado de defesa era o Doutor Jarbas Lima. O júri foi “peleado”, foi quatro a três. O Jarbas Lima naquela época já era famoso em toda a região. Em dois anos em Lagoa Vermelha fiz sete ou oito júris, não recordo, mas sei que ganhei todos, é só para registrar meu trabalho no júri. Lagoa Vermelha era uma comarca em que o entendimento entre juízes, promotores e advogados era muito bom, porque ali havia um juiz muito comunitário, que era o Moacir Rodrigues, um juiz que passou por Sananduva onde organizou o horto florestal. Em Lagoa Vermelha ele implantou a casa do menor junto com o promotor. Ele desenvolvia uma atividade social muito grande, faço essa referência porque era um grande juiz. Faleceu recentemente e tem um filho que é juiz também. Ele gostava muito de

literatura, de festas, de cantoria, era um humanista. Lagoa Vermelha é uma cidade muito gaúchesca, nós fizemos um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) no fundo do fórum, era uma comunidade muito interessante, muito boa de trabalhar. Era uma cidade de porte médio e não havia muita diferença social. Fiquei lá dois anos, escrevi o meu livro. Aí aconteceu uma coisa interessante, eu já havia recebido a promoção, um dia conversando com o Raimundo Valiati, que estava em São Luiz Gonzaga e queria sair de lá, ele perguntou se eu não queria ir para lá. Eu conhecia a cidade porque havia morado em Cerro Largo, sabia que tinha serviço. Aí ele veio aqui na procuradoria e disse que eu aceitava promoção para São Luiz Gonzaga, sem eu saber. Uma semana depois recebi a promoção para lá. E lá começa uma nova etapa. Em Lagoa Vermelha foi uma trajetória linear, com exceção daquele júri mais impactante. São Luiz Gonzaga, minha terceira entrância, é uma cidade distante de Porto Alegre. Até há uma passagem engraçada, esse promotor que ficou lá 28 anos, que faleceu lá, o Doutor Newton de Souza Corrêa, quando perguntado se não aceitava promoção ele respondia que não era por São Luiz ser longe de Porto Alegre, era por Porto Alegre ser longe de São Luiz, ele invertia o polo, por isso que ele não ia para Porto Alegre. Era uma cidade muito acolhedora, como eu gostava de história, comecei a me entrosar. Lá ocorrem muitos crimes, fiz muitos júris, cerca de 80 em dois anos e seis meses. Tinha uma grande desvantagem pelo lado do promotor: os advogados de defesa eram os mais conhecidos. Eles ainda tinham o júri como um grande espetáculo, então os júris lá, realmente, eram espetáculos, eram feitos no fórum que enchia. Naquela ocasião, quando havia reunião do júri era composta de várias sessões, realizadas a cada três meses. Houve uma reunião que teve 11 sessões de júri. O promotor, passando de seis ou oito júris, podia pedir outro promotor, mas eu nunca pedi, assumia todos. A tendência lá era do pessoal absolver, absolviam muito facilmente. Como comecei a me entrosar na comunidade, na escolha dos jurados, comecei a recusar uns e aceitar outros identificando-lhes as tendências e, com isso, reverti bastante a situação, conseguindo muitas condenações. Um dos crimes de maior repercussão do Rio Grande do Sul, na época, foi o de um sujeito que mandou matar a sogra e o cunha-

do, lá em São Luiz Gonzaga. No Rio Grande do Sul há poucos crimes com mandantes, pelo menos a nossa cultura não é de mandar matar, é de matar mesmo. Existem as exceções, ao contrário do Nordeste, onde eles mandam matar. Mas esse júri foi feito por outro promotor. Fiz um júri pechado de um rapaz que matou o empregado dele e o filho. Certamente nesses dois anos não fiz menos de 80 júris lá, tenho os meus arquivos.

**Memorial:** O senhor acompanha se São Luiz manteve esse tipo de característica?

**Entrevistado:** Sempre volto a São Luiz Gonzaga, porque essa cidade envolve outros fatores. Eu gostava muito de história, então me associei a um jornalista e organizei um guia sobre São Luiz Gonzaga, enfatizando a história da cidade. O resultado econômico seria enviado para a casa do Lar Escola. Nesse guia havia um artigo sobre a Igreja de São Miguel com uma fotografia de 200 anos atrás, era um guia histórico-cultural. Comecei a escrever no jornal “A Notícia”, uma coluna sobre cultura, chamava-se L. Fante, a letra L e mais a figurinha de um elefante, era sobre poesia e literatura. E aí inventei um concurso de perguntas e respostas para incentivar a leitura. O prêmio era um livro. Os leitores respondiam a testes, às vezes, eram 10 ou 12 que acertavam e era preciso sortear o prêmio. Até recentemente, acho que há uns três anos atrás, recebi uma carta de uma pessoa que escreveu um livro sobre Pedro Raimundo, o nome dele era Moisés. Ele andava a minha procura, me mandou uma longa carta dizendo que gostava de literatura porque eu o incentivei, ele ganhou várias vezes o concurso. Publicava a quadrinha da semana, pensamentos, sonetos que eu escolhia, gosto muito também de sonetos. Escrevi essa coluna até sair de lá. Também ocorreu o seguinte: em frente ao fórum a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) abriu uma vala para instalar uns canos. Justamente em frente ao fórum se encontravam os alicerces da primeira igreja de São Luiz Gonzaga dos idos de 1700. Aí julguei que as pedras que estavam à vista deveriam ser preservadas como patrimônio histórico da cidade e sugeri que fosse feita uma descrição das mesmas



e que fossem colocadas no museu. Falamos com o prefeito e até hoje as pedras estão lá no museu. Mandeí também localizar o cemitério, porque os jesuítas faziam a Igreja junto ao cemitério e o fórum estava localizado sobre o cemitério.

**Memorial:** O fórum estava localizado em cima do cemitério?

**Entrevistado:** Atualmente não, mas estava na época.

**Memorial:** Doutor Loreno, é interessante o senhor ter se antecipado. Porque hoje entre as atribuições do Ministério Público está defesa do patrimônio cultural, e nos anos 70 o senhor já estava defendendo o patrimônio.

**Entrevistado:** Quando comecei a fazer esse guia, fiz por minha conta o levantamento fotográfico de casas antiquíssimas de lá, chamadas cachorro sentado, tipo português, lá havia centenas de casas assim. Depois que saí, mandei esse levantamento para o museu Pinheiro Machado, acho que eram umas 40 ou 50 fotografias de casas, não sei se vão destruir ou não, mas está tudo registrado em fotografias.

**Memorial:** E as casas ainda existem?

**Entrevistado:** No museu? Eu não sei, acho que eles conservaram. Como estava envolvido com livros e gostava muito, inventei de organizar primeira feira do livro, contatei com o prefeito, que era o Jauri de Oliveira, ele era um comerciante de São Nicolau, muito ativo e inteligente. Organizamos a feira do livro, vim buscar os livros em Porto Alegre, foi um sucesso. Fizemos, inclusive, um tipo de propaganda diferente, recortei revistas e fizemos em cima de figuras a propaganda da feira do livro. Colocamos pensamentos sobre o livro. Fizemos duas feiras do livro, no ano seguinte também e no outro. Aí o prefeito inaugurou a biblioteca e discurssei na abertura sobre a importância do livro. Foi uma das primeiras feiras do livro do interior, isso foi em 1977 ou 1978, a única feira até então de que eu tinha conhecimento era em

Santa Maria. Depois que saí de lá, eu comprava livros aqui e mandava para a feira. A minha senhora era amiga de outra senhora que morava em Timbaúva e era prima do Jaime Caetano Braum. Ela sabia que eu gostava de poesia, que eu publicava no jornal, descobri que ela fazia poesias e pedi que me trouxesse algumas para ver e realmente tinham valor. Fiz várias correções de métrica, de ortografia, de concordância, era a Dona Clélia Bocacio Marques, inclusive ela fez uma poesia para o Jaime e tem uma poesia destinada a um preto velho famoso, que o Jaime também fez. O livro chama-se “*Legendas gaudérias*”, hoje está na bibliografia do Pedro Vilas Boas. Fiz o prefácio, é muito bonito o livro. Ficamos amigos, ela faleceu recentemente, tinha quase 80 anos. Fui visitá-la três dias antes, mas visito seguidamente o seu filho. Lá no jornal também conheci o Gaisolia. Eu mantenho contato com a cidade de São Luiz Gonzaga porque gosto muito de lá, o povo é bem afável, os advogados são muito bons, a comunidade tem muita estima pelos promotores e pelos juizes, é uma cidade muito boa. Eu volto seguidamente lá, e agora exatamente com esse negócio do guia, me convidaram para ir em junho a uma feira, talvez eu vá.

**Memorial :** São Luiz Gonzaga foi a última comarca do interior?

**Entrevistado:** Do interior foi, em terceira entrância.

**Memorial :** Ficou até quando lá?

**Entrevistado:** Até 1977 ou 1978. Vou contar outro fato interessante de São Luiz Gonzaga. A cidade tem uma praça. Aluguei uma casa que era bem perto do fórum e o meu filho Luciano tinha quatro ou cinco anos. Havia um pipoqueiro na esquina, ele gostava muito de pipoca e eu o levava até lá para comprar. Um dia ele foi comprar pipoca e o pipoqueiro, de nome Felipe Ferreira, não cobrou dele e ele ficou depois pegando pipoca sem pagar várias vezes achando que não precisava pagar. O seu Felipe tinha uma carrocinha velha, toda desmontada, anti-higiênica, eu sempre falava para ele que fizesse uma coisa melhor, melhorasse o aspecto da carrocinha. Depois eu soube que o seu Felipe

era ex-preso, foi condenado em São Borja e veio para São Luiz Gonzaga, estava na condicional. Eu me ofereci para pagar os custos da reforma da carrocinha para que melhorasse o aspecto, telefonei para uma casa de comércio de construção da cidade me responsabilizando pelo pagamento do material e ele foi lá, comprou o material e deixou a carrocinha em ordem e pagou bem direitinho, eu nem me incomodei quanto a isso. Por isso ele dava pipoca de graça para o meu filho. Uma das lembranças mais significativas que tenho é uma fotografia que o seu Felipe me deu dele com os filhos me agradecendo a ajuda, fiquei emocionado e guardo até hoje como recordação.

**Memorial:** Como era a relação com as autoridades na década de 1970?

**Entrevistado:** A cidade de São Luiz Gonzaga era sede de um quartel muito grande, aliás um dos mais antigos, foi em 1977, 1978, já havia passado 13 anos da revolução, a relação do judiciário com os militares era boa. Havia advogados que eram contrários à revolução, havia outros a favor. Eu me mantive distante, porque achava que meus compromissos eram os compromissos do cargo público. Tive sorte, pelo menos não tive nunca problema, porque no meu tempo havia o quartel e havia lá um coronel comandante chamado De Simone, era um cavalheiro, ele jamais interferiu, inclusive o Jauri de Oliveira, o prefeito, era da esquerda. Com esse coronel que era um *gentleman*, educado, correto, culto, nunca houve problema, talvez pela conduta dele. Com exceção de um episódio que houve, mas aí vem, inclusive ratificar o que eu digo. Prenderam um rapaz de 18 anos que era conhecido, e o pai dele veio pedir providências, porque ele tinha ido para o quartel e não encontraram nada de culpa nele. Aí mandaram para a polícia de Santo Ângelo que começou a fazer horrores com o rapaz, mas o De Simone não teve nada com isso. Em Santo Ângelo, sim, ele sofreu algumas torturas e depois encaminharam para São Luiz Gonzaga, sei que o juiz e eu, à noite, tomamos o depoimento dele e pedimos providências contra os policiais, não contra o comandante que não tinha nada a ver. Um dos envolvidos,

me parece, foi um inspetor de polícia que, quando eu estava em Cerro Largo, havia matado um brigadiano.

**Memorial:** E depois de São Luiz o senhor veio para Porto Alegre?

**Entrevistado:** Sim.

**Memorial :** E o senhor foi para a Vara da Fazenda Pública?

**Entrevistado:** Para não aceitar a promoção houve outro fato. Como eu era conhecido lá e tinha participação comunitária, os advogados, juizes com os quais trabalhei fizeram um abaixo-assinado para que eu recusasse a promoção. Inclusive trabalhei com um juiz que era o Salatino Antonio Neto, que já faleceu também, o Rui Portanova que é meu compadre, é padrinho do meu filho mais novo, o Lucas, e também atuava na comarca.

**Memorial:** Quantos filhos o senhor tem?

**Entrevistado:** Tenho três, dois filhos e uma filha. O Lucas que é meu filho mais novo, está nos Estados Unidos. Fizeram esse abaixo-assinado para eu ficar, mas fiquei mais seis meses depois de ser promovido, até que assumisse outro promotor. São Luiz Gonzaga era comarca de difícil acesso. Chegou uma época em que respondi por cinco comarcas: Santa Rosa, Crissiumal, Santo Cristo, Cerro Largo e Horizontina, porque pouca gente queria ir para a região missioneira. Nessa vida judiciária o sujeito é casado e a mulher não se adapta, os filhos não se adaptam. Hoje modificaram as entrâncias. O pessoal gosta de ficar mais perto. Não tiro a razão, mas acho que você tem que cumprir a sua missão, a sua participação, acho até que a minha geração e as gerações anteriores começaram a vestir a camiseta do Ministério Público e a desempenhar bem a função. Hoje acho que, se a situação do Ministério Público é de importância, de relevância, se deve muito a essas pessoas. Acho que até por isso o Memorial está resgatando essa

importância porque são pequenas coisas na conduta dos promotores que fazem crescer a justiça. Até me lembro um fato que é o seguinte: no Ministério Público de Minas Gerais, foi reivindicada alguma melhoria funcional para o governador Tancredo Neves e ele teria atendido: “Esse pedido partindo dos promotores eu atendo, porque sei quem eles são”. O Tancredo Neves parece que tinha sido também promotor. Acho que é como na economia: as pequenas coisas podem resultar em coisas importantes. Então o Ministério Público tem uma grande importância na sociedade e até acho, às vezes, que são inúmeras as atividades que atrapalham a principal função do Ministério Público que é na área criminal.

**Memorial:** Hoje já existe um debate mais interno sobre essa questão, se avançou nos interesses difusos.

**Entrevistado:** No Ministério Público, eu trabalhava sozinho, o promotor era um homem só. Hoje não, a estrutura está melhor, tem máquinas, tem computação, tem oficial de diligência. Recordo-me que eu tinha que fazer ofício, tinha que selar, tinha que mandar. Quando falam hoje sobre o Ministério Público fiscalizar a polícia, tenho certas idéias a respeito.

**Memorial:** De acompanhamento de inquérito.

**Entrevistado:** Não, acompanhamento de inquérito eu fazia diretamente, por exemplo, cheque sem fundo, eu denunciava diretamente, não precisava inquérito policial. Aí tinha aquele problema de pagamento do cheque, mas eu já me antecipava, porque já fui delegado de polícia e sabia, por que repetir se tu tens ali cheque sem fundo, crime material formal, vamos discutir depois, aí o devedor pagava e resolvia a questão. Outro aspecto ventilado muitas vezes foi o problema das impressões digitais da Polícia, aquilo tudo é inútil, gastava tempo, eu já era partidário como delegado de polícia de não tirar as digitais, perdia tempo, dinheiro, com exceção de furtos. Outra questão que havia muito em São Luiz Gonzaga no Cível era a adoção dos netos

pelos avós, ali havia muito porque os funcionários públicos queriam proteger os netos com assistência médico-hospitalar. E eu sempre era contrário porque entendia que não se pode trocar um vínculo de direito natural por um artificial e criava confusão. Escrevi um artigo sobre esse problema que está publicado na revista do Ministério Público. Tanto que agora o ECA estabeleceu que é proibido. Então, fiz um artigo muito bonito. Começo com o filho adotivo da rainha do Nilo, do faraó, Moisés, aí faço uma relação da confusão que se cria com a figura do pai. Essa tese foi em 1974. E tem uma outra sobre a representação em pequenos delitos. Então essa é a minha atividade jurídica no Ministério Público.

**Memorial :** Onde é que o senhor publicou esses artigos?

**Entrevistado:** Na Revista do Ministério Público. Cheguei em Porto Alegre promovido por merecimento, fui designado, me apresentei e fiz a mudança em 1978. Em dezembro de 1977 foi aprovada a lei do divórcio, então o procurador me designou para a Vara da Família e sucessões. A primeira vara da família era mais antiga. Então eu recebia todos os processos de separação e conversão, não dava para contar, era em metros. Fiquei um ano e pouco ali trabalhando, porque a vara de família é a que requer mais presteza do promotor de do juiz. Depois o procurador-geral me designou para a vara da fazenda pública.

**Memorial:** E como foi na vara da fazenda?

**Entrevistado:** Era o meu campo, ali tratava de assuntos tributários, mandado de segurança, material constitucional, era uma gama de atividades muito grande, em todos os ramos do direito. Fui para lá, gostei e era matéria praticamente só de direito, trabalhei lá oito anos até ser promovido para procurador. Aprendi muito na vara da fazenda pública. Nesse tempo fui convidado para dar aula na faculdade no lugar do hoje desembargador Ranolfo Vieira que era promotor. Ele dava aulas lá em Santo Ângelo. A faculdade Ritter dos Reis precisou de um professor de Direito Administrativo, como eu tinha muita experiência

nisso, comecei a dar aula sem grandes problemas.

Fui também convidado para dar aula aqui na escola do Ministério Público para a preparação do oitavo concurso do Ministério Público.

**Memorial :** Como foi, Doutor Loreno, o seu trabalho como procurador de justiça?

**Entrevistado:** Quando eu estava na 4ª Vara de Fazenda Pública, aconteceu um fato importante no Ministério Público, que foi o seguinte: o Procurador-Geral de Justiça era escolhido pelo Governador, depois a Associação conseguiu encaminhar um projeto de lei que foi transformado em lei determinado que o procurador fosse escolhido pelos pares. Era a lei 8167 de 10 de dezembro de 1986.

**Memorial:** A indicação passa a ser em lista tríplice pela classe.

**Entrevistado:** Foi aprovado. Na ocasião, a Assembléia tinha que ser dirigida pelo promotor mais antigo da comarca, eu era o mais antigo e fui o presidente dessa assembléia que elegeu o Sanfelice Neto como primeiro procurador escolhido pela lista tríplice. A lei dizia que seria presidida pelo procurador mais antigo que na época era eu. Como foi a primeira eleição, é um fato importante, significativo. Houve um pequeno incidente que foi contornado pelos promotores. Quem teve mais votos foi o Sanfelice Neto. Quando fui promovido, foi ele que me deu posse como procurador. Como fui promovido juntamente com mais três, fui eu quem fez o discurso de posse dessa nova turma de procuradores.

**Memorial :** Da cerimônia de promoção dos novos procuradores.

**Entrevistado:** Tenho uma outra coisa também para contar, quando eu era delegado em Viamão, havia um advogado muito antigo que sabia que eu gostava muito de livros, ele me mostrou a biblioteca e eu notei um livro chamado Manual do Promotor de Justiça, era a uma

obra de 1869. Na ocasião em que fui promovido para procurador, era um livro muito antigo, acho que era o primeiro livro sobre as funções do promotor.

**Memorial:** O senhor encontrou uma raridade.

**Entrevistado:** Encontrei uma raridade, então fiz uma homenagem, peguei esse livro e ofereci ao Sanfelice Neto para a biblioteca do Ministério Público, não sei se está na biblioteca, mas eu ofereci. Ele me mandou inclusive um bilhetezinho agradecendo a doação. Foi, possivelmente, o primeiro livro no Brasil exclusivamente sobre o Ministério Público. Ascendi ao cargo de procurador, e como fazia praticamente oito anos que eu não atuava no crime, escolhi uma vara cível. Atuei durante seis ou oito meses na 1ª Câmara Cível do Tribunal, apenas dando pareceres. Fazia aquele serviço de pareceres, fiquei pouco tempo lá. Como eu tinha muito tempo de serviço no quartel, como delegado de polícia por cinco anos, mais a promotoria, mais professor que fui também nesse meio tempo, eu tinha 38 anos de serviço, sem contar que desde os 9 anos trabalhei num banco como office-boy. Já tinha tempo suficiente e não existe um percentual, um adicional de gratificação de permanência, resolvi fazer outras coisas, estava lecionando. A minha aposentadoria que, por incrível que pareça, foi a mais rápida do mundo, foi logo em seguida, a organização é muito boa.

**Memorial:** Em que ano o senhor se aposentou?

**Entrevistado:** Em 8 ou 9 de março de 1988.

**Memorial:** O senhor sentiu diferença entre a atividade de promotor na comarca do interior e Porto Alegre?

**Entrevistado:** É, se pudesse voltar hoje, eu voltaria para o interior, porque aqui em Porto Alegre é a multidão, com exceção da atividade na sua corporação, a cidade grande é isso aí, não é com o promotor, é com o juiz, é com as pessoas. Sempre morei em Canoas, meus



pais e familiares moravam em Canoas. Fiquei sintonizado ali culturalmente, quando foi construída linha do metrô de superfície, houve o movimento de preservação da estação ferroviária, fui um dos que enfrentou esse problema da preservação, fiz um movimento cultural e encaminhei a lei para a fundação cultural de Canoas. Como professor de Direito Administrativo organizei uma fundação.

É uma fundação cultural de Canoas, fui eu que redigi a lei. Antes fizeram uma lei muito precária, depois encaminhei um projeto de lei, uma outra lei, retificaram a anterior, e fui presidente durante três anos, depois fui secretário, então estou envolvido na fundação, hoje sou secretário, diretor administrativo lá na fundação. Essa atividade exerci em Canoas já como aposentado, e tenho participação nos movimentos culturais, escrevo para o jornal de vez em quando, continuo fazendo o que gosto. Agora lancei um livro de poesias. E participo das atividades dos aposentados do Ministério Público, estou quase sempre lá. Faço parte do conselho da S.A.S.

**Memorial:** Envolvido com a Associação?

**Entrevistado:** É, nós temos um grupo que faz uma reunião cultural por mês, é poesia, é história, falamos sobre autores gaúchos, o Doutor Lauro, o Doutor Paulo Pinto que faleceu há pouco tempo, o Clóvis Ponzi. Mantenho essa atividade, continuo na organização, acho excelente, a gente tem que ter alguma atividade, senão morre. Eu sempre tenho curiosidade por alguma coisa.

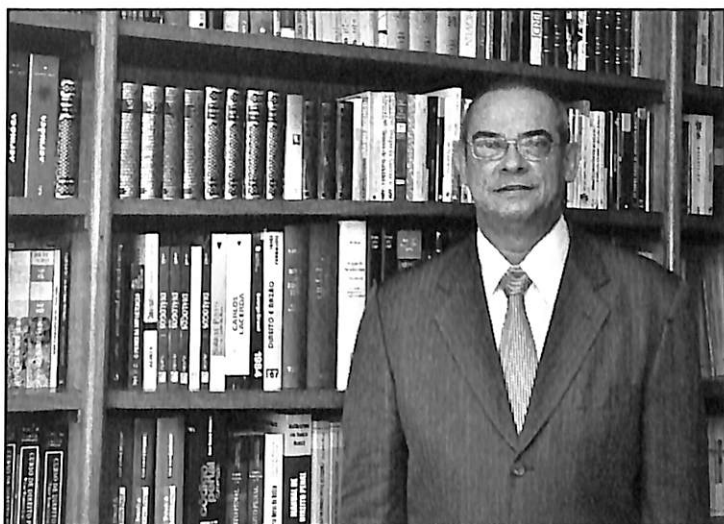
**Memorial:** O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa no depoimento?

**Entrevistado:** Não, creio que já relatei tudo que é importante.

**Memorial:** Doutor Lorenzo, nós agradecemos muito.



## Marcelo Roberto Ribeiro



*Marcelo Roberto Ribeiro é natural de Cuiabá/MT. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro), ingressou no Ministério Público em 1975. Atuou nas comarcas de Candelária, Tramandaí, Torres, Osório, Erechim, Rio Pardo, Gravataí, Canoas, Santa Cruz e Porto Alegre. Atualmente é Procurador de Justiça junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. É professor de Direito Penal e Direito Processual Penal na Escola Superior da Magistratura, no Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC) e no curso Verbo Jurídico.*

## Marcelo Roberto Ribeiro \*

**Memorial:** Doutor Marcelo, em nome do Memorial, eu gostaria de agradecer a sua disponibilidade em nos conceder esse depoimento. Gostaria que, inicialmente, o senhor nos falasse um pouco das suas origens, onde o senhor nasceu, qual era a profissão de seus pais.

**Entrevistado:** Eu nasci em Cuiabá, Mato Grosso. Sou filho de um funcionário público (Serviço de Navegação da Bacia do Prata), Francisco Sales Ribeiro, e de uma dona de casa, Jaci Fontes Ribeiro. Tenho um irmão somente, Reinaldo Sales Ribeiro, que é médico no Paraná. Sou o mais novo dos filhos. Tive uma infância e adolescência bastante difíceis, mas felizes e encantadoras. Minha família era bastante pobre, mas rica de virtudes e princípios. Meu pai, como já disse, era funcionário público, porém na época em que o servidor público era menos valorizado do que hoje. E a dificuldade era tal que o meu irmão, pretendendo cursar medicina, foi para o Rio de Janeiro, fazendo com que meu pai tivesse que trabalhar três turnos para mantê-lo nos estudos. Na ocasião, vendo-me preocupado com meu futuro, disse-me que não tinha como manter os dois filhos no Rio de Janeiro estudando, razão por que teria de esperar meu irmão se formar, para eu fazer o curso superior que pretendia. Inconformado, pedi-lhe que me conseguisse um dinheiro para ficar uma semana no Rio de Janeiro, quando veria a possibilidade de conseguir um emprego para me manter e estudar, assegurando-lhe que, se tal não ocorresse, voltaria para Mato Grosso e me submeteria à sua vontade. Compreensivo que meu velho pai era, um aliado de todos os momentos, ele aceitou. Fui para a Cidade Maravilhosa e, apreensivo, vi passar a semana sem conseguir o emprego pretendido. No desespero, fiz uma coisa da qual muito me orgulho: resolvi procurar o Governador do Estado – Doutor Carlos Werneck de Lacerda - e pedir auxílio. Você pode imaginar o que foi isso? Procurei no Palácio Guanabara, mas ele não pôde receber-me, até porque não me conhecia, não tinha horário agendado. Eu era um rapagote cheio de

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 2 de julho de 2010.

sonhos. Tinha terminado o segundo grau com dezessete anos de idade. Queria vencer na vida. Não queria esperar muito para tal. Não me abati. Procurei saber onde ele morava e fui lá. Fiquei esperando que ele chegasse para tentar uma abordagem e conversar a respeito de minha vida, meus propósitos, minha esperança. Lembro-me de que fiquei das onze horas de uma quinta-feira até uma hora da manhã da sexta-feira sentado na beira da calçada do prédio onde ele morava, aguardando sua chegada. Quando o avistei, apresentei-me como um jovem estudante de Mato Grosso, que, confiante no homem público que tinha diante de mim e interessado em ser alguém na vida através do estudo e trabalho, rogava sua atenção. Ele me pediu que juntos fôssemos ao seu apartamento, onde tive a oportunidade de dizer-lhe quem eu era, as dificuldades financeiras de minha família, assim como o quanto temia não poder realizar meu ideal de ser promotor de justiça um dia, e que, diante disso, precisava de um emprego no Rio de Janeiro, para tornar isso tudo uma realidade. Afinal, revelei-lhe que tinha passagem para retornar a Mato Grosso no dia seguinte, porque não tinha mais dinheiro para ficar naquela cidade, procurando um trabalho. Ele me ouviu atentamente e disse-me que não viajasse e fosse ao seu encontro naquela manhã mesmo, no Banco do Estado da Guanabara onde ele me empregaria.

**Memorial:** Ele ouviu o senhor com atenção?

**Entrevistado:** Sim, ouviu-me pacientemente e ajudou-me, o que foi melhor. Sou-lhe grato por tudo isso. Devo muito do que sou a esse homem público humano e sensível. Empregado no referido banco, pude me preparar e ser exitoso no vestibular de uma universidade pública - Universidade Estadual do Estado da Guanabara, conhecida como Faculdade de Direito do Catete, porque ficava no bairro do Catete. Hoje, é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trabalhava de manhã e de tarde, e estudava de noite. Chegava da faculdade por volta das vinte e três horas e, ainda, dedicava algumas horas para refletir sobre tudo o que lá havia ouvido dos meus mestres. Nos cinco anos do Curso de Direito, toda vez que recebia os boletins da faculdade, eu

tomava uma cópia e mandava para o Doutor Carlos Lacerda, dizendo a ele que cumpria com meu dever de prestar-lhe contas de minha vida estudantil, para que ele, sempre, ficasse certo de que não me havia ajudado inutilmente.

**Memorial:** O senhor, durante o Curso de Direito, trabalhou no estabelecimento bancário que referiu?

**Entrevistado:** Sim, mas, antes de me formar, fui indicado por meu professor de Direito Penal para trabalhar no escritório de advocacia de um advogado muito respeitado, Doutor Heráclito de Sobral Pinto. Trabalhei quase três anos no escritório desse maravilhoso profissional. Foi uma verdadeira pós-graduação em ciência jurídica e humanidades. Sempre fui um apaixonado pelo Direito Penal e pelo Direito Processual Penal e essa era a área em que ele trabalhava com uma lucidez, com uma sensatez e com uma eficiência invejáveis. Mais uma vez, o grande arquiteto do universo colocava-me na vida, como orientador, uma pessoa exemplar a mostrar-me o caminho do bem e do justo.

**Memorial:** Algum fato marcou sua vida estudantil na Faculdade de Direito?

**Entrevistado:** Muitos. Destaco, sobretudo, a subida honra que tive de ser aluno de Roberto Lyra, um dos papas do Direito Penal brasileiro, na matéria de Processo Penal. Com setenta anos de idade, o velho mestre encantou-me com seu saber jurídico, sua experiência e sua vocação para o magistério. No mesmo ano, aposentou-se compulsoriamente. Foi uma pena.

**Memorial:** Antes mesmo de fazer a faculdade, o senhor já queria ser promotor de justiça? Essa sua inclinação era pessoal ou vinha de algum familiar ou alguém que o senhor conhecia?

**Entrevistado:** Desde jovem, via-me como promotor de justiça. Foi algo bem natural. Desde os bancos escolares, sempre gostei de

debater idéias, contestar valores e defender o que entendia como justo, o que fazia com bastante vigor e destemidamente. Às vezes, sofria até consequências por alguns excessos. Mas minha vocação foi fortalecida no período em que morei no Rio de Janeiro, quando tive por vizinho um dos mais famosos promotores de justiça do júri carioca, Doutor Emerson de Lima, com quem muito conversava, buscando saber como chegar ao grau de respeitabilidade profissional a que ele chegou. Ele me estimulou muito a seguir em frente, rumo ao Ministério Público e ao Tribunal Popular. Várias vezes, juntos, fomos ao Tribunal do Júri do Rio de Janeiro assistir a julgamentos, quando, então, ouvia dele os elogios e críticas à acusação e à defesa. Era uma verdadeira aula.

**Memorial:** O senhor veio para o Rio Grande do Sul para fazer o concurso para o Ministério Público?

**Entrevistado:** Sim. Não conhecia o Rio Grande do Sul. Meu concurso foi em 1975. Tomei posse como promotor de justiça em dezembro desse ano. Minha primeira comarca foi Candelária, que habita meu coração para sempre. Fui muito bem recepcionado, respeitado nessa cidade. Fiz amizades muito importantes para minha vida, que, até hoje, cultivo. Marcou-me pela simplicidade e disciplina de seus moradores.

**Memorial:** Quanto tempo o senhor ficou nessa comarca?

**Entrevistado:** Mais ou menos um ano e meio, quando então, juntamente com o querido e competente colega José Paulo Baltazar, recebi uma designação para trabalhar em São Borja numa sessão extraordinária do Tribunal do Júri. Sempre tive uma atração muito forte por essa instituição, em especial, por ser a mais viva expressão da democracia. Fascina-me o povo julgando livre das amarras da lei, dizendo o que quer para sua disciplina e segurança, fazendo uma criminologia sem rótulo.

**Memorial:** O senhor se lembra do seu primeiro júri?

**Entrevistado:** O meu primeiro júri no Rio Grande do Sul foi em São Borja. O réu chamava-se Gregório Froner. Tratava-se de uma tentativa cruenta de homicídio perpetrada contra Oli Fiorim dos Santos. Foi o acusado defendido pelo criminalista Ricardo Talaia O'Donell. Tivemos aguerrida discussão sobre um tema difícil de ser compreendido por jurados que é o do nexu de causalidade, pois sustentava o referido causídico que a vítima tinha morrido por causa diversa daquela gerada pela conduta do réu. Gregório foi condenado por cinco votos a dois.

**Memorial:** São Borja era uma cidade com uma criminalidade bastante grande naquela época?

**Entrevistado:** Chamou-me a atenção, na oportunidade, o número de homicídios naquela cidade. Nos dias em que havia julgamento pelo Tribunal Popular, a cidade parava. O salão do júri ficava lotado. Era uma grande atração. Em virtude disso, os advogados que se dedicavam às defesas dos réus eram bastante qualificados. Impressionaram-me Dino Lopes e Ricardo Talaia O'Donnell. Saí de São Borja invicto, condenando todos os réus nos processos em que atuei. O envolvimento da comunidade era tal que, certa vez, antes de iniciar a acusação num julgamento, ouvi de um cidadão o seguinte: *“Vai lá Promotor, apostei no senhor hoje.”*

**Memorial:** O senhor já participou de julgamento pelo júri, cujo resultado desagradou parcela da comunidade?

**Entrevistado:** Sim. Quando trabalhei em Torres, dentre outros, participei do julgamento de um fato doloroso de homicídio no Tribunal do Júri. O processo estava parado há muito tempo, cerca de oito anos. Não queriam julgar o acusado, que se chamava Pedro Schwartzhaupt, porque se tratava de um homem idoso, muito conhecido e querido na cidade. Mal cheguei na comarca, seu julgamento aconteceu, e, para a tristeza da comunidade, ele foi condenado, apesar das manifestações em seu favor, feitas por muitos de seus amigos e admiradores. Lembro-me que isso causou um mal estar muito grande. Por algum tempo,



fui tratado com frieza na cidade, por causa desse julgamento. O tempo, no entanto, encarregou-se de colocar as coisas no devido lugar. Logo, isso foi superado e trabalhei com incondicional respeito e acatamento daquela comunidade.

**Memorial:** Sua passagem no júri de Osório é muito lembrada. Por quê?

**Entrevistado:** Quando lá cheguei, soube logo que, há muito, ninguém era condenado no júri. Atuei em uns quinze julgamentos, obtendo sucesso em todos. Por isso, foi marcante minha passagem nessa comarca. A qualidade dos advogados que militavam nessa área era excelente. Destaco, dentre outros, Arli Borba, Gilberto Bassani, Dante Canani, Humberto Lauro Ramos e Anacleto Lopes Ribeiro. Impuseram-me grande dificuldade para mudar o perfil absolvedor da sociedade osoriense na ocasião.

**Memorial:** O senhor foi promotor em Santa Cruz do Sul. A colonização alemã refletia nas decisões do júri?

**Entrevistado:** Muito. Atuei em dezenas de processos no júri em Santa Cruz do Sul. Não conheci insucesso. A sociedade é muito ordeira e disciplinadora, sendo, portanto, rigorosa com o criminoso, principalmente, tratando-se de crime de homicídio. É a visão de vida dos alemães e seus descendentes. Foi onde trabalhei com jurados de maior qualificação social e cultural. Eram, essencialmente, professores, médicos, engenheiros e diretores de empresas. O debate sociológico sobre o fato e sobre o perfil psicológico das partes envolvidas no crime valia a pena portanto.

**Memorial:** O senhor trabalhou em comarca onde a política partidária influía, de alguma forma, no julgamento do júri?

**Entrevistado:** Em São Borja. Quando lá estive trabalhando um curto período, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era proscrito

to. Havia, somente, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A sintonia ou não de jurados e réu com esses partidos significava dificuldade maior ou menor para a acusação. Isso inspirava muito cuidado no alistamento dos jurados, visando a um julgamento imparcial, que é o que um promotor de justiça deve pretender.

**Memorial:** Em Canoas, sabemos de sua atuação meritória no júri. Como foi? Quanto tempo o senhor trabalhou lá?

**Entrevistado:** Trabalhei cinco anos. Participei de inúmeros julgamentos no Tribunal Popular, sendo bem sucedido na maioria. Aqui, é importante salientar que a figura do promotor de justiça que ganha cem por cento dos julgamentos em que trabalha é uma ficção. No júri, o que menos devemos preocupar é ganhar ou perder. Há um valor mais alto em que focar: fazer justiça. Devemos trabalhar com grande empenho para a condenação dos culpados da mesma forma que para a absolvição dos inocentes. Se censuramos o advogado que se promove absolvendo culpados, devemos repudiar o promotor de justiça que se promove condenando inocentes. A vida e a liberdade humana são bens tão preciosos, que não podem ser vistos pela ótica da vaidade.

**Memorial:** Algum julgamento em Canoas teve significação na sua vida profissional?

**Entrevistado:** O julgamento de uma professora, Cleusa Carbohel Lemke, acusada de ter matado seu marido, Leopoldo Lemke, a tiros de revólver. O crime foi o desfecho de uma discussão travada entre ela, a vítima, pelo fato de ela ter chegado tarde em casa de uma festa com amigos. Um homicídio passional. A repercussão desse atentado na comunidade foi grande, porque o casal era muito conhecido e admirado. No plenário do júri, tive a satisfação de confrontar-me com o famoso advogado criminalista gaúcho, Eloar Guazzelli, o mais difícil adversário que já tive no júri, pela sua cultura jurídica, inteligência e sagacidade. Debates acirrada e eticamente essa causa. A tese de-

fensiva da legítima defesa foi afastada por seis votos contra um, sendo a ré condenada. Na ocasião, recebi uma mensagem de cumprimento pelo sucesso nesse julgamento, da lavra do eminente deputado estadual, Jarbas Lima, que, até hoje, envaidece-me.

**Memorial:** Em Porto Alegre, o senhor é o promotor que ficou mais tempo no Tribunal do Júri.

**Entrevistado:** Acredito que sim. Contando das primeiras designações para atuar no júri da Capital, dezoito anos. É uma vida e um grande aprendizado. Nesse período, trabalhei com juízes da mais alta qualificação, como, dentre outros, Saulo Brum Leal, Gaspar Marques Batista, Elba Aparecida Nicoli Bastos, Denise de Araújo Cesar, Elaine Herzein Macedo, Aramiz Nassif, Mário Rocha Lopes Filho, Íris Helena Nogueira Medeiros e Laís Ethel Pias, todos probos, competentes, corretos e dignos dos elogios possíveis.

Tive ao meu lado, na trincheira da acusação, colegas renomados, por sua atuação ilustrada, exemplar e parceira, como, dentre tantos, Daltro Aguiar Chaves, José Pedro Machado Keunecke, Delmar Pacheco da Luz, Sônia Eleni Corrêa, Cláudio Brito, Juan Carlos Duran, Sílvio Miranda Munhoz, David Medina da Silva, Sandra Goldmann e Luiz Carlos Ziomkowski.

Trabalhei com uma Defensoria Pública qualificadíssima. Esta é uma instituição pela qual tenho muito carinho e admiração, pela cultura, inteligência e abnegação de seus membros, em especial, no Tribunal do Júri. Ao longo de minha atuação no júri de Porto Alegre, senti que os réus pobres tinham, como defensores, os mais talentosos e aguerridos profissionais do júri do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, percebi que réus com condições de constituir advogados, preferiam dizer que eram pobres para serem defendidos pelos defensores públicos. Dentre tantos, com esse apurado perfil, gostaria de destacar João Olímpio de Souza Filho, hoje, um dos melhores profissionais do júri do Sul do país, Edson Brozoza, Lourenço Pires, Cleomir Carrão, Maria de Fátima Zachia Paludo, Jares do Nascimento Ilha, Tatiana Kosby Boeira, Artur Costa, Duval Guedes Cecim e Edson Jesus dos Santos Ortiz,

pelos quais tenho irrestrito respeito. Com isso, os réus pobres, no Júri da Capital, jamais estiveram inferiorizados no que tange ao exercício da plenitude de defesa. Agora, a única coisa desagradável disso tudo foram os cabelos brancos que eles me trouxeram com as dificuldades e preocupações que geraram com sua atuação forte e apaixonada.

E, como não poderia deixar de referir, tive, na trincheira da defesa, em diversos processos, advogados da grandeza e envergadura profissional de Raul Gudolle, Amadeu Weinmann, Rovílio Breda, Eloar Guazelli, Carlos Saldanha Legendre, Jader Marques, Bráulio Marques, Marcelo Peruchin Guazzeli, Marcelo Bertolucci, Ricardo Cunha Martins e José Antônio do Nascimento Prestes.

**Memorial:** O senhor tem muitos ex-alunos no Ministério Público?

**Entrevistado:** Sim. Seguramente, mais de sessenta por cento dos promotores de justiça do Estado foram meus alunos em Direito Penal. Muitos deles, além disso, são meus diletos amigos, como, dentre tantos, Roberto Bandeira, ex-Procurador-Geral de Justiça, Luís Eduardo Azevedo, Lúcia Ciocari Azevedo, Keller Dorneles Clós, Silvia Capelli, Cesar Faciulli, Dirce Soler, Eduardo de Lima Veiga e Alexandre Salim, que só me encantam com seu talento e proficiência na Instituição. Para mim, foi envaidecedor e gratificante assistir a trajetória profissional de todos meus ex-alunos, sentir que, em seu alto voo, levaram, nas asas, um pouquinho da contribuição que consegui dar. O mais interessante nisso tudo é que pude contribuir, na sala de aula e no exercício de minhas atribuições profissionais, na teoria e na prática por conseguinte, para a concepção de um Direito Penal da sociedade, voltado para a sociedade como um todo, e não só para o réu. Para mim, o réu deve ter respeitados, incondicionalmente, seus direitos assegurados na Carta Constitucional, mas o cidadão tem consagrado, no mesmo diploma legal, o direito à segurança. Isso é sagrado e não pode ser esquecido nem relegado a um segundo plano.

**Memorial:** Seus ex-alunos, pelo que sabemos, têm muito carinho pelo senhor.

**Entrevistado:** Isso é bom. É sinal de que fui bom professor e companheiro. Pelo menos, estou certo de que me empenhei nessas tarefas, conquistando esse lugar no seu coração. Emociono-me ao lembrar-me de tudo isso. São pessoas e momentos que estão presos, carinhosa e irremovivelmente, no meu coração. É um valioso legado profissional.

**Memorial:** O senhor se lembra do primeiro júri em Porto Alegre?

**Entrevistado:** Sim. Trabalhava na 8ª Vara Criminal, quando fui designado para atuar no julgamento de Vitor Hugo Bitencourt. Isso foi em 1988. O réu era um taxista acusado da prática de uma clara e injustificada tentativa de homicídio contra um cidadão chamado João Jacinto da Conceição, que era porteiro do Hotel Embaixador, situado na Rua Jerônimo Coelho. Desferiu, por somenos, quatro tiros de revólver no porteiro do referido hotel, que não morreu, porque não era seu dia. O processo ficou cerca de um ano aguardando julgamento. Parecia não haver interesse em julgá-lo. Então fui designado. Senti o peso da responsabilidade, mas aceitei o desafio. Fiz o júri e Vitor Hugo foi, merecidamente, condenado a dois anos e um mês de reclusão. Foi uma sanção insignificante, considerando a gravidade do resultado do fato para a vítima, estando, no meu sentir, longe de cumprir com sua finalidade preventiva. Mas é o problema das tentativas de homicídio no Brasil, com a adoção da teoria do resultado, em desprestígio da teoria da faculdade judicial, que permitiria que o juiz aplicasse, num caso como esse, a pena do crime consumado sem minoração. Ele foi defendido pelo criminalista João Olímpio de Souza Filho.

**Memorial:** O que o senhor pensa sobre uma mulher como promotora no Tribunal do Júri?

**Entrevistado:** Não tenho restrição alguma. Aliás, fui dos grandes responsáveis pela ida da primeira mulher para o Tribunal do Júri da Capital, que foi a Doutora Sônia Eleni Corrêa. Sempre tive uma

grande admiração pelo trabalho dessa promotora, principalmente no júri, dada sua argumentação poderosa, cultura e destemor. Na época, os promotores do júri eram designados pelo procurador-geral e não se admitia mulher. Consegui convencer o procurador-geral de que Sônia iria tornar mais forte a coluna acusatória no Júri. Não me enganei. Foi um sucesso. A Sônia foi um marco portanto. Um exemplo a ser seguido. Mas, hoje, temos outras mulheres no júri da Capital, como por exemplo a promotora de justiça Dirce Soler, cujo trabalho é marcado pela sensatez, argumentação serena, sem exageros, senso de humanidade e versatilidade.

**Memorial:** O que o senhor entende necessário para ser bem sucedido no júri?

**Entrevistado:** Uma sintonia exacerbada com a defesa da vida e da liberdade, uma boa cultura geral e jurídica, capacidade de expor seu pensamento de maneira simples e compreensível, inteligência para produzir uma boa prova e uma boa dose de coragem. Todos esses atributos juntos, sem exceção, formam o que eu chamo de talento para o júri. Só conhecimento jurídico não basta. A argumentação no júri ultrapassa o conhecimento jurídico penal e processual penal. O jurado, por ser leigo, quando é sorteado para compor um Conselho de Sentença, é compromissado para julgar *“de acordo com sua consciência e com os ditames da Justiça”*. Então o jurado não é compromissado para julgar de acordo com a lei, doutrina e jurisprudência. Hoje, não adianta chegar diante dos jurados com boa oratória, um rosário de citações, versos e letras de canções, que não vai levar. O jurado quer ver o fato a ser julgado bem contado e a prova existente sobre ele.

**Memorial:** Qual a melhor: a justiça dos jurados ou a justiça dos juízes?

**Entrevistado:** Ainda acho que é a justiça dos jurados. Os juízes, hoje, estão de tal forma manietados por um cipoal de leis, que muito os afastam de nosso projeto coletivo de vida. Os jurados estão mais

próximos do que a sociedade quer para sua disciplina. Com razão, Heráclito Sobral Pinto disse que fazem eles uma autêntica jurisprudência social. Certa vez, após uma palestra num Encontro de Promotores do Júri, um jornalista, entrevistando-me, perguntou: "Doutor, depois de dezoito anos no júri de Porto Alegre, o senhor acredita ainda na justiça de leigos?" Respondi-lhe que quem estuda Direito não conhece Direito, porque o Direito é vida e a vida desafia as pessoas mais inteligentes e cultas. Sempre haverá um momento em que o conhecimento jurídico não vai resolver a questão, quando, então, a intuição humana, fruto da experiência de vida, formada nas convibrações sociais, será chamada a preencher a lacuna. E é a intuição humana que permite que um homem simples e iletrado, mas vivido, tenha a sensação do justo. Não devemos nos esquecer de que a justiça, da mesma forma que Deus, está mais na sensação do que na idéia. E o jurado tem essa sensação, ele consegue encontrar, nas entrelinhas do processo, onde está a verdade.

**Memorial:** O trabalho do promotor no júri é difícil por tudo isso?

**Entrevistado:** Hoje em dia é. Nós somos muito cobrados em razão dos altos índices da criminalidade contra a vida. Para que se tenha uma idéia, o Brasil responde por cerca de 2,8% da população do mundo, mas também por 11% dos homicídios que ocorrem no mundo. A guerra do Vietnã, que foi de 1965 a 1973, durou oito anos, nela morreram cerca de 45.900 soldados americanos. Isso dá uma média de 5.700 soldados mortos por ano. No Brasil, são assassinadas 50 mil pessoas por ano, isso dá um homicídio a cada quinze minutos. Esse número de assassinatos traz uma inquietação muito grande para a sociedade, porque a vida é o objeto mais importante da tutela penal do Estado, em torno do qual giram todos os demais bens que ele tutela. Então, os promotores do júri trabalham sob uma pressão social muito grande. Depois, quando iniciei no júri de Porto Alegre, os homicídios eram interindividuais. Era uma briga de vizinhos, uma discussão acirrada em torno de uma mesa de minisnooker, o ciúme existente entre homem e mulher que desaguavam no homicídio. Podemos até dizer que o júri

era romântico. Hoje não, o homicídio passou a ser transindividual, ele é o resultado, sobretudo, do confronto de quadrilhas de traficantes. O tráfico de drogas foi para dentro do júri de uma forma avassaladora. Quando saí do Júri, em 2005, mais de 60% dos homicídios, otimisticamente falando, tinham por móvel o tráfico de drogas. Não se falava em outra coisa a não ser em traficante matando usuário de drogas que não pagou a dívida do tráfico, traficante matando outro traficante em disputa do ponto etc. Era só isso. A argumentação da acusação, então, ficou empobrecida, perdeu a beleza. Hoje está muito pior ainda, porque o narcotráfico avança descontroladamente neste país. Valter Maierovich, presidente do Instituto Giovani Falconi de Ciências Criminais, afirmou que o Brasil está próximo de experimentar o esfacelamento moral e estatal vivenciado pela Colômbia, gerado pelo narcotráfico. Isso mudou, então, o perfil do Tribunal do Júri, tornando o trabalho do promotor uma atividade de risco.

**Memorial:** O senhor poderia contar-nos um pouco dos processos em que o senhor trabalhou em Porto Alegre, e que marcaram sua carreira no Tribunal Popular?

**Entrevistado:** Sim. É uma tarefa difícil, porque atuei em mais de mil e trezentos julgamentos no Tribunal do Júri gaúcho, mas vou fazer uma rápida seleção. Primeiramente, quero referir a um processo criminal de grande repercussão social nesta Capital, cujo objeto foi o assassinato de um renomado advogado gaúcho, Paulo Smania, ocorrido em 1986. Os réus, também, eram pessoas de grande expressão social: Manoel Urbano dos Santos, um engenheiro, e seu filho, Elton dos Santos, de 18 anos de idade. As famílias dos réus e da vítima eram muito amigas de longa data. Os acusados moravam em Santa Catarina e a vítima em Porto Alegre, mas se visitavam frequentemente. Segundo constava dos autos, a esposa do engenheiro apaixonou-se por Paulo Smania e passou a insinuar-se para ele nas visitas das famílias e através de telefonemas. Paulo Smania rejeitava-a, pois que tinha uma família muito bem estruturada e tinha filhas moças. Essa situação acabou chegando ao conhecimento de Manoel Urbano dos Santos através de sua



mulher, que, no entanto, distorceu-a, dizendo que ela é quem estava sofrendo o assédio do advogado. Diante disso, o engenheiro e seu filho vieram a Porto Alegre para matar Paulo Smania. Num dia chuvoso, de automóvel, pegaram o advogado em seu escritório para almoçarem juntos. No caminho, entraram no Parque da Harmonia e mataram-no com um tiro na cabeça, abandonando o corpo no local. O que houve de mais triste nesse processo foi o fato de o pai ter convencido o filho, de dezoito anos de idade, a assumir a autoria do homicídio, e dizer que ele não estava no local. Ocorreu que um funcionário da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre escutou um estampido de arma de fogo e viu um carro passar, tendo avistado duas pessoas em seu interior. A investigação que esse depoimento deflagrou acabou evidenciando que o engenheiro havia participado do atentado. Os réus foram defendidos pelo criminalista Amadeu Weinmann. Os réus, em 25 de fevereiro de 1989, por maioria qualificada, depois de vinte e duas horas de julgamento, foram condenados. Os jurados, no entanto, mostraram sua sabedoria, porque condenaram o pai por crime de homicídio qualificado, a treze anos de reclusão, e o filho por crime de homicídio simples, a seis anos de reclusão, compreendendo que o fato de este jovem ter sido instado a participar desse hediondo crime por seu próprio pai tornou-o merecedor de uma menor reprimenda.

Outro processo interessante foi o referente ao assassinato de Gládis Farias. Essa senhora foi morta por um rapaz chamado Alfredo Day Barreto, filho de um juiz aposentado. As famílias do réu e da vítima eram vizinhas e amigas há muito tempo. Ele havia namorado a filha da vítima. Todavia, namorou a filha, mas era apaixonado pela mãe dessa jovem. Tinha ele uma atração muito forte por essa senhora, que era realmente uma mulher muito bonita. Terminado o namoro, essa atração não foi superada. Certo dia, os filhos dessa senhora foram passar uns dias em Garopaba - SC, e, no final desse período, o pai foi buscá-los, tendo Gládis ficado sozinha em casa. Alfredo, então, pensou ter chegado a hora de tentar alguma coisa com ela. Esse rapaz, então, simulou um assalto, feriu-se, e, na madrugada de um dia de fevereiro de 1981, trôpego, chegou na frente da casa dele e da vítima, já que eram vizinhos, pedindo socorro. Gládis, que o conhecia desde

adolescente, amiga de seus pais, foi socorrê-lo. Fê-lo entrar em sua casa e perguntou-lhe se ele queria tomar um banho, já que estava sujo e sangrando, em razão do pretense roubo de que ele dizia ter sido vítima. Ele respondeu afirmativamente e ela foi até o banheiro para arrumá-lo. Ele a seguiu e tentou agarrá-la. Diante de sua reação, ele lhe deu um soco, fazendo-a cair, ocasião em que bateu a cabeça naquela mureta que separa o box do banheiro e desmaiou. Desesperado, pensou no que ocorreria quando ela contasse ao marido e filhos o que ele tinha feito. Decidiu, então, matá-la. Pegou, na cozinha da casa, uma faca de pão e degolou Gládis. No dia seguinte, a família chegou da praia e encontrou-a morta. A família e a polícia fizeram várias indagações. Houve um assalto? Houve um assassinato? Enquanto isso, o criminoso, vizinho e amigo da família da vítima, estava presente quando a polícia e peritos examinavam sua casa, afastando indícios que pudessem torná-lo suspeito. Na titularidade da Delegacia de Homicídios, na ocasião, estava um dos mais argutos e inteligentes delegados de polícia do Estado, Cleber Ferreira. Depois de investigar as diversas linhas do caso, o delegado resolveu perguntar para Alfredo se ele, como vizinho da vítima, no dia do fato, não havia escutado gritos de socorro ou qualquer outro barulho indicativo de que algo de anormal ocorria na casa de Gládis. Alfredo disse que não, porque estava na casa de um amigo em uma das praias do Estado, cujo nome declinou. O delegado, então, foi conferir e constatou que ele mentiu. Chamou-o, novamente, fazendo a mesma indagação, e Alfredo indicou outro lugar onde havia estado na noite do crime. Outra vez, verificou-se que havia mentido. Foi então que o rapaz acabou admitindo que havia matado Gládis. Alfredo foi defendido pelo criminalista Edson Brozoza, extraordinário advogado e professor de Direito Penal. No dia 25 de junho de 1981, depois de mais de vinte horas de julgamento, o acusado foi condenado por crime de homicídio qualificado, por cinco votos a dois, a uma pena de quinze anos de reclusão.

Outro processo, também de grande repercussão, em que atuei como promotor, foi o dos assassinatos de duas estudantes, Ana Cristina Severo e Sílvia Mara Goulart, perpetrados por Miquéias Lorenzo de Melo, que foi, salientemente, o réu mais inteligente que tive até hoje em

toda a minha carreira. Esse rapaz tinha um quociente de inteligência altíssimo, mas era um psicopata. Matou as duas jovens num espaço de três meses, a segunda delas na tentativa de livrar-se da acusação de ter matado a primeira. Ana Cristina, Sílvia Mara e Miquéias eram amigos de infância. Miquéias namorava Izabel Cristina de Oliveira, que morava com a vítima Ana Cristina Severo. Em agosto de 1989, esta apareceu morta em seu apartamento, no qual não se verificou ter acontecido luta, com a carótida seccionada. A autoridade policial passou três meses investigando a morte de Ana Cristina. Como Miquéias foi o último a ser visto, na hora provável do crime, saindo do apartamento da vítima, a polícia tomou-o como suspeito de ter sido o autor do atentado, o que ele negava veementemente. Logo após a primeira morte, Miquéias passou a namorar a vítima Sílvia Mara, que era, como já disse, amiga da primeira vítima, Ana Cristina. Em dezembro de 1989, Sílvia Mara morre no apartamento de Miquéias com um tiro na boca. Ele liga para a Polícia, mostrando-se apavorado, e diz que ela havia se suicidado na sua presença, depois de escrever e assinar uma mensagem escrita, onde dizia: “Era para ser a Isabel. Mas ela (referindo-se a Ana Cristina) também tinha culpa por ficar fazendo gancho. Como é doce a vingança.” Miquéias, então, disse à autoridade policial que, como vinha proclamando, era inocente da morte de Ana Cristina, que havia sido assassinada por Sílvia Mara por ciúme. A perícia constatou que a mensagem, realmente, havia sido escrita por Sílvia Mara. Como havia prova no processo de que Miquéias tinha grande habilidade para hipnotizar pessoas, comprovei, através de textos técnicos, escritos por peritos nacionais e estrangeiros em hipnose, a possibilidade de ele ter hipnotizado Sílvia Mara e, assim, obtido a mensagem a que me referi, após o que a matou com um tiro na boca. Esse argumento e a comprovação pericial de que ela não havia dado cabo de sua vida foram o bastante para, indiciariamente, fundamentar a acusação contra Miquéias de que havia matado Sílvia Mara. Isso, por sua vez, permitiu-me acusá-lo de ser autor, também, da morte de Ana Cristina. Se planejou a morte de Sílvia Mara, para que ela fosse vista como quem tinha matado Ana Cristina, visando a afastar a suspeita que recaia nele, é porque a tinha matado também. Esse rapaz foi defendido

por um antigo e experiente criminalista, Raul Gudolle. No dia de seu julgamento, que ocorreu em julho de 1992, quando interrogado, o réu, respondendo à única pergunta que lhe foi feita, se havia matado as vítimas, respondeu-a negando, fazendo uma exposição fundamentada de uma hora e trinta de duração. Depois de trinta horas de julgamento, foi, por unanimidade, condenado pelos dois assassinatos, a uma pena de trinta e um anos de reclusão. Como procurador dos assistentes de acusação, tive a honra de trabalhar com o jovem e já brilhante advogado, Ricardo Cunha Martins.

Outro processo interessante em que atuei teve por réu um homem bastante rico, dono de uma famosa vinícola do Estado, chamado Armando Peterlongo. O Armando matou um jovem chamado Marcelo Cunha Prado, de Rio Grande, na porta da cervejaria Dado Bier, na Avenida Nilo Peçanha. Eles tiveram um entrevero dentro da boate, e o réu, bastante festejado pelos proprietários e pessoas que trabalhavam na referida cervejaria, pediu e conseguiu que Marcelo fosse posto para fora do estabelecimento. O rapaz, entretanto, indignado com essa atitude, ficou esperando ele sair para pedir-lhe satisfações. A vítima era um rapaz de pequeno porte físico, mas muito corajoso. Quando o Armando saiu da boate, houve uma forte discussão entre eles. Quando Armando percebeu que o rapaz dispunha-se a agredi-lo, sacou de um revólver e apontou para ele. Marcelo não se intimidou e entraram em luta corporal, ocasião em que Armando matou-o com um tiro. Alegou Armando que o disparo havia sido acidental, ocorrido quando disputavam a arma na luta havida entre eles. Os seguranças da cervejaria, que a tudo assistiram, sem esboçarem qualquer atitude para evitar o confronto, no claro intento de favorecer o empresário pagador de boas gorjetas, endossaram sua versão. No dia em que os peritos foram fazer a reconstituição do crime, ocorrida após a denúncia, de autoria do colega Delmar Pacheco da Luz, eu, como sempre fiz, estava presente. A perícia foi feita no mesmo horário em que o crime tinha acontecido. Então, inúmeros frequentadores da cervejaria foram ver, cerca de cinquenta pessoas aproximadamente. A reconstituição desenrolava-se, quando um jovem que estava ao meu lado disse-me: “Eu tenho um amigo que viu tudo isso. Não foi assim como estão dizendo que tudo

aconteceu. Isso aí é uma grande mentira.” Abordei-o, identificando-me como o promotor do caso, e pedi-lhe que colaborasse com a justiça, colocando-me em contato com seu amigo e testemunha ocular do fato. Embora desconcertado, ele me deu o telefone da pessoa. Era um advogado que, efetivamente, tinha visto toda a sequência do fato que culminou na morte da vítima. Fiz contato com ele, convencendo-o a depor sobre o crime. Ele, em seu depoimento judicial, declarou que réu e vítima entraram em luta corporal, disputando a posse de um revólver, e que, em determinado momento, vendo que os seguranças da cervejaria não apartavam a briga, ele segurou a vítima, quando ela estava para tirar a arma da mão de Armando, e retirou-a de cima deste, momento em Armando atirou. Ficou claro, por esse testemunho, que Armando havia matado a vítima, quando ela estava segura e, então, não lhe oferecendo qualquer risco. Com a vinda do auto de necropsia, percebi que a testemunha havia falado a verdade, porque, no corpo da vítima, os peritos encontraram vestígios do tiro à distância, a mais de setenta centímetros da boca da arma, não constatando, portanto, as zonas de queimadura, de chamuscamento e de tatuagem que teriam de aparecer, se a versão do réu e dos seguranças da cervejaria, de disparo acidental em meio a uma luta corporal, fosse verdadeira. Armando Peterlongo, denunciado e pronunciado por crime de homicídio simples, foi defendido pelo criminalista Amadeu Weinmann. Em outubro de 1998, após dezesseis horas de julgamento, o réu foi, por seis votos a um, condenado a pena de seis anos e quatro meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto inicialmente. A punição foi, praticamente simbólica, porque pouco dessa pena ele cumpriu efetivamente. Inusitadamente, afrontando a Súmula 40 do STJ, foi-lhe permitido que, desde o início da execução da pena, só dormisse no estabelecimento penal, ficando, durante o dia, administrando suas empresas. Um deboche!

Atuei, também, como promotor de justiça num caso de homicídio que repercutiu muito na sociedade porto-alegrense, que teve, como vítima, uma jovem chamada Lóris Helena D’Ávila, e como réu um médico pediatra, chamado Eduardo Koiti Ita. Réu e vítima eram namorados e, em março de 2007, logo após Eduardo dizer a Lóris que

não a queria mais, ela morreu no apartamento de Eduardo com um tiro na boca. Eduardo disse que ela, desesperada com o término do relacionamento amoroso que mantinham, havia-se suicidado. Inicialmente, o inquérito policial estava com um colega da Vara do Júri. Conversou ele comigo sobre o fato, dizendo-me que estava decidido por arquivá-lo, porque, na sua ótica, teria havido um suicídio, que não é crime de acordo com nossa legislação penal. Pedi-me que lesse o inquérito. Quando o fiz, suspeitei, por alguns indícios, que tinha ocorrido um crime de homicídio. Achei estranho, por exemplo, que Eduardo, após ver a vítima disparar a arma de fogo em sua boca, segundo sua versão, não tentou socorrê-la nem comunicou, de pronto, o fato à polícia, mas foi para a casa de um amigo. Causou-me espécie o fato de a perícia não haver constatado impressões digitais na arma que, quando a polícia chegou no local, estava na mão da vítima. Diante disso tudo, o caso passou para minha direção. Chamei em meu gabinete os pais da vítima. Conversando com eles, percebi que tinham muito carinho pelo acusado e que não passava por sua cabeça que ele tivesse matado Lóris, uma vez que me disseram que, para eles, a vítima tinha desertado da existência, pois que o médico jamais a mataria. Pedi algumas diligências e perícias, formando convicção de que tinha ocorrido um atentado à vida. A perícia constatou, no rosto da vítima, vestígios de tiro à distância, o que seria impossível na hipótese de suicídio da maneira narrada por Eduardo. A meu pedido, um delegado de polícia que esteve na casa da vítima logo após o fato foi ouvido, quando declarou que percebeu que a arma havia sido manuseada após o disparo, posto que a câmara do projétil disparado não estava alinhada com o cano. De novo, chamei os pais da vítima em meu gabinete. Ao dizer-lhes o resultado das diligências requisitadas e minha conclusão, eles desmaiaram na minha frente, tal o impacto da notícia. Mesmo diante disso, era-lhes difícil admitir o assassinato da filha, pelo tanto que gostavam do médico. Para que se tenha a noção disso, quando a mãe de Lóris foi ouvida judicialmente, após terminar de depor, ela pediu ao juiz licença para dar um beijo no réu. Isso aconteceu. E, obviamente, o defensor do acusado pediu que fosse consignado em ata, sendo algo que dificultou a acusação sobremaneira. O réu foi defendido por um advogado

de Passo Fundo, Isac Chedid Saud, um ótimo orador e senhor de uma argumentação muito consistente. Após doze horas de julgamento, o acusado, por quatro votos a três, foi condenado por crime de homicídio simples, a seis anos de reclusão.

Um caso que, também, gostaria de destacar foi o da morte de uma meninazinha de três anos de idade, Zuliê Tizon, ocorrida em julho de 2001, brutalmente espancada pelo padrasto, Leonardo Marques Maestri, com a tácita permissão de sua mãe, Rita Balbueno. Rita era uma mulher de classe média, com sérios problemas psicológicos, absolutamente irresponsável na tarefa de criação e educação de seus filhos. Leonardo era um rapaz de vida torta, um *hacker* de fama internacional, filho de pessoa que, na oportunidade, trabalhava no Ministério Público. A Rita, antes de conhecer Leonardo, era casada com Wanderley Tizon, um estelionatário de respeito. O relacionamento tumultuado acabou rompido. O casal discutiu a guarda das filhas, duas meninas, as quais acabaram ficando com o pai. Rita pediu judicialmente a guarda das meninas. A ilustrada psicóloga Sylvia Nabinger, que foi assistente social no processo no qual se disputava a guarda das crianças, constatando que Rita maltratava cruelmente as crianças, opinou contrariamente, dizendo que o deferimento seria uma morte anunciada. Apesar disso, inusitadamente, o juiz permitiu que as filhas ficassem com a mãe. No dia do fato, Rita via televisão, enquanto Leonardo dava de comer a Zuliê Tizon, uma criança tão linda, que parecia uma boneca de porcelana. Irritado porque a meninazinha, por estar indisposta, não quis comer, Leonardo passou a surrá-la a socos e pontapés, tendo, em seguida, jogado seu corpo contra a parede, fazendo-a cair desacordada. A mãe, embora ouvindo os gritos da filha por socorro, nada fez, continuando em frente da televisão. Vendo a menina desmaiada, Leonardo tomou-a e levou-a ao Hospital de Pronto Socorro, lá dizendo que ela havia engasgado com uma torrada. A médica examinou a menina e, retornando à sala de espera, noticiou a Leonardo que ela tinha morrido, diante do que ele disse: “O que vamos fazer, né?”. Leonardo, logo, pediu à médica que liberasse o corpo da criança para providenciar os funerais. A médica disse-lhe que não, porque havia constatado que, no estômago da menina, não havia resíduos de torrada, e porque, em seu

corpo, havia verificado alguns ferimentos, dizendo-lhe, ainda, que iria encaminhar a criança para o Departamento Médico-Legal e chamar a polícia. A perícia médica constatou que a meninazinha apresentava rompimento de diversos órgão internos. Quando ouvidos, mãe e padrasto negavam participação no atentado. Mas quem teria feito aquilo, se somente eles estavam na casa? Logo após o fato, fugiram, sendo presos em seguida, mas postos em liberdade pelo Tribunal de Justiça do Estado. Denunciei-os por crime de homicídio qualificado. Ela, por ter participado por omissão dolosamente no fato. Rita Balbuena foi defendida pelo criminalista Cícero de Moraes Neto. No dia 11 de maio de 2005, após doze horas de julgamento, foi ela, por sete votos a zero, condenada por crime de homicídio qualificado, cometido por omissão, sendo-lhe aplicada a pena de catorze anos e seis meses de reclusão. O debate, no plenário, foi acirrado. Uma acusação baseada em omissão imprópria é difícil de ser entendida por leigos. Logo após a leitura da sentença, requeri ao juiz sua prisão preventiva, o que foi indeferido. Resultado: transitada em julgado a decisão, Rita fugiu para o exterior e, até hoje, não pagou pelo hediondo crime cometido. Em seguida fui promovido a procurador de justiça, razão por que não participei do julgamento de Leonardo Marques Maestri.

**Memorial:** O Senhor já participou de algum julgamento por homicídio no trânsito?

**Entrevistado:** Sim. Um fato muito doloroso, que teve por vítima uma ex-aluna minha, Adriana de Paula Corrêa, que foi morta por Leonardo Sichonany de Almeida. Réu e vítima namoravam. Adriana queria por um fim no relacionamento, mas não conseguia em virtude do comportamento agressivo de Leonardo. Depois de um certo tempo, com a ajuda de um psicólogo, ela conseguiu terminar o namoro. Inconformado com isso, Leonardo, em agosto de 1997, na Cervejaria Dado Bier, encontrou Adriana com uns amigos, quando tentou reatar o romance com ela, não logrando êxito. Quando viu que ela se dispunha a ir para casa, ofereceu-lhe carona, o que foi aceito. Esse rapaz, que estava embriagado, tomou a direção de seu automóvel, imprimindo-



lhe velocidade superior a 100km/h no veículo na Avenida Nilo Peçanha, e, ao entrar numa curva, onde a velocidade permitida era de 30km/h, perdeu o controle do veículo, subiu no canteiro divisor das pistas da citada via, derrubou pequenas árvores ali existentes e capotou. Adriana foi expelida do carro, tendo sua cabeça esmagada pelo automóvel. Leonardo sofreu ferimento leve. Na primeira vez que foi ouvido, declarou que Adriana era quem dirigia o veículo, para afastar sua responsabilidade pelo evento. Denunciei-o por homicídio com dolo eventual. Doutora Iris Helena Medeiros Nogueira, juíza da 2ª Vara do Júri, desclassificou o fato, entendendo que Leonardo não agiu com dolo. Recorri e o Tribunal de Justiça pronunciou-o nos termos da denúncia. Levado a julgamento em dezembro de 2001, defendido pelos criminalistas José Francisco Olios da Silveira e Jader Marques, foi condenado, sendo-lhe imposta a pena de seis anos de reclusão. Leonardo apelou e o Tribunal de Justiça do Estado anulou o julgamento por defeito na quesitação. Antes do segundo julgamento, a defesa juntou uma perícia encomendada pelo acusado, visando a comprovar que, no momento do evento, ele não estava embriagado. Em julho de 2003, no julgamento, comprovei que a signatária do referido laudo pericial havia aplicado mal a fórmula nele usada e cometido um cozequinho erro de matemática, apesar de ser mestra nessa ciência, o que prejudicou sua conclusão, demonstrando que, se nada disso houvesse ocorrido, certo é que teria de atestar que o réu estava sim dirigindo bastante embriagado quando matou a vítima. Diante disso, Leonardo foi condenado nova e definitivamente.

**Memorial:** E o último julgamento no júri de Porto Alegre?

**Entrevistado:** Minha despedida do júri ocorreu em 8 de novembro de 2005, quando atuei, na 2ª Vara do Júri da Capital, no processo instaurado contra Jerri Adriani Lucas, acusado de ter assassinado Mônica Moraes da Costa, de quinze anos de idade, em abril de 2003. Namoravam réu e vítima. Desgastada a relação, Mônica passou a se interessar por outro rapaz. No dia do fato, Jerri encontrou Mônica na casa de uma amiga chamada Cíntia dos Santos Anjos, sita num beco da Rua

Upamoroti, no Bairro Cristal, e, depois de agredi-la fisicamente para que dissesse o nome da pessoa de quem estava gostando, matou-a com um tiro de revólver. Cíntia, testemunha ocular do crime, na repartição policial, disse ter visto todo o desenrolar do atentado, acusando Jerri de ter matado Mônica. Em juízo, negou tudo, dizendo que, conversava com Mônica na cama de seu quarto, quando escutou um tiroteio no beco onde morava, e uma “bala perdida”, entrando pela janela da sala, atingiu a vítima, esclarecendo que, na repartição policial, foi coagida pelos policiais a dizer que o réu matara Mônica. Após a pronúncia, fui ver o local do crime, constatando a inviabilidade de uma bala perdida ter matado a vítima. No libelo, que, na ocasião, existia, pedi um novo levantamento do local do atentado, com algumas especificações. Os peritos, no laudo, demonstraram que, caso houvesse o tiroteio por ela mencionado, uma bala não poderia entrar na sua casa pela janela da sala e atingir a vítima sentada numa cama no seu quarto, porque esse não era alinhado com a referida janela. Diante disso, aos jurados, sustentei a acusação com base nas declarações policiais de Cíntia, já que sua versão judicial era inverossímil. A prova técnica, que não mente, ditou o veredicto. O julgamento foi presidido pela Juíza de Direito Laís Ethel Pias, e ocorreu na presença de minha esposa, meus filhos, alunos, colegas, advogados e defensores públicos, que lá foram-me prestar homenagem. Na defesa de Jerri estava o combativo defensor público, Edson Jesus dos Santos Ortiz. O réu foi condenado por crime de homicídio qualificado, sendo-lhe aplicada pena de dezessete anos de reclusão.

**Memorial:** Considerando esses mais de mil e trezentos julgamentos no Tribunal Popular de que participou, qual foi a margem de condenações?

**Entrevistado:** Reputo um cabotismo falar de percentuais de condenações, mas, seguramente, estou entre os promotores de justiça do júri que obteve mais sucesso do que insucesso. Na grande maioria dos julgamentos de que participei, vi minhas pretensões serem aceitas pelos julgadores populares. Cumpri bem com meu dever, estou bem certo.

**Memorial:** Comparando com o seu tempo, como o Senhor vê o júri hoje?

**Entrevistado:** Muito diferente. Lá, hoje trabalha-se com uma legislação nova sobre o procedimento do júri (Lei n. 11.689/2008), que muito vem dificultando o trabalho da acusação. Para que se tenha uma noção, quando lá trabalhava, para cada tese defensiva absolutória, havia uma série de quesitos. Hoje, todas as teses defensivas são decididas numa só pergunta: “*O jurado absolve o acusado?*”. Assim, se o réu apresentar cinco teses absolutórias, respondendo afirmativamente essa indagação, difícil é identificar por qual delas foi absolvido, o que dificulta o exercício do direito de recorrer. Também, hoje, o júri vem sofrendo um grande cerco da imprensa, o que é nefasto. Esse quarto poder está, infelizmente, dizendo quem deve ser investigado, processado, preso, condenado ou absolvido neste país, o que é um absurdo, uma violência inaceitável. Tudo é feito em nome da liberdade de imprensa, assegurada na Carta Constitucional. Eu sou, radicalmente, contra essa indevida intromissão da imprensa em assunto pertinente ao Tribunal do Júri, porque quem vai julgar o acusado é uma pessoa do povo, que lê jornal e, assim, é influenciado pelas matérias sensacionais e tendenciosas feitas por jornalistas mal intencionados. Em razão disso, garantias constitucionais, que foram conquistadas duramente, como plenitude de defesa e presunção de inocência, estão sendo sacrificadas ou desrespeitadas impunemente. Temo que isso municie os inimigos do júri, que são muitos, a trabalharem por sua extinção futuramente. A liberdade de imprensa, para mim, não pode ser interpretada como absoluta. Aliás, porque vivemos num Estado Democrático de Direito, toda liberdade é condicionada. Um promotor de justiça, pela sua altivez e natural qualificação, não precisa da ajuda da imprensa para obter êxito em seus julgamentos. O grande Ruy Barbosa disse certa vez, no que estava absolutamente certo: “*Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país de idéias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.*”

**Memorial:** Cada caso desses é uma história muito interessante. O senhor foi promovido a procurador em 2005. Como é o seu trabalho atualmente, como foi essa mudança?

**Entrevistado:** Mudança muito sofrida, com a qual não me adaptei até hoje, tanto que, quando me perguntam o que eu faço profissionalmente, respondo, instintivamente, que sou promotor de justiça. Porque o trabalho do procurador de justiça é um trabalho muito burocrático, sem o dinamismo do trabalho do promotor de primeiro grau, principalmente no júri, onde a vida pulsa mais forte e você sente que a solução do processo depende de sua desenvoltura, de seu talento. O júri é deveras fascinante, tem cheiro de pólvora, que é o perfume do guerreiro. Trabalho na 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, que, dentre outros assuntos, julga recursos das decisões das Varas do Júri de todo o Estado. Menos mal. Mas é um trabalho de parecerista o qual não existe esse vigor, esse desafio que está presente diuturnamente no trabalho do promotor.

**Memorial:** O senhor continua lecionando?

**Entrevistado:** Atualmente sou professor de Direito Penal e de Direito Processual Penal na Escola Superior da Magistratura, na Escola Superior da Defensoria Pública, no curso Verbo Jurídico e no Instituto de Desenvolvimento Cultural. Gosto muito da atividade do magistério, porque, hoje, estou convencido de uma coisa, se de alguma forma posso contribuir para uma justiça melhor amanhã, é como professor, não como procurador de justiça. Porque tenho verificado no meu trabalho no tribunal uma grande acomodação, não há mais aquele empenho dos julgadores de estudar e evoluir em termos de conhecimento da ciência penal e outras afins. Isso é muito ruim, porque você faz um parecer bem fundamentado, sustenta-o na sessão de julgamento e nota que pouco adianta, porque o julgamento já foi feito, a decisão já estava pronta e, o que é pior, muitas vezes, não foi feita por quem a assina, mas por seus assessores, tudo devido ao volume de trabalho levado ao Poder Judiciário. Recentemente, o Ministro Cezar Peluso,

Presidente do Supremo Tribunal Federal, admitiu isso em entrevista aos principais jornais do país. Por mais que você apresente uma tese interessante, observa-se que não há uma disposição em pensar e mudar mais nada. Entristece-me chegar numa sessão de julgamento do Tribunal de Justiça e ver que, numa tarde, são julgados duzentos ou mais recursos. Essa justiça, na minha óptica, não pode ser séria e satisfatória. Isso me traz um sentimento de inutilidade muito grande. Ainda tenho muita saudade do júri, onde fui verdadeiramente feliz na minha profissão.

**Memorial:** O senhor gostaria de falar um pouco sobre a sua família?

**Entrevistado:** Eu sou casado, há catorze anos, com uma servidora do Poder Judiciário, Anete Hilgemann, senhora absoluta de meus mais belos sentimentos e melhores momentos, com quem só tenho uma filha, minha doce e encantadora Antonella Hilgemann Ribeiro. Eu sempre tive um propósito na vida, assim que eu estivesse estabelecido profissionalmente e meus outros filhos encaminhados, eu iria adotar uma criança. Pois eu cumpri essa promessa. Esperei quatro anos, mas Deus me deu não uma filha, uma benção, que é Antonella, que já está com dois anos e oito meses. É uma nova e arrebatadora paixão na minha vida. Tenho outros filhos, que amo ternamente, aos quais dedico, diuturnamente, todos os meus feitos e conquistas pessoais e profissionais, na esperança de ser-lhes um exemplo a ser seguido. A minha mais velha chama-se Gianandrea Ribeiro, que é assessora do Ministério Público em Mato Grosso. Tenho o Diego Ribeiro, que é cidadão inglês e mora em Londres há oito anos, onde é músico especializado em jazz. Tenho a Ana Sofia Ribeiro, que está estudando odontologia em Pelotas. Tenho o Lorenzo Ribeiro, de dezoito anos de idade, que está cursando o segundo semestre do Curso de Direito. E tenho o Ricardo Soares Ribeiro, de dezesseis anos de idade, que mora em São Lourenço do Sul, onde cursa o ensino médio.

**Memorial:** Muito obrigada Doutor Marcelo pela sua entrevista.

# Crime na Cervejaria

24 — QUINTA-FEIRA, 1º de agosto de 1996

SERVIÇOS/POLÍCIA

## Empresário mata veterinário a tiro

Assassino alega legítima defesa ao depor, mas é recolhido ao Presídio Central durante a madrugada

Um empresário que depõe ao *Correio do Povo* na manhã de quinta-feira, 22/8, no bairro Nilo Peçanha, terminou em flagrante de homicídio o empresário Armando Peterlongo Lorenzini Menegotto, de 25 anos, médico veterinário da empresa Schering-Plough, do Mato Grosso do Sul. Marcelo da Cunha Prado, 30 anos, o tiro. O crime ocorreu na área externa da casa própria e Menegotto foi preso pelo segurança Eduardo Vaz de Freitas, 24 anos, que trabalhava na empresa e testemunhou o assassinato. Ambos foram levados para o Presídio Central, onde foram presos em flagrante pelo delegado Roger Antônio Canali, portador de arma, sob o protocolo do Presídio Central. Durante o interrogatório, o autor do crime admitiu ter discor-

rido com o veterinário no interior do estabelecimento e alega legítima defesa. Revelou que a discussão "foi tão violenta" que o veterinário acabou sendo colado para fixa da cervejaria. Explicou que cerca de uma hora e meia depois da confusão, deixou o bar, ocasião em que foi apressado pela vítima.

A versão do empresário foi confirmada pelo segurança que o prendeu. Freitas declarou que, após ser expulso da cervejaria, o veterinário ficou na rua, segurando o empresário. Ao vê-lo sozinho, passou a interferir e o acusou de ser armado nas suas calças. Desencadearam-se os dois e o veterinário terminou sendo baleado com um tiro de revólver calibre 38, depois que ambos entraram em luta corporal.



Marcelo Prado

Amigo do veterinário, o engenheiro Cléber Palácio da Cunha, contesta a versão de legítima defesa, já defendida pelo advogado Arnaldo Weimann. Ele afirma que Marcelo estava caído no chão, com o empresário em cima dele, e não pode reagir. Cléber atesta que o amigo não era violento e estava na cervejaria comemorando a aprovação em um concurso. O proprietário da cervejaria, Dado Bier Corrêa, disse ontem que, devido a discussões, o empresário e o veterinário foram retirados conforme o procedimento padrão de segurança, em uma porta da frente, outro pela lateral. O juiz João Abílio Carvalho da Rosa, da 2ª Vara do Juri, vai se manifestar hoje quanto ao pedido de libertação do empresário.

*Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 1º de agosto de 1996.*

PORTO ALEGRE

## Empresário mata veterinário durante briga

O crime ocorreu na frente de uma cervejaria

O empresário Armando Peterlongo Lorenzini Menegotto, 25 anos, foi preso na madrugada de ontem depois de matar com um tiro o veterinário Marcelo da Cunha Prado, 30 anos. Armando alega que agiu por legítima defesa. Os dois rapazes haviam se envolvido em um desentendimento na frente da Cervejaria Dado Bier, na Avenida Nilo Peçanha, na Zona Norte de Porto Alegre. Menegotto, neto do fundador da Vinícola Armando Peterlongo, é gerente nacional de vendas da empresa. Marcelo trabalhava para a empresa Schering-Plough, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Armando e Marcelo não se conheciam. Os dois se desencantaram no interior de um banheiro da Dado Bier, mas um grupo de seguranças impediu a briga. Em seu depoimento à polícia, Armando afirmou que, depois da discussão, pas-

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 1º de agosto de 1996.*

PORTO ALEGRE

# *Empresário que matou diz que lutou pela vida*

*O homicídio ocorreu numa briga na saída de uma cervejaria*

ARNALDO CHAVES/ZN



*Liberdade: cumprimento de um advogado, Armando esconde o rosto na saída da Presidência Central*

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 2 de agosto de 1996.*

PORTO ALEGRE

## Jurados condenam empresário

*Armando Peterlongo Menegotto matou o veterinário Marcelo Prado*

O empresário Armando Peterlongo Lorenzini Menegotto, 27 anos, foi condenado, ontem, por 5 votos a 2, a cumprir seis anos e quatro meses de reclusão em regime semi-aberto pelo assassinato do veterinário Marcelo da Cunha Prado, 30 anos. O crime ocorreu na madrugada de 31 de julho de 1996, diante da Cervejaria Dado Bier, na zona norte de Porto Alegre.

Na noite do crime, os dois haviam discutido algumas horas antes dentro da cervejaria. Armando tinha um revólver calibre 38, Menegotto desferiu dois tiros em Prado, depois de um novo desatendimento próximo ao estacionamento.

Ao depor diante da juíza Iris Helena Medeiros Nogueira, presidente da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Menegotto alegou legítima defesa. O empresário disse que ao deixar a cervejaria foi agredido com uma cabeçada pela vítima. Sacou da arma, mas a guardou alegando que não queria bri-

ga. Em seguida, teria sido agarrado por trás por uma outra pessoa, quando Prado teria tentado tomar-lhe o revólver.

— Perdi o equilíbrio e nós dois caímos, junto com o homem que me segurava. Estávamos agarrados no revólver. A arma disparou quando eu tentava tirá-la das mãos dele — disse o empresário.

Os dois defensores do réu argumentaram que Prado estava disposto a brigar e, para tanto, esperou Menegotto por duas horas do lado de fora da cervejaria. O advogado Jader Silveira afirmou que Menegotto foi imobilizado por um amigo da vítima, que tentou desarmar o empresário.

O promotor Marcelo Ribeiro sustentou que o empresário foi seguro por um segurança da cervejaria e teria atirado duas vezes contra a vítima, ao se soltar. Ribeiro afirmou que a arma não poderia disparar acidentalmente.

O promotor pretende recorrer da sentença para aumentar a pena e passá-la para o regime fechado.

*Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 10 de outubro de 1998.*



## *Oyama Francisco da Fontoura Rocha*



*Oyama Francisco da Fontoura Rocha é natural de Encruzilhada do Sul. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1957. Atuou nas comarcas de Bom Jesus, Guaíba, Lagoa Vermelha, Cruz Alta e Porto Alegre. Atualmente exerce a advocacia.*

## Oyama Francisco da Fontoura Rocha\*

**Memorial:** Doutor Oyama a escolha pela carreira do Direito sofreu influência familiar?

**Entrevistado:** Bom, então vamos iniciar dizendo quais fatores contribuíram na minha inclinação pelo Ministério Público e de onde é que se originou esta vocação. O meu pai, Manoel Mariano da Rocha, formou-se em Direito no ano de 1913, a sua turma era composta de onze bacharéis que tiveram como paraninfo Rui Barbosa. Ele formou-se no final de 1913 e já em fevereiro de 1914 foi nomeado promotor público para Encruzilhada do Sul. Esteve em Encruzilhada como promotor até 1920, quando decidiu por exonerar-se do Ministério Público e dedicar-se à carreira de advogado. Ele foi sucedido em Encruzilhada pelo nosso inesquecível Doutor Abdon de Mello. Naquele tempo, como toda cidade do interior, ela era pequena, com atividade social muito limitada. Então meu pai, com frequência, costumava convidar o juiz e o promotor, juntamente com suas famílias, via de regra eram jovens, para almoçar nos domingos em nossa casa. E foi nesses encontros que tive a oportunidade de conviver, de sentir a maneira de agir daquelas pessoas. O meu pai tinha uma relação cordial e respeitosa com todos eles, e, considerando essa situação de cidade pequena, é que ele costumava convidá-los para passar os domingos em nossa casa.

Foi nessa oportunidade que tive o ensejo de conhecer magistrados como o Doutor Pedro Marques da Rocha, Doutor Antônio Flores Cruz, Doutor Oto Bélgica Trindade, e promotores como o Doutor Balduino Darrigo, que morreu ainda jovem num acidente de avião em 1950, no morro do Chapéu. O Doutor Balduino e a sua esposa Dona Ceci, se tornaram os padrinhos do meu irmão mais moço. Também, nesta oportunidade, conheci o Doutor Floriano Maya D'Ávila. Já na-

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 10 de dezembro de 2003.

quela época o Doutor Floriano era enfático, incisivo nas suas manifestações. Ele foi sempre muito amigo da minha família, e depois ainda tive a felicidade de tê-lo como chefe. Sempre foi brilhante, o inesquecível Doutor Floriano Maya D'Ávila.

Então, vejam vocês, que começou, talvez dessa época, muito da influência para eu fazer carreira jurídica e no Ministério Público. Houve, também, um outro fato interessante, nós residíamos defronte ao fórum, então, quando havia aquelas sessões do júri, eu era chamado para fazer o sorteio de jurados, isto é, para tirar a cédula com o nome dos jurados da urna. Nestas oportunidades eu aproveitava e me escondia atrás da porta e ficava assistindo uma parte do júri, até eles me descobrirem e me mandarem embora.

**Memorial:** O senhor tem lembranças desses Julgamentos?

**Entrevistado:** Exatamente! Exatamente! Então, vejam aí vocês, que essa influência que eu tive, esses meus pendores para a carreira jurídica e para o Ministério Público, deu-se, digamos assim, parte por vocação ancestral, e também, em face daqueles fatos ocorridos durante a minha infância. Talvez também por osmose, pela influência daqueles promotores e daqueles advogados.

Lembro-me de um fato interessante: com frequência, eles faziam reuniões na minha casa, eram uma espécie de tertúlias jurídicas: o promotor, o juiz e os advogados — eram mais ou menos cinco advogados, que existiam naquela época, em Encruzilhada — para debater um assunto jurídico previamente estabelecido entre eles.

**Memorial:** E o senhor, menino, acompanhava essas tertúlias com curiosidade.

**Entrevistado:** Exatamente, e com aquela curiosidade.

**Memorial:** E o senhor tem lembranças dos assuntos jurídicos que eles discutiam? Eu sei que o senhor era um menino mas, às vezes, guardamos recordações de fatos marcantes de nossa infância. Não é mesmo?

**Entrevistado:** Eu pensava depreender que eram os assuntos mais atuais. Então, quando surgia alguma matéria jurídica nova da qual algum deles tomava conhecimento, levavam para essas reuniões, para debater essa matéria e também mostrar aquelas orientações que vinham sendo adotadas pelo Tribunal. Então, em parte, a influência para o Direito e para o Ministério Público foi essa vocação ancestral e também em parte por osmose como já explicitado.

Mas teve uma outra pessoa que também influenciou em muito minha decisão, foi a figura símbolo da nossa Instituição o Doutor Paulo Pinto de Carvalho. Eu fiz parte da primeira turma de Direito Penal que o Doutor Paulo Pinto de Carvalho lecionou na PUC. Então os conhecimentos com que o Doutor Paulo dissertava e também aquela ênfase, aquele amor que ele manifestava sobre o seu Ministério Público, isso teve um influxo grande sobre os seus alunos. Tanto que da nossa turma, nós tivemos cinco promotores: o Gilberto Niederauer Correia, o Antônio José Didonet, o João Carvalho Núbias, o Júlio Maria Costa Taborda, que faleceu precocemente e eu. Então, 10% da turma foi para o Ministério Público, também por influência do nosso querido Doutor Paulo Pinto de Carvalho. Vamos entrar agora na parte em que eu tomei posse no Ministério Público.

**Memorial:** Sim. Como se deu o seu ingresso?

**Entrevistado:** Concluí o curso em dezembro de 56 e abriu o concurso que foi realizado, parece-me, no mês de abril de 57. Fiz o concurso e fui nomeado, em 30 ou 31 de outubro de 1957, para Bom Jesus.

Veja o seguinte: quando eu e os meus colegas assumimos, a nossa atividade não era fácil, porque nós não tínhamos essas estruturas que existem atualmente, eram precárias, naquela época, nossas condições de trabalho.

**Memorial:** Como é que eram essas condições de trabalho na década de 1950?

**Entrevistado:** Eu vou chegar logo aí, só vou mencionar um fato aqui para vocês, quando fui nomeado, prestei o compromisso exatamente aqui no antigo Forte Apache, que era a sede da Procuradoria-Geral da Justiça, nós tínhamos só essa sede, não tínhamos nem a sede campestre. Prestei o compromisso, neste prédio, e fui tomar posse em Bom Jesus. Não havia, naquela época, essas importantes e profícuas reuniões prévias de orientações, esses estágios, os cursos preparatórios, não havia nada disso. Nós prestávamos compromisso, nós recebíamos um pouco do material de expediente e era exclusivamente isso. Não tínhamos nem máquina de escrever, cada um adquiria a sua máquina, porque foi na gestão marcante do meu colega de concurso, Lauro Pereira Guimarães, que nós recebemos esse instrumento de trabalho. Senão o promotor que se virasse, como se diz.

**Memorial:** Tinham que adquirir a sua máquina de escrever.

**Entrevistado:** Exatamente. Então nós recebíamos esse material de expediente, íamos para as cidades, com a nossa “volumosa biblioteca”. Eram todos os Códigos, e, evidentemente, a Consolidação das Leis do Trabalho, os comentários do Nelson Hungria, que era o livro de cabeceira dos promotores de justiça do Ministério Público, e a coleção de Direito Civil de Washington de Barros Monteiro, e aqueles promotores mais abonados também tinham Basileu Garcia e mais outros poucos autores. E isso era toda a nossa biblioteca.

Quando passamos a receber salário, depois da nossa posse, então começamos a formar a nossa biblioteca. Mas antes era dessa maneira, não havia absolutamente nada, nós não recebíamos nada e a Procuradoria, de fato, não tinha estrutura, naquela época, para atender de outra maneira os seus agentes. Então nós íamos para o interior praticamente só com a coragem, com a consciência e o entusiasmo de ser Promotor de Justiça. Era única e exclusivamente isso. Não existia, naquela época, vale a pena frisar, essas êxitosas, eficientes e profícuas reuniões regionais que eram organizadas pela Corregedoria. A primeira delas, se não me falha a memória, e de que eu participei, foi em 1966, em Caxias do Sul, sob o timão, a orientação do nosso saudoso procurador

Ladislau Fernando Röhnelt. Essas reuniões regionais eram verdadeiras assembleias, ali havia um intercâmbio de ideias entre os participantes e debates, também, se estabeleciam, em que cada um sustentava o seu ponto de vista. Evidentemente que nem sempre convergentes, havia pontos de vista divergentes. Os debates eram sempre sob a orientação do professor, corregedor Ladislau Fernando Röhnelt. Ressalve-se, que ele sempre respeitava o entendimento dos colegas. Então não existiam nessa época essas reuniões regionais, que eu acho profícuas, principalmente para os promotores jovens que vão para o interior.

**Memorial:** Essas reuniões foram importantes para formação e evolução da Instituição Ministério Público?

**Entrevistado:** Exatamente. Aí nessas reuniões regionais se manifestava de forma efetiva esse espírito de corpo da Instituição. Era a oportunidade, o ensejo que os colegas tinham para debater assuntos jurídicos e, que eu repito, nem sempre os entendimentos coincidiam.

**Memorial:** Como o senhor disse sempre houve o respeito da prática de cada promotor.

**Entrevistado:** Exatamente. Então debatia-se a doutrina, a jurisprudência para se saber qual era o ponto de vista prevalecente sobre determinada matéria.

**Memorial:** E a partir dessa primeira reunião de Caxias, se tornaram uma rotina da Instituição essas reuniões regionais da Corregedoria?

**Entrevistado:** Sim, aí passaram, a partir daí. O Desembargador Ladislau, naquela época, imprimiu um livreto onde ele trazia a jurisprudência sobre diversas matérias, aquelas que diziam respeito mais de perto à atuação do Ministério Público. Ele imprimiu essa brochura e a distribuiu. Isso era importante para a gente, servia até, digamos assim, como um livro de consulta, quando nós voltávamos para a comarca, na aplicação de questões práticas.

Reitere-se a partir dali começaram as reuniões regionais e foram se criando os núcleos.

**Memorial:** E além da jurisprudência, da prática do promotor, se discutia nessas reuniões um projeto de instituição para o futuro, o que foi consolidado após 1988, já se pensava em algo parecido nessa época?

**Entrevistado:** Evidentemente, não se imaginava toda essa amplitude que a Instituição veio a ter. Sempre se aspirou, se sonhou com isso, mas não se imaginava que em tão pouco tempo nós fôssemos atingir um patamar dessa ordem.

**Memorial:** E o que se reivindicava naquele momento, o que instituição almejava no final da década de 60, início de 70, quais eram as principais teses?

**Entrevistado:** Naquela época de 60, de 70, já começaram a surgir, mesmo antes da Constituição de 88, questões relacionadas com o meio ambiente, a preocupação com as condições de atuação funcional dos promotores e dos funcionários, a corrupção ainda, pelo menos aparentemente, não era tão acentuada, mas já existia. Então começou a despertar aquela preocupação na classe. E também começou a preocupar bastante a classe esse problema do tóxico.

**Memorial:** Isso no início da década de 70?

**Entrevistado:** Já, envolvendo menores. Não como hoje, evidentemente, mas já existia. Inclusive nas cidades do interior, nas cidades pequenas.

**Memorial:** O senhor esteve também atuando em comarcas aqui da região metropolitana, não é?

**Entrevistado:** Depois eu chego lá!

**Memorial:** Certo. Bom Jesus foi a sua primeira comarca?

**Entrevistado:** Bom Jesus foi a minha primeira comarca. Antes de eu ingressar no Ministério Público, quando passei para o quarto ano da faculdade, atuei como solicitador, hoje é estagiário a designação desses advogados provisórios. Fui para Vacaria, comecei a advogar na banca de meus familiares.

**Memorial:** Em que ano o senhor se formou?

**Entrevistado:** Eu me formei em 1956. Em 1954 a frequência era livre, então só se vinha para prestar exames. Evidentemente que a gente vinha com mais frequência para assistir alguma aula, mas a obrigatoriedade era só no exame. Então era comum colegas pegarem a carteira de solicitador e ir embora para o Interior advogar, e eu fiz isso em Vacaria. Então de 54 até eu ingressar no Ministério Público em 57, eu sempre advoguei. E nessa época, mesmo como solicitador, funcionei muito como Promotor *ad hoc* naquelas hipóteses em que a lei permitia e na ausência eventual do titular na Promotoria. Então exercia a Promotoria *ad hoc*, e também, com bastante assiduidade, eu funcionava muito como defensor dativo em certos processos-crimes, porque não existia naquela época a Defensoria, nem a Procuradoria do Estado. Essa minha atividade anterior me auxiliou bastante no início da minha atividade funcional como promotor. Bom Jesus, quando assumi, era uma cidade pequena. Era difícil o acesso à comarca. Saindo de Porto Alegre, a estrada não era asfaltada, terra vermelha com barro, levávamos daqui até lá cerca de oito horas de viagem. Em Bom Jesus também não existia telefone, então as comunicações eram só via postal e telegráfica, quando o telégrafo estava funcionando. Havia dificuldade de nós contarmos com a Procuradoria, inclusive em busca de alguma orientação. Nós não tínhamos as facilidades do mundo atual.

**Memorial:** Sim, as comunicações eram difíceis.

**Entrevistado:** Exatamente, eram primárias, precárias demais. Também as instalações forenses naquelas comarcas das chamadas pri-



meira entrância e hoje entrância inicial, eram precárias. Por exemplo, lá em Bom Jesus o foro era num prédio misto de dois pisos, sendo que no térreo havia um bar onde, no ano anterior, uns meses antes de eu ir para Bom Jesus, ocorreu uma tragédia com a morte do tabelião e de um advogado.

**Memorial:** Como é que foi? O bar ficava em baixo do foro?

**Entrevistado:** Era no térreo, na parte de cima tinha o tabelionato e a residência do tabelião. E tinha um salão grande, mais ou menos como esta sala onde estamos, nesse espaço físico funcionava o cartório cível e criminal, a sala de audiência e o salão do júri.

**Memorial:** Tudo no mesmo local?

**Entrevistado:** Tudo numa peça dessas. O espaço tinha uma única divisória, separado por duas paredes de madeira onde ficava a sala do juiz e a sala do promotor, que eram dois cubículos. Era nesse espaço aí que trabalhávamos, ou procurávamos trabalhar. Por isso éramos obrigados, éramos forçados a levar o serviço para fazer em casa.

Nessa época, nós não imaginávamos sobre ter casa ou sede do Ministério Público. Parece-me, se eu não estou equivocado, que uma das primeiras sedes foi em Cruz Alta, graças a pertinência e ao empenho dos colegas Hilário Bouffleur, Antônio Lucho Ferrão e Ivar Hartmann.

**Memorial:** Um prédio para o Ministério Público.

**Entrevistado:** Exatamente. E o prédio que se tornou sede do Ministério Público em Cruz Alta, que contou com a ajuda financeira até da prefeitura para cobrir parte das despesas de locação, seria o “sobrado” que o Érico Veríssimo cita em uma de suas obras.

**Memorial:** Interessante.

**Entrevistado:** Tu havias me perguntado sobre esse caso do tabelião.

**Memorial:** Sim, ficamos curiosos com o caso do tabelião de Bom Jesus.

**Entrevistado:** Exatamente. Eram amicíssimos o tabelião, que era alcoólatra, o advogado, que tinha um problema de epilepsia, era boníssimo, mas um tipo violento, temperamental, ambos muito bem quistos na comunidade. O pessoal gostava deles em Bom Jesus, apesar de seus temperamentos, eram bem relacionados e tinham vários amigos.

Uma tarde o advogado - permitam-me não declinar os nomes nem do tabelião e nem do advogado - foi até o fórum com o ajudante do escrivão para ver um processo já que ele teria que acompanhar o constituinte numa comarca ali de perto. E falando alto, porque ele falava alto, e o tabelião, que estava sesteando, gritou de lá: "O que é isso, essa cachorrada!". E o advogado ficou possesso e os dois muito corajosos, desceram até o café, que ficava embaixo do fórum e começaram a atirar. O advogado deu uns dois tiro no tabelião que pegaram na coluna ficando o tabelião caído na beira da calçada. Mesmo assim, o tabelião atirou no advogado, o tiro atingiu o abdômen ofendendo os rins, fígado e horas depois lhe causou a morte. Mas, antes, ele foi se arrastando, tirou uma faca da cintura e degolou o tabelião. E o pior foi o seguinte, vocês vejam que coincidência macabra: dizem eles que essa faca quem tinha dado para o advogado tinha sido o tabelião. Eles eram muito amigos.

**Memorial:** E que envolveu membros da Justiça.

**Entrevistado:** E foram duas mortes sentidas e também duas mortes que se constituíram num alívio para os moradores da cidade. Parece mentira!

**Memorial:** Eu imagino, porque tinham realmente um temperamento muito difícil, não é.

**Entrevistado:** Já que nós estamos falando francamente, eu vou contar. Disseste que era para eu falar também um pouco sobre a minha vida como promotor, vou mencionar para vocês um fato hilariante que aconteceu comigo lá em Bom Jesus. Isso deveria ser umas dez e trinta da manhã, mais ou menos, não tinha parte nenhuma para atender e não tinha nenhum processo para despachar, então nesse salão que eu mencionei para vocês, ali onde era cartório, salão de júri, etc., eu estava tomando chimarrão com o escrivão, com o ajudante de escrivão e com o oficial de Justiça, quando ali entrou um desses gaúchos do interior, como alguns de nossos gaúchos com o bigodão farto, todo pilchado e se dirigiu ao ajudante do escrivão: “Eu quero falar com o doutor promotor!”, e o ajudante do escrivão mostrou-me e disse: “Olha, está aí o doutor promotor”. Eu nesse tempo era franzino, magro mesmo, pesava uns 40 e poucos quilos e tinha um aspecto de guri. Quando o escrivão apontou-me ele, ele olhou para mim e disse: “Isto aí que é o promotor?!”. Evidentemente, não havia nem uma malícia, nem um desrespeito.

Ele imaginava na sua concepção que o promotor e o juiz deveriam ser tipos físicos robustos, como era o tipo do Doutor Peri Rodrigues Condessa, ou então alguém mais idoso, nunca imaginou que fosse alguém com aspecto de guri. Depois disso, tive que atendê-lo normalmente, o que havia no pleito dele. Eu tinha dito para vocês que nessa época não era fácil a nossa missão, a nossa atividade. Nós éramos o homem só, como se costuma dizer. Nós íamos para o interior enfrentando todas essas dificuldades e também enfrentando aqueles problemas locais que diziam respeito ao interesse da atividade jurisdicional.

Em Bom Jesus, naquela época, nós exercíamos as nossas atividades além da persecução penal, também exercíamos ali a curadoria de família e incapazes, de menores. A representação do Estado em juízo, porque não existia a Procuradoria do Estado. Também o procuratório trabalhista representando os empregados, porque nas comarcas onde não existiam juntas de Conciliação e Julgamento, a competência para o julgamento dos feitos era da Justiça comum e aí o Ministério Público atuava representando os empregados. Também aquelas rescis-

sões de contrato de trabalho com até um ano de vigência eram feitas junto ao Ministério Público, não existiam as juntas. Em Bom Jesus, a matéria trabalhista era farta, grande, em face da grande quantidade de serrarias que existiam. E essas serrarias também, irresponsavelmente e de forma irracional, terminaram com os pinheirais que existiam em Bom Jesus e na região. Era comum vocês verem aquelas frotas de caminhões, daqueles caminhões de reboque, como eles diziam, carregados de madeira de toras de pinheiro.

**Memorial:** Acabaram com os pinheiros.

**Entrevistado:** Exatamente. E naquela época, veja o seguinte, aqueles cortes ali não obedeciam técnica nenhuma. Como eu disse, eram feitos de forma irracional. O replantio, só vi, durante todo aquele tempo em que estive lá, em uma propriedade dos Graef em São Francisco de Paula, ou em um distrito de São Francisco de Paula. Em mais nenhuma outra propriedade vi replantio de pinheirais. O que aconteceu? Terminaram com os pinheirais. E vejam que naquela época não existia ainda qualquer legislação.

**Memorial:** Era pouca a conscientização de necessidade de preservação e defesa do meio ambiente.

**Entrevistado:** Exatamente.

**Memorial:** É uma região de turismo do Estado, não é, uma região belíssima.

**Entrevistado:** Aquilo foi uma injustiça, foi uma devassa, terminaram com tudo lá. Tanto que naquela região os prédios, as casas, quase todas elas, eram feitas de madeira. Por dois motivos: um porque a matéria prima ali era abundante com os pinheirais e as serrarias, e outro, porque as casas de madeira eram mais quentes para enfrentar aqueles invernos frios e rigorosos.

**Memorial:** Bom Jesus tem as menores temperaturas do Estado, invernos com neve.

**Entrevistado:** Exatamente. E não existiam lareiras naquela época, naquelas casas de madeira. Depois é que começaram a surgir. Inclusive, apareceram umas lareiras portáteis que eles instalavam, mas nas casas de madeira não existia lareira.

**Memorial:** Era uma população bem forte para aguentar aquele frio sem queimar uma lenhazinha, não é mesmo?

**Entrevistado:** É verdade! O inverno era terrível, era rigoroso. E depois tem o seguinte: em Bom Jesus não existiam, praticamente, ruas calçadas. A rua mesmo onde eu morava não tinha calçamento. O inverno era terrível, era rigoroso. Dia de chuva formava aquele barral, aquele lodaçal que não era brincadeira! A gente podia enfrentar porque era moço, era jovem, se fosse agora, vou dizer uma coisa, eu largava tudo e fugia!

Tinha outro fato em Bom Jesus, com frequência, ocorria ausência do juiz titular, então todos os problemas que surgiam, eles corriam atrás do promotor para buscar uma solução. Eu não tinha horário para atender. Por exemplo, fora de horário de trabalho e até, às vezes, de noite eu saía para atender, porque, via de regra, esses conflitos, esses problemas, eram de índole familiar. Então como não tinham uma outra autoridade, eles apelavam para o promotor, e a gente não podia se esquivar. E eu tinha sorte, realmente, nisso, porque quase sempre eu conseguia uma solução conciliatória, isso aí me confortava bastante. Mas dava trabalho!

**Memorial:** Eu imagino. Era a casa do prefeito, do juiz e do promotor.

**Entrevistado:** Exatamente, era isso.

**Memorial:** E a relação entre o promotor e o juiz, em regra, era uma boa relação?

**Entrevistado:** Eu sempre tive muito boa relação com juízes. Inclusive dois juízes se tornaram meus compadres, batizei os filhos deles. Em todas as comarcas em que estive, sempre tive um ótimo relacionamento com os juízes e também com os outros colegas. Nunca houve absolutamente nada de que a gente pudesse reclamar. Também trabalhei com juízes sérios, honestos, não encontrei nenhum magistrado de que eu pudesse dizer: “Olha, esse deslizou aqui ou ali”. Erro, algum erro, claro, isso é normal, inclusive na atividade judicante, decisões, isso é natural. Mas fora disso, não.

**Memorial:** Mas em regra era uma relação de amizade, de apoio, de encontro.

**Entrevistado:** Muito! Inclusive em termos de visitas constantes. Nesses lugares pequenos a gente tinha que se reunir para tomar um aperitivo, para conversar.

**Memorial:** E com o prefeito, com o Poder Executivo, havia alguma interferência do Poder Executivo nas atividades do promotor?

**Entrevistado:** Nunca, eu nunca tive, nunca senti. Sinceramente em nenhum dos municípios em que passei, senti esse poder. Sempre houve um respeito, tratamento respeitoso entre os promotores, juízes e prefeitos.

**Memorial:** E o senhor tem alguma lembrança de algum tribunal do júri que tenha ocorrido em Bom Jesus, que tenha tido uma repercussão maior na comunidade?

**Entrevistado:** Não, em Bom Jesus no tempo em que estive lá, nunca houve um fato, um processo de repercussão.

**Memorial:** Que comovesse a comunidade.

**Entrevistado:** Não, nada que comovesse. Os homicídios eram no interior do município, aquelas brigas de vizinhos ou então de carreiras.

**Memorial:** Do tipo do advogado e do tabelião!

**Entrevistado:** É. A não ser esse fato que teve muita repercussão lá e nos noticiários no Estado também. Foi terrível.

**Memorial:** As demandas judiciais se davam mais, então, como o senhor estava dizendo em função de questões trabalhista.

**Entrevistado:** Exato. Aí é que se davam. Em 1961, eu pedi remoção para Guaíba, mas Guaíba era uma cidade dormitório, não existia o parque industrial que tem hoje, em razão disso o serviço forense era mínimo, era insignificante. Nem homicídios nem coisa nenhuma. O único fato interessante lá em Guaíba foi que o juiz de direito Doutor Carlos Azambuja - que faleceu moço - ele como juiz e eu como promotor fomos os primeiros titulares das funções que residiram na cidade. Todos os outros anteriores residiam em Porto Alegre. Estive em Guaíba um ano, um ano e pouco.

Depois, em 1963, fui promovido para Lagoa Vermelha. Em Lagoa Vermelha o movimento forense, há uns anos atrás, era avultado. Lagoa Vermelha era um município, realmente, extenso, com muitos distritos. Tanto que, antes de eu entrar na Promotoria, mas me recordo ainda quando advogava lá em Vacaria, ocorreram casos em que, para Lagoa Vermelha, foi designado outro colega para auxiliar nos júris, o titular da comarca. O movimento era grande. Existiam lá duas Varas, duas promotorias e uma pretoria. Quando cheguei lá em Lagoa Vermelha, ainda continuavam as duas varas, as duas promotorias e a pretoria, mas o serviço já não comportava mais isso. Tanto que veja o seguinte: eu estive em Lagoa Vermelha durante dois anos, dois anos e pouco e tive apenas dois júris. Aliás, quatro júris sendo dois em Lagoa Vermelha, um em São José do Ouro e um em Paim Filho por designação, fora disso, não houve júri nenhum. Também nenhum processo que tenha agitado a comunidade e a opinião pública, foram desses processos simples.

Em Lagoa Vermelha também trabalhei com ótimos juizes, trabalhei com o Léo Stumpf, com o Adroaldo Furtado Fabrício, que é

meu compadre, trabalhei também com o Pedro Henrique Partichilli Rodrigues, que faleceu tragicamente há pouco tempo, e com o pretor o Ivan Édison Bravatti, que faleceu como Desembargador. Aqui eu tenho que fazer uma referência especial ao Clóvis Goulart Ponzi, ele nos deixou há poucos dias. Na Promotoria, como se fosse uma dádiva celestial, tive a honra de encontrar essa figura carismática, de rara inteligência, de formação humanística, com um coração cuja bondade que dele emanava jamais poderá ser mensurada e de quem jamais se ouviu crítica contra quem quer que seja. Pelo contrário, ele sempre encontrava uma palavra para justificar a falta de alguém. Era uma figura maravilhosa e que marcou o Ministério Público, marcou a vida da gente.

**Memorial:** E que inclusive deixou depoimento aqui no História Oral do Ministério Público.

**Entrevistado:** Exatamente. Eu estava em Lagoa Vermelha , quando eclodiu o movimento de 31 de março de 1964, o qual eu supunha que fosse de curta duração. Alguns procuram ocultar, eu não, eu era simpatizante ao movimento, e era simpatizante não só pelo meu posicionamento político e ideológico, que eu sempre tive na minha atividade política, sempre, evidentemente, afastando a função do Ministério Público.

**Memorial:** Mas na época era comum os promotores terem atuação político-partidária.

**Entrevistado:** Então eu era favorável. Não só pelo meu posicionamento, mas também pelo que, no meu entender, se propunham aqueles movimentos de agitação social, que se agigantavam com subversão total da ordem e insubordinação hierárquica. Era o ambiente que eu sentia naquela época. Evidentemente que, a posteriori, eu vim a discordar e condenar esse movimento por certas posições e certas medidas que eles adotavam, algumas delas inclusive, de conseqüências lamentáveis. Esse era o meu posicionamento em 1964.



Eu estava lá em Lagoa Vermelha e, para angústia nossa, dentre as prisões que ocorreram no município, duas atingiram os colegas: o procurador Raul José de Campos, ex-prefeito de Lagoa Vermelha e chefe político do PTB, e o Clóvis Goulart, sendo que os dois foram levados para Vacaria, para o III Batalhão Rodoviário, onde ficaram por cerca de duas semanas e ao que consta eles receberam um tratamento respeitoso e mesmo cordial. Quando eles estavam recolhidos lá em Vacaria, fui visitá-los. Não os visitei, evidentemente, com a frequência devida, porque via telefone, eu recebia comunicação ou notícias assíduas deles através do meu cunhado Nicanor Krammer da Luz que estava em contato permanente com o Clóvis e com o Raul. E eu achei que a presença dele, Nicanor, fosse mais importante do que a minha em todas as circunstâncias porque o Nicanor era o líder político da região, evidentemente que com posição favorável ao Movimento Revolucionário. Ele era líder na região e era um nome acatado no município, inclusive, nos próprios meios militares e até veio, mais tarde, a ser um dos advogados do Raul e do Clóvis no inquérito que eles responderam.

Aliás, o Clóvis até cita no seu depoimento sobre dito movimento, a minha posição e a do Fabrício antagônicas em relação a ele. E depois o interessante é que, quando o Clóvis respondeu ao inquérito, uma das testemunhas de defesa do Clóvis fui eu. Fui ouvido por precatória em Lagoa Vermelha. Sei que foi uma angústia para nós a prisão do Clóvis e a prisão do Raul.

**Memorial:** Então Lagoa Vermelha sentiu bastante os acontecimentos posteriores a 31 de março de 1964?

**Entrevistado:** Foi o seguinte: comentavam, na época, que Lagoa Vermelha seria um município onde haveria o maior número organizado do denominado Grupo dos 11. O Grupo dos 11 seria uma espécie, digamos assim, de quase que uns sem-terra, daquele pessoal do interior, da campanha, que reivindicavam terras.

**Memorial:** Eram politicamente vinculados ao Brizola.

**Entrevistado:** Exatamente, sob a liderança do Brizola e organizados por ele. Então o pessoal temia, sem justificativa, esse tal do Grupo dos 11 que diziam que em Lagoa Vermelha era uma coisa séria.

**Memorial:** O senhor, sendo promotor do local chegou a identificar, na prática, ações concretas desse Grupo dos 11?

**Entrevistado:** Eu nunca soube, eu nunca vi.

**Memorial:** Foi saber depois.

**Entrevistado:** E eu vou dizer uma coisa, eu tinha obrigação de saber por causa da minha posição política contrária a deles e nunca fiquei sabendo. Se houvesse, alguém teria que ter me dito “Olha, tem um aqui, tem um ali, tem um outro acolá”. Mas nunca eu soube disso. Também vou mencionar para vocês um episódio também engraçado, igualmente ligado à minha então limitada constituição física muito magro e moço ainda. O Doutor Adroaldo Fabrício e eu atendíamos, além de Lagoa Vermelha, uma comarca, que eu, evidentemente, não vou declinar o nome, cujo município também se emancipara de Lagoa Vermelha. Nessa comarca não existia hotel, então nós nos hospedamos na casa de um particular amigo, que era o advogado de defesa do réu, o primeiro filho da terra com curso superior. Veja o que representava a pessoa na região.

**Memorial:** Era uma figura importante.

**Entrevistado:** Exatamente. Então o processo caminhava para ser um caso típico de absolvição, as provas levavam para legítima defesa do réu. Então, combinando previamente com o juiz Fabrício, fui incumbido de me esmerar numa saudação ao defensor do réu, primeiro filho formado da terra e que foi nosso anfitrião. Fiz essa saudação e depois, no exame da prova, sem pedir expressamente a absolvição do réu, evidentemente que eu desenvolvi um trabalho nesse sentido. O defensor veio para a tribuna e depois das saudações ao presidente

do Tribunal do Júri, ele se dirigiu a mim, porque se julgou no dever de retribuir a saudação que eu lhe fizera. Então, ele empolgado como estava, embora um pouco tenso, lá pelo meio da saudação, ele apontando-me com o dedo, diz: “Porque este minúsculo representante do Ministério Público”. O pior é o seguinte: quando ele disse “Este minúsculo representante do Ministério Público”, deu-lhe um lapso de memória, deu um branco e ele não podia continuar a saudação, e vou lhe dizer uma coisa, em que pese o esforço que a gente fez, nós da mesa não pudemos conter a gargalhada. Deu um branco e ele ficou no minúsculo representante do Ministério Público e não saiu mais. Mas, felizmente, o réu foi absolvido por unanimidade.

**Memorial:** Felizmente o senhor levou na brincadeira a saudação.

**Entrevistado:** Mas claro! Eu percebi que o coitado estava tenso e nervoso.

**Memorial:** Era o primeiro júri dele, não é?

**Entrevistado:** Eu não me lembro se era o primeiro ou o segundo, mas ele estava tenso e nervoso, empenhado, empolgado querendo me retribuir, fazendo um esforço tremendo.

**Memorial:** Ele queria lhe lisonjear.

**Entrevistado:** Não sabia mais, talvez ele imaginasse minúsculo no tamanho físico.

**Memorial:** Eu acho que ele quis dizer um pequeno grande homem.

**Entrevistado:** Talvez fosse isso.

**Memorial:** Doutor Oyama que outros registros o senhor tem do perfil da criminalidade em Lagoa Vermelha?

**Entrevistado:** Lagoa Vermelha em si, já como eu disse a vocês, quando eu cheguei lá, tinha perdido cerca de uns dez ou onze distritos que se emanciparam.

**Memorial:** Foi um período no Estado em que vários municípios foram emancipados.

**Entrevistado:** Exatamente. Então quando eu cheguei lá o município de Lagoa Vermelha tinha uma extensão territorial restrita, era município pequeno, então o movimento no fórum não era grande.

Eram, como eu disse para vocês, homicídios; nesse tempo em que estive lá, tive dois processos e mais um que foi esse em São José do Ouro e um outro em Paim Filho em que fui designado. O resto eram esses processos de lesões e algum furto, mas pouco movimento. A não ser aqueles probleminhas normais que existem de família. Em Lagoa Vermelha não era, pelo menos no tempo em que eu estive lá, muito avultado esse problema dos menores com tóxico. Também em Lagoa Vermelha, depois do Clóvis, trabalhei com um colega, um tipo sisudo, mas apenas no aspecto físico, o procurador de justiça José Carlos Sperb Lemos, culto e ótimo amigo. Quem olhava para ele, não imaginava que fosse uma pessoa fina como era. Essa foi a minha passagem por Lagoa Vermelha.

Depois em 1966, fui para Cruz Alta que naquele tempo parecia distante. Também estrada sem asfalto, estrada de terra vermelha, com aquele barral em dia de chuva. Fui para lá pensando em ficar um ano ou dois, pois existia uma lei do confinamento, segundo a qual a gente tinha que permanecer, no mínimo, não me lembro, se era um ou dois anos na comarca, para poder pedir remoção. Essa lei do confinamento surgiu por causa de um colega que passou muito tempo fazendo a carreira só com remoções. Ia para uma comarca, ficava um determinado tempo, pedia remoção para outra e assim andava, pulando de galho em galho, então a Procuradoria baixou essa norma que era a lei do confinamento estabelecendo que a remoção só poderia ser pedida após um ou dois anos de permanência na comarca. E fui para Cruz Alta, pretendendo permanecer o mínimo de tempo exigido por essa

norma, mas terminei ficando 21 anos. Inclusive, tenho casa ainda hoje lá onde me dei muito bem. Eu e minha família nos adaptamos bem, os meus quatro filhos estudaram lá no ensino fundamental. Nos integramos muito nas atividades sociais da cidade, participávamos sempre que possível das suas promoções. Inclusive do Rotary Clube a cujos quadros pertenci e fui distinguido duas vezes com a presidência. Deixando a modéstia de lado, também lecionei na Faculdade de Direito da Unicruz até me ausentar de Cruz Alta em 1985, 87; lecionei a cadeira de Direito Processual Civil. E lá, pela generosidade dos colegas do corpo docente, fui eleito, duas vezes como vice-diretor, e uma vez como diretor da Faculdade de Direito da Unicruz. Mas o fato que mais me marcou em Cruz Alta foi quando eu já estava aposentado, morando aqui e a Câmara de Vereadores me conferiu o título de Cidadão Cruz-Altense tendo eu agradecido, na solenidade de entrega das autorgas, em nome dos homenageados. Isso me sensibilizou muito.

**Memorial:** Sim, porque o senhor fez uma opção pela cidade, não é?

**Entrevistado:** É, nos damos muito bem em Cruz Alta. Evidentemente que essa distinção que o pessoal me conferiu através da Câmara, só pode ter sido fruto da bondade, do coração generoso daquela gente amiga e saudosa da minha terra adotiva. E acho que, em parte também, porque, presumo que tenha sido um bom chefe de família, um amigo leal e sincero, um promotor de justiça que, dentro das suas limitações, sem abdicar das suas funções, sempre procurou se haver com independência. Ao que me parece só isso, nem um outro motivo seria justificado para esta honra que me foi distinguida, que me foi conferida. Lá em Cruz Alta as instalações forenses, hoje, são de primeiríssima qualidade. O fórum de Cruz Alta é uma maravilha, é um fórum que foge às características dos prédios do interior.

A estrutura é muito boa, quem construiu o fórum, quem estava na presidência do Tribunal era o Desembargador Oscar Gomes Nunes, filho de Cruz Alta. Naquela época em que cheguei na comarca, eram precaríssimas as instalações do fórum antigo. Havia época em que os

promotores tinham apenas uma sala, sendo que as sessões do Tribunal do Júri todas elas, ou a maioria delas, eram realizadas nos clubes da cidade. O movimento judiciário em Cruz Alta era pesado, era uma marca com bastante movimento. Hoje já reduzido, porque Cruz Alta que era um município extenso, hoje tem sua área territorial muito reduzida pelas diversas emancipações.

**Memorial:** É bem interessante a sua constante observação sobre a relação do crescimento das demandas judiciais e o processo de emancipação, pois podemos imaginar sem essa variável que houve diminuição da violência ou o perfil da criminalidade tenha sido alterado.

**Entrevistado:** Exatamente. Houve, lá em Cruz Alta nós ficamos reduzidos, praticamente, sem distritos. Os dois promotores atuavam mediante distribuição. Representávamos o Estado, a União, especialmente nos executivos fiscais, no cível também, tudo por distribuição, naqueles feitos em que se impunha a intervenção do Parquet e ainda nos processos criminais, incluindo-se aqueles do Tribunal do Júri. À primeira Promotoria cabia a Curadoria de Família e à segunda Promotoria cabia a Curadoria de Menores e Incapazes. À primeira estava afeta os serviços de Panambi e Pejuçara e à segunda os de Ibirubá e Santa Bárbara do Sul. Nós carecíamos de qualquer estrutura, não dispúnhamos de nada. A correspondência era feita por nós, a expedição daquelas intimações para chamar as partes com objetivo de conciliação, e algumas diligências também eram feitas pelo promotor. Nós não tínhamos assessor nenhum e nós não tínhamos também estagiário para nos auxiliar nessas atividades.

**Memorial:** Era um homem só mesmo, literalmente.

**Entrevistado:** Exatamente, era um homem só. Os processos do júri eram elevados. Houve um processo de repercussão, feito pelo colega Luís Carlos Gomes, grande colega, vou falar nele depois. Foi aquele célebre júri, o processo foi desaforado de Passo Fundo, em

que o padre foi morto num salão de cinema por um rapaz que seria seu companheiro. Esse processo foi desaforado para Cruz Alta, foi um processo de repercussão em todo o Estado, tanto que a televisão foi lá para Cruz Alta, a imprensa também, para fazer a cobertura desse processo em que funcionou o Luís Carlos, e o réu foi condenado. Esse foi o processo de repercussão.

**Memorial:** O senhor lembra em que época aconteceu o crime?

**Entrevistado:** Isso aí deve ter sido, eu acredito, aí por 74, 75, não tenho lembrança bem. Esse foi, durante o tempo em que nós ficamos lá, o processo de repercussão, o processo de júri. E lá era elevado o número de processos de júri. E também, além desses na sede da comarca, nós tínhamos os júris das Comarcas de Panambi, Ibirubá e Santa Bárbara do Sul, nesta o índice de criminalidade era alto naquele tempo. Não sei se era o temperamento daquela gente, famílias se digladiando, homicídios entre famílias, processo de júri tinha muitos, e processos-crimes também. Eu atendia Santa Bárbara e Ibirubá.

Em Ibirubá, um município modelo, eu tive, me parece, que dois júris durante esse tempo todo. Eu atendi durante nove anos, evidentemente, recebendo a substituição de Ibirubá.

Em Santa Bárbara aconteceu um fato interessante. A cidade também era desprovida de hotéis, parece que tinha um hotelzinho, mas muito simples. Como os processos eram instruídos em Cruz Alta e os júris eram feitos em Santa Bárbara, nos dias de júri, nós saíamos cedo de Cruz Alta para Santa Bárbara, o juiz, o promotor, o escrivão, o oficial de justiça, os policiais que levavam o réu, uma estrada terrível, um pó terrível, um barro bárbaro na época de chuva. Nós retornávamos depois dos julgamentos, o que, via de regra, se dava à noite. Então certo dia, para evitar essa *via crucis* tremenda de ir dormir em casa, depois de manhã cedo voltar para o júri - quando havia aquelas sessões subsequentes, de comum acordo com o juiz, o promotor, evidentemente, de acordo com os advogados defensores dos réus - nós fizemos dois júris; um começou às nove horas e concluímos às 17h:30 min, o outro começou às 18h e concluímos às 3h ou 3h:30 min da madrugada. Evidentemente que com o sorteio de novos jurados para o

novo julgamento.

**Memorial:** Faziam mutirão do júri.

**Entrevistado:** Mutirão do júri, para evitar esta viagem que dava muito trabalho. Tu perguntaste anteriormente minha opinião sobre o júri. Eu não nutria muita paixão pelo júri, mas confesso a vocês que não posso me queixar dos julgamentos do Tribunal do Júri, porque, com poucas exceções, as decisões sempre me pareceram justas. E tinha mais um detalhe, eu não vacilava nunca em pedir a absolvição do réu, quando eu não encontrava, dentro do processo, elementos de prova que tranqüilamente me convencessem da sua culpabilidade. Tanto que no último júri que fiz em Cruz Alta, antes de me aposentar e vir embora para Porto Alegre, pedi a absolvição do réu. Aliás, esse procedimento era adotado por mim e pelo meu saudoso colega Luís Carlos Gomes. Acredito que essa nossa postura tinha uma grande influência sobre os cidadãos e as cidadãs que compunham o corpo de jurados, porque eles depositavam incondicional confiança nos seus promotores.

**Memorial:** Se o senhor me permitir interromper, não sei se foi no depoimento do Luís Carlos Gomes ou de um outro promotor, em que ele também ia ter uns dois ou três julgamentos. Havia um réu que ele achava que era inocente e queria fazer o julgamento desse réu por primeiro para pedir a absolvição e ganhar essa confiança dos jurados. Parece que deu certo, esse foi absolvido e os outros foram condenados como ele queria.

**Entrevistado:** É, nós tínhamos isso. E vou dizer uma coisa, para nós era, realmente, assim, mas, quando trabalhávamos para a condenação, não era fácil uma decisão contrária.

**Memorial:** Sim, porque com a confiança estabelecida, eles já acabavam seguindo o seu veredicto.

**Entrevistado:** Exatamente, eles tinham essa confiança. Outra coisa, no júri, sempre tive muita consideração para com o réu. Sempre



considerarei o réu como um cidadão como nós, alguns deles chefes de família que por uma circunstância se encontravam ali, transitoriamente, no banco dos réus. Eu sempre os respeitei. E, aliás, é o meu ponto de vista, pode ser que esteja equivocado, que tenha ponto de vista divergente, eu entendo que uma acusação pode ser veemente, mas isso não implica que se venha, digamos assim, tripudiar sobre a pessoa do réu e não raro sobre os seus familiares.

**Memorial:** Senão se perde a dimensão humana disso que o senhor está dizendo.

**Entrevistado:** Exatamente. Esse é o meu ponto de vista, não sei, quem sabe estou equivocado, mas eu sempre o adotei. E vou dizer uma coisa: talvez tenha sido isso o motivador de um fato que me sensibilizou, dois réus que eu acusei e que foram condenados, depois de cumprida a pena, me convidaram para seus padrinhos de casamento.

**Memorial:** E o senhor aceitou ser padrinho?

**Entrevistado:** Claro, aceitei, em um deles eu não pude ir, no outro sim. Aceitei, me dava bem com eles.

Em Cruz Alta, compartilhei da amizade profícua, da amizade sadia e dos conhecimentos jurídicos de vários magistrados. O Doutor Mário Eulino de Mendonça, já falecido, Osvaldo Proença, depois Alfredo Guilherme Englert, candidato, hoje, à presidência do Tribunal, Guido Waldemar Welter, Sérgio de Carvalho Moura, Antônio Janyr Dall’Agnol Júnior, Cláudio Caldeira Antunes, Luiz Armando Bretanha de Souza Leal e Almendorino Furtado. Trabalhei com todos eles. E no Ministério Público sucedi o meu querido colega de concurso e brilhante ex-procurador-geral de justiça, Mondercil Paulo de Moraes. Quando o Mondercil pediu remoção para Rio Grande, fui promovido para Cruz Alta, então o sucedi.

Neste momento vou me permitir fazer um comentário que me é muito grato, como se fosse uma dádiva que recebi, foi o encontro com o colega Luís Carlos Gomes. Nós trabalhamos juntos, em Cruz Alta,

como promotores, perto de 20 anos. E durante esse período, trabalhamos na mais perfeita harmonia, nunca houve, parece mentira, qualquer atrito, por mais leve que fosse, entre nós. Sempre mantivemos esse relacionamento, essa amizade, inclusive, em que pesem nossos divergentes posicionamentos políticos.

Porque eu tinha um posicionamento político-ideológico e o Luís Carlos tinha outro, antagônico ao meu. Não obstante isso, nunca essa circunstância influenciou ou gerou qualquer ânimo no nosso relacionamento. Consolidou-se dessa forma uma amizade forte, sadia, entre nossas famílias. O Luís Carlos era um colega portador de uma lealdade a toda prova, estava sempre pronto a auxiliar um colega, como ocorreu em certa oportunidade – que eu aqui me permito não declinar –, inclusive, defendê-lo numa situação desfavorável. O Luís Carlos, embora fosse um tipo modesto, tinha o seu modo de ser, era um promotor de inteligência aguda, de sólida cultura jurídica, também era um promotor operoso e se orgulhava muito da Instituição, contribuindo muito para engrandecer o Ministério Público. No júri, ele era brilhante, era um argumentador profundo e um conhecedor profundo também da prova e das teses jurídicas que ele sustentava. Tanto que lhe foi dado o título de “Príncipe do Ministério Público”, porque era, realmente, brilhante. Dominava todos os ramos do Direito, tinha uma ótima banca de advocacia, porque naquela época os promotores podiam exercer a advocacia, abstraindo aquelas vedações legais existentes. Tanto que eu também, embora em banca independente, advogava em Cruz Alta. E aqui um caso interessante acontecido comigo e com o Luís Carlos, naqueles processos em que era exigida a intervenção do Ministério Público via de regra como *custos legis*. Quando se tratava de um ex-constituente do Luiz Carlos, oficiava eu, e o contrário também ocorria, quando se tratava de ex-patrocinado meu. Aliás nunca advoguei em comarca em que fosse só eu o promotor, quando advoguei, sempre havia dois promotores na comarca.

**Memorial:** Como o senhor se posiciona em relação ao promotor poder praticar a atividade da advocacia?

**Entrevistado:** Olha, hoje tenho minhas dúvidas, sinceramente.

Naquela época, muitos promotores foram advogar premidos pela necessidade e por uma segurança futura. Hoje com a amplitude das atribuições do Ministério Público, tornar-se-ia mais difícil e incompatível a atuação do *Parquet* como advogado.

O Luís Carlos era um tipo interessante, extrovertido, sempre falava num tom alto de voz, quase sempre gritando, quem não o conhecesse e o ouvisse, achava que ele estivesse prestes a entrar numa briga. Lá, às vezes, ele vinha na rua, a gente estava tomando um cafezinho no Café, numa daquelas ouvia o Luís Carlos aos berros, mas era o jeito dele. Às vezes, em certas circunstâncias, eu, de forma discreta e cordial, chamava a atenção dele, e ele aceitava, mas era o gênio, era o temperamento do Luís Carlos.

Eu me dou muito com a família dele, agora estou dando assistência para eles com a morte do Luís Carlos, que foi um fato recente. Sei que o Luís Carlos engrandeceu muito o Ministério Público, é por isso que eu, com a vênia devida, fiz esta minha homenagem ao Luís Carlos Gomes.

**Memorial:** O Luís Carlos Gomes também foi detido pelo Movimento Militar?

**Entrevistado:** Foi, exatamente. Nessa época eu estava em Lagoa Vermelha. Quando cheguei em Cruz Alta, em 1966, já haviam cessado as prisões. Inclusive o Luís Carlos foi um dos que esteve detido por mais tempo, ele esteve preso em Porto Alegre, me parece, que uns 45 dias. Mas me disse que nunca foi mal tratado, que sempre foi respeitado. Tanto que o Luís Carlos não entrou em juízo pleiteando essa indenização que foi paga para os presos políticos. Ele disse: “Eu nunca sofri absolutamente nada, não posso fazer isso”. Eu estava ainda em Lagoa Vermelha, quando cheguei em Cruz Alta já não havia mais essa fase de prisões.

Também em Cruz Alta, só para mencionar, ainda que por pouco tempo, porque estava prestes a me aposentar, trabalhei com o colega Angélico Aldori Ferreira da Rocha. Concluindo meu registro, já que me referi, ainda que de forma singela ao Ministério Público de algumas décadas passadas, não seria justo que me omitisse de falar, mesmo

que sucintamente, sobre o Ministério Público de hoje.

**Memorial:** Antes, se o senhor nos permite, poderia nos dar seu posicionamento sobre algumas novidades jurídicas que foram surgindo ao longo dos tempos e que influenciaram na carreira do promotor, por exemplo: em 1968, a Lei de Abuso a Autoridade, isso trouxe alguma mudança ?

**Entrevistado:** Ah, muito, muito! Acho que aumentou inclusive a amplitude das atribuições, da responsabilidade que foi trazida para o Ministério Público, pois antes não existia legislação sobre os abusos de autoridade, surgindo após, também, as questões relacionadas com direitos difusos, meio ambiente, etc.

**Memorial:** Talvez as matas de pinheiros de Bom Jesus, não tivessem sido dizimadas. Não é mesmo?

**Entrevistado:** Veja, ainda, o problema de menores hoje. Quer dizer, os reclamos da sociedade são grandes demais e o Ministério Público está sabendo enfrentar. Isso tudo trouxe para o Ministério Público encargos mais acentuados que não existiam no nosso tempo.

**Memorial:** No seu tempo houve alguma novidade jurídica que teria influenciado na sua prática de promotor?

**Entrevistado:** Naquela época não recordo, sinceramente, alguma que tenha influenciado. Porque o problema que nós tivemos mais acentuado naquele tempo, que começou, digamos assim, naquela fase, foi todo esse problema de tóxico. Foi aí que veio a lei dos tóxicos, mas foi só nesse campo, fora disso aqui nós não tínhamos ainda as conquistas de 1988, que foi a Constituição.

**Memorial:** Com a ampliação das competências da Instituição.

**Entrevistado:** Disse para vocês que não poderia, não seria justo me omitir de falar sobre essa nova geração de promotores. Nós,

aquela turma antiga, com essa nova geração de promotores, sentimos o nosso coração revigorado, o nosso coração pulsa de forma mais envaidecida.

Veja o seguinte: no que respeita à estrutura do Ministério Público, nós sempre estamos buscando o aprimoramento, o aperfeiçoamento. Mas hoje em dia, ainda em relação ao passado, a estrutura existente contribui muito para a atividade dos agentes do Ministério Público. No entanto, é bem de ver que a partir da Constituição de 1988, a diversidade das novas atribuições e o peso da responsabilidade conferidas ao nosso *Parquet*, se tornaram de tamanho vulto que nós, os “velhos promotores”, talvez não imaginássemos, embora nos empenhássemos para sua grandeza institucional. Nós vemos, diariamente, que a sociedade aflita, mas confiante, busca, no Ministério Público, um baluarte da sua esperança, uma guarida para enfrentar as mazelas que a aflige. E, em face à competência, o empenho e o denodo de seus membros, alguns bastante jovens, que respondem com coragem e real brilho às amplas e novas atribuições que lhe foram outorgadas, tornando-se prestigiados e conceituados junto à opinião pública é que nos sentimos recompensados, envaidecidos e orgulhosos de termos sido e de sermos sempre Promotores de Justiça.

Mas é o que se percebe hoje. Evidentemente que há alguns excessos, mas é que em qualquer instituição há alguns excessos, especialmente nessas manifestações através de imprensa. Porém, tudo é superado com a experiência e com a orientação dos órgãos competentes da Instituição. A simbiose do velho e do novo. É o que a gente sente do nosso Ministério Público.

**Memorial:** Doutor Oyama, nós agradecemos imensamente o seu depoimento.



## *Sônia Eleni Corrêa Mensch*



*Sônia Eleni Corrêa Mensch é natural de Cachoeira do Sul. Graduada em Direito pela Universidade Regional da Campanha em Bagé, ingressou no Ministério Público em 1990. Atuou nas Comarcas de Crissiumal, São Borja, Garibaldi, São Leopoldo e Porto Alegre. Foi a primeira mulher a atuar no Tribunal do Júri da capital, em 2000. Atualmente, é a 1ª Promotora da Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre e atua também junto à Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos.*

## Sônia Eleni Corrêa Mensch \*

**Memorial:** Doutora Sônia, em primeiro lugar, queria agradecer a sua disponibilidade em nos receber, é muito importante para nós termos o seu depoimento. A senhora poderia falar sobre suas origens, onde a senhora nasceu, qual era a profissão de seus pais?

**Entrevistada:** Nasci no interior, em Cachoeira do Sul. Lá fiz o ensino fundamental e depois acabei me transferindo de cidade, mas sempre me mantive ligada às minhas origens. Gosto muito da minha cidade até hoje. Meus pais também não permaneceram muito tempo lá, até porque meu pai trabalhava com agricultura e pecuária, então ele acabava mudando muito de acordo com as necessidades econômicas. Quando apareciam bons negócios, a família mudava de cidade. Transferi-me para Bagé onde fiz o ensino médio e ingressei na faculdade de direito, a qual fiz exatamente no período estipulado, não retardei nenhum semestre. Confesso que, num primeiro momento, quando eu cursava a faculdade de direito, eu ainda não tinha ideia se faria concurso ou não. Cheguei a advogar um período logo depois da minha colação de grau e foi nesse exercício da advocacia que eu efetivamente fui conhecendo a função do magistrado, a função do promotor de justiça, a função do advogado. Aí ficou muito claro que a minha tendência era o Ministério Público. Então, depois já de um tempo de exercício profissional na advocacia, acabei decidindo por cursar a Escola do Ministério Público. Cursei em um ano e meio e fiz concurso no ano de 1990. Tive a felicidade de fazer uma vez só: fui aprovada no primeiro concurso e então comecei a minha caminhada na Instituição pelo interior do Estado.

**Memorial:** A sua opção pelo Direito teve influência de alguém da família?

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 18 de maio de 2010.



**Entrevistada:** Não, não teve. Aliás, não havia ninguém que tivesse cursado direito na minha família. Inclusive foi algo que contrariou um pouco meu pai. Eu era a filha mais jovem da família, tinha todos os privilégios que os meus irmãos mais velhos não tiveram, então eu poderia ter escolhido o que queria estudar. O sonho do meu pai era que eu tivesse estudado medicina, eu sei. Era uma coisa que eu gostava muito. Por um bom tempo, fiquei inclinada a ir para a medicina. Eu não sei o que aconteceu: na hora da inscrição decidi que faria direito. Mas continuei gostando muito dos cursos da área da saúde, de modo que, agora, durante o exercício da minha função como promotora de justiça, voltei a estudar e curso psicologia na Unisinos.

**Memorial:** Que interessante, doutora. E o seu concurso como foi, a senhora lembra?

**Entrevistada:** Lembro! Foi sofrido. O concurso é uma época em que se estabelecem vínculos com colegas que não esquecemos. Não tem como esquecermos da cumplicidade, do companheirismo, da superação até, porque é muito cansaço, pouco tempo, um programa muito extenso e ajudávamos uns aos outros. Há colegas que basta um olhar e eu tenho certeza que vem de novo à mente aquele período em que estudamos. Cursei a Escola do Ministério Público e durante o tempo em que estava lá não fiz nenhum outro concurso. Optei por terminar a Escola e me concentrar no estudo direcionado ao Ministério Público, porque foi o único concurso que eu fiz. Foi algo bem decidido, não fiz concurso para outra carreira. Comecei a estudar em março do ano de 1990, eu estudava das nove da manhã até ao meio dia, depois da uma e meia às seis da tarde. Lembro que à noite eu fazia um curso de revisão daqueles conhecimentos que havia adquirido na Escola e assim fui até julho. Em julho, fiz uma pausa de 15 dias e em agosto retornei, estudando com o mesmo ritmo. Eu me recordo que a primeira fase do concurso foi no mês de setembro e no dia 4 de dezembro eu estava tomando posse.

**Memorial:** Rápido, não é?

**Entrevistada:** É, foi muito rápido. O período da expectativa foi longo, mas, depois que as provas começaram, foi bem rápido.

**Memorial:** E a sua trajetória pelo interior, eu tenho aqui as suas comarcas, a senhora teve um ano em Crissiumal.

**Entrevistada:** Não chegou a um ano. Estive em Crissiumal, na verdade, apenas onze meses e acabei sendo promovida para entrância intermediária.

**Memorial:** Então a senhora ficou alguns meses em Garibaldi.

**Entrevistada:** Não cheguei a assumir. Eu havia pedido remoção de Crissiumal para Garibaldi, ela foi deferida nesse intervalo de férias. Veio então a promoção para a comarca de Palmeira das Missões. Mas houve um problema lá, pois colegas haviam feito a recusa no prazo. Enfim, o Conselho teve que votar uma segunda vez e eu acabei sendo promovida para a Primeira Promotoria Criminal de São Borja. Então, na verdade, não cheguei a assumir em Garibaldi.

**Memorial:** Como foi a sua experiência no interior, a diferença entre as comarcas?

**Entrevistada:** Eu sempre disse, quando estava naquele treinamento, depois da posse, que eu queria - ainda que a minha classificação permitisse escolher uma comarca próxima de Porto Alegre - ir para uma comarca bem distante. Queria conhecer a realidade do interior. Acho que fui muito feliz em particular, fui primeiro para Crissiumal que era uma comunidade muito pequena, de origem alemã, com hábitos e costumes completamente diferentes. Os crimes eram completamente diferentes do que a gente estava acostumada a ver por aqui. Havia conflitos entre vizinhança, muito poucos homicídios, muito poucos roubos e muitos crimes de menor potencial ofensivo. Naquela época, em 1991, não havia tanto menor infrator quanto há hoje. Depois, em São Borja, era outra realidade. Foi o meu grande

teste. Tenho para mim que São Borja foi a comarca que me moldou, que me fez ser a promotora aguerrida que sou hoje, que sei que sou, porque ou assumia essa postura de ir para o enfrentamento ou nunca teria condenado ninguém. Nunca teria conseguido obter a condenação de ninguém, pois era uma cidade extremamente machista, com preconceitos seriíssimos contra a mulher. Eu estava sendo a primeira promotora mulher da cidade, até então só havia promotores homens, e os advogados não conseguiam admitir a ideia de que finalmente havia uma mulher no Tribunal do Júri. Lembro de que nas primeiras sessões do júri, eles vieram para passar por cima de mim como se estivesse ali uma mera figura decorativa e que não pudesse fazer frente aos conhecimentos e, principalmente, aos argumentos deles. Verifiquei que lá pelo terceiro julgamento a situação já havia mudado. Adquiri esse meu estilo mais agressivo, mais combativo, creio que até por uma questão de sobrevivência. Lá ou eu trabalhava dessa forma ou eu, repito, não conseguiria obter a condenação de ninguém. São Borja foi a comarca onde encontrei, talvez, um dos melhores tribunais no plenário do júri.

**Memorial:** A resistência em relação ao fato de a senhora ser mulher em São Borja, a senhora sentiu em outros lugares?

**Entrevistada:** Não, não senti. O próprio crime na Comarca de São Borja era diferente. Existia aquele crime passionai, o crime da legítima defesa da honra, que não peguei em nenhuma outra comarca. Então tenho que São Borja é uma comarca diferenciada pelo preconceito, pelos valores, enfim. Mas foi muito valiosa a experiência que tive lá, foi sensacional, saí de lá muito fortalecida nas minhas convicções de que realmente o plenário do júri era o lugar em que podia fazer um bom trabalho. Consegui passar por São Borja, uma comarca difícil de trabalhar, em pleno estágio probatório. Era o meu segundo ano de Ministério Público, fui promotora eleitoral lá, onde o trabalhismo é extremamente forte e as questões políticas são muito latentes. As paixões políticas são muito fortes também. Consegui passar por lá só somando, o saldo de tudo isso foi muito positivo na minha carreira.

**Memorial:** Depois a senhora foi para São Leopoldo, onde ficou bastante tempo.

**Entrevistada:** Em São Leopoldo, fiquei mais de cinco anos como promotora criminal. Por um tempo cheguei a atender as duas promotorias criminais, a primeira e a segunda, em substituição de uma. Na época só havia duas. São Leopoldo foi, digamos, o coroamento do meu trabalho no júri, porque encontrei outro tipo de criminoso, outro tipo de delito, outro tipo de advogado, outro estilo de trabalho, muito diferente daquilo que vinha fazendo. Tive que reformular algumas coisas na minha forma de atuação para adequá-la à realidade em que estava vivendo. São Leopoldo foi um lugar em que comecei a ter o reconhecimento que sei que tenho hoje por parte das pessoas. Não só como promotora do júri, mas como promotora de justiça. Como residia na cidade, me envolvi bastante na comunidade. Era uma pessoa que todos os jurados da comarca conheciam, ali vivia a minha família, sabiam qual era a minha conduta. Sabiam como me posicionava diante dos fatos, até pelos pedidos de absolvições que fazia, e eram muitos, às vezes em razão da inexistência de provas. Então se criou uma confiança, um grau de credibilidade em relação ao meu trabalho por parte da comunidade representada pelos jurados que trabalhavam no júri. Isso criava, para mim, diariamente, uma expectativa maior e uma maior responsabilidade. Explico: o promotor de justiça do júri que mora na comarca, que conhece a comunidade com a qual convive e que sabe que tem a confiança dos jurados, ele se obriga a ser cada dia mais responsável. É muito provável que o pedido feito em plenário seja acolhido. Daí o porquê de o promotor ter que estar muito seguro de si, muito certo e convicto de que quando ele pede uma condenação, esse é o melhor caminho, porque se não, corremos o risco de cometer uma eventual injustiça, tamanha é a confiança que a comunidade tem no promotor. Se nós não estivermos corretos, se nós não estivermos cem por cento certos daquilo, podemos estar induzindo sete jurados a votar de acordo com o nosso entendimento que talvez não seja o correto. Sustento que o promotor de justiça que atua no plenário do júri não pode se permitir ter vaidade. Ele tem que ter um compromisso muito

sério com a sociedade, mas também há de ter um compromisso muito grande com a liberdade das pessoas que vão a julgamento.

**Memorial:** Em São Leopoldo, a senhora encontrou alguma resistência por ser uma mulher no júri?

**Entrevistada:** Nenhuma. São Leopoldo foi uma cidade em que não encontrei nenhuma resistência, sempre tive um relacionamento excepcional com os juízes, com os colegas promotores. Tanto que acabei ficando mais tempo, poderia ter sido promovida para Porto Alegre antes do que efetivamente veio a ocorrer. Fui promovida para entrância final em 1998, mas acabava recusando de tão bem que me sentia na comarca.

**Memorial:** Em 1998, a senhora veio para Porto Alegre e ficou dois anos em substituição.

**Entrevistada:** Porto Alegre foi um momento de decisão na minha vida. No início de 1998, em março, no rodízio de designações dos promotores eleitorais, fui designada promotora eleitoral por dois anos. Há remuneração extra, além da do Ministério Público Estadual. Então eu estava na lista para promoção. A próxima a ser promovida seria eu e, num certo dia, coincidentemente na época em que o Doutor Cláudio Brito estava se aposentando e saindo da Segunda Vara do Júri, recebi - para a minha surpresa - um telefonema do doutor Sérgio Porto, então procurador-geral de justiça. Ele dizia que estava com uma comitativa, que tratava dos promotores que atuavam no júri naquela época, se não me engano liderada por Marcelo Ribeiro. Diziam que já estava na hora de ter uma mulher atuando no Tribunal do Júri da Capital e que a indicação unânime, o nome unânime seria o meu. E como seria a próxima a ser promovida e o Cláudio Brito estava saindo, ele consultava se eu tinha interesse em ir para Porto Alegre atuar numa das varas do júri. Entrei em conflito num primeiro momento porque acabara de ser designada como promotora eleitoral e isso é uma coisa que todos os promotores aguardam com ansiedade, pois é uma expectativa de

remuneração extra. Pedi a ele um prazo para pensar e no outro dia, 24 horas depois, retornei a ligação dizendo que aceitava e que abria mão da minha designação como promotora eleitoral. Uma das coisas que me lembrei muito para tomar essa decisão foi daquela frase de Getúlio Vargas “Saio da vida para entrar na história”. Disse “Abro mão de dinheiro para entrar na história da minha instituição!”, até porque dinheiro não é tudo na vida da gente.

**Memorial:** Então a senhora assumiu como a primeira promotora na vara do Júri em Porto Alegre.

**Entrevistada:** Assumi. E, aqui, encontrei resistência.

**Memorial:** Como foi isso?

**Entrevistada:** Foi complicado nos primeiros tempos. Primeiro gerou uma curiosidade muito grande. Como a porta do plenário do júri é aberta, é uma sessão pública, as pessoas entravam quando eu estava atuando, olhavam, ficavam um pouco e saíam. Isso, felizmente, não durou muito tempo. Mas eu ouvia e sabia por algumas pessoas próximas que o comentário, depois que começaram a ver as minhas atuações era o de que “Em Porto Alegre agora havia uma promotora que fazia júri igual a um homem”. Eu achava engraçado porque sabia que fazia do meu jeito, sabia que fazia como pensava que deveria fazer, de forma a atingir o objetivo do Ministério Público. Isso nunca me impressionou, isso nunca gerou nenhum tipo de conflito em plenário, embora muitas vezes, alguns advogados tentassem me intimidar dizendo “Ah, plenário não é lugar de mulher”. Isso tudo eu ouvi.

**Memorial:** Isso ocorria publicamente?

**Entrevistada:** Sim. Mas sempre reagi a altura.

**Memorial:** Interessante não é, Porto Alegre sendo a capital do Estado deveria ser um lugar mais aberto, mais cosmopolita.

**Entrevistada:** Houve bastante resistência aqui também. Mas não durou muito tempo, até porque mostrei a eles a que vim, mostrei que vim trabalhar de forma séria, comprometida com a causa da justiça. Hoje, por exemplo, no plenário - depois de mim, naturalmente vieram várias outras colegas - olhando para trás, não vejo nenhum daqueles advogados que manifestaram algum tipo de preconceito. Vejo que eles têm um carinho, um respeito grande por mim, têm um bom relacionamento comigo.

**Memorial:** É que a senhora se impôs. Quando eu era estudante de direito, acho que em 2002, vi a senhora no júri. Aqueles júris que devemos assistir para as cadeiras da faculdade. Fui assistir e a senhora era a promotora, me lembro bem.

**Entrevistada:** Tinha um estilo bastante aguerrido.

**Memorial:** Sim, a senhora era uma promotora firme.

**Entrevistada:** Firme, pois acho que devemos ter convicção sobre aquilo que defendemos.

**Memorial:** Qual a sua postura a respeito do uso de algemas no plenário do júri?

**Entrevistada:** É, eu sempre digo uma coisa que é muito clara para mim: não se pode transigir com um interesse que não é seu. A questão da segurança não é só nossa. A questão de colocar algema ou não em um réu, isso é uma questão que depende muito de cada fato e de cada situação. Há réus que não têm condições de ficar sem algemas. Trabalhei em julgamentos com notícias de que a quadrilha do réu iria resgatá-lo durante a sessão. É uma tensão muito grande que se vive porque o júri tem isso. O júri é o momento em que se defende toda a sua ideia, seus pontos de vista. Tem que se fazer com que eles preponderem e tem que se fazer a justiça que se julga necessária e há toda uma situação adversa. Muitas vezes, as famílias das vítimas não estão

presentes e as famílias dos réus estão, a quadrilha do réu está. Então se trabalha muitas vezes sob pressão. Se trabalha com a adrenalina muito forte, é comum depois das sessões levarmos horas para voltar ao normal, ter aquele relaxamento muscular, voltar tudo ao normal. O problema que eu vejo hoje que estou fora do júri é o número de sessões em que se atua. O promotor sai de um e já está envolvido com o próximo processo. Nisso há um desgaste muito grande. Acho que, em termos de qualidade de vida, quando saí do júri, ganhei muito.

**Memorial:** Como é que era o seu trabalho, quantos júris por semana a senhora fazia?

**Entrevistada:** Era muito variável. Cheguei a fazer quatro, de segunda a quinta, todos os dias. Dependia muito, até porque existiam algumas sessões que eram marcadas, eram transferidas para outra data e não se realizavam. Então havia previsão de atuar em três e acabava atuando em um. Mas, via de regra, não passavam de três. Só que três em uma semana, dependendo da complexidade do processo, é muito. Eu procurava sempre não ter envolvimento emocional com o fato por várias razões: porque penso que o passionismo, que o emocional comprometido com o fato pode cegar para algumas evidências e isso pode ser um passo para uma injustiça. Essa é a primeira razão. A segunda é que preciso ver os fatos de fora para que possa fazer a justiça na medida certa. Todos sabem que a paixão cega, temos que ser profissionais, temos que abraçar a causa, mas não podemos nos envolver emocionalmente com o fato. Quando se envolve emocionalmente com o fato, o desgaste é muito maior. Respeito muito o trabalho dos colegas do júri hoje. Passei por lá e sei como é.

**Memorial:** Foram quatro anos em que a senhora atuou no júri?

**Entrevistada:** Foi um longo tempo e foi uma escola.

**Memorial:** A senhora recebeu ameaças?



**Entrevistada:** Recebi. Recebi várias ameaças, quase todas levei a registro policial. Em apenas um caso representei junto a autoridade policial para que o autor da ameaça fosse processado. Ele acabou respondendo a um processo no Segundo Juizado Especial Criminal e acabou condenado por ameaça. Foi um réu que me ameaçou dentro da sala de audiência, na frente do juiz, inclusive.

**Memorial:** Casos que tenham marcado, deve ter havido vários. A senhora se lembra de algum aqui em Porto Alegre?

**Entrevistada:** É, muitos casos me marcaram aqui. Por um longo tempo no júri, trabalhava só com colegas homens. Nessa época, recordei que os homicídios contra criança era eu que fazia e todos eles foram muito fortes, era um trabalho bem complexo. Tudo aquilo que eu falava sobre envolvimento emocional, quem é mãe não tem como afastar e desvincular, não pensar que poderia ser conosco. Todos os julgamentos de réus que praticaram crimes contra a crianças me marcaram. Todos eles. Em muitos, mães que mataram os filhos. Normalmente, eram crimes que aconteciam em família. Isso acho que contribuiu com a minha necessidade de estudar, de tentar entender o comportamento humano, tentar entender o porquê disso. Na verdade a minha busca por conhecimento na área da psicologia tem a ver com a necessidade de compreender o comportamento humano, o que leva a isso. E foi ali que concluí que, infelizmente, um dos fatores que mais contribui para a violência - e aí compreendo aqueles delitos que me tocavam tanto, que eram interfamiliares - é que a família está completamente em desordem, está completamente desajustada e é um fator, sem dúvida, que contribui para o vício, que contribui para a criminalidade. Esses crimes que vêm ao plenário que envolvem família são muito complicados.

**Memorial:** Qual foi o caso mais difícil em que a senhora atuou, a senhora lembra?

**Entrevistada:** Olha, tive um processo, que não foi aqui em Porto Alegre, o julgamento foi em Gravataí. Eu tinha uma designação do

procurador-geral na ocasião e era um processo que teve grande repercussão no Estado. Era um processo que nós não tínhamos prova direta, tínhamos só indícios. Recordo-me que por um bom tempo passei indo aos locais dos fatos, fazia perícia, cronometrava, enfim, tentei refazer todas as perícias para entender, para tentar me situar dentro do fato. Foi um crime que o estado inteiro deve recordar, foi aquele no qual um empresário, proprietário das lojas com a franquía Colt, foi morto a mando da mulher e do amante. Foi a simulação de um assalto, de um estupro, era um processo muito complexo, talvez tenha sido o processo mais complexo em que trabalhei.

**Memorial:** A senhora lembra do ano?

**Entrevistada:** O fato ocorreu em 1994 e o julgamento veio a ocorrer dez anos depois, em 2004. Depois disso, atuei em alguns processos também por designação. Um em Uruguaiana, com repercussão nacional, foi numa invasão do presídio da Comarca em que um preso foi retirado de dentro da cela e foi executado na porta do presídio. Um processo também extremamente complicado. Na verdade, cito esses dois casos, mas não gostaria de dar uma ênfase maior a nenhum, porque acho que todos os processos são importantes. Na medida em que, via de regra, se perdeu uma vida, não há hierarquia de valores entre vidas. São vidas humanas e todas elas têm o mesmo valor. Acredito muito que, enquanto há o último momento de vida, é possível uma mudança de comportamento. Por isso sou contra, inclusive, a pena de morte, porque acho que o homem é um universo surpreendente, quem conhece a mentalidade humana, sabe disso. Não colocaria um processo em destaque, que tenha sido para mim o mais importante. Citei esses dois, pois foram complexos, foram volumosos, difíceis, com provas complicadas, mas todos os meus processos, de simples discussão de trânsito que gerou uma briga e daí um homicídio, até esses citados, todos para mim foram importantes. Eu entrava no plenário como se aquele ali fosse o primeiro e o último.

**Memorial:** A senhora já teve algum júri de homicídio de trânsito?

**Entrevistada:** Sim, já tive. Lá no início, quando ainda poucos réus eram levados a júri por homicídio de trânsito, com dolo eventual. Veja que em São Borja, se não me engano, em 1991 ou 1992, tive um homicídio de trânsito lá, o réu foi condenado por dolo eventual. Depois tive em São Leopoldo, um homicídio de grande repercussão em que um caminhoneiro bêbado trafegou embriagado de Canoas a São Leopoldo pela BR 116 na contramão e, na altura da entrada da Unisinos, matou vários jovens. Nesse processo, fui eu quem atuou e foi um processo que tramitou em onze meses. Em onze meses nós estávamos levando o réu a julgamento, e ele foi condenado a uma das maiores penas do estado por homicídio com dolo eventual no trânsito.

**Memorial:** Alguns operadores do direito questionam a instituição do júri, consideram que o juiz singular tem mais condições de julgar do que o Tribunal do Júri. Qual é a sua posição sobre isso?

**Entrevistada:** Depende da questão. É certo que o juiz, o magistrado, tem condições técnicas. A decisão do júri nem sempre é técnica. Às vezes, ela é uma decisão de bom senso. O júri é a sociedade ali presente, decidindo. Defendo a instituição do júri, porque entendo que é a forma que a sociedade tem de fazer justiça, é uma forma também de partilharmos a responsabilidade de fazer justiça. Eu sempre disse para os jurados que o júri era importante. Foi com a Constituição de 1946 que o júri passou a ter soberania de vereditos. É importante, pois são os anseios da sociedade, é ela decidindo o que naquele contexto dos fatos entende como sendo o mais justo. Muitos dizem que é por uma questão de habilidade maior do acusador ou do defensor poder levar o júri a uma decisão equivocada. Não acredito nisso, acredito sinceramente na Instituição. Por exemplo, em uma das comarcas pelas quais passei, convivi muito de perto com uma jurada. Poderia dizer que me tornei amiga de uma jurada. Houve uma coisa muito interessante, é um exemplo que eu cito sempre: foi o único sete a zero para absolver o réu para o qual eu tenha pedido a condenação, que me lembro de ter vivido, foi no julgamento em que a pessoa que convivia bastante comigo era jurada. Isso me mostra claramente - e eu já sabia, foi só a

confirmação - que jurado vota pela consciência dele. Não tem essa de votar porque o promotor é simpático, porque o promotor é habilidoso, porque ele é brilhante. A consciência humana não tem preço. Ela não se transfere por uma simpatia ou por uma boa vontade, por uma vaidade, seja lá o que for, e nem, tão pouco, em relação ao defensor. Porque se fosse assim, nas comarcas do interior onde o defensor é um morador da cidade, nasceu ali, viveu a vida inteira ali, de repente estudou com o jurado na mesma escola, foi companheiro de grupos em que participavam os jurados, não seriam condenados os réus. E eles são condenados. Então eu penso que se deve ter sempre um cuidado com a escolha, ela é muito legítima e por ser legítima, acho que ela não tem que ser questionada.

**Memorial:** E sobre o seu trabalho atual?

**Entrevistada:** O trabalho atual está me deixando extremamente feliz. Realizo dois trabalhos ao mesmo tempo. Hoje, estou classificada em uma promotoria do plantão e defendo o plantão como sendo um dos lugares mais importantes para se fazer um bom trabalho. É o pronto socorro jurídico. Nós precisamos ter, além do conhecimento, o bom senso. Nós precisamos ter rapidez de decisões, pois é onde encontramos as vítimas ainda com o sangue quente. Ali os fatos acabam de acontecer. Tudo começa no processo criminal pelo plantão, via de regra, com a chegada do auto de prisão em flagrante. Então o promotor plantonista tem que ter bom senso e ter uma visão de processo muito grande, porque, caso contrário, ele põe em risco o trabalho do colega que atua na vara criminal. Digo isso porque o promotor do plantão recebe aquele expediente que não vai mais passar por ele, ele não vai mais ter contato com aquilo. No dia seguinte ele é distribuído e vai para a vara competente. Então o promotor plantonista não tem, muitas vezes, o direito de expressar uma opinião pessoal através de um parecer. Deve haver o bom senso de saber que um outro colega vai trabalhar e ele pode pensar de forma diferente. Acho que o plantão é importante nesse aspecto: ali recebemos pessoas realmente desesperadas, com a dificuldade que nós enfrentamos hoje na questão da saúde,

que buscam ali a solução para obter um leito para internar um paciente em estado grave, muitas vezes com a ambulância parada na frente do Foro. Ali, nós encontramos mães que estão com os filhos em crise por serem dependentes químicos, estão lá destruindo tudo o que há dentro de casa, estão quase pondo em risco a sua própria vida e a vida da família. Essas pessoas não podem ser tratadas como mais um que vem ao plantão solicitar o trabalho da Defensoria Pública ou do Ministério Público. Elas têm que ser tratadas de uma forma diferente, é um trabalho com pessoas no limite do suportável pelo que vêm passando. Então isso exige sensibilidade: o promotor do plantão tem que ter, antes de tudo, sensibilidade. Vivemos também momentos em que as pessoas vão ali para liberar corpos que estão no Departamento Médico Legal ou porque foram assassinadas ou foram encontradas sem vida em via pública, sem documentos e não há uma liberação desde logo sem que se prove o vínculo de parentesco. Trabalhamos realmente com pessoas que estão no seu limite de tolerância, de suportabilidade. Com a Lei Maria da Penha, essa violência doméstica acaba no plantão e temos que ser um pouco de tudo: um pouco promotora de justiça, um pouco conselheira, um pouco assistente social, psicóloga, fazer um pouco de tudo. O importante é que aquelas pessoas saiam dali com o que elas vieram buscar e também reconfortadas.

Meu outro trabalho é na força-tarefa de combate a jogos ilícitos. Foi uma grande surpresa para mim, porque não pensei que viesse a ser tão grande. Quando fui convidada para trabalhar na força-tarefa, num primeiro momento, pensei na mudança que seria do homicídio ao combate à máquina caça-níquel. Realmente do crime mais grave que é o homicídio a uma mera contravenção, pensei se iria me adaptar à mudança tão radical. Só que conheci aqui o Projeto Alquimia e tive a felicidade de participar de um evento no qual conheci uma comunidade terapêutica que trata dependentes químicos e que é parceira do Ministério Público. E ali cada um daqueles dependentes químicos que vi saindo já do primeiro estágio, passando para o segundo, cada um deles para mim era uma vida que estava sendo resgatada. E hoje concluo uma coisa muito importante: se eu tivesse feito talvez esse trabalho que faço hoje, durante todo aquele tempo em que trabalhei no júri, talvez tivesse feito um trabalho muito mais produtivo, porque lá

já encontrava uma vítima sem vida e a única coisa que podia fazer era, quem sabe, dar um consolo moral para a família com uma condenação, e eu sabia que a pena não ia resolver. Hoje trabalho apreendendo máquinas caça-níqueis que sustentam o Projeto Alquimia, o que, por sua vez, dá suporte a essa comunidade, então vejo que hoje tenho condições de resgatar as vidas em tempo. Estou muito feliz por isso. E é isso que não me faz, talvez, sentir maior saudade do júri.

**Memorial:** É isso que eu ia lhe perguntar. A senhora sente falta do Júri?

**Entrevistada:** É claro que eu sinto. Mas hoje trabalho com vidas que estão em risco, mas que ainda são passíveis de serem resgatadas. No júri era muito triste, porque eu chegava num processo em que a vítima já estava sem vida. O Projeto Alquimia é uma coisa belíssima, cada máquina para mim não é uma mera máquina, um joguinho qualquer, não é uma mera máquina caça-níquel que permite que o explorador ou o contraventor ganhe dinheiro fácil. Cada máquina para mim representa um pouquinho a mais de sustentabilidade do Projeto Alquimia. Quando se entrega uma sala de informática para uma comunidade carente, que não teria condições de oferecer isso àquelas crianças, àqueles adolescentes por outros meios, quando se vê a transformação da máquina caça-níquel em computador e o laboratório de informática montado, vemos o valor que tem esse trabalho que fazemos aqui. Hoje sou ferrenha, sou aguerrida da mesma forma, trabalho na apreensão, no cumprimento dos mandados da mesma forma que trabalhava no júri. Claro que preciso de argumentos, mas trabalho com a mesma intensidade, com a mesma paixão, com a mesma boa vontade. Porque, na verdade, a gente descobre - e esse é o grande lance, eu acho, de viver - coisas novas para fazer e para amar. Há uma frase que ouvi e na qual me inspiro muito que é "Quando a gente pensa que chegou no máximo, sempre tem mais um pouquinho". Depois de 20 anos de carreira, hoje, no plantão, me sinto uma promotora de entrância inicial, faço tudo: cível, crime, infância e juventude. Sinto-me uma promotora que está iniciando, porque a demanda requer isso. E aqui na força-

tarifa, descobri outras formas de amar o trabalho. Então o que posso dizer é que sou uma profissional extremamente feliz, extremamente realizada. O Ministério Público me deu tudo o que tenho, mas, especialmente me deu essa tranquilidade de que, quando saio do plantão depois de passar uma noite inteira trabalhando ou quando eu vou até tarde da noite cumprindo mandado, vou para casa e realmente durmo o sono dos justos. Acho que é tudo.

**Memorial:** A senhora leciona ou já lecionou?

**Entrevistada:** Não, já lecionei por muito pouco tempo, não é uma coisa da qual eu goste. Tive convites, mas não era uma coisa que me agradasse. Também seria difícil conciliar isso com a minha função. Prefiro fazer o que faço hoje, ter um trabalho no plantão, indo em dias de intervalo fazer uma outra atividade dentro da minha instituição.

**Memorial:** A senhora faz outra faculdade agora, não é?

**Entrevistada:** É, eu parei por um tempo, até porque estou controlando o meu tempo de curso com o tempo que me resta ainda para trabalhar. Pretendo ir fazendo aos poucos de modo que não quero me desvincular da universidade. Até porque tenho um impedimento, inclusive, de me inscrever no Conselho Regional de Psicologia, porque a nossa lei veda isso. Então vou dosando essa minha ansiedade por conhecimento e vou fazendo aos poucos. Pretendo retornar e, aí sim, fazer a conclusão quando estiver por sair, terminando o meu tempo necessário para a aposentadoria, porque não quero ter esse distanciamento da faculdade, quero sair e já poder fazer alguma coisa na área da psicologia.

**Memorial:** Doutora, por mim, acho que foi ótima a nossa conversa, há mais alguma coisa que a senhora gostaria de acrescentar?

**Entrevistada:** Não, não há.

**Memorial:** Muito obrigada. Foi ótimo conhecê-la e o seu entusiasmo é inspirador.





## *Thales Nilo Trein*



*Thales Nilo Trein é natural de Porto Alegre. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1983. Atuou nas comarcas de Marau, Taquari, São Gabriel e Porto Alegre. Foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1998. Aposentou-se em 1998. Atualmente exerce a advocacia.*

## Thales Nilo Trein \*

**Memorial:** Agradecemos sua disponibilidade e gostaríamos que o senhor começasse nos falando das suas origens familiares, onde o senhor nasceu, qual era a profissão de seus pais.

**Entrevistado:** Sou porto-alegrense, filho mais velho. Nós éramos quatro irmãos, um deles já faleceu. Cursei o primário nesta Capital no antigo Colégio Roque Callage, que existia na esquina da Rua Mariante com Rua Liberdade, Bairro Rio Branco. O educandário foi demolido, e creio que ele não existe mais com o mesmo nome. Depois, matriculei-me no IPA, Instituto Porto Alegre, ainda existente no mesmo bairro. Fiquei lá um ano e pouco. Após, fui para o Colégio Júlio de Castilhos onde cursei quase todo o segundo grau (na época, o denominado científico). Ocorreu que sendo o meu pai um Oficial da Brigada Militar, quase sempre fardado aos meus olhos (e nós costumamos quase sempre seguir os exemplos paternos), acabei ingressando na Academia de Polícia da Brigada Militar. Lá eu me formei Aspirante a Oficial. Fiquei lá por longos anos, em regime de internato - tempos difíceis - desde os 16 anos de idade. Depois, ao me formar Aspirante a Oficial, em 1974, fui designado para o Terceiro Batalhão de Polícia Militar, em Novo Hamburgo, RS. Estive também, já como Segundo Tenente, na Companhia de Canoas, onde hoje existe um Batalhão. Já em Porto Alegre, fui designado para o Estado Maior da BM, atuando na Primeira Sessão (1975/1979), que trata do efetivo da Corporação. Finalmente, ainda na condição de oficial subalterno, fui convidado a servir na Casa Militar do Governo do Estado (1979/1983), onde fiquei por quatro anos, quando fui promovido a Capitão. Nesse tempo de Brigada Militar eu freqüentava a Faculdade de Direito da UFRGS.

**Memorial:** Quem era o governador?

---

\* Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 9 de agosto de 2010.

**Entrevistado:** Era o Doutor José Augusto Amaral de Souza. Eu fora designado Ajudante de Ordens do Governador. Quando o Doutor Amaral passou o cargo ao Doutor Jair Soares, eu saí do Piratini e, imediatamente, postulei o gozo de todas as licenças que eu tinha direito, exatamente para estudar para o certame do Ministério Público.

**Memorial:** Foi em 1983 que o senhor ingressou no Ministério Público, não é?

**Entrevistado:** Isso. Em 1983 fui empossado no Ministério Público.

**Memorial:** E essa opção então pelo Direito veio do seu pai, já que ele era advogado?

**Entrevistado:** Não. O fato de eu ter ido para a Academia de Polícia Militar, tinha a ver com o meu pai “brigadiano”. Eu achava o máximo a farda, as formações, os desfiles. Queria seguir a carreira dele. Mas, depois de algum tempo, quando eu já era Oficial da Brigada Militar e formando de Direito, vi que precisava de um novo horizonte. Então, comecei a estudar Direito com bastante afinco. Inicialmente fiz concurso para a Procuradoria-Geral do Estado - a primeira oportunidade que apareceu. Foi um terror! Naquele concurso, éramos obrigados a responder sobre um único e singular caso jurídico retratado. Os candidatos que optaram pelo mandado de segurança, se eu não estou enganado, receberam a nota dez. Os demais, como eu, que optaram por outra petição, ganharam zero. Nunca entendi porque fizeram um concurso tão ridículo. Ainda que o candidato desenvolvesse brilhantemente a petição por outro ângulo, ganhava zero e era eliminado – como se o Direito não fosse polêmico e contraditório por natureza. Foi aí que, então, eu criei ainda mais garra. O próximo concurso seria o do Ministério Público e, graças a Deus, passei com folga, de tanto estudar.

**Memorial:** E como é que foi o seu concurso, foram várias etapas, o senhor tirou segundo lugar, não é?

**Entrevistado:** Eu fui o segundo colocado no certame. O primeiro lugar foi do Fábio Bittencourt da Rosa, mas, na verdade, acabei capitaneando a turma, já que o Fábio optou pela Magistratura logo em seguida.

**Memorial:** A sua primeira promotoria foi Marau, de 1983 até 1985. E como é que foi essa experiência ingressando como promotor já tendo essa experiência prévia de capitão, oficial da Brigada Militar. Como foi a integração na comunidade?

**Entrevistado:** A Brigada Militar e o Palácio Piratini me deram uma condição excelente para lidar com a comunidade, porque no Palácio, como já registrei, eu tinha sido ajudante de ordens do governador. Andei por todo o Rio Grande do Sul, por estrada e pelo ar, colaborando no chamado destacamento precursor. Este era encarregado de programar as viagens do Doutor Amaral de Souza e era constituído por três pessoas: um oficial da Casa Militar (segurança), um membro do Cerimonial e um responsável pela Subchefia do Interior do Piratini. Todos nós, dias antes de o Governador viajar aos municípios, íamos primeiro, para verificar inúmeras questões. Assim, antecipávamos a ele todos os problemas dos municípios que seriam visitados, a fim de que ele não fosse surpreendido. Assim, pode-se imaginar o horizonte que se abriu para mim – ao ingressar no Ministério Público eu já era um homem maduro e curtido, ambientado tanto na seara política, como na administrativa, além de tratar com inúmeras autoridades sem desassombro.

**Memorial:** E em Marau como era o trabalho do promotor, as principais demandas, o senhor atuava em todas as áreas?

**Entrevistado:** Sim. Atuava em todas as áreas. Eu e a juíza Laís Rogéria Alves Barbosa.

**Memorial:** E após o senhor foi para a Comarca de Taquari?

**Entrevistado:** É verdade, mas em Taquari foi penoso trabalhar. Marau era uma comarca espetacular. Terra de imigrantes italianos diferenciados, corteses. Era uma cidade pequenina, mas já havia grandes fábricas: a Metasa, a Borella Óleos Vegetais, a Perdigão, etc. Eu e minha família vivíamos felizes, absolutamente integrados na comunidade. Era um espetáculo de comarca.

**Memorial:** E Taquari é de colonização açoriana?

**Entrevistado:** Colonização açoriana.

**Memorial:** Mas essa diferença de comunidade se refletia também nos tipos de crime, por exemplo?

**Entrevistado:** Não, pois, tanto em Taquari quanto em Marau, não havia crimes importantes. Bastando ver que, tanto numa comarca, quanto na outra, cheguei a participar de apenas três júris. O primeiro foi na Comarca de Casca, como substituto, o segundo foi em Marau e o outro em Taquari

**Memorial:** Como é que foi esse júri de Marau, o senhor se recorda?

**Entrevistado:** Eu senti que o júri era a minha vocação dentro do Ministério Público. O acusado era Cirilo Macagnan. Ele foi condenado a 15 anos de reclusão, por ter assassinado a namorada de maneira brutal.

**Memorial:** E em Taquari o senhor chegou a fazer júris também?

**Entrevistado:** Sim. Em Taquari há uma história interessante. Quando cheguei na Comarca, o colega antecessor me disse “Thales, eu vou te entregar a Promotoria de Taquari. Espero que tu tenhas sucesso. Eu só tenho uma coisa para te dizer: Ocorrerá um júri daqui a alguns meses. Eu participei desse júri e tomei sete a zero”. O caso

foi o seguinte: uma pessoa que era muito querida por toda a comunidade brigou com o açougueiro, que era a vítima. Tempos depois, eles se encontraram novamente, sendo que o réu estava armado com um revólver. O açougueiro, desesperado e desarmado, entrou em uma espécie de mercado, com o réu em seu encalço, dando inúmeros tiros até descarregar a arma.

**Memorial:** No açougueiro?

**Entrevistado:** Sim. Aí meu colega continuou: “Eu fiz esse júri. Os jurados me aplicaram sete a zero, simplesmente porque eles adoravam o réu. E eu vou te dizer uma coisa: tu vais tomar sete a zero também quando do novo júri”. Ora, eu fiquei pasmo com a “profecia” do colega. Afinal, eu não era um estreante no júri e, ademais, o Tribunal de Justiça já havia rescindido o julgamento.

**Memorial:** E qual era o motivo do crime?

**Entrevistado:** Era fruto de uma bobagem sem sentido. Preparei-me com todos os recursos para, pelo menos, evitar o sete a zero. No entanto.... tomei sete a zero também! Depois do júri, um advogado comovido com o meu sobressalto me disse: “Doutor Thales, o senhor fez um excelente júri, mas eu vou lhe dizer: ninguém irá condenar o réu. Ele é querido por toda a cidade”. Nem me lembro mais do nome daquele advogado – que coisa impressionante, só em Taquari mesmo.

**Entrevistado:** Depois de Taquari, o senhor ficou até 1989 em São Gabriel. Um período interessante, o da Constituição de 1988, que trouxe uma grande mudança para o perfil do Ministério Público. Como é que o senhor percebeu isso na época, o senhor chegou a atuar junto com a Associação?

**Entrevistado:** Foi impressionante o fato que vivenciei em São Gabriel. Sempre fui impetuoso. Mas São Gabriel era uma cidade que ainda representava a antiga aristocracia rural. Sempre foram os barões

que mandaram na cidade. Um membro da administração da Prefeitura veio até o meu escritório dizer que estava acontecendo uma devastação total na Chácara da Sibéria, área de preservação permanente. Deu-me todos os recursos para que eu pudesse investigar o caso. Naquela época, pouco se dava importância à questão ambiental. Quando cheguei lá, acabei descobrindo que, na verdade, quem estava devastando a mata ciliar do Rio Vacacaí, matando animais e flora, era a própria Prefeitura, permitindo que grupos de arceiros e latifundiários sugassem o manancial para irrigar as suas lavouras. Ou seja, São Gabriel, por vezes, ficava sem água no verão, em alguns bairros, fruto desses fatos terríveis. Em face disso, resolvi prender em flagrante delito os funcionários da Prefeitura e o próprio Secretário de Obras. Fui à prefeitura absolutamente sozinho. Não sei como saí vivo de lá. O presidente da OAB e Secretário da Administração rugiam nas rádios: “Esse promotorzinho, que não sabe o que está fazendo, que não conhece a nossa cidade, vai é acabar preso!”. Um verdadeiro horror. Mas não me acovardei: através de um repórter da *Razão*, de Santa Maria e de outras rádios, comecei a replicar, dizendo que aquelas pessoas que estavam me ofendendo e me ameaçando não tinham respeito, nem consciência social, principalmente quanto à preservação da natureza — alguns amigos pediam que eu me “cuidasse”. Mas, por fim, o desfecho da história foi amplamente favorável ao Ministério Público, a mim e à minha família, embora algumas ameaças veladas: “Cuidado, doutor, o senhor não conhece São Gabriel”.

**Memorial:** E em Porto Alegre, o senhor veio direto para o júri, ou não?

**Entrevistado:** Não. Inicialmente fui direto para a Corregedoria do Ministério Público, onde estive cerca de dois anos e meio. Depois, fui para a Terceira Vara Criminal do Foro Central, e, só depois, fui para o júri de Porto Alegre.

**Memorial:** Quem era o corregedor na época?

**Entrevistado:** Era o já falecido Doutor Perci de Oliveira Brito. Depois, o Doutor Francisco Pires de Bem.

**Memorial:** Em relação a sua experiência como promotor-corregedor, o senhor teria alguma coisa a relatar dessa tarefa?

**Entrevistado:** Gostei bastante do trabalho na Corregedoria. Havia um grupo de excelentes colegas, revezando-se em aprimorar o trabalho dos estagiários. Eu nunca tive qualquer problema com os novatos, todos eles são colegas muito queridos até hoje. São meus amigos diletos.

**Memorial:** Podemos ingressar no ponto que nos interessa particularmente que é o júri. Poderia inicialmente perguntar ao senhor a sua opinião a respeito do Tribunal do Júri. Sempre há uma polêmica entre aqueles que defendem a instituição do Tribunal do Júri e aqueles que a detestam. Estes criticam principalmente o fato de os jurados leigos não terem formação jurídica, sendo mais propícios a sofrer influência da mídia ou da repercussão do caso. O que o senhor pensa em relação à Instituição do Júri, se é uma instituição válida ainda?

**Entrevistado:** Válida, sem dúvida. Eu adoro a Instituição do Júri, todos sabem. Essas novas regras, em essência, não esvaziam o perfil da Instituição. O problema a ser lamentado é a impunidade. As leis são frouxas e são descumpridas a cada momento, fruto de uma nova “consciência” dos operadores do Direito (infelizmente majoritária). Cadeia é para expiar pena – problema com que os governantes não lidam adequadamente. A bandidagem está tomando conta do Brasil em várias esferas, inclusive governamentais. Psicopatas perigosos continuam praticando as mesmas atrocidades. São utilitaristas, voltam a delinquir sempre. Deveriam ser segregados através de penas mais duras, mas com isso os governantes não lidam, infelizmente. Somente alguns arroçados continuam lutando. E eu estou entre eles.

**Memorial:** E como era em Porto Alegre a sua atuação no júri? Era mais fácil de condenar ou mais difícil?



**Entrevistado:** Os jurados da capital eram mais compreensivos com os réus, na minha época. Já nas comarcas do interior, pelo menos onde estive, eles eram mais meticolosos na análise da prova.

**Memorial:** O senhor acha que havia situações como a de Taquari em que o réu foi absolvido porque a comunidade gostava dele. Isso podia acontecer em Porto Alegre?

**Entrevistado:** Não creio nisso. Embora houvesse jurados "profissionais" - aqueles que sempre estavam de prontidão de tanto que gostavam de participar do Júri -, nunca se chegou nem perto daquele caso de Taquari.

**Memorial:** E é nesse período, em 1996, também em que o senhor escreveu o livro "Júri, As Linguagens Praticadas no Plenário". É o interessante é que ele é mais voltado à comunicação, à linguagem, aos gestos em especial no Tribunal do Júri. Qual foi a motivação para escrever esse livro? Porque há bastante livros sobre o júri sobre a parte técnica e jurídica, mas sobre a oratória da comunicação acho que são poucos, não é?

**Entrevistado:** De fato, são poucos livros nesse gênero. O meu, pelo ineditismo, foi prefaciado pelo Ministro Francisco Rezek, que, à época, era do STF. A inspiração da obra surgiu da Programação Neurolinguística, da qual sou *practitioner*. Achei que tinha a agregar com a instituição do Júri. E também era exatamente o que eu procurava, ou seja, a essência do discurso forense. Na verdade, as pessoas querem ser convencidas, e a Programação Neurolinguística nos mostra inúmeras ferramentas para se chegar ao dito convencimento de uma maneira didática e psicológica.

**Memorial:** E ele teve boa repercussão junto a classe de promotores?

**Entrevistado:** Sim, uma excelente repercussão. Até hoje perguntam pela obra, já esgotada, mas necessito, primeiro, fazer uma revisão de alguns conteúdos e acrescentar novas matérias e idéias, se puder.

**Entrevistado:** Era o já falecido Doutor Perci de Oliveira Brito. Depois, o Doutor Francisco Pires de Bem.

**Memorial:** Em relação a sua experiência como promotor-corregedor, o senhor teria alguma coisa a relatar dessa tarefa?

**Entrevistado:** Gostei bastante do trabalho na Corregedoria. Havia um grupo de excelentes colegas, revezando-se em aprimorar o trabalho dos estagiários. Eu nunca tive qualquer problema com os novatos, todos eles são colegas muito queridos até hoje. São meus amigos diletos.

**Memorial:** Podemos ingressar no ponto que nos interessa particularmente que é o júri. Poderia inicialmente perguntar ao senhor a sua opinião a respeito do Tribunal do Júri. Sempre há uma polêmica entre aqueles que defendem a instituição do Tribunal do Júri e aqueles que a detestam. Estes criticam principalmente o fato de os jurados leigos não terem formação jurídica, sendo mais propícios a sofrer influência da mídia ou da repercussão do caso. O que o senhor pensa em relação à Instituição do Júri, se é uma instituição válida ainda?

**Entrevistado:** Válida, sem dúvida. Eu adoro a Instituição do Júri, todos sabem. Essas novas regras, em essência, não esvaziam o perfil da Instituição. O problema a ser lamentado é a impunidade. As leis são frouxas e são descumpridas a cada momento, fruto de uma nova “consciência” dos operadores do Direito (infelizmente majoritária). Cadeia é para expiar pena – problema com que os governantes não lidam adequadamente. A bandidagem está tomando conta do Brasil em várias esferas, inclusive governamentais. Psicopatas perigosos continuam praticando as mesmas atrocidades. São utilitaristas, voltam a delinquir sempre. Deveriam ser segregados através de penas mais duras, mas com isso os governantes não lidam, infelizmente. Somente alguns arrojados continuam lutando. E eu estou entre eles.

**Memorial:** E como era em Porto Alegre a sua atuação no júri? Era mais fácil de condenar ou mais difícil?

**Entrevistado:** Os jurados da capital eram mais compreensivos com os réus, na minha época. Já nas comarcas do interior, pelo menos onde estive, eles eram mais meticolosos na análise da prova.

**Memorial:** O senhor acha que havia situações como a de Taquari em que o réu foi absolvido porque a comunidade gostava dele. Isso podia acontecer em Porto Alegre?

**Entrevistado:** Não creio nisso. Embora houvesse jurados “profissionais” - aqueles que sempre estavam de prontidão de tanto que gostavam de participar do Júri -, nunca se chegou nem perto daquele caso de Taquari.

**Memorial:** E é nesse período, em 1996, também em que o senhor escreveu o livro “Júri, As Linguagens Praticadas no Plenário”. E o interessante é que ele é mais voltado à comunicação, à linguagem, aos gestos em especial no Tribunal do Júri. Qual foi a motivação para escrever esse livro? Porque há bastante livros sobre o júri sobre a parte técnica e jurídica, mas sobre a oratória da comunicação acho que são poucos, não é?

**Entrevistado:** De fato, são poucos livros nesse gênero. O meu, pelo ineditismo, foi prefaciado pelo Ministro Francisco Rezek, que, à época, era do STF. A inspiração da obra surgiu da Programação Neurolinguística, da qual sou *practitioner*. Achei que tinha a agregar com a instituição do Júri. E também era exatamente o que eu procurava, ou seja, a essência do discurso forense. Na verdade, as pessoas querem ser convencidas, e a Programação Neurolinguística nos mostra inúmeras ferramentas para se chegar ao dito convencimento de uma maneira didática e psicológica.

**Memorial:** E ele teve boa repercussão junto a classe de promotores?

**Entrevistado:** Sim, uma excelente repercussão. Até hoje perguntam pela obra, já esgotada, mas necessito, primeiro, fazer uma revisão de alguns conteúdos e acrescentar novas matérias e idéias, se puder.

**Memorial:** Um dos capítulos que trata da limitação orgânica dos jurados em que o senhor menciona dois casos lá dos Estados Unidos o do Mike Tyson e o do O. J. Simpson diz que “um deles foi absolvido por ser negro e um foi condenado por ser preto”. O senhor não acha que, pelo fato de acontecer isso ou, como o senhor menciona também bastante, daquele jurado que tem aquela visão contrária ao promotor de justiça, tem aquela visão ainda caricata do promotor um sujeito baixinho de bigode que quer condenar a qualquer custo. Enfim pelo fato de o júri ser suscetível a esse tipo de influência, não seria um elemento negativo, digamos assim, para justificar a existência do Júri? Porque me parece que um juiz togado, um juiz formado em Direito, seria menos suscetível a esse tipo de influência. O que o senhor acha disso?

**Entrevistado:** Nunca tive a experiência de racismo explícito no âmbito do júri. Nos Estados Unidos, parece ainda presente essa questão horrorosa. Já fiz vários painéis sobre o tema da oratória no júri e ainda pretendo continuar com o referido trabalho. Um dos temas que mais me cativa diz respeito às perguntas de precisão no âmbito forense, sistemas de comunicação, as dimensões da comunicação, os sons que orientam o receptor, os gestos, etc. Vejam que o impacto das palavras em uma comunicação corresponde a apenas sete por cento. Os sons, trinta e oito por cento e o corpo impacta em 55 por cento da comunicação total. Ou seja, a matéria é bastante útil na atuação perante o Tribunal do Júri.

**Memorial:** O senhor também lecionou na Escola do Ministério Público?

**Entrevistado:** Sim. Durante cerca de cinco anos. Também lecionei algum tempo na PUC, mas ficava difícil conciliar os dois estabelecimentos.

**Memorial:** E a sua atuação como advogado atualmente?

*Ministério Público e o Tribunal do Júri*

**Entrevistado:** Comecei na área penal, que era a minha predileta, mas não pude prosseguir. Não tinha condições de defender bandidos. Somente atuei como assistente de acusação. Acabei militando na Família e Sucessões e no Cível em geral.

**Memorial:** E o senhor tem alguma atuação junto a Associação do Ministério Público?

**Entrevistado:** O atual Presidente da associação honrou-me com o convite para que eu fosse diretor de eventos e estou lá nessa situação. Gostei de estar novamente com os colegas, depois de tanto tempo. Achei um modo de estar ligado novamente ao Ministério Público. Então pretendo continuar na associação.

**Memorial:** O senhor gostaria de deixar algo mais registrado?

**Entrevistado:** Fico agradecido pela oportunidade de recordar vários acontecimentos importantes da minha vida, muito obrigado.

**Memorial:** Nós agradecemos pela sua disponibilidade.

# Caso Vacacaí: Promotor prende Secretário de Obras



Local do crime ecológico: ainda se vê os sinais da retroescavadeira

Uma denúncia recebida na tarde de quarta-feira dia 24, pelo promotor público de São Gabriel, Thales Nilo Train, de que uma máquina retro-escavadeira pertencente à Prefeitura Municipal, se encontrava enterrada acima da localidade

em área protegida de preservação permanente, ocasionou prisão em flagrante de dois funcionários públicos municipais, obras Luiz Paulo de Oliveira.

O promotor público se dirigiu ao local em companhia do delegado de polícia Renato Takeda Gomes e seu intérprete indígena. Eles responderam a Train que se encontravam sob promessa de pagamento de um terreno em propriedade, mas os dois operários presos em flagrante se encontravam

com o supervisor que também recebeu a mesma ordem de prisão. Logo após se dirigiram a Prefeitura Municipal e compareceram que a ordem foi emanada pelo secretário de obras. O promotor afirmou que após a denúncia, Luiz Paulo de Oliveira confirmou a ordem de exploração de área. Neste momento em pleno interior da Prefeitura, o secretário também recebeu ordem de prisão em flagrante. Os quatro infratores, de cujo nome o promotor foram levados às dependências da Delegacia de Polícia, quando o delegado foi informado. A autoridade policial arbitrou a fiança e os 4 foram imediatamente liberados e responderão a ação penal em liberdade. Os funcionários e o secretário foram enquadrados no artigo 26 letra "D", do código Florestal, com pena de prisão prevista de 3 meses a um ano.

## EXECUTIVO REPÚDIA ATO DO PROMOTOR

Na tarde de quinta-feira, 24, o prefeito Eglon Meyer Correia rejeitou o secretariado para analisar o episódio que envolveu o secretário de obras e três funcionários. Eglon comprometeu o secretário de obras e três funcionários. Eglon comprometeu o secretário de obras e três funcionários.

Após a denúncia, o secretário de obras Luiz Paulo de Oliveira se dirigiu ao local em companhia do delegado de polícia Renato Takeda Gomes e seu intérprete indígena. Eles responderam a Train que se encontravam sob promessa de pagamento de um terreno em propriedade, mas os dois operários presos em flagrante se encontravam com o supervisor que também recebeu a mesma ordem de prisão. Logo após se dirigiram a Prefeitura Municipal e compareceram que a ordem foi emanada pelo secretário de obras. O promotor afirmou que após a denúncia, Luiz Paulo de Oliveira confirmou a ordem de exploração de área. Neste momento em pleno interior da Prefeitura, o secretário também recebeu ordem de prisão em flagrante. Os quatro infratores, de cujo nome o promotor foram levados às dependências da Delegacia de Polícia, quando o delegado foi informado. A autoridade policial arbitrou a fiança e os 4 foram imediatamente liberados e responderão a ação penal em liberdade. Os funcionários e o secretário foram enquadrados no artigo 26 letra "D", do código Florestal, com pena de prisão prevista de 3 meses a um ano.

a firmando que as declarações são "desrespeitosas à figura do Promotor Público e autoridade policial", resultando por outro lado na estranha ra quanto ao apoio de Eglon Correia que "denuncia a posição do promotor".



Promotor Thales Nilo Train

O promotor público disse que "espera que o episódio seja encerrado pelo Poder Público Municipal como um episódio regular de determinados funcionários e não da administração como um todo".

Jornal O Imparcial, São Gabriel, 27 de maio de 1989.

## REPORTAGEM

# A Justiça em defesa da Ecologia

A Razão - Santa Maria, sábado/domingo, 03/04/1989 - 15

Por Nilo Train  
Da equipe de A Razão

A notícia de que o Promotor Público da 2ª Vara da Comarca de São Gabriel, Thales Nilo Train, penalmente, efetuou a prisão de quatro presos, entre eles o secretário de obras do prefeito Eglon Meyer Correia, por crime contra o meio ambiente, causando uma verdadeira abominação junto à comunidade, tem pôde a ideia popular de que a aplicação das leis, vale somente para as classes menos favorecidas e não para as classes de poder, está rapidamente mudada.

O secretário Luiz Paulo Oliveira de Oliveira, deve estar até agora boquiaberto, como de outra vez aqueles que de uma forma ou de outra tem colaborado para a destruição do meio ambiente. O Vacacaí, que está a aglomerar, vem merecendo do promotor Thales Nilo Train uma atenção toda especial, através da instauração de um inquérito público civil, que visa apurar responsabilidades



Promotor Thales Nilo Train

quanto as agressões de todo o tipo que o rio sofre impunemente há vários anos.

Mas quem é esse homem que vive a coragem de enfrentar estruturas tradicionais de um município da região fronteiriça do Estado, reconhecidamente conservador? O promotor Thales Nilo Train está com 16 anos, e natural de Porto Alegre, casado, pai de três filhos. Formou-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1980. Antes, passou pelo oitavo da Brigada Militar, até o posto de capitão. Chegou à promotoria em agosto de 1987, sendo arrolado nos municípios de Maral e Taquara, e agora na terceira circunscrição, em São Gabriel, onde chegou em 1987.

O promotor confessa que o seu interesse pelo meio ambiente é o mesmo que impregna todos aqueles que têm consciência da necessidade de uma nova postura diante da

ecologia. Ele diz que se diferencia dos demais que lutam em São Gabriel pela mesma causa, apenas pelos poderes atribuídos ao seu cargo. «Não tenho maior ou menor interesse que os outros, que desejam melhorar a nossa qualidade de vida».

Thales Nilo Train enfatiza que ao defender o rio Vacacaí está simplesmente exercendo a sua função de representante da sociedade. Tem plena consciência de que esse posicionamento implica no choque com pessoas que se consideram inamovíveis pela tradição a reação até feraz, que recebem todos aqueles que tomam medidas mais enérgicas» diz o promotor. Salienta que a totalidade dada aos agressores do meio ambiente provém daqueles que pressionam eles e se sentem ameaçados de serem o próximo alvo dessas medidas adotadas.

“O homem não está para brincadeiras”

Inquérito já tem mais 100 folhas

Jornal A Razão, Santa Maria, 03/04 de abril de 1989

Ministério Público e o Tribunal do Júri

# Promotor prende secretário municipal

## RETIRADA DE AREIA DAS MARGENS DO VACAÍ, PELA PREFEITURA DE SÃO GABRIEL, FOI O MOTIVO

**ORACÃO DOS AFILITOS**

AFILITO em São Gabriel. Mas não se dá de todo. Afirma que não tem nada a ver com a cidade. Contou que saiu de casa há dois dias para ir ao trabalho. Chegou lá e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado.

**ORACÃO DOS AFILITOS**

AFILITO em São Gabriel. Mas não se dá de todo. Afirma que não tem nada a ver com a cidade. Contou que saiu de casa há dois dias para ir ao trabalho. Chegou lá e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado.

**ORACÃO DOS AFILITOS**

AFILITO em São Gabriel. Mas não se dá de todo. Afirma que não tem nada a ver com a cidade. Contou que saiu de casa há dois dias para ir ao trabalho. Chegou lá e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado. Foi lá para ver o que aconteceu e viu que o chefe estava com o carro quebrado.

### Servidores demitidos no feriado

A Prefeitura de Bagé aproveitou o feriado de cinco dias, iniciado ontem com a comemoração da padroeira do município, Nossa Senhora Antulhada, para autorizar a demissão de 410 funcionários públicos, dos quais cerca de 400 professores. Com isso, a secretária da Fazenda espera diminuir 22% do que se gastou com a folha de pagamento, que hábe compromisso de 50% do orçamento.

Até mesmo o prefeito Luiz Nilo Train anunciou a anulação das férias nas escolas municipais, que já iniciaram o ano letivo com um mês de atraso em razão da falta de água, para a próxima quarta-feira. A presidente da Associação dos Professores Municipais, Nélida Belli, criticou a medida que, na sua opinião, diminuirá a qualidade do ensino. Ela acredita que a economia que a prefeitura pretende deveria ser feita com a redução dos funcionários com cargos de confiança — NC14 do secretário e NC12 de cada funcionário.

A atitude foi tomada porque, segundo o promotor, uma retrocavadeira do município estava retirando areia de uma área florestal

próxima das margens do Vacacai, na localidade de Sierbia. Train, e o companheiro de Gomes, foi até o local e, no transcurso do problema, deu ordem para os servidores que operavam a máquina. Ao saber de quem partiu a ordem de realizar o serviço, determinou a prisão de Nélida Belli e do titular da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo E. Todos os dois foram conduzidos ao fórum da cidade.

Enquanto isso, o prefeito Egion Meyer Correia (PDS) estava em Quaraí e sa orientou o secretário jurídico do município mover processo contra o promotor e disse que a prefeitura continuará retirando areia do local. Para tanto, entrou com liminar pedindo autorização à Justiça.

Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de maio de 1989.

### ESPECIAL

FOLHA DA TARDE, São Gabriel, 31 de maio de 1989

3

## Promotor só se manifestou depois que o Juiz assinou homologação das 4 prisões



Homologação do Juiz foi anunciada pelo Promotor

O juiz Nelson João Andrade de Azevedo, homologou no final da tarde da quinta-feira, a prisão em flagrante do funcionário e do secretário municipal de Obras e Urbanismo, Luiz Paulo Oliveira de Oliveira, feita pelo Promotor Thiago Nilo Train, na terça-feira. O anúncio foi feito pelo próprio Promotor Público, através de uma entrevista à imprensa, na manhã de sábado, no Fórum local. Antes das perguntas dos repórteres, Thiago Nilo Train explicou que o plano de intervenção do Juiz vacacai, através do inquérito do Dr. Train, que já chegou a ser em flagrante totalmente legal.

O promotor público criticou a atuação do advogado Gabriel Rodrigues que, "segundo as falas da imprensa, ao anunciar que iria promover uma ação contra o promotor, antes mesmo que existisse o auto de prisão em flagrante".

O representante do Ministério Público reforçou que vai continuar o seu trabalho, porque existem autos que o estão apontando. "É o caso dos alunos de uma escola que aqui estiveram sábado passado, realizando uma manifestação de apoio e oferecendo subsídios".

Luiz Train disse que não tem nada a ver com o episódio, porque estava viajando naquele dia.

"Com respeito às declarações do próprio prefeito Egion Meyer Correia, que assumiu toda a responsabilidade, eu não tenho nada a dizer", afirmou o promotor, que vai continuar a sua prática diante da imprensa.

O promotor público procurou explicar em um curto e objetivo momento, "é uma pessoa, que mesmo a mídia maior estima e reconhece, e reconhece, sempre em que necessitar que o Executivo não suprima de todos os meios para realizar o seu tra-

## Executivo promove reunião e vai processar o Promotor por abuso de autoridade



Reunião do Executivo sobre as prisões

Além da manifestação do prefeito Egion Meyer Correia, assumindo toda a responsabilidade pelo inquérito acontecido com a prisão de três funcionários e do secretário de Obras, foi realizada uma reunião do secretariado municipal, na tarde de quarta-feira, em desagravo ao secretário Luiz Paulo Oliveira de Oliveira.

Em seguida, através de uma coletiva à imprensa local e correspondentes de Santa Maria e Porto Alegre, o Consultor Jurídico, Gabriel Abbott Rodrigues, manifestou a posição oficial do Executivo Municipal diante do ocorrido. Segundo o advogado, o promotor Thiago Nilo Train "extrapou a

norma jurídica, ao prender em flagrante o secretário de Obras".

Gabriel Abbott Rodrigues explicou que, "em primeiro lugar, o titular da secretaria de Obras não estava no local onde estava sendo retirada areia o, em segundo, porque foi encontrado em seu local de trabalho, sem nenhum vestígio de areia que o incriminasse". O Consultor Jurídico disse ainda que, "o Promotor Público exorbitou das suas funções ao comandar pessoalmente uma verdadeira operação militar, em regime de exceção, para prender funcionários e o próprio secretário municipal".

A prisão, de acordo com Gabriel Rodrigues,

"está tecnicamente lícita", principalmente porque o Promotor penetrou na prefeitura e, com abuso da autoridade, efetuou a prisão".

O Consultor Jurídico da prefeitura também entendeu que a retirada de areia não é ilegal, "pois como fica a construção civil dentro da concepção de Promotor". Gabriel Rodrigues, salientou que, "o preciso desmistificar o que ocorre em relação ao Rio Vacacai".

O rio, segundo ele, existe para beneficiar a população.

"Portanto, não há porque, com tanta gente retirando areia do rio, o Promotor voltar a sua raia para o Poder Público, que vem fazendo todo o possível para manter o modo ambiente", concluiu.

Promotor Thiago Nilo Train, por abuso de autoridade, "não vamos mais admitir isso". A prefeitura vai continuar retirando areia do rio, a fim de que as obras públicas não parem por falta deste material". Neste sentido, a prefeitura entrará com um mandato do segurança pedindo autorização à Justiça, para prosseguir com este serviço.

Jornal Folha da Tarde, São Gabriel, 31 de maio de 1989.







# Histórias de Vida

do Ministério Público do Rio Grande do Sul

## ENTREVISTADOS

Carmen Luiza Dias de Azambuja

Daltro Aguiar Chaves

Delmar Pacheco da Luz

José Antônio Paganella Boschi

José Pedro Machado Keunecke

Loreno Luiz Zambonin

Marcelo Roberto Ribeiro

Oyama Francisco da Fontoura Rocha

Sônia Eleni Corrêa Mensch

Thales Nilo Trein

volume  
**VII**

ISBN 978-85-88802-17-9



9 788588 802179

**MP**  
**RS**  
MINISTERIO  
PUBLICO

Programa  
**PORTAS**  
**ABERTAS**  
do MP

MEMORIA  
  
DO MINISTERIO  
PUBLICO